

Fundação IBGE

Presidente: Sebastião Aguiar Ayres

Instituto Brasileiro de Geografia

Diretor Superintendente: Miguel Alves de Lima

redação

av. pres. Wilson, 210 - 2.º
rio de janeiro, gb
brasil

diretor responsável

Miguel Alves de Lima

secretário

Antônio Teixeira Guerra

o “boletim geográfico” não
insere matéria remunerada,
nem aceita qualquer espécie
de publicidade comercial, não
se responsabilizando também
pelos conceitos emitidos em
artigos assinados

publicação bimestral

exemplar NCr\$ 1,00
assinatura NCr\$ 5,00

pede-se permuta

on demande l'échange

we ask for exchange

sumário

Perfil dos Mais Novos Estados Atualmente Independentes	3
Louis Edmond Hamelin	
A Geomorfologia e suas Relações com a Geografia Global e Geografia Total	27
Maurice Edmond Perret	
Um Sistema de Classificação de Biblioteca Geográfica	42
O Mar que nos Cerca	44
A Economia Sueca	46
Hélio Antônio Scarabótolo	
A Unesco e a Cooperação Internacional em Educação Ciência e Cultura	56
Hélio Beltrão	
Nova Etapa do Desenvolvimento Nacional ..	64
Roberto Lopes de Moraes	
Contribuição à Identificação de Tipos de Utilização da Terra, Através de Fotografias Aéreas	75
Nordeste, sua Luta e seus Problemas	76
Características Econômicas e Sociais da GB e RJ	79
Oportunidades Ocupacionais dos Licenciados em Geografia fora do Magistério	80
Placidino Machado Fagundes	
Aplicações da Fotografia Aérea e sua Adequada Terminologia	83
J. Romão da Silva	
A Família Etno-Linguística Bororo	85
Ignez A. L. Teixeira Guerra	
Gráficos de Elementos do Clima — População e Produção	99
Pôsto Pluviométrico Entre Estudantes de Geografia — Uma Experiência Curricular em Geografia Física	102
Plano de Aula	104
Prova de Geografia — Exame de Madureza ..	105
Currículo do Curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara	107
Currículo do Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás	108
Currículo do Curso de Geografia da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará	108
Noticiário	109
Bibliografia	132
Leis e Resoluções	139

Transcrições

PERFIL DOS MAIS NOVOS ESTADOS ATUALMENTE INDEPENDENTES*

OS NOVOS ESTADOS

Desde o comêço da II Guerra Mundial um total de 61 estados independentes foram somados à coletividade universal. Esse número representa 46,6% dos 131 estados soberanos do mundo atual, reconhecidos pelo govêrno dos Estados Unidos como independentes. Ao final de 1951 um pouco mais de um quarto (16) dos estados que obtiyeram sua independência, tornaram-na efetiva como consequência do desenvolvimento político ocorrido após a II Guerra Mundial. Os restantes, para a maioria, deixava transparecer intensa vibração nacionalista que se seguiu paralela à desintegração do sistema colonialista. Durante o período de 3 anos 1960/62, não menos do que 27 regiões dependentes conseguiram, sôzinhas, a sua soberania. Desde esta data o andamento dêste movimento emancipador foi reduzido a uma média de três por ano. A redução continua dos territórios de além mar e colônias está, ôbviamente, limitando o número potencial de novos estados com probabilidade de aparecerem no cenário mundial. Atualmente, apenas cerca de 5,3 por cento da área continental (excluindo a Antártica) podem ser, geopoliticamente, classificadas como dependentes.

O quadro a seguir mostra a distribuição cronológica dos novos estados, pelo ano de independência.

Novos estados	Ano
1943	1
1944	2
1946	2
1947	2
1949	4
1949	4
1951	1
1956	3
1957	2
1958	1
1960	18
1961	3
1962	7
1963	2
1964	3
1965	3
1966	4
Total	62

* Fonte: *Geographic Bulletin* N.º 1 — Bureau of Intelligence Research—United States Department of State — Abril de 1967.

Tradução de Lêda Chagas Pereira Ribeiro

Conforme ficou evidenciado, pelo mapa que acompanha este trabalho, os novos estados tendem a se concentrarem em áreas específicas. A maior parte se encontra no continente africano (35), com outro grupo importante ao longo da periferia meridional da Ásia (18) e uma aglomeração menor na região do Caribe (4). A distribuição geográfica por continentes mostra que o hemisfério oriental engloba todos os novos países menos 4.

África	35
Ásia	19
América do Norte	3
Europa	2
América do Sul	1
Oceânia	1
Total	<hr/> 61

Para chegarmos a um total como o exposto acima, procedemos a uma avaliação subjetiva devido a algumas irregularidades. Por exemplo, podem surgir novos estados, áreas dependentes podem se anexar a países já existentes, ou um único estado pode se subdividir em dois.

Alguns exemplos de modificações de condições políticas vêm a seguir, resumidas:

1. Em 1958 Egito e Síria uniram-se para formar um único estado soberano da República Árabe Unida, tornando-se a se separar somente em 1961. Uma vez que a Síria havia, previamente, voltado a sua condição de independente em 1944, não devia ser enumerada pela segunda vez em 1961.

2. Em 1963 a Malásia veio a constituir-se, fazendo parte da anterior Federação Malaia e de três dependências britânicas: Sarawak, Sabah (North Borneo), e Singapura. Em 1957 a Malaia tinha se tornado estado soberano, o que impediu de a Malásia se tornar novamente independente. Entretanto, quando Singapura tornou-se estado separado em 1965 pôde ser contada, uma vez que a comunidade universal das nações teve seu número acrescido de um.

3. Em meados de 1960 a Somália Britânica teve a sua emancipação garantida, mas permanecendo como entidade separada apenas durante poucos dias, antes de ser anexada ao território tutelado da Somália, para formar a atual República Somali. Considerando que esta seqüência foi efetivada por conveniência administrativa a Somália Britânica nunca foi relacionada como novo estado com direitos próprios.

4. Em 1964 Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar a República Unida da Tanzânia. Ambas as nações foram reconhecidas como independentes, de modo que o número de estados soberanos, na comunidade universal, foi diminuído de um. A própria Tanzânia já havia sido previamente incluída em 1961 quando o território tutelado de Tanganica tornou-se independente. Zanzibar existiu como Estado soberano apenas poucos meses, mas durante este tempo foi reconhecido como tal.

IDENTIFICAÇÃO

As 61 nações independentes enumeradas neste trabalho, incluem somente aquelas que saíram definitivamente de uma situação de dependência para a conquista da soberania e para as quais o estabelecimento de um plano de evolução política pode ser perfeitamente explicável. Outros países, que podiam ter tido significantes modificações em suas condições políticas, não estão incluídos porque essas modificações foram apenas parciais não preenchendo totalmente os requisitos primordiais. Por exemplo foi concedida às Bahamas completa autonomia local (excetuando segurança interna) mas seu *status* permanece como de colônia Britânica. As Antilhas Holandesas (Curaçao, Aruba, etc.) e Suriname, igualmente, em 1954 adquiriram autonomia em quase tudo, menos defesa e negócios exteriores, que permanecera na esfera de domínio da Ho-

landa. Este *status*, não obstante suas implicações, não significa que as possessões de ultramar hajam adquirido completa soberania.

Alguns países não podem ser considerados como novos, apenas porque reconquistaram sua soberania no lugar de obtê-la, como a Áustria e a Checoslováquia ao fim da II Guerra Mundial. Tais países não estão incluídos na categoria dos novos estados independentes, como admitido neste trabalho.

DINÂMICA DA NOVA CONDIÇÃO DE SOBERANIA

O planejamento no sentido de promover o aparecimento de novos estados no cenário mundial envolve alguns riscos. Durante o último quarto de século, quase todos os estados que estavam incluídos no plano para se tornarem independentes, obtiveram essa condição, mas nem sempre na data originariamente estabelecida. Freqüentemente certos atrasos causam modificações na data da independência, mas em alguns casos a condição de soberania é adquirida mais cedo do que estava programada. Inesperada reviravolta nos acontecimentos trouxe, em 1960, completa soberania para o Congo Belga (agora República Democrática do Congo, Kinshasha) antes de ter sido prevista. A obtenção dessa completa soberania, em algumas entidades, tem apresentado aspectos diferentes daquele planejado, às vezes como uma surpresa das modificações político-geográficas. Em 1962 a federação das Índias Ocidentais *malogrou* poucos meses antes de obter sua completa independência do Reino Unido. Por sua vez Jamaica e Trinidad e Tobago tornaram-se estados independentes em 1962 e Barbados em 1966.

Restam ainda no mundo apenas 7,226 milhões de quilômetros quadrados e no continente africano apenas 3,63 milhões de quilômetros quadrados de território que podem ser classificados cimi não independentes. Estas áreas representam 5,4 e 2,7 por cento, respectivamente, da superfície emersa total do mundo (excluindo a Antártica). Comparado aos 32,048 milhões de quilômetros quadrados de território que obtiveram independência desde 1943, representando, aproximadamente, um quarto da superfície emersa da terra, a parte restante do território não independente é relativamente pequena. Em consequência, o número de novos estados ainda a se estabelecer será, igualmente, limitado, considerando a possibilidade de dar condições de soberania a mais entidades políticas, do tipo microestado, como tem sido efetivado em relação a Malta, Ilhas Maldivas, Singapura e Barbados. O princípio que pode permitir venha a se constituir um número significativo de pequenos países poderá realmente continuar. Ou, bastante concebível, outra orientação político-geográfica em níveis nacional e internacional deverá ser admitida, a qual ou aumentará ou diminuirá o número de países na comunidade mundial. A conjuntura mais razoável que pode ser feita é a de que, com toda a probabilidade, esse número não permanecerá constante e que essa tendência, uma vez estabilizada, será refletida, igualmente, no padrão de soberania mundial, durante substancial período de tempo.

NAÇÕES PROGRAMADAS PARA A INDEPENDÊNCIA

A primeiro de janeiro de 1967 nenhum território dependente estava, na ocasião, previsto para se tornar independente em data determinada. Diversas áreas não emancipadas, todavia, conseguiram alcançar as condições necessárias à obtenção de completa soberania em poucos anos. Estas incluem a Federação do Sul da Arábia (Aden e todos os outros, menos um dos membros do antigo protetorado do Aden Ocidental), Mauritius, Nauru e Swazilândia. O governo britânico demonstrou sua intensão de conceder independência à sua colônia Honduras Britânica (Belize); entretanto a questão Anglo-Guatemalteca sobre a Honduras Britânica (Belize) está sendo, atualmente, mediada. O conjunto destas seis entidades políticas compreende uma área de 224 721 quilômetros quadrados e possui uma população de 1 970 000. O estado de Kansas é ligeiramente menor, mas tem uns poucos milhares de habitantes a mais.

As ilhas Fiji, em determinada época, podiam optar pela completa independência, mas declinou em favor de um autogoverno sob a bandeira britânica. Al-

guns anos atrás 10 colônias britânicas das Índias Ocidentais encabeçavam uma lista para obter independência e constituir-se em estado soberano. Entretanto, a federação foi dissolvida em 1962 e, primeiro Jamaica, depois Trinidad e Tobago e, finalmente, Barbados, *cada um por si*, tornaram-se estados soberanos, com seus direitos próprios. As colônias restantes, como Granada (Antígua, Dominica, Montserrat, St. Christopher Nevis Anguilla e Anguilla, St. Lucia e St. Vincent) foram consideradas aptas para a independência, constituindo a Federação do Caribe Oriental, mas esta idéia foi abandonada depois de dois anos de negociações infrutíferas. O Reino Unido negocia, no momento, com o governo de cada uma das ilhas de Antígua, Dominica, Granada, St. Kitts (St. Christopher Nevis e Anguilla), St. Lucia e St. Vincent um novo *status* de quase-independência denominado "Associação". Sob essa organização política, que começou em fevereiro de 1967, cada uma das 6 se tornará um país em associação com o Reino Unido, mas não um com o outro. Como "estado associado" terão completa autonomia interna e o direito irrevogável de optar pela completa independência se aprovado por dois terços do *referendum* e por dois terços dos votos de sua legislatura. O Reino Unido manterá apenas a responsabilidade da defesa e dos negócios exteriores. Entretanto, a Inglaterra delegará considerável autoridade executiva sobre a conduta dos negócios exteriores, aos governos individuais das ilhas, lhes permitindo negociar e concluir acordos com os Estados Unidos, outros países da Comunidade, ou certas organizações internacionais. A ilha de Montserrat e as Ilhas Virgens Britânicas permanecerão como colônias da coroa, com grau limitado de autonomia interna.

ESTADOS QUASE-INDEPENDENTES

Outras áreas dependentes têm, ainda, características que podem muito bem qualificá-las de quase-independentes. Os governos locais acham-se investidos em muitos dos poderes das nações soberanas, mas o poder protetor mantém o controle das relações internacionais e em alguns casos pode interferir nos negócios locais no interesse da segurança. Exemplificando temos Bahrain, Brunei, Qatar, Tonga e os estados Trucial, todos associados ao Reino Unido.

LISTA CRONOLÓGICA DE PAÍSES

A seqüência cronológica de "perfis" dos mais novos estados independentes, na secção "Condições de Soberania" (dêste trabalho) apresenta os nomes desses estados em sua forma extensa e abreviada, esta última aparecendo entre parêntesis. Exceções sobre o assunto estão mencionadas em notas de pé-de-página.

Em cada um dos "perfis" a data da independência, comumente aceita, vem aposta sob o nome de cada país. Em alguns casos todas as funções de independência são concretizadas em uma única data estabelecida de acordo com as entidades políticas envolvidas na questão. Entretanto, muitos países adquirem independência segundo um processo contínuo, através de uma série de estágios, a partir da autonomia local à completa independência. Em exemplo como este uma data de particular significação será reconhecida oficialmente como o "Dia da Independência" e celebrada condignamente. Esta data pode ou não refletir, com maior fidelidade, a seqüência da independência, de modo a não ser essa, necessariamente, a escolhida para figurar neste trabalho.

As informações aqui contidas incluem os principais atos oficiais com relação às solicitações de independência, as principais mudanças governamentais desde a independência e organização de afiliações. São feitas, com freqüência, referências a tratados oficiais e atos que constituirão dados básicos.

De acordo com as condições anteriores a evolução do estado para entidade soberana é apresentada em seus estágios principais, normalmente em seqüência até os mais recentes. Os nomes mais antigos das entidades políticas estão incluídos, quando apropriados.

* * *

CONDIÇÕES DE SOBERANIA

REPÚBLICA DO LÍBANO (Libano) — 22 de novembro de 1943¹

A independência libanesa foi proclamada em 26 de novembro de 1941, entretanto o governo do Líbano determinou o dia de 22 de novembro de 1943 para ser a data oficial da independência. Um acôrdo assinado entre os representantes do Comitê Francês de Libertação Nacional e do Líbano, em 27 de dezembro de 1943, concedeu ao Líbano a maior parte dos poderes exercidos pela França, em 1.º de janeiro de 1944. A retirada das tropas estrangeiras foi efetivada em dezembro de 1946. Atualmente é Membro das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Anteriormente

Antes o Líbano era parte do mandato francês da Síria (incluindo tôda a área territorial sírio-libanesa) concedida à França pela Conferência de San Remo em 26 de abril de 1920. Foi aprovado pela Liga das Nações em julho de 1922, tornando-se efetivo em setembro de 1923. O Grande Líbano formou-se em agosto de 1920 e foi reconhecido como tal no mês seguinte.

É composto de várias divisões administrativas do Império Turco; *vilayet*** de Beirute; *sanjacks* de Tripoli, Líbano e Acre; e *qada's* (pertencente ao *sandjak* de Damasco) de Baalbek, *Biga* Hasbayya e Rashayya.

REPÚBLICA ÁRABE — SÍRIA² (Síria) — 1.º de janeiro de 1944³

A independência da Síria foi proclamada em 29 de setembro de 1941, entretanto, um acôrdo assinado entre os representantes do Comitê Francês de Libertação Nacional e da Síria, em 27 de dezembro de 1943 concedeu a esta, a maior parte dos poderes exercidos pela França, a partir de 1.º de janeiro de 1944. As tropas francesas foram retiradas em abril de 1946. Em 22 de fevereiro de 1958 a Síria uniu-se ao Egito para constituir a República Árabe Unida, retirando-se, porém, dessa união em 28 de setembro de 1961.

Os Estados Unidos reconheceram-na como Estado independente a 10 de outubro de 1961.

Hoje a Síria é Membro das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Anteriormente Parte do mandato francês da Síria (incluindo tôda a área territorial sírio-libanesa) concedido à França na Conferência de San Remo em 26 de abril de 1920. Aprovado pela Liga das Nações, em julho de 1922, tornou-se efetivo em setembro de 1923. O mandato francês do território da Síria foi dividido em vários Estados sob a jurisdição de um único Alto Comissário Francês. Em junho de 1922, os estados de Damasco, Alepo e as Alaouites vieram juntar-se à Federação Síria. Em dezembro de 1924 a Federação Síria foi dissolvida e em janeiro de 1925 os estados de Damasco e Alepo reuniram-se para formar um único Estado, a Síria, com capital em Damasco. O *sanjak* de Alexandria continuou a desfrutar de regime especial dentro dêste Estado, mas o de Alaouites reassumiu sua existência separada, sem conexão direta com os estados da Síria. Os de Alaouites e Jebel Druze foram anexados à Síria em 1936 e lhes foi dada quase completa autonomia em 1939; entretanto, em 1942, foram novamente incorporados à Síria. Em 23 de junho de 1939, o *sanjak* de Alexandreta foi cedido pela França à Turquia.

Compreendida de várias divisões administrativas do Império Turco; *vilayet* de Alepo; *sanjaks* de Damasco, Hamah, Latáquia, Hawran e Jeber Druze; *qada* de Homs; e *mutasarrifiyah* de Dayr az Zawr.

¹ A declaração de independência do Líbano foi em 1941, mas os poderes governamentais só foram transferidos para o nôvo estado em 1944.

** Principal divisão administrativa da Turquia — N.T.

² Após a retirada da Síria da República Árabe Unida, o nome oficial do país tornou-se República Árabe Síria. O nome reduzido Síria está sendo oficialmente aceito.

³ A independência declarada pela Síria foi mais cedo, em 1941.

REPÚBLICA DA ISLÂNDIA (Islândia) — 17 de junho de 1944.

Em 1941 o parlamento da Islândia votou pela dissolução dos vínculos remanescentes que a prendiam à Dinamarca. Depois de sancionada por um plebiscito islandês, a independência formalmente, tornou-se efetiva em 17 de junho de 1944.

É Membro das Nações Unidas e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Anteriormente

Antes da independência formal a Dinamarca reconheceu a Islândia como um Estado separado, de acordo com o Ato da União, datado de 1.º de dezembro de 1918. Durante o período em que o Ato da União estava em vigor, a Islândia era unida à Dinamarca por um único soberano, que era o rei da Dinamarca e também da Islândia, embora as relações exteriores fossem exercidas amplamente pelo ministro do exterior dinamarquês.

REINADO HASHEMITA DA JORDÂNIA (Jordânia) — 22 de março de 1946.

A independência data do tratado assinado com o Reino Unido, que reconheceu o Emirado da Transjordânia como um estado soberano; entretanto, a troca de ratificações, que colocou os termos do tratado em vigor, não ocorreu antes de 17 de julho de 1946. Em 25 de maio de 1946 o emir adotou o título de “rei” e na data da troca de ratificações o nome do país foi modificado para a sua atual designação. Em 24 de abril de 1950 a Jordânia anunciou a anexação de parte da Palestina que permanecia sob controle jordaniano, segundo o Acordo de Armistício Geral. Somente o Reino Unido o reconheceu como de direito. Outros países, incluindo os Estados Unidos, aceitaram o fato do controle jordaniano. Os reinos da Jordânia e do Iraque, em 14 de fevereiro de 1958, concluíram acordos para a constituição da federação denominada União Árabe. Esta federação terminou unilateralmente pelo Iraque, segundo a revolução iraquiana de 14 de julho de 1958.

É Estado Membro das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Anteriormente

Parte do mandato do Reino Unido da Palestina (incluindo toda a área territorial da Palestina e Transjordânia), aprovado pela Liga das Nações em julho de 1922 e efetivado em 29 de setembro de 1923. Em maio de 1923 o Reino Unido anunciou que reconheceria (sujeita a certas condições) a existência de um governo em separado na Transjordânia sob a chefia do emir Abdula. Isto foi formalizado cinco anos mais tarde, pelo acordo de 29 de fevereiro de 1929, entre o Reino Unido e a Transjordânia e pelas ratificações de 31 de outubro de 1929. A Turquia renunciou à sua soberania sobre o que era então a Palestina e a Transjordânia do Tratado de Lausane de 24 de julho de 1923, que começou a vigorar em 6 de agosto de 1924.

Fêz parte do Império Turco até a I Guerra Mundial.

REPÚBLICA DAS FILIPINAS (Filipinas) — 4 de julho de 1946.

Em 4 de julho de 1946 os Estados Unidos concordaram com a independência total das Filipinas, após um período de transição de dez anos, de acordo com os termos do Ato de “Tydings McDuffie” de 24 de março de 1934.

É Membro das Nações Unidas e da Organização do Tratado do Sudeste da Ásia.

Anteriormente

A comunidade das Filipinas associada aos Estados Unidos, de 1935 a 1946. Durante esse período os Estados Unidos mantiveram o controle da defesa, das relações exteriores e finanças da Comunidade.

Cedida aos Estados Unidos em 1899, pela Espanha, no Tratado de Paris.

REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO⁴ (Paquistão) — 14 de agosto de 1947.

A independência e estado de soberania resultaram do Ato de Independência da Índia de 1947. A República Islâmica foi proclamada em 23 de março de 1956. O estado jurídico de Jamu e Cachemira é motivo de disputa entre o Paquistão e a República da Índia.

O Paquistão é membro das Nações Unidas, da Comunidade Britânica de Nações, da Organização do Tratado do Sudeste da Ásia e da Organização do Tratado Central.

Anteriormente

Parte do Império Indiano sob administração Britânica. Composta dos Estados da Índia britânica, como Bombaim, Madras e partes de Bengala e Punjab; e estados principados como Haiderabad e Misore.

UNIÃO DE BURMA (Burma) — 4 de janeiro de 1948.

A independência seguiu-se ao tratado de 17 de outubro de 1947 com o Reino Unido. Burma decidiu-se não fazer parte da Comunidade Britânica de Nações, membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Burma, uma unidade autogovernada da Comunidade Britânica de Nações. Separada da Índia em 1.º de abril de 1937, de acordo com o Ato da Índia de 1935, foi, entretanto, administrada como parte da Índia britânica de 1885 a 1937.

CEILÃO⁵ — 4 de fevereiro de 1948.

A independência seguiu-se ao Ato de Independência do Ceilão de 1947. Constituído-se num domínio de governo próprio.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Colônia de Ceilão da Coroa Britânica de 1802 a 1948.

ESTADO DE ISRAEL (Israel) — 15 de maio de 1948.

A independência data da proclamação de Israel como um novo Estado. As Nações Unidas votaram-na em 29 de novembro de 1947 e pela divisão da Palestina nos estados Árabe e Judeu, em 1.º de outubro de 1948, sendo que a Inglaterra concordou em terminar o mandato em 15 de maio de 1948.

É Estado Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Parte do mandato da Palestina do Reino Unido (incluindo a área territorial da Palestina-Transjordânia), aprovado pela Liga das Nações em julho de 1922 e efetivado em 29 de setembro de 1923. Administrado pelo Reino Unido até a independência em 1948, fez parte do Império Turco até a I Guerra Mundial.

REPÚBLICA DA CORÉIA⁶ (Coréia) — 15 de agosto de 1948.

A independência data da proclamação da república, que se seguiu à II Guerra Mundial. Em 10 de maio de 1948 realizaram-se eleições gerais na Coréia do Sul, sob a observação das Nações Unidas. Não foi admitida como membro das Nações Unidas.

⁴ O nome, na forma extensa, República Islâmica do Paquistão, foi anulado em 1958, mas reintegrado em janeiro de 1964.

⁵ A designação "Domínio do Ceilão", embora oficialmente correta para o nome na forma extensa, é raramente usado.

⁶ Os Estados Unidos não reconhecem o regime imposto pelos comunistas que se intitulam de "República Popular Democrática da Coréia" e que controla a parte norte desse país.

Anteriormente

Reino anexado pelo Japão em 1910; nesta situação permaneceu, efetivamente, até o término da II Guerra Mundial.

REPÚBLICA DO VIETNAME⁷ (Vietname) — 8 de março de 1948⁸

A independência data da assinatura do acôrdo com a França, determinando o Vietname como um Estado independente, associado à União francesa. Seguiu-se o tratado de 4 de junho de 1945 e os poderes finais foram transferidos em 29 de dezembro de 1954. Proclamada a República em 26 de outubro de 1955. Não foi admitido como membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Colônia de Cochinchina e protetorado de Anam e Tonquim na Indochina francesa.

REINO DO LAOS (Laos) — 19 de julho de 1949⁹

A independência data da assinatura do acôrdo com a França determinando o Laos como um estado independente, associado à União Francesa. Os poderes finais foram transferidos ao Laos em 29 de dezembro de 1954.

É Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Reino protegido de Luang Prabang, a maior parte do Estado restante sob administração francesa direta.

REINO DE CAMBÓDIA (Cambódia) — 8 de novembro de 1949¹⁰

A independência data da assinatura do acôrdo com a França, designando a Cambódia como um Estado independente, associado à União Francesa; êste tratado confirma, também, o *modus vivendi* de 7 de janeiro de 1946, referente ao mesmo assunto. Os poderes finais foram transferidos ao Cambódia em 29 de dezembro de 1954.

É membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Protetorado na Indochina francesa.

REPÚBLICA DA INDONÉSIA (Indonésia)¹¹ — 28 de dezembro de 1949.

A independência seguiu-se, oficialmente, à conferência em Hague, que terminou em 2 de novembro de 1949. A Indonésia havia proclamado a independência desde 17 de agosto de 1945.

Membros das Nações Unidas.

Anteriormente

Índias Orientais Holandesas, possessão da Holanda.

⁷ Os Estados Unidos não reconhecem o regime imposto pelos comunistas que se intitulam de "República Democrática do Vietname", que controla a parte norte desse país. Vietname e Viet-nam, são formas igualmente corretas, dando, o Departamento de Estado Americano, preferência a esta última.

⁸ Independência proclamada pelo Vietname desde 1942.

⁹ Independência proclamada pelo Laos desde 1945.

¹⁰ Independência declarada pelo Cambódia desde 1942; a data oficial da independência, porém, é de 9 de novembro de 1953.

¹¹ Participação intermitente nas Nações Unidas desde 1.º de janeiro de 1965 — participação efetiva desde 28 de setembro de 1966.

REINO DA LÍBIA (Líbia) — 24 de dezembro de 1951.

A independência foi proclamada ao receber os poderes administrativos do Reino Unido e da França, em cumprimento às decisões tomadas pelas Nações Unidas, em 1949 e 1950. A Líbia foi o primeiro Estado independente criado pelas Nações Unidas.

É Membro das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Anteriormente

Administrado juntamente pelo Reino Unido e pela França desde a II Guerra Mundial até a independência.

Colônia italiana de 1912 até a II Guerra Mundial.

Vilaiete turco de 1835 a 1912.

REPÚBLICA DO SUDÃO (Sudão) — 1.º de janeiro de 1956.

A independência foi proclamada em seguida ao recebimento da homologação de tal ato do Reino Unido e Egito, em 31 de dezembro de 1955.

Membro das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Anteriormente

Condomínio Sudão anglo-egípcio.

REINO DE MARROCOS (Marrocos) — 2 de março de 1956.

A França reconheceu a independência marroquina na data acima, quando os poderes administrativos do Protetorado Francês foram extintos. O Marrocos celebra a data de 18 de novembro de 1955 como o começo da independência, com a ascensão do Sultão ao trono. Em 7 de abril de 1956 a independência foi reconhecida pela Espanha no Protetorado Espanhol do Marrocos. A zona internacional de Tânger ficou sob controle marroquino em 29 de outubro de 1956. De conformidade com o acordo entre a Espanha e Marrocos, de 1.º de abril de 1958, a zona meridional espanhola de Marrocos tornou-se parte do Reino de Marrocos em 17 de abril de 1958.

Membro das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Anteriormente

Reino de Marrocos formado de quatro entidades políticas: 1) Protetorado francês; 2) Protetorado espanhol; 3) Zona internacional de Tânger e 4) Zona meridional espanhola (administrada pela Espanha como parte da entidade conhecida atualmente como Sahara Espanhol).

REPÚBLICA DA TUNÍSIA (Tunísia) — 20 de março de 1956.

A independência da administração francesa data da proclamação do Reino da Tunísia. Em 25 de julho de 1957 o Bey foi deposto e estabelecida a República.

Membro das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Anteriormente

Protetorado francês da Tunísia de 1881 a 1956.

REPÚBLICA DE GANA (Gana) — 6 de março de 1957.

O Estado de Gana tornou-se realidade com a independência obtida do Reino Unido. Sua área inclui o território tutelado da Togolândia britânica, o qual depois de um voto favorável no plebiscito de 13 de dezembro de 1956, uniu-se à Colônia de Costa do Ouro para tornar-se parte do novo Estado de Gana. Na data da independência Gana adquiriu as condições de Domínio, tornando-se república em 1.º de julho de 1960.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Administrada pelo Reino Unido — Costa do Ouro e colônias de Ashanti, protetorado dos Territórios do Norte, Território Tutelado de Togolândia (originariamente estabelecido pelo mandato das Ligas das Nações sobre parte da ex-colônia alemã da Togolândia).

MALÁSIA — 31 de agosto de 1956.

A independência teve como base um acordo assinado em 8 de fevereiro de 1956, provendo a criação de uma nação independente e um segundo acordo, assinado em Kuana Lumpur, em 5 de agosto de 1957, dando término a administração do Reino Unido. O nome oficial adotado para o novo país, na ocasião da independência, foi de Federação da Malaia. A forma abreviada *Malaia*, embora amplamente usada, não foi oficialmente aceita.

Em 16 de setembro de 1963 a Malásia foi proclamada, constituindo-se não somente da Federação Malaia, mas acrescida do Estado de Singapura, Colônia de Sarawak e Colônia do Norte Borneo, hoje conhecida como Sabah. Malásia, ao contrário da Federação Malaia, usa o nome abreviado. Singapura retirou-se da Malásia em 9 de agosto de 1965.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Federação da Malaia — estabelecida em 1.º de fevereiro de 1948, sob administração do Reino Unido.

União Malaia — estabelecida em 1946 como medida intermediária sob administração do Reino Unido. União formada após a dissolução da Colônia Britânica dos Estabelecimentos dos Estreitos, criação à parte de uma Colônia da Coroa para Singapura, e transferência de Labuan para o Norte Borneo. União Malaia constituída dos ex-Estados federados malaio de Perak, Selangor, Negri Sembilan e Pahang; dos ex-Estados não federados malaio de Johore, Kedah, Perlis, Kelantan e Trengganu; e os estabelecimentos de Málaca e Penang com a província de Wellesley.

REPÚBLICA DE GUINÉ (Guiné) — 2 de outubro de 1958.

Determinada para tornar-se independente da administração francesa pela rejeição da constituição proposta pela França, segundo referendo público de 28 de setembro de 1958.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Território de ultramar da Guiné Francesa, África Ocidental Francesa.

REPÚBLICA FEDERAL DE CAMERUM (Camerum) — 1.º de janeiro de 1960.

Independência adquirida com o término da tutela das Nações Unidas. O Estado do Camerum declarou-se república com a adoção de nova Constituição em 4 de março de 1960. O Camerum meridional, parte do território tutelado administrado pela Inglaterra, votou no plebiscito de 11 de fevereiro de 1961 pela união com a República do Camerum; a união foi consumada em 1.º de outubro de 1961 e o nome da República do Camerum foi mudado para República Federal do Camerum. A república anterior é co-extensiva com a atual divisão interna, conhecida como Camerum oriental, e o ex-território tutelado do Reino Unido do Camerum meridional e co-extensivo com a atual divisão interna conhecida como Camerum ocidental.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Território do Camerum tutelado das Nações Unidas, sob administração francesa, estabelecido em 1921, segundo o mandato da Liga das Nações que se

seguiu à I Guerra Mundial. O Estado do Camerun foi estabelecido em 16 de abril de 1957, como um território associado à União Francesa, com autonomia administrativa e financeira.

Parte da colônia alemã do Camerun.

REPÚBLICA DE TOGO (Togo) — 27 de abril de 1960.

Em 28 de outubro de 1956 foi estabelecida a República de Togo como um território associado à União Francesa, com autonomia interna; a França manteve o controle da defesa, assuntos exteriores e meio circulante. A independência foi adquirida com o término da tutela das Nações Unidas e a declaração de uma república independente.

É Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Desde 1946 o Território de Togolândia era tutelado das Nações Unidas, sob administração francesa (originariamente estabelecido em 1922, segundo o mandato da Liga das Nações que se seguiu à I Guerra Mundial).

REPÚBLICA MALGACHE¹² (Madagáscar) — 27 de junho de 1960.

Independência proclamada segundo acordos de transferência de poder e cooperação, assinado em Paris, em 26 de março de 1960.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

A República Malgache havia-se tornado membro autônomo da Comunidade Francesa em 14 de outubro de 1958.

Território de ultramar de Madagáscar e dependências. Membro da União Francesa.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (Congo) (Kinshasa)¹³ — 30 de junho de 1960.

Independência proclamada segundo acordo com a Bélgica e oficiais congolezes, em 27 de janeiro de 1960. As eleições gerais congolezas ocorreram em 31 de maio de 1960. Um tratado de amizade e colaboração foi assinado pela Bélgica e o Congo, em 29 de junho de 1960.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Congo Belga era colônia da Bélgica, no período de 1908 a 1960.

Estado Livre do Congo; a Conferência de Berlim de 1884/85, reconheceu o rei Leopoldo II da Bélgica como soberano do Estado.

REPÚBLICA DA SOMÁLIA (Somália)¹⁴ — 1.º de julho de 1960.

Independência proclamada com o término da tutela das Nações Unidas na Somalilândia. A Somália uniu-se com a anterior Somalilândia Britânica, que havia se tornado independente em 26 de junho de 1960, para formar um único país.

Membro das Nações Unidas.

¹² Madagáscar, termo geográfico referente à ilha, que serve também de nome abreviado da República Malgache. A forma por extenso é, às vezes, preferida para denominar a ilha maior, juntamente com as dependências, como uma entidade política.

¹³ A República Democrática do Congo (anteriormente Congo Belga) tem o nome em forma abreviada igual ao da República do Congo (anteriormente Congo Francês). Muitas vezes os nomes se tornam indistintos num texto, entretanto, um método comum de evitar confusão é identificá-los pelo nome da capital colocado em seguida ao nome e entre parêntesis.

¹⁴ O nome na sua forma abreviada servia também para o anterior território tutelado da Somalilândia.

Anteriormente

Território tutelado da Somalilândia encontrava-se (Somália), sob administração italiana desde 1950 (ocupada pelo Reino Unido e outras forças da Comunidade de 1941 a 1950); protetorado da Somalilândia Britânica.

Somalilândia Italiana; parte da África Oriental Italiana (incluídas, também, Etiópia e Eritreia) entre 1936 e 1941.

Área administrada pela Itália entre 1889 e 1936, alternadamente como protetorado, colônia e protetorado e colônia.

REPÚBLICA DE DAOMÉ (Daomé) — 1 de agosto de 1960.

Independência proclamada depois de acordo com a França.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 4 de dezembro de 1958.

Território ultramarino de Daomé, África Ocidental Francesa, Membro da União Francesa.

REPÚBLICA DO NÍGER (Níger) — 7 de agosto de 1960.

Anteriormente

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 19 de dezembro de 1958.

Território ultramarino do Níger, África Ocidental Francesa, membro da União Francesa.

REPÚBLICA DO ALTO VOLTA (Alto Volta) — 5 de agosto de 1960.

Independência proclamada depois de acordo com a França.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Membro autônomo da Comunidade Francesa. República do Volta é o nome anterior, mudado para República do Alto Volta, em 2 de março de 1959.

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 11 de dezembro de 1958.

Território ultramarino do Alto Volta, África Ocidental Francesa. Membro da União Francesa.

REPÚBLICA DA COSTA DO MARFIM (Costa do Marfim) — 1.º de agosto de 1960.

Independência proclamada depois do acordo com a França.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 4 de dezembro de 1958.

Território ultramarino da Costa do Marfim, África Ocidental Francesa, membro da União Francesa.

REPÚBLICA DO TCHAD¹⁵ (Tchad) — 11 de agosto de 1960.

Independência proclamada após entendimentos de transferência de poder e cooperação assinados em Paris, em 12 de junho de 1960.
Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 28 de novembro de 1958.

Território ultramarino do Tchad, África Equatorial Francesa. Membro da União Francesa.

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA¹⁶ — 13 de agosto de 1960.

Independência proclamada segundo acôrdo de transferência de poder e cooperação assinado em Paris, em 12 de julho de 1960.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 1.º de dezembro de 1958.

Território ultramarino de Ubangoi-Shari, África Equatorial Francesa. Membro da União Francesa.

REPÚBLICA DO CONGO (Congo — Brazzaville) — 15 de agosto de 1960.

Independência proclamada segundo acôrdo de transferência de poder e cooperação, assinado em Paris, em 12 de julho de 1960.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 28 de novembro de 1958.

Território ultramarino do Congo Médio, África Equatorial Francesa. Membro da União Francesa.

REPÚBLICA DE CHIPRE (Chipre) — 16 de agosto de 1960.

Em 19 de fevereiro de 1959 foi assinado um acôrdo, em Londres, pelos primeiros ministros da Inglaterra, Grécia e Turquia, que concordaram em um futuro estado político de Chipre como república. A independência foi, formalmente, proclamada após um acôrdo com o Reino Unido. Este mantém as bases militares na ilha sob sua soberania

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Sob administração britânica de 1878 a 1960 — *status* de colônia da Coroa de 1925 até a independência.

Possessão do Império Turco.

¹⁵ Uma União Equatorial, ou União das Repúblicas Centro-Africanas, foi anunciada em 16 de maio de 1960, em Fort Lamy. A união consistiria em uma Confederação do Tchad, República Centro-Africana e Congo (Brazzaville); o Gabon não se juntou, mas anunciou um plano de participar em escala limitada. Os propósitos dessa união eram estreitar mais os laços econômicos, através de maior entendimento entre os componentes, organizar um sistema comum de defesa e promover uma política exterior em comum. Foi feita uma tentativa pela união no sentido de obter independência dentro da Comunidade Francesa. O plano para essa união foi derubado segundo acôrdos de transferência de poder e cooperação assinado em Paris, entre todos os que constituíam as repúblicas da África Equatorial Francesa e a França, em 12 de julho de 1960. Os quatro estados, entretanto, mantêm, ainda, a união comercial, certos serviços interterritoriais em comum e a prática de consultas periódicas entre os dirigentes dos estados.

¹⁶ A República Centro-Africana não possui designação em forma abreviada.

REPÚBLICA DO GABÃO (Gabão) — 17 de agosto de 1960.

Independência proclamada após acordos de transferência de poder e cooperação, assinados em Paris, em 12 de julho de 1960.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 28 de novembro de 1958.

Território ultramarino do Gabon, África Equatorial Francesa. Membro da União Francesa.

REPÚBLICA DO SENEGAL (Senegal) — 20 de agosto de 1960.

A data acima indica a inauguração de uma república independente, após a secessão do Senegal da Federação de Mali. O Senegal adotou nova constituição em 25 de agosto de 1960.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Tornou-se independente da administração francesa, como parte da Federação de Mali, em 20 de junho de 1960.

Membro dessa federação, formada juntamente com a República do Sudão, em 4 de abril de 1959.

Adquiriu condições de membro autônomo da Comunidade Francesa em 25 de novembro de 1958.

Território ultramarino do Senegal, África Ocidental Francesa. Membro da União Francesa.

REPÚBLICA DE MALI¹⁷ (Mali) — 22 de setembro de 1960.

A data acima indica a inauguração de uma república independente, após a secessão do Senegal da Federação de Mali, em 20 de agosto de 1960. A república foi proclamada em 22 de setembro de 1960.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Tornou-se independente da administração francesa, como parte da Federação de Mali, em 20 de junho de 1960. Membro dessa federação juntamente com as repúblicas de Sudão e Senegal, em 4 de abril de 1959.

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 24 de novembro de 1958.

Território ultramarino do Sudão Francês, África Ocidental Francesa. Membro da União Francesa.

REPÚBLICA DA NIGÉRIA (Nigéria) — 1.º de outubro de 1960.

Independência proclamada após acordo com o Reino Unido. O Camerum Setentrional e parte do Território Tutelado administrado pela Inglaterra, votaram num plebiscito, em 11 de fevereiro de 1961, para a união com a federação da Nigéria; a união foi efetivada em 1.º de junho de 1961.

Em 24 de maio de 1966 a designação de República Federal da Nigéria foi abolida.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

¹⁷ A Federação de Mali foi sugerida, em 17 de janeiro de 1959, para as repúblicas de Daho-meí, Senegal, Sudão e Alto Volta. Quando a federação tornou-se realidade, em 4 de abril de 1959, Daho-meí e Alto Volta retornaram à decisão anterior e não participaram da nova federação. Em 24 de setembro de 1959 a federação tomou a decisão de requerer a independência da França, que foi efetivada em 20 de junho de 1960.

Anteriormente

Colônia Britânica e Protetorado da Nigéria. Território tutelado do Camerum, sob administração britânica, foi governado como parte da Nigéria.

REPÚBLICA ISLÂMICA DA MAURITÂNIA (Mauritânia) — 28 de novembro de 1960.

Independência foi proclamada em seguida ao acôrdo com a França, em 19 de outubro de 1960.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Tornou-se membro autônomo da Comunidade Francesa em 28 de novembro de 1958.

Território de ultramar da Mauritânia. África Ocidental Francesa, Membro da União Francesa.

SERRA LEOA¹⁸ — 27 de abril de 1961.

Independência obtida de acôrdo com a Conferência Constitucional de Londres, de 20 de abril a 4 de maio de 1960.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Colônia britânica e Protetorado de Serra Leoa.

ESTADO DE KUWAIT¹⁹ (Kuwait) — 19 de junho de 1961.

Independência foi confirmada por uma troca de notas com o Reino Unido na data acima e foi determinado um tratado especial de direitos.

Membro das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Anteriormente

Principado independente, em tratado especial de relações com o Reino Unido de 1899 a 1961.

REPÚBLICA UNIDA DE TANZÂNIA (Tanzânia) — 9 de dezembro de 1961.

Em 27 de abril de 1964 Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar um único estado; em 29 de outubro de 1964 o nome foi mudado de República Unida de Tanganica e Zanzibar para República Unida de Tanzânia. Entretanto cada um dos dois estados obtiveram independência antes de se unirem.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Nota — Anterior a 27 de abril de 1964 — Tanganica e Zanzibar eram membros das Nações Unidas e da Comunidade Britânica das Nações, respectivas. A união dos dois diminuiu a lista de cada organização de um membro.

*Tanganica*²⁰

A República de Tanganica adquiriu independência em 9 de dezembro de 1961, com o término da tutela das Nações Unidas. O Reino Unido anunciou, em 29 de março de 1961, que a Tanganica tornar-se-ia independente em 28 de dezembro de 1961, modificado mais tarde para a data acima.

¹⁸ Serra Leoa não tem designação em forma extensa.

¹⁹ O Kuwait, juntamente com a Arábia Saudita, circundam uma zona neutra.

²⁰ A designação em forma extensa, República de Tanganica, foi adotada em 9 de dezembro de 1962, permanecendo em uso até 27-4-64.

De 1946 até a independência foi um território tutelado das Nações Unidas, sob administração do Reino Unido. Após a I Guerra Mundial tinha-se estabelecido como mandato das Ligas das Nações. De 1885 até a I Guerra Mundial compreendia a maior parte da África Oriental Alemã e o restante constituindo o triângulo Ruanda-Urundi e Kionga.

Zanzibar

Tornou-se independente em 10 de dezembro de 1963, depois de um período de crescente autonomia. Logo após obter a soberania, nos meados de janeiro de 1964, como resultado de uma revolução, novo governo tomou o poder, referindo-se a si próprio como governo da República Popular de Zanzibar. A curta existência do governo e conselho revolucionários do novo estado efetivou a união de Zanzibar e Tanganica, como uma república unida, com grau considerável de autonomia local, sob nova constituição.

Anteriormente à independência, Zanzibar se caracterizava como protetorado do Reino Unido, como proclamado, formalmente, em 1891. Em meados de 1963, sérios esforços foram tentados para a formação de uma federação com Quênia, Tanganica, Uganda e Zanzibar, na constituição de um único Estado.

Não obstante suas condições de protetorado, a área foi, também, qualificada como sultanato, tendo um sultão residente governado desde 1828. Anteriormente a essa época o controle procedia da península arábica.

ESTADO INDEPENDENTE DA SAMOA OCIDENTAL²¹ (Samoa Ocidental) — 1.º de janeiro de 1962.

A Samoa Ocidental adquiriu sua independência segundo acordo entre o governo da Nova Zelândia, líderes samoanos e o Conselho Tutelar das Nações Unidas. Não foi feito requerimento para membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Foi um território tutelado das Nações Unidas sob administração da Nova Zelândia de 1946 até a independência. Foi possessão alemã de 1899 a 1941 (tropas neo-zelandesas ocuparam as ilhas no início da I Guerra Mundial). Em 1920 as ilhas foram designadas, sob mandato da Liga das Nações, à Coroa Britânica, como representante da Nova Zelândia.

Em 1899 as ilhas maiores foram distribuídas da seguinte maneira: os Estados Unidos receberam Tatuila, o Reino Unido Savaii e a Alemanha Upolu. O Reino Unido concedeu, imediatamente, Savaii à Alemanha, em troca de concessões feitas por esta ao Reino Unido em Tonga e nas ilhas Salomão.

De 1880 a 1899 o Ato Geral de Berlim (estabelecido em conferência em que tomaram parte os Estados Unidos, o Reino Unido e a Alemanha) proveu um governo em condomínio para o Reino de Samoa.

REPÚBLICA DE BURUNDI (Burundi) — 1.º de julho de 1962.

Independência adquirida como reino, do mesmo modo que a República de Rwanda, por determinação da tutela das Nações Unidas de Ruanda-Urundi. Burundi é a mais nova designação aceita de Urundi.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Burundi, antes estado indígena²² de Urundi, em Ruanda-Urundi, tornou-se parte do território tutelado das Nações Unidas de Ruanda-Urundi, sob administração belga, em abril de 1949. Foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1946.

Antes de se tornar território tutelado, a região constituía parte de um mandato belga da Liga das Nações, que se efetivou depois da I Guerra Mundial.

Anteriormente a esse conflito, a mesma área compreendia parte da África Oriental Alemã, que formava um triângulo junto com Tanganica e Kionga.

²¹ A denominação em forma extensa dada à Samoa Ocidental é a mesma admitida no Ato Constitucional.

²² A área era mencionada, às vezes, como um distrito, de superfície equivalente à de Urundi, sob tutela belga. Foi, ao mesmo tempo, um antigo reino, mal definido.

REPÚBLICA DE RWANDA (Rwanda) — 1.º de julho de 1962.

Independência adquirida do mesmo modo que a de Burundi, em consequência do término da tutela das Nações Unidas em Ruanda-Urundi. Rwanda é a mais nova designação aceita de Ruanda.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Rwanda, antes estado indígena²³ de Ruanda, tornou-se parte do território tutelado das Nações Unidas de Ruanda-Urundi, sob administração belga, em abril de 1949. Estas condições foram aprovadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1946.

Antes de se tornar território tutelado, a região fazia parte do mandato belga da Liga das Nações, que se tornou efetivo depois da I Guerra Mundial.

Em época anterior a essa guerra a mesma região fazia parte da África Oriental Alemã, constituindo um triângulo junto com Tanganica-Kionga.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA E POPULAR DE ARGÉLIA²⁴ (Argélia) — 5 de julho de 1962.

A independência veio, formalmente, para a Argélia em 5 de julho de 1962, conforme o Acórdo de Evian e os plebiscitos que se seguiram, levados a efeito na França e Argélia. Um governo nacional foi constituído em setembro de 1962.

Membro das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Anteriormente

A Argélia foi dividida pela França em duas entidades administrativas: Argélia e Saara. A anterior compreendia 13 departamentos do norte e era considerada, pelo governo francês, como sendo parte integral da França. Os dois departamentos saarianos estiveram sob a autoridade do Ministro de Estado para o Saara e os Departamentos de Ultramar. A fronteira entre a Argélia e o Saara tem mudado, freqüentemente, nos últimos anos.

Antes de 1946 e à passagem do Estatuto Argelino, os departamentos saarianos eram conhecidos como territórios meridionais.

A Argélia, excluindo a região do Saara, tornou-se francesa entre os anos de 1830 e 1847, durante os quais a região foi progressivamente ocupada.

JAMAICA²⁵ — 6 de agosto de 1962.

A independência se seguiu à dissolução da federação das Índias Ocidentais, na qual a Jamaica devia ser uma das dez colônias a constituir um estado federado independente. O governo do novo estado é do tipo parlamentar. Por definição o país se qualifica como um domínio.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

As Índias Ocidentais, das quais a Jamaica fazia parte, foram, formalmente, estabelecidas pela Ordem no Conselho de 31 de julho de 1957, que se tornou efetiva em 3 de janeiro de 1958. A dissolução da federação ocorreu, oficialmente em 31 de maio de 1962.

Em 1959 entrou em vigor uma constituição estabelecendo autogoverno nos negócios internos. Anteriormente outra constituição, proclamada em 1944, dava à Jamaica dimensões mais amplas no sentido de um governo próprio quanto aos assuntos internos. Um governo ministerial começou em 1953.

A parte da associação com a federação das Índias Ocidentais, a ilha de Jamaica foi colônia britânica²⁶ por, aproximadamente, três séculos. Foi, originalmente, confirmado como possessão inglesa em 1670 pelo Tratado de Madri, 15 anos após ter sido tomada da Espanha.

²³ A região era, às vezes, mencionada como um distrito de área equivalente à de Ruanda, sob tutela belga. Foi, ao mesmo tempo, um antigo reino mal definido.

²⁴ Freqüentemente encurtado para República de Argélia.

²⁵ Não há designação, em forma extensa, para Jamaica.

²⁶ A Colônia de Jamaica incluía as ilhas Turcas e Caicos, e Caimás; o Estado atual não.

TRINIDAD E TOBAGO²⁷ — 31 de agosto de 1962.

A dissolução da Federação das Índias Ocidentais levou Trinidad e Tobago à completa independência. O governo é do tipo parlamentar. A ilha de Tobago é, administrativa e constitucionalmente, parte do Estado. Por definição Trinidad e Tobago se qualificam como domínio.

Membros das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

De 3 de janeiro de 1938 a 31 de maio de 1962 Trinidad e Tobago faziam parte da federação das Índias Ocidentais²⁸ retendo, ao mesmo tempo, sua condição de colônia britânica.

A Constituição estabeleceu governo próprio interno, na colônia, em 1961.

Trinidad foi colônia espanhola até 1802, quando foi cedida à Inglaterra. Tobago foi ligada à Trinidad em 1888 e em 1898 tornou-se o baluarte da colônia unida de Trinidad e Tobago.

UGANDA²⁹ — 9 de outubro de 1962.

Como resultado de uma convenção constitucional, levada a efeito em Londres, em outubro de 1961, Uganda foi programada para adquirir independência e desde essa época optou no sentido de permanecer dentro da Comunidade Britânica. Foi estabelecida uma forma federal de governo e a capital foi transferida de Entebbe para Kampala.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

De março a outubro de 1962 foi, localmente, autogovernada. Eleições gerais ocorreram em abril de 1962.

As condições políticas desde 1894 a março de 1962 foram de protetorado do Reino Unido.

REPÚBLICA DE QUÊNIA (Quênia) — 12 de dezembro de 1963.

Depois da dissolução da federação da África Oriental (Quênia, Tanganica, Uganda e possivelmente Zanzibar), efetivada em 1963, Quênia obteve total independência e um ano após tornou-se república. Autogoverno nos assuntos internos obtidos em maio de 1963.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

De 1920 até a data da independência, Quênia apresentava dupla condição política de colônia e protetorado. A parte de protetorado, entretanto, estava limitada a uma faixa de 16 quilômetros ao longo da costa, ao sul do braço norte do rio Tana.

O Reino Unido obteve o controle da área em 1888 através da Companhia Britânica da África Oriental. Em 1895 foi transferida para a Coroa, tornando-se o Protetorado Este Africano.

REPÚBLICA DE MALAWI (Malawi) — 6 de julho de 1964.

Independência concluída de conformidade com o acordo efetivado em Londres, em setembro de 1963, que estabeleceu um período de autogoverno anterior à independência. Na ocasião da independência o novo Estado adotou, formalmente, o nome de Malaw.

Tornou-se república em 6 de julho de 1966.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

²⁷ Embora Trinidad e Tobago seja a designação, em forma abreviada, oficial da entidade, Trinidad sem a referência de Tobago é freqüentemente usada. Não existe designação em forma extensa.

²⁸ Veja em Jamaica o estabelecimento e dissolução da federação das Índias Ocidentais.

²⁹ Não foi estabelecida nenhuma designação em forma extensa.

Anteriormente

Protetorado de Niasalândia, administrado pelo Reino Unido. Niasalândia, juntamente com as Rodésias do Norte e do Sul, constituíram-se membros da Federação da Rodésia e Niasalândia, que vigorou entre 3 de setembro de 1953 a 31 de dezembro de 1963.

MALTA³⁰ — 21 de setembro de 1964.

Na conferência constitucional de Londres, em 1963, o governo britânico anunciou a independência de Malta em 31 de maio de 1964. Esta última data não pôde ser observada para o cumprimento do ato, ultimando-se para, aproximadamente, quatro meses mais tarde.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Dependência do Reino Unido. Gozo e Comino, pequenas ilhas adjacentes, têm sido, tradicionalmente, associadas à Malta.

REPÚBLICA DE ZÂMBIA (Zâmbia) — 24 de outubro de 1964.

Independência adquirida sob o nome de República de Zâmbia, de conformidade com o acórdão estabelecido em Londres, em maio de 1964. Desfrutava de autogoverno em grau elevado, anteriormente à independência.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Protetorado da Rodésia do Norte administrado pelo Reino Unido. Como no caso da Malawi, o novo estado foi membro da atualmente extinta Federação da Rodésia e Niasalândia, em vigor entre 3 de setembro de 1953 e 31 de dezembro de 1963.

GÂMBIA³¹ — 18 de fevereiro de 1965.

Concedida independência em conformidade com os termos discutidos na Conferência Constitucional realizada em Londres, em julho de 1964. Em outubro de 1963 Gâmbia havia conseguido autogoverno, com o controle dos assuntos que não os relacionados a negócios exteriores, defesa e segurança interna.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Colônia e protetorado britânicos com o nome oficial de "A Gâmbia".

ILHAS MALDÍVIAS³² — 26 de julho de 1965.

Independência confirmada quando o Reino Unido conferiu às ilhas a responsabilidade da defesa e negócios exteriores.

Membro das Nações Unidas.

Anteriormente

Protetorado britânico entre 1887 e 1965. Sultanato desde 1965.

³⁰ Malta não possui designação em forma extensa.

³¹ Não há designação em forma extensa.

³² Não há designação em forma extensa. O governo maldiviano permitiu ao Reino Unido continuasse usando, até 15 de dezembro de 1986, as instalações no Atol Adu (ilha de Gan), para defesa da Comunidade.

REPÚBLICA DE SINGAPURA³³ (Singapura) — 9 de agosto de 1965.

Independência proclamada com o afastamento do Estado da Malásia.
Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Singapura juntou-se à federação da Malásia, Sarawak e Norte Borneo (Sabah) para formar a Malásia independente, em 16 de setembro de 1963. Antes de tornar-se parte da Malásia, formava o estado autogovernado de Singapura, constituído em 11 de abril de 1957. Colônia da Coroa desde 1867 e possessão britânica depois de 1819.

GUIANA³⁴ — 26 de maio de 1966.

Independência concedida à Guiana Britânica pelo Reino Unido sob o nome de Guiana, em conformidade com o acordo estabelecido em Londres, em novembro de 1965.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

A Guiana Britânica constituiu-se como colônia autogovernada em agosto de 1961. Anteriormente a essa data, o Reino Unido administrava os negócios internos e externos da colônia, desde sua cessão pela Holanda em 1814.

REPÚBLICA DE BOTSWANA (Botswana) — 30 de outubro de 1966.

Independência obtida, pela Bechuanalândia, do Reino Unido, sob o nome de Botswana, em conformidade com o acordo estabelecido em Londres, em 14/21 de fevereiro de 1966.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Bechuanalândia permaneceu como protetorado britânico de 1885 até a independência. A parte meridional do território original, incluindo Mafeking, Wryburg e Kurman, constituía colônia da Coroa. Em 1895 esta área tornou-se parte da Colônia do Cabo e, conseqüentemente, parte do Sul da África. A parte norte ou, atualmente, Botswana, foi oficialmente designada como Protetorado de Bechuanalândia em 1895. Foi administrado como Território de Alto Comissariado em 1.º de agosto de 1964. O protetorado tornou-se autogovernado após as eleições gerais, em 1.º de março de 1965.

REINO DE LESOTO (Lesoto) — 4 de outubro de 1966.

Independência adquirida por Lesoto, antes conhecido como Basutolândia, do Reino Unido, de acordo com os termos estabelecidos na Inglaterra, em 8/17 de junho de 1966.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

Anteriormente

Basutolândia foi anexada pelo Reino Unido em 1868. Depois de um período de administração pela Colônia do Cabo, o Reino Unido reassumiu a administração direta em 1884, sob o Alto Comissariado do Sul da África. Este foi abolido em 1.º de agosto de 1964, ao tempo em que um representante do governo britânico foi designado para Basutolândia.

BARBADOS³⁵ — 30 de novembro de 1966.

Independência concedida pelo Reino Unido, em conformidade com o acordo estabelecido em Londres, na Conferência Constitucional de 20 de junho a 4 de julho de 1966.

Membro das Nações Unidas e da Comunidade Britânica de Nações.

³³ Estabelecimentos militares britânicos, incluindo base naval e quartel general das Forças Terrestres do Oriente, que permanecem em Singapura.

³⁴ Não há designação em forma extensa.

³⁵ Não há designação em forma extensa para Barbados.

Anteriormente

Colônia anterior à independência, foi administrada continuamente pela Inglaterra de 1627 a 1966. A Carta Patente de Barbados, de 16 de outubro de 1961, concedeu, à colônia, autogoverno para os negócios internos. A ilha foi membro da federação das Índias Ocidentais de 1958 até a sua dissolução em 1962.

* * *

BARBADOS: NAÇÃO INDEPENDENTE ***

Barbados se tornou nação independente, a 131.^a no mundo atual, a 30 de novembro de 1966, tal qual as 61 novas nações, ora independentes, desde o começo da II Guerra Mundial. Barbados foi o nome escolhido para essa nova nação. Seus habitantes receberam a designação de barbadianos; denominação adjetiva com referência a essa nação. A linguagem em uso é o inglês.

A Constituição criou um governo parlamentarista com dois membros legislando, um Senado com 21 membros escolhidos e uma Assembléia com 24 membros eleitos. A primeira figura, chefe de estado, é Sua Majestade a Rainha Elisabeth II, representada por um governador geral. A figura do executivo é representada pelo primeiro ministro Errol W. Barrow. Barbados mantém sua representação na Comunidade Britânica das Nações.

Barbados foi, primeiramente, colonizada pelos ingleses em 1627. Em 1639 foi criada sua Assembléia, sendo a segunda casa mais antiga a legislar no hemisfério ocidental. Através dos anos ocorreram algumas modificações, que vieram trazer aos barbadianos o aumento de sua autonomia interna. Chegando a ser absoluta essa autonomia, quando da carta de Barbados, a 16 de outubro de 1961, que vinha garantir à colônia, completa autodeterminação. Foi membro da federação das Índias Ocidentais desde 1958 até sua dissolução em 1962.

Barbados é a mais oriental das ilhas do Caribe e está localizada a leste das ilhas Windward, tendo 33,8 km de comprimento e 22,5 km de largura. Sua área, de 430 km², é ligeiramente maior que 2,5 vezes o tamanho do distrito de Colúmbia (Estados Unidos). O monte Hillary, com 368 metros, é sua maior elevação. Em 31 de dezembro de 1965, numa estimativa oficial das Nações Unidas, a população era de 246 000, da qual 79% era de origem africana, 4% européia e 17% mista. A capital, Bridgetown, sua maior cidade, é o centro de uma área urbana com população de 90 000. A população de Barbados lhe confere uma densidade populacional de, aproximadamente, 1 500 pessoas por quilômetro quadrado, constituindo uma das áreas mais densamente povoadas do mundo.

Econômicamente a ilha, com área cultivável equivalente a 85% do seu território, depende da cana-de-açúcar como principal produto e recurso natural, sendo a maior fonte de rendimento 80% das taxas, ainda proporcionando oportunidade de permuta com outros produtos estrangeiros. Portanto a principal exportação é o açúcar, logo a seguir o rum e o melão. As rendas nacionais são acrescidas, ainda, pelos produtos agrícolas, incrementados pela sempre crescente indústria do turismo. A unidade monetária é o *east caribbean dollar* (EC\$) e sua fração principal, o *cent*. A taxa de câmbio entre um *east caribbean dollar* um dólar americano é: US\$ 1.00 — 1.71 EC\$.

Administrativamente, os conselhos dos distritos da parte norte e sul e o conselho de Bridgetown City, compreendem uma divisão de primeira ordem civil. Os centros administrativos dos conselhos distritais do norte e do sul não estão localizados em determinada cidade, mas próximo a Hometown, St. James (Paróquia) e Searboro, Paróquia da Igreja de Cristo, respectivamente. Onze paróquias e a cidade de Bridgetown (não confundir com a cidade do Conselho) não são entidades administrativas, servindo atualmente como distritos eleitorais.

*** Apresentado como *nota geográfica* do Bureau de Inteligência e Pesquisa do Departamento de Estado dos Estados Unidos — 30 de novembro de 1966.

* * *

BARBADOS

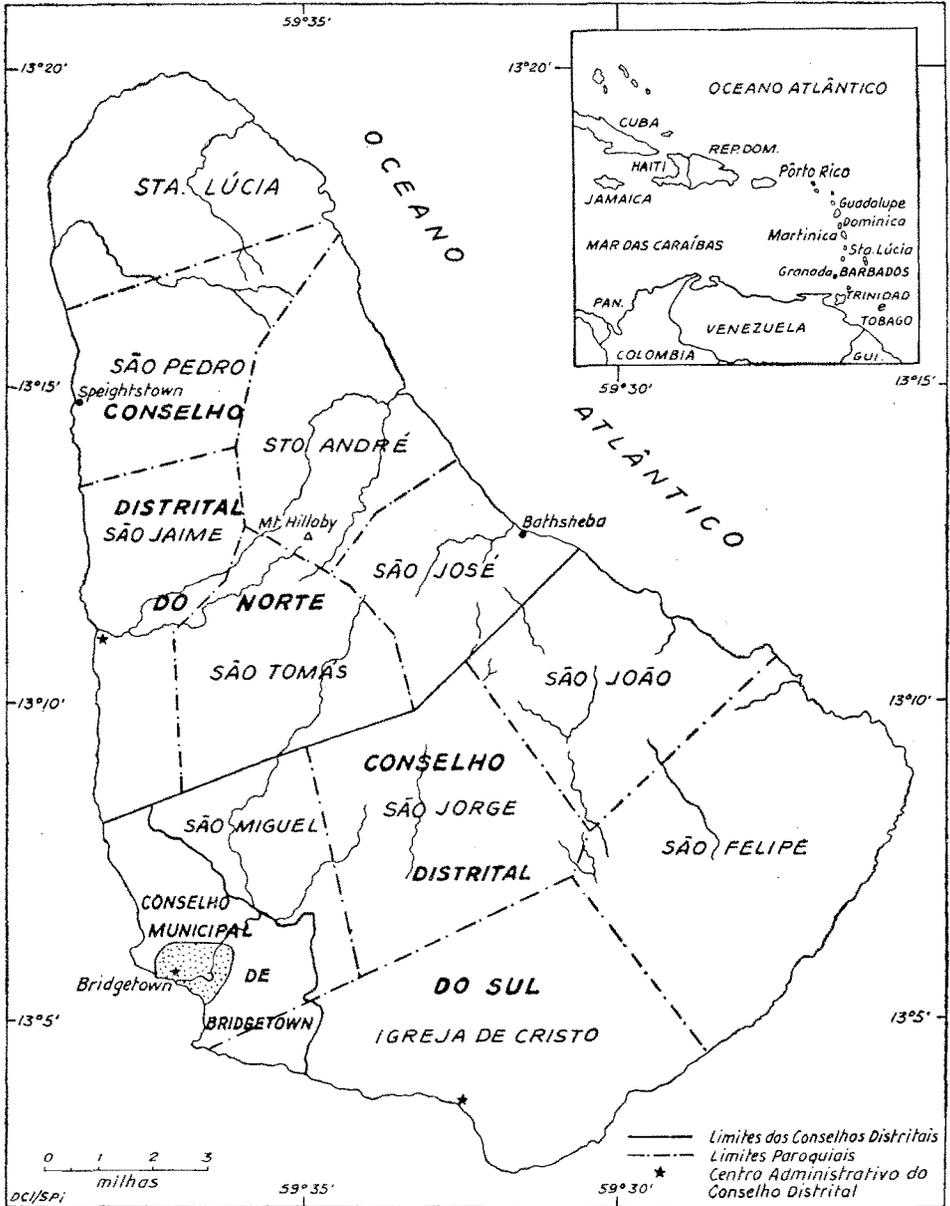


Fig. 2

A GEOMORFOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM A GEOGRAFIA GLOBAL E GEOGRAFIA TOTAL *

LOUIS EDMOND HAMELIN

A geomorfologia está em pleno desenvolvimento em numerosos países. Entre os geógrafos da Europa Ocidental, forças de renovação fizeram uma ciência há muito tempo clássica tomar rumos novos, pela introdução de preocupações tanto climáticas como aplicadas. Nos Estados Unidos, ao lado dos geólogos, engenheiros, pedólogos e hidráulicos, cujas pesquisas sobre as formas de relevo são notáveis, os geógrafos parecem retomar o interesse pelos fenômenos físicos. Na URSS, o governo confiou um papel fundamental às ciências da terra. Este movimento muito intenso, que não se limita apenas a estes três exemplos, consagra o valor da geomorfologia, modifica a maneira de praticar o ofício de morfólogo e, portanto, coloca em outros termos o problema do lugar desta disciplina renovada no *corpus* geral das ciências. O problema é de grande importância para a geografia, ciência-mater da geomorfologia na maior parte dos países.

A geomorfologia é, em si e de fato, geográfica? Se se sustenta que ela é, sua nova dimensão irá exigir do geógrafo, já solicitado por outros setores igualmente em franco progresso, qualidades super-humanas. Tem-se falado da sobrecarga ligada a tais exigências. A única saída consistiria na prática de uma geografia parcial, mas então o especialista, no presente caso o morfólogo, seria ainda geógrafo? Se, ao contrário, se demonstrar que a geomorfologia não é absolutamente do mundo geográfico, ela seria geológica ou tornar-se-ia uma disciplina independente? De qualquer maneira, a Geografia está, então, ameaçada de desintegração e será preciso dentro de um prazo mais ou menos curto, dividi-la pelo menos em duas partes: a física e a humana? A Geografia tradicional, perdendo a sua unidade, não teria mais razão de ser. A resposta ao grau de "geograficidade" da Geomorfologia baseia-se na opinião que se tem da própria Geografia. Ao considerarmos de um lado, as definições desta ciência e, por outro, o que os geógrafos fazem, é evidente que a Geografia é pelo menos duas coisas. No século XX nasceu a Geografia global que continua uma maneira de praticar esta profissão. Posteriormente, o grupo das ciências geográficas particulares que se desenvolvem agora irá compor um conjunto que se poderia chamar de Geografia total ou toda a Geografia. A expressão de GEOGRAFIA GLOBAL relaciona-se sobretudo com o método, enquanto GEOGRAFIA TOTAL se relaciona muito mais com a dimensão do objeto.

Antes de considerar individualmente cada um destes pontos-de-vista, parece-nos de bom alvitre apresentar primeiro um breve quadro histórico da geomorfologia e uma classificação dos geógrafos atuais face ao estudo do relevo.

I — A GEOMORFOLOGIA E OS GEÓGRAFOS: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS

1. *A geomorfologia anterior a 1940:*

O retrospecto de algumas etapas cronológicas nos conduzirá à apresentação das principais características desta primeira geomorfologia moderna e sistemática.

* Transcrito de *Notícia Geomorfológica*, Vol. VII, N.º 13/14, junho e dezembro de 1967 (Tradução de Antônio Christofoletti). Publicado originalmente em *Cahiers de Géographie de Québec*, ano VIII, N.º 16, setembro de 1964.

Numerosos autores descreveram uma fase ou outra da evolução desta ciência, seja indiretamente pelas suas pesquisas, seja diretamente por trabalhos históricos específicos. A maioria dos autores arrolados na bibliografia poderia aqui ser mencionada. Foi somente após 1700 que a teoria catastrófica, prolongando em maior ou menor grau as modalidades da criação do mundo segundo a Bíblia, cedeu lugar ao uniformitarismo ou atualismo. "*The present is the key to the past*", escreveu o inglês Charles Lyell (1797-1825), que tinha sido igualmente precedido na Grã-Bretanha por James Hutton (1726-1797) e John Playfair (1748-1819). Enquanto nos países de línguas alemã e francesa apareciam notáveis trabalhos sobre as torrentes, as fontes e o relevo glaciário, os Estados Unidos criavam o importante GEOLOGICAL SURVEY, ao qual está associado G. K. Gilbert (1843-1918).

Com o geólogo William Morris Davis (1850-1934), atinge-se a idade de ouro, consagrada sobretudo à morfologia "normal"¹. Consolidadas na Europa por Baulig e De Martonne, as atraentes teorias de Davis penetraram profundamente; são encontradas mesmo nas teses, nos capítulos consagrados à pesquisa de neoplanícies regionais. De fato, as teorias desta morfologia eram muito sedutoras e aparentemente sólidas; assim, foram abundantemente superutilizadas por alguns discípulos condescendentes, cujo espírito crítico estava como que sufocado.

Produziu-se uma certa evolução. Porque, ao mesmo tempo que se interessava por esta geomorfologia mental, tomou-se gosto pelo estudo do relevo. O desenvolvimento de após-guerra, demograficamente forte, vai contribuir para a diversificação do pensamento clássico e desenvolverá novos campos, novos métodos e novos conceitos.²

Considerado dentro da perspectiva deste trabalho, este breve resumo do passado nos ensina que a geomorfologia foi criada por geólogos na maior parte dos países.³ Mas aconteceu que o prosseguimento destes trabalhos se tornou a função dos geógrafos. De um lado, os geólogos parcialmente se desinteressaram pela morfologia. Wooldridge (1951) explica-nos que na Inglaterra, por razões de incompatibilidade estratigráfica, os ciclos de erosão de Davis não podiam ser aceitos pelos geólogos. Além disso, estes últimos consideravam que o estudo das *land-forms* (e mesmo do Quaternário) não era o seu ofício, como por convenção, os historiadores deixavam aos geógrafos as coisas que não eram do passado. De qualquer modo, o desinteresse total ou parcial dos geólogos pela geomorfologia coincidia com um apetite que a Geografia conservava no tocante às pesquisas sobre o relevo. Com efeito, já que a Geografia considerava, de uma maneira determinista ou possibilista, o ajustamento do homem à terra, os estudos de geomorfologia, que continuavam os trabalhos alemães de Penck e os franceses de La Noe eram benvindos. Davis, além disso, deve ter atraído indevidamente os geógrafos, utilizando o adjetivo *geographical* para designar o ciclo de evolução do relevo pelas águas correntes (existia, entretanto uma expressão mais antiga e mais exata: *geomorphic cycle*, escrito por A. C. Lawson, em 1894, em um estudo geomorfológico sobre a Califórnia). Em sentido estrito, o *Geographical Cycle* de Davis só parcialmente era geográfico, assim como os tratados de biogeografia dos botânicos. A geomorfologia é, portanto, oriunda da geologia. Todos os geólogos não foram assim tão generosos e, num editorial do *Journal of Geomorphology*, (vol. I, n.º 4, 1938), reclamou-se a geomorfologia para a geologia, após ter-se acusado o geólogo Davis de tê-la feito descambar para fora de campo geológico: "*Geomorphology can advance only as it keeps intimately in touch with the process of geology knowledge*". Foi exatamente isto que conduziu, mais tarde, Kirk Bryan (1950) a considerar a geomorfologia como "*a branch of historical geology*". Assim, se a geomorfologia passou a ser tratada entre os geógrafos, ela não deixou de ser considerada como geológica nos Estados Unidos.

¹ A propósito do que Leigby denominou de "DAVIS DOMINATION", a bibliografia é enorme. Citamos somente os trabalhos de Daly (1945), o Simpósio de Geomorfologia em honra do centenário do nascimento de W. M. Davis, publicado nos *Annals of the Ass. of American Geographers* (vol. XL, 1960 n.º 3, pág. 172-235), com artigos de Lawrence Martin, C. A. Cotton, Henri Baulig, Kirk Bryan, A. N. Strahler e Louis C. Peltier. Podemos assinalar, ainda, as obras de Baulig (1950), Hilton (1962) e Judson (1960).

² O trabalho de Cholley (1950) geralmente é citado como sinônimo de preocupações novas.

³ Assim aconteceu notadamente na Alemanha, Inglaterra, nos Estados Unidos e na URSS, Obruchev, que exerceu um grande papel na geomorfologia, era igualmente geólogo. A respeito, vide o trabalho de French (1963).

Em seu nascimento, a geomorfologia era duplamente estranha à Geografia. Além de ter como país na maioria geólogos, ela foi imaginada fora do laboratório empírico da Geografia em formação. "Em lugar de se constituir pouco a pouco, passo a passo, por meio de experiências acumuladas, de fatos decisivos, recolhidos em ligação com as necessidades de prática, como foi, por exemplo, o caso da biologia pasteuriana, ela apareceu de uma só vez, do alto, sob a forma de uma verdadeira revelação. Davis nos deixou, num bloco, uma geomorfologia totalmente elaborada... idealista... de falsa orientação" (Tricart 1956). de qualquer modo, a geomorfologia não foi concebida para satisfazer as exigências e os critérios da Geografia. O fato de ter sido captada pelos geógrafos, não a tornou automaticamente geográfica. Veremos, dentro em pouco, se os geógrafos a adaptaram ao adotá-la.

A transferência da morfologia para o campo dos geógrafos coincidiu com o estabelecimento de certas características desta primeira geomorfologia (Enjalbert, 1956). Inicialmente, seu campo retrai-se. No século XIX, T. H. Huxley criou o termo "*physiography*" para englobar os "*natural phenomena in general*" (Campbell, 1928); J. A. Steers (1960) precisa que esta palavra compreendia "*the study of the atmosphere, water and land forms*". Tratava-se pois, de toda a geografia física. Logo após, todavia, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, o sentido desta palavra só designará os fenômenos do relevo, isto é, a fisiografia não era nada mais que a geomorfologia.

Esta veio, pela razão acima, a ocupar quase o campo antigamente consagrado a toda a Geografia física: cursos de introdução à Geografia eram reduzidos a lições de geomorfologia. Esta hipertrofia pode explicar, por exemplo, o pequeno desenvolvimento dos estudos geográficos de hidrologia e de climatologia. Entre numerosos geógrafos, a morfologia gozava de um prestígio exagerado que prejudicava o desenvolvimento das ciências físicas vizinhas.

Fato curioso, a própria morfologia não era inteiramente explorada. O relevo "normal" era favorecido em relação aos *accidentes*. Três questões dominavam as preocupações: estrutura, processo, estágio. "Desenvolveu-se a idéia de que as superfícies de aplainamento constituíam a mais original expressão morfológica do balanço orogênese-morfogênese" (Klein, 1960). Nos Estados Unidos, em mais de uma oportunidade, R. J. Russel (1949) criticou a geomorfologia davisiana: "*students of land forms have failed to cover their field*"... Cerca de dez anos depois, ele continua o diagnóstico: "*physiography concentrated on problems of erosion, almost to the exclusion of ther parts of the discipline and developed a terminology wich became elaborated beyond usefulness*" (Russel, 1958). Malgrado a virtuosidade do verbo, esta fisiografia era bastante parcial.

Por outro lado, os geógrafos que faziam estudos geomorfológicos eram insuficientemente preparados em geologia e em ciências físicas; aconteceu mesmo que professores interditassem a utilização de documentos geológicos nos momentos dos exercícios de interpretação das cartas topográficas. Pessoalmente, já haviam lamentado que se estudasse o modelado criado pela ação das águas correntes sem se dedicar um instante sequer às próprias condições hidrológicas. Na maioria dos países, a geografia, oriunda da história e ligada às Faculdades de Artes, Letras ou Ciências Sociais, não oferecia condições favoráveis à formação de morfólogos (Tricart, 1958). Este fato, evidentemente, contribuiu para desacreditar as pesquisas geomorfológicas. Em resumo, praticava-se um ofício sem conhecê-lo a fundo.⁴

Mesmo se o próprio Davis admitisse que a Geografia estudava a terra e o homem, ele não escrevia a sua geomorfologia senão "*for its own sake*" (Leigly, 1955). Nas obras de Geografia regional, o capítulo sobre o relevo era um prefácio luxuoso, mais que uma peça essencial à composição do complexo estudado. Voltaremos mais adiante a essas relações entre a geomorfologia e a Geografia.

Aliás, se houvesse tentado elaborar relações mecânicas entre as formas de terreno e a geografia humana, Davis teria entrado em choque com a opinião que

⁴ Estes morfólogos foram, por vezes, duramente atacados: "ésteos brilhantes arcanjos da geografia moderna correm poucos riscos em seu auditório habitual, compreendendo os incompetentes e os indecisos, quando arquitetam sobre os estágios da história estratigráfica e tectônica, depois sobre as erosões e os depósitos acumulados desde miríades de milhares de anos, sínteses magníficas certamente, impossíveis de verificação, mas também jamais sujeitas a refutações imediatas e decisivas. O que lhes vale, pelo menos temporariamente, muitas auréolas" (Pardé, 1959).

começava a prevalecer nos Estados Unidos, segundo a qual este tipo de relação era pouco válido na explicação das sociedades. Sob esse ponto-de-vista, os esforços de Davis chegaram tardiamente. Assim, nos Estados Unidos, os geógrafos foram levados a abandonar esta morfologia pouco útil e, portanto, toda a geografia física na qual a morfologia chegara a ocupar quase inteiramente o campo. Barrows (1923) pôde escrever dez anos antes da morte de Davis: *Human ecology as the unique field of Geography*". Assim, nos Estados Unidos, os geógrafos propriamente ditos fizeram pouco progresso em geomorfologia.

Entretanto, as escolas geográficas alemã, francesa, britânica e soviética, mais "deterministas" que a Geografia estadunidense, guardaram em seu seio a geomorfologia como um dos ramos essenciais da geografia. A geomorfologia não teve, pois, a mesma evolução em todos os países do mundo. De fato, esta geomorfologia davisiana foi mais o quinhão de alguns geógrafos, que da própria Geografia.

2. Tipos de geógrafos:

Quantos geógrafos se dedicam às pesquisas geomorfológicas? A classificação destes pesquisadores conforme a atitude que tomam face ao estudo do relevo permite distinguir quatro grupos. Nós julgamos a situação segundo o que diremos posteriormente sobre a Geografia global.

Alguns geógrafos consagram-se exclusivamente ou de uma maneira preferencial, à geomorfologia; eles poderiam passar por especialistas do estudo do relevo. É difícil estabelecer até que ponto estes pesquisadores permanecem geógrafos. Por um lado, não dedicam atenção especial a uma das preocupações tradicionais da geografia, a saber, a síntese de um certo número de elementos com incidência humana; por outro, seus trabalhos com dominante genética são de utilização limitada em geografia global. É pois muito mais pela etiqueta mal precisada do pesquisador que pela natureza do texto, que este tipo de morfologia especializada é um pouco irrefletidamente incorporado à Geografia.

Formando um segundo grupo, há os geógrafos sem opção que não dedicam à morfologia nem maior, nem menor interesse que aos demais ramos do geográfico. Sucessivamente solicitados por eles, estes geógrafos com polivalência sucessiva não têm muito tempo para empreender pesquisas aprofundadas em morfologia; contentam-se em estar em dia com os principais trabalhos especializados, que eles vulgarizam, às vezes em benefício de seus colegas ainda mais apressados. Malgrado este papel, são eles pouco morfólogos. Por outro lado, a sua contribuição em morfologia não é muito mais estritamente geográfica que a dos geógrafos da primeira categoria. Eles fazem uma Geografia por etapas.

Muito deplorável é a atitude de alguns de nossos colegas que, uma vez por todas, decidiram considerar a morfologia como totalmente estranha às suas atividades e ignorar as suas pesquisas. Na verdade, a sua decisão radical condena menos a morfologia como tal, que aquela morfologia a geográfica feita habitualmente. Estes geógrafos a-morfólogos escolhem, sempre na concepção de uma geografia global, serem deliberadamente incompletos.

Enfim, só seriam verdadeiros geógrafos aqueles que manifestam um espírito global em seus trabalhos e em suas pesquisas. Para eles, evidentemente, a morfologia não deveria ser nem sistemática, nem necessariamente genética — isto é, descrição e explicação do relevo em si, mas seletiva e funcional. Nesta ótica, só se faz geomorfologia aquém de um certo ponto, o limitar da incidência geográfica; a morfologia é, então, simplesmente um meio. Não é, pois, todo o relevo que se tenta compreender, mas somente o seu coeficiente de intercâmbio geográfico.

Em resumo, este quadro constata pelo menos três coisas. Primeiramente, parece inquietante o fato de que, numa disciplina que tem por objeto o exame das relações entre a terra e o homem, a metade dos geógrafos quase não se preocupa (senão de maneira efêmera) com o estudo do relevo, enquanto uma quarta parte praticamente a ele se dedica inteiramente. Estas atitudes contraditórias de desinteresse ou de admiração exagerada, indicam-nos que os geógrafos que haviam recebido uma geomorfologia a-geográfica não a adaptaram às suas próprias exigências epistemológicas.

A presença majoritária de geógrafos-morfólogos e de geógrafos a-morfólogos no interior da geografia nos indica que a geografia global não é, talvez, a

única fórmula de geografia; aliás, falaremos logo mais de setores especializados no interior de uma geografia total.

De qualquer modo, este quadro indica-nos que um certo número de geógrafos trabalham em geomorfologia. É uma velha tradição: desde os primeiros congressos internacionais de geografia, os estudos do relevo tiveram o seu lugar (Hamelin, 1960). Por volta de 1950, 20% dos geógrafos mundiais declaravam preferir a geomorfologia a qualquer outro ramo do geográfico. No Congresso de Estocolmo, em 1960, 25% do número total das comunicações relacionavam-se com a geomorfologia (Hamelin, 1961). Taillefer (1959) já observava que 20 a 25% das páginas dos trabalhos de Raul Blanchard tratavam de geomorfologia. Nos Estados Unidos, a proporção é muito mais fraca; segundo Anher (1962), em 1960, somente um décimo das teses foram consagradas ao conjunto de geografia física.⁵ É verdade que neste País, a maioria dos estudos de geomorfologia não é feita por geógrafos. Na URSS, ao contrário, a geomorfologia possui um lugar honroso entre as ciências geográficas (Gerasimov, 1961). A pesquisa feita em 87 teses de doutoramento mostrou que 20% dentre elas tratavam de geomorfologia, sendo que toda a geografia física totalizava 54%. Nos Institutos de Geografia de Québec e de Montreal, cerca de 30% das teses de mestrado e de doutorado foram consagradas ao estudo do relevo. Portanto, um geógrafo entre 4 ou 5 pratica o seu ofício interessando-se sobretudo pela geomorfologia. É justificável esta proporção considerável? Não se trata somente da questão de quantidade. Que espécie de geomorfologia o geógrafo deve fazer? A geomorfologia tradicional, uma geomorfologia funcional à Geografia ou uma geomorfologia total? Pode-se notar com espanto, que grandes tratados ou autores célebres evitaram colocar estes problemas. A incidência geográfica de geomorfologia jamais foi bem definida.

A resposta a estas questões dependem da definição que se dá à geografia. Consideraremos, inicialmente, o caso da geografia global.

II — GEOMORFOLOGIA FUNCIONAL E GEOGRAFIA GLOBAL

1. A geografia global:

Esta nobre e difícil geografia é o prolongamento da geografia clássica, à qual se liga o célebre *Tableau Géographique de la France*. O objeto material, mesmo se se deseja extenso, não deixa de ser eclético. Ela dá primazia ao homem. Liberada do determinismo, esta geografia continua a examinar as inter-relações entre as sugestões da natureza e as atividades humanas.⁶ O quadro regional, por vezes, foi reconhecido como o mais apto a esta espécie de geografia. A síntese de certos elementos singulares conduzindo a uma interpretação de conjunto do fenômeno, caracteriza esta maneira de ser geógrafo. Fundamentalmente, esta geografia global é uma mentalidade, um modo de tomar consciência de uma parte da realidade. A própria dimensão e a natureza do campo abarcado tem importância menor que a maneira pela qual se consideram os fatos.

É inútil procurar desesperadamente uma única coisa que possa caracterizar a geografia, porque ela é uma encruzilhada. Trata-se mais de um campo de elementos julgados significativos, entre os quais o aspecto espacial, a homocentria, as "inter-relações", a herança histórica e o sentido da evolução; todos estes temas fundamentais devem ser vistos globalmente (não particularmente) e com uma preocupação explicativa. Eu acrescentaria mesmo que não é necessário esperar encontrar todos estes elementos em igual proporção em cada pesquisa geográfica; em alguns casos, são as "inter-relações" que têm a primazia; em outros, o aspecto humano. Uma coisa só não pode definir inteiramente o geográfico e este caráter não pode nem mesmo ser o espacial, porque a Geografia não atende somente ao espacial. Também, o geógrafo não se interessa por tudo que é espacial. Conforme suas aptidões, sua formação escolar, suas leituras, seus trabalhos sobre

⁵ Encontramos confirmação deste fato no *Handbook Directory*, 1960, da Ass. of American Geographers. Mencionam-se aí, os 7 principais campos de interesse dos geógrafos dos Estados Unidos; a Geomorfologia não está incluída, como nenhum outro domínio físico.

⁶ "As condições naturais determinaram estes desenvolvimentos humanos? Para responder a tal pergunta, que é a questão geográfica fundamental, seria preciso examinar de perto as condições naturais e delimitar exatamente a sua influência" (Gourou, 1963).

o terreno, suas reflexões e sua experiência, se é geógrafo em maior ou menor grau. A Geografia global é uma disciplina ambiciosa, exigente quanto a seu homem; em teoria, é uma super-ciência. Neste tipo de Geografia, qual deve ser a função da Geomorfologia?

2. Geomorfologia funcional:

Preocupado com os conjuntos, aos quais os elementos individuais estão necessariamente subordinados, este geógrafo deverá fazer uma Geomorfologia funcional. O estudo do relevo não será empreendido por si mesmo, mas porque concorre para a explicação do complexo geográfico. Ogilvie (1938), geógrafo britânico, definiu muito bem esta intenção: "*I would suggest that geographers make careful selection of the to be included discarding all that they do not intend to use later in the synthesis they are composing*" Mais tarde, Kessel (1950) reclamará "*a Geomorphology, a geographer can really use*". O que se traduzirá pelo retorno à fórmula descritiva. Woodridge (1951b), morfólogo tradicional, convirá que "*geologists and geographers may cultivate the field for their proper purposes*". Mesmo que no interior do geográfico global a Geomorfologia possa ser função de vários elementos, é ao homem que deverá relacionar-se principalmente. "*A geomorphologist who considers himself a geographer should not study the land surface without considering men in terms of past, present of possible future occupancy*" (Robinson, 1963).

Eis alguns exemplos, John R. Borchert (1953) julgou pouco geográfico o estudo de James H. Zumberger sobre os lagos do Minnesota; com efeito, haveria menos importância em conhecer os vinte e sete tipos genéticos (lagos causados pela glaciação, ação fluvial, os agentes biogeográficos...) que as relações entre essas depressões e o que elas representam para os homens, como vantagens ou inconvenientes. Inversamente, há pesquisas que apresentam as formas do terreno diretamente em função de sua vocação econômica. Em vez de fornecer uma classificação genética das praias por exemplo, praias de abrasão, de antigas morainas, de depósitos glaciais, de antigos fundos lacustres..., pedólogos e engenheiros fazem uma classificação geográfica que compreende mais coisas relacionadas com o homem, no caso o turista: W, praia arenosa com declive regular de menos de 15% X, idem mas apresenta blocos ou ervas; Y, arenosa, mas declive superior a 15%, Z lodosa ou rochosa com ou sem tais inconvenientes...; além disso, as letras indicam uma ordem decrescente de eventual utilização. Sempre nesta perspectiva, o geógrafo-morfólogo pode oferecer a ficha vocacional dos abruptos da cidade de Québec, muito mais do que a explicação destes declives acentuados por falhas, estrutura apalachiana, erosão diferencial ou glaciação. Esta preocupação do homem nos estudos geomorfológicos não está reservada aos adeptos desta Geografia global; nós reencontraremos esta ótica no exame da Geografia total.

Assim, na perspectiva de uma Geografia global, o geógrafo não tem absolutamente necessidade de fazer uma Geomorfologia completa. A Geomorfologia em si, é bem mais vasta que aquela necessária ao geógrafo, ou que este pode fazer, dada a sua formação não especializada nesta matéria. Quer se trate do conteúdo ou dos métodos, não se deve confundir Geomorfologia completa e Geomorfologia desse geógrafo. Se este último insiste em permanecer fiel à sua disciplina global, não pode praticar plenamente o ofício de geomorfológico. Uma parte da Geomorfologia permanece, e permanecerá fora da Geografia tradicional. Em si, a Geomorfologia não é mais a *ancilla* da Geografia, como esta última tinha razão de sê-lo da história. A Geomorfologia Geográfica é, pois, somente um aspecto da Geomorfologia total. Da mesma maneira, os aspectos geográficos dos estudos de economia e de população não são a totalidade das ciências econômicas ou da demografia.

A Geomorfologia funcional à Geografia não se confunde com a popular Geomorfologia genética que, também, somente, é uma parte da Geomorfologia total. A genética consiste na pesquisa sistemática das explicações das formas de relevo. Este exame dos mecanismos pertence à Geografia global? Distingamos o princípio da prática. Em teoria, como o geógrafo-morfólogo não tem o dever de fazer senão a Geomorfologia mais apropriada às suas necessidades particulares, ele não pode arriscar-se muito além na morfogenética. Esta tomada de posição torna compreensível a observação de Pierre Birot (1955), de que "o estudo

dos processos está muito atrasado em relação ao das paisagens". Na prática, sendo desejável ir até à raiz das coisas, é preciso fazer um mínimo de genético. "A morfologia, mesmo adaptada às necessidades da Geografia, para ser inteligível deve ser genética e orientada para o passado até ao ponto em que os fatos se tornam necessários para a compreensão das formas" (Baulig, 1957). Em suma, a genética como tal não é completamente banida da Geografia global. No conjunto, entretanto, a Geomorfologia funcional deve ser preferida à Geomorfologia genética, como já havia sugerido Hartshorne (1959).

Para o geógrafo de espírito global, ficar aquém da Geomorfologia genética e, com maior razão, da Geomorfologia total, é economizar o problema insolúvel da utilização de certas técnicas particulares que o distanciam de seu trabalho de síntese. Lembremos, inicialmente, que o "geógrafo deve recorrer às ciências ditas auxiliares, em face das quais lhe são possíveis duas atitudes: a) que possa por si mesmo manejar os métodos dessas disciplinas; b) que não possa ou não deseje manejá-los. No primeiro caso, ele faz análise polínica, ou granulométrica; no segundo, ele precisa, pelo menos, saber como os especialistas (a consultar) viram o fato a explicar" (Hamelin, 1952). Permanecer-se-ia geógrafo global durante esses longos momentos de pesquisa técnica? Sem dúvida, ele o será menos ainda no primeiro caso que no segundo. Em ambas as situações, durante essas manipulações, este geógrafo não vive o seu ofício naquilo que tem de mais característico. A prática comum de uma Geomorfologia completa e de uma Geografia global parece incompatível.

Adaptar a Geomorfologia às necessidades de uma Geografia dos conjuntos não faz senão reduzir o campo geomorfológico de alguns geógrafos. Com efeito, acreditamos ser mais importante que um maior número de geógrafos globais façam entrar o relevo em suas preocupações; os estudos do modelado não seriam mais agrupados em uma secção à parte, mas seriam efetivamente incorporados cada vez que isto se tornasse necessário à compreensão do que é geográfico; assim, veríamos alusões pertinentes à Geomorfologia em plena Geografia agrária. É ao geógrafo que cabe estudar os aspectos geográficos da Geomorfologia e não ao engenheiro ou ao morfólogo profissional. É ao próprio geógrafo que cabe interrogar o relevo "*along the lines of what, where and how much*" (Russel, 1949). Na ótica desta Geografia global, far-se-ia menos Geomorfologia especializada, porém mais frequentemente a Geomorfologia funcional. Esta é, um pouco, a Geomorfologia de todos.

Sente-se muito bem como esta concepção da Geografia (a Geografia global), que foi particularmente cara à escola francesa, não pode mais ser a única fórmula em função da qual se julgam as relações entre os geógrafos e a Geomorfologia. De fato, esta Geografia clássica é menos global do que desejaria fazer crer. Se ela permanece intencionalmente global, a visão de conjunto exerce-se sobre um número muito limitado de elementos e segundo métodos muito qualitativos para realmente perceber as inter-relações principais das combinações geográficas; a limitação que daí resulta, quanto à compreensão dos fenômenos, impede o estabelecimento de uma síntese verdadeiramente superior. As sim enquanto os geógrafos continuavam a dedicar-se às montagens dessas vastas interpretações um pouco presunçosa afirmava-se uma outra maneira de fazer Geografia (Bunge, 1962; Burton, 1963, Ackerman, 1958 e 1963, Peguy, 1956; Birot, 1958). Diante desta nova concepção, o lugar ocupado pela geomorfologia pode ser analisado diferentemente.

III — GEOMORFOLOGIA COMPLETA E GEOGRAFIA TOTAL

1. *Geografia total:*

Alguns traços poderiam caracterizar rapidamente a nova Geografia que está em vias de definir-se empiricamente: escolha de um objeto de pesquisa mais restrito, estudo mais em profundidade, utilização de melhores técnicas, quantificação das pesquisas, estudos práticos, pesquisas das inter-relações entre fenômenos dinâmicos com incidências especiais diferenciadas (Anhert, 1962), em suma, tendência muito nítida para a especialização do campo de pesquisa. Pode-se dizer que a Geografia propriamente dita fica diminuída? Absolutamente; ao contrário, o domínio da Geografia física, por exemplo, tende a aumentar pela entrada, ao lado da Geomorfologia que tinha a "parte do leão", de outros seto-

res, tais como a biogeografia. "*The field of geography is the earth that must be studied for its own sake*" (Thronthwaite the 1961). E o geógrafo "tradicional" que se encontra ameaçado por esta evolução; entendemos que os geógrafos "*touche à tout*" vão diminuir em relação aos geógrafos competentes em uma parte somente do geográfico. Não é, pois, pela escala de um geógrafo que a Geografia será total. Quer dizer que, mentalmente, a Geografia não será mais a Geografia? Não necessariamente; o que faz a Geografia não é estudar sucessivamente o interior de um quadro regional, o relevo, o clima, a vegetação... a população e a economia... os geógrafos conservam, entre outras coisas, um certo espírito de síntese segundo o qual se considera a família dos temas singulares que compõem um fenômeno. Esta preocupação global, o novo geógrafo pode tê-la tanto quanto o seu ancestral, mesmo se a aplica mais a fundo e num campo mais modesto. Esta evolução na maneira de praticar o ofício de geógrafo permitirá, não somente explorar melhor cada um dos aspectos estudados, mas interessar-se por campos até agora negligenciados. É o que chamamos de Geografia total, isto é, uma revalorização e uma expansão do geográfico pelo estabelecimento, de disciplinas particulares, mas interligadas. Poder-se-ia talvez falar com maior propriedade de ciências geográficas que de Geografia. A Geografia será heterogênea. O Geografia global tinha o seu tipo de geógrafo. A Geografia total terá vários.

O resultado desta mudança coloca o grave problema de unidade da Geografia, questão atualmente muito discutida na Rússia (vide o *Soviet Geography*, vol. 3, n.º 7, 1962). Opõe-se aí a concepção "monoísta" de Moscou à concepção dualista (físico-humano) de Leningrado, sendo que no centro de debate está a tese de V. A. Anuchin. Do nosso ponto-de-vista, a escolha se faria entre a opção monoísta, representada pela Geografia global e as opções pluralistas da Geografia total. Na realidade, trata-se de distinção demasiado teórica. As geografias sempre foram sacudidas, ao mesmo tempo, por forças de união e de separação: mesmo no interior da Geografia total, pluralista, há certos pontos metodológicos que se relacionam com o "monoísmo": em tôdas as geografias particulares, os aspectos espacial, dinâmico, cartográfico, genético, quantitativo, inter-relações... vão-se reencontrar; êstes objetivos comuns vão ajudar a união destas disciplinas, independentes sob um aspecto. A própria Geografia total facilita uma geografia global revalorizada; esta última tem necessidade absoluta dos progressos daquela: "*it seems to us that attacking the specialized geographic disciplines on which broad geography should be relying to a greater extent, integrated geographers are like persons who are cutting off the branch on which they are sitting*" (Shchukin, 1960). Por outro lado, é graças às contribuições desses especialistas que as sínteses futuras poderão um dia ser escritas (Hamelin, 1961). Então, "*this is like it or not, the quantified age... better to ride the waves*" (Spate, 1960). A Geografia total é, pois, a condição de uma melhor Geografia global que, nesse momento, verdadeiramente a será. A Geografia será pluralista e monoísta ao mesmo tempo.

Na ótica da Geografia total, a Geomorfologia somente é uma das ciências particulares. Trata-se de estudar toda a Geomorfologia e não somente as relações entre o relevo e os homens. A ciência do relevo tomada em sua totalidade tem um objetivo muito mais vasto que o da antiga morfologia clássica; por exemplo, ela não considera somente os aspectos genéticos.

2. Geomorfologia completa:

Entendemos, por Geomorfologia integral ou tomada em sua totalidade, o estudo do relevo sob todos os seus aspectos; descrição dos fenômenos elementares, tipos de formas e de relevo, trabalhos de laboratório e estágios sobre o terreno, estudo-mostragem, história geológica, estrutura, processos, condições, variações morfoclimáticas, nomenclatura, geomorfologia aplicada, geomorfologia comparada, fatos regionais e estabelecimento de cartas de conjunto e detalhadas, questões propostas a outras ciências tais como a Geografia global, climatologia, hidrologia, ciências dos solos e dos vegetais.

Os estudos de Geomorfologia devem ser em primeiro, fecundados por uma conceituação renovada e rigorosa. É preciso utilizar "hipóteses exploradoras" (Biro) e "meios novos" (Cailleux). Os *theoretical models*, como o de Davis, eram inaptos a dar conta da complexidade das situações naturais. (Chorley, 1962). O

esquema deve ser mais aberto. É nesta condição que, por uma dedução lógica, conclusões válidas surgirão das premissas. Em outros termos, passar-se-á dos *explicans* ao *explicandum* (Kitts, 1963).

Todos esses temas de exame não se relacionam somente com as tradicionais regiões subaéreas da terra, mas também aos fundos submersos, aos terrenos orgânicos (uma biogeomorfologia?) (Hamelin, 1967). Um futuro próximo dirá se o relêvo da Lua poderá ser estudado a partir de métodos e de conceitos da geomorfologia terrestre, ou se haverá necessidades de formar o *corpus* de uma selenomorfologia autônoma.⁷ E se o conjunto dos astros um dia nos fôr acessível é uma verdadeira cosmo-morfologia de que se tratará.

Mesmo se a ciência de estudo do relêvo permanecer uma simples Geomorfologia, os métodos deverão ajustar-se às novas exigências de uma disciplina que quer ser total (uma boa exposição de aspectos metodológicos encontra-se em Cazalis, 1961). A evolução já está em marcha: "*The aim of this paper is to outline a system of geomorphology grounded in basic principles of mechanics and fluid of various types of shear stresses, both gravitational and molecular, acting upon and deposition*" (Strahler, 1952). Um feliz manual consagrado à "discussão dos processos geodinâmicos" traduz a "scientification" dos métodos de estudo do relêvo (Scheidegger, 1961); este volume, consagrado aos processos exogenéticos, é completado pela apresentação dos processos endogenéticos que também influem sobre a formação das formas de relêvo. Encontra-se a mesma preocupação entre os russos: "*The most promising approach in Geography would combine the use of theoretical geophysical methods with a generalization of the abundant empirical material available in critical geography*" (Avsyuk, 1963). De fato, as ciências físicas estão na base desta morfologia total. A linguagem é a das matemáticas; as estatísticas oferecem um auxílio precioso (Thomas, 1960). Comparados aos métodos da morfologia clássica: cartas, excursões ao solo, intuição, "esquemas prontos como se experimentam lentes no oculista" (conforme a expressão crítica de Paul Veyret, 1960)... , estes novos procedimentos quantitativos, mesmo se o seu emprêgo sofisticado leva às vezes à crítica, realizam uma verdadeira revolução: esta, por outro lado, seria *now over* (Burton, 1963).

A formação do geomorfólogo não poderá, pois, ser mais a mesma. É preciso equipar bem mais os modestos laboratórios de Geomorfologia dos Institutos de Geografia ou os de outras instituições que serão chamadas a dispensar este ensinamento especializado. Os estágios sobre o terreno, como os da École Pratique de Hautes Études na região de Dinar (França), parecem-nos igualmente essenciais. Nos Estados Unidos, tem-se mesmo desejado que o futuro pesquisador em Geografia Física possa, desde o nível *undergraduate*, optar por Geologia, física e matemática (Anhert, 1962). Por outro lado, já se elaborou a lista dos estudos aprofundados que um geomorfólogo profissional deve fazer:

1. Geomorfologia geral, isto é, descrição das formas de relêvo e estudo de sua evolução;
2. Petrografia, assim como o exame dos processos de alteração das rochas;
3. Elementos de estratigrafia, bem desenvolvidos para os períodos recentes;
4. Estudo aprofundado da tectônica;
5. Sedimentologia em seus mais variados aspectos: granulometria, morfoscopia;
6. Elementos de pedologia, particularmente no que se relaciona às transformações dos depósitos superficiais em solo;
7. Elementos de paleontologia vegetal, animal e humana em relação com o Terciário, e sobretudo com o Quaternário;
8. Conhecimento aprofundado da topografia e manejo dos aparelhos de levantamento, a fim de elaborar direta ou indiretamente cartas geomorfológicas;
9. Elementos de cartografia;

⁷ Tais preocupações são mais antigas do que se acredita (vide Kopal, 1961). Fala-se de astrogeologia. Duas antigas obras já utilizavam a raiz seleno: Schroter, G. H. Selenotopographische fragmente, 1791 e J. Hevelius Selenographic, 1647.

10. Elementos de fotogrametria suficientes para saber manobrar os aparelhos mais simples;

11. Estudo aprofundado dos processos de fotogeomorfologia e dos "controles" sobre o terreno que lhe são associados;

12. Estudo aprofundado dos climas e de sua influência sobre a evolução das formas e dos depósitos superficiais;

13. Noções de hidráulica que permitam compreender a ação da erosão e do transporte pelas águas correntes e marinhas;

14. Noções de aerodinâmica que conduzam à interpretação das ações eólicas. (Ruellan, 1957).

Por sua parte, Pierre Birot (1955) já havia sublinhado que "os problemas geomorfológicos somente podem ser tratados a fundo por especialistas, possuidores de noções de física e de química suficientemente sólidas para que sejam capazes de utilizar os trabalhos de especialista e mesmo provocar a sua pesquisa".

O que se tornarão esses dinâmicos geógrafos? Ou novas gerações de pesquisadores formados sob esta ótica, ou antigos geólogos, engenheiros, pedólogos, ecologistas, físicos e geógrafos que, em uma evolução consciente, deixarão de praticar um primeiro ofício para especializar-se no campo vizinho da Geomorfologia.

Assim malgrado o seu prestígio e estatuto aparente, a Geomorfologia clássica davisiana estava longe de cobrir o campo inteiro da Geomorfologia e o objeto da primeira fisiografia. A Geomorfologia completa é abordada por si mesma e não como um "complemento da Geologia" ou como a "ancilla da Geografia". Esta é a única maneira de ser completamente explorada. Entretanto ser abordada por si mesma não quer dizer que seja elaborada sem a devida atenção a todas as inter-relações que podem ligar o relevo aos outros fenômenos físicos, biológicos e antrópicos. Esta Geomorfologia é na verdade, uma ciência autônoma em si e os fatos a comprovam (Howard, 1940 e Bryan, 1950). A existência de revistas de Geomorfologia consagra esta autonomia.⁸

Esta Geomorfologia completa não deseja ser a a-geográfica. Curiosamente, pesquisadores tanto nos Estados Unidos como na URSS emitem opiniões semelhantes. Ambos os grupos por questões de filiação histórica e métodos, consideram geográfica a geografia física, Thorntwaite (1961) define a "*Climatology, to be a branch of Geography and rightly so. The proper field for study is not limited to be atmosphere alone but must include the land surface as well*" Zekkel (1960), por sua vez, afirma que "*Geomorphology is a geographic science because it studies one of components of the geographic landscape*". De um lado e de outro, têm-se em conta as "inter-relações" — preocupação muito geográfica — entre os fenômenos de relevo e outros; na URSS fala-se mesmo de "Geografia física integrada, da qual a morfologia seria um ramo. A definição desta Geografia física anunciada apresenta grande interesse: "*These basic scientific problems are; study of the physical character and interrelationships between climatic, hydrological, geomorphic, soil and biological processes, both under present day conditions and in the geological past; study of various forms and types of differentiation of the natural geographic environment*", *study of the effect of men's activities on the entire complex of processes in the natural environment*" (Avsyuk, 1963). Há, portanto, aqui, também alguma coisa de global. Esta Geomorfologia especializada não perde automaticamente contato com o homem. Há, inicialmente, todo o mundo da Geomorfologia aplicada (vide Tricart 1962 a e b; Dixey, 1962, George, 1961, Robitaille, 1961 e Marcar, 1964). Em compensação, alguns estudos permanecem inteiramente acadêmicos. Há pesquisas que foram diretamente orientadas para os fatos humanos (vide Hidone, 1963); Sheatter, 1961 e White, 1963). São numerosos os assuntos morfológicos que se apresentam com incidência humana: na URSS, notaram-se, por exemplo, o pergelisol e a transferência do calor na terra (Hooson, 1962). Nos Estados Unidos, eis como Robinson (1963) se expressa: "*The geometrical relationships of slopes and streams channels in*

⁸ *Journal of Geomorphology* n.º 1 — 1938
Revue de Géomorphologie Dynamique. Strasbourg 1949
Biuletyn Periglacialny. Lodz, 1954
Geomorphological Abstracts — Londres, 1960
Zitschrift für Geomorphologie, Göttingen, 1957.

drainage basins are derived by morphometric analysis, giving a number of important factors which may be compared with those of other basins. One of the most important is the drainage density, defined as an indication of the intensity of dissection of a basin. Such quantities represent precise information which can be the of future work, not only in Geomorphology but also in Geography: That is, it is precise description of the most important physical division of the land the more significant patterns of space — relations. This information may then be used by the geographer in connection with his more "human" studies on by the geomorphologist for further geomorphic analysis in search of theories and laws. Alguns chegam a falar de uma "Antropogeomorfologia". Assim, se a Geografia tomar o rumo da especialização, a maioria dos geógrafos tornar-se-á muito competente em um domínio particular; por exemplo, no relêvo. Nesta ótica da Geografia total, os geógrafos poderão muito bem ser morfólogos o que não era possível dentro da concepção da Geografia global. A Geomorfologia será feita em dois graus: no primeiro, os especialistas do relêvo irão produzir uma geomorfologia completa em que alguns aspectos poderão auxiliar a solução dos problemas geomorfológicos dos geógrafos globais; no segundo, estes últimos somente farão uma Geomorfologia parcial, menos exigente e mais funcional à Geografia dos conjuntos (Mackay, 1961). Portanto, não há posição única da Geomorfologia em face da Geografia; tudo depende do que se entende por esta última ciência.

Em conclusão, desejamos focalizar, ao nível das associações profissionais mundiais, as conseqüências de nossas reflexões.

Lembremos, inicialmente, os tipos atuais dos quadros. Unidades de Geomorfologia existem no interior de várias associações internacionais: União Geográfica, Congressos de Geologia, INQUA Associação de Hidrologia, Génie... Sucede mesmo que algumas partes da Geomorfologia têm o seu próprio agrupamento, como por exemplo, *The friends of Pleistocene*. No interior da UGI, a morfologia está duplamente institucionalizada, tendo uma "seção" propriamente dita e várias comissões especializadas. Entre estas, algumas são pequenas organizações mundiais, como a Comissão de Geomorfologia Periglaciária (Dylik, 1962). É preciso admitir que os quadros geomorfológicos de segunda ordem são numerosos; por outro lado, em nenhuma parte a Geomorfologia está completa e os morfólogos devem aderir a diversos grupos. Esta situação, um pouco anárquica, testemunha o desenvolvimento empírico e o espontâneo do passado. Não seria desejável uma certa planificação?

Numa associação que seria caracterizada pela Geografia global, o morfólogo completo está fora de seu lugar; uma tal associação leva o morfólogo profissional a desejar a formação de uma associação geomorfológica independente, que teria a vantagem de ser neutra, isto é, nem geológica, nem geográfica. Este agrupamento geomorfológico assemelhar-se-ia um pouco à nova associação cartográfica, que se distanciou da Geografia, embora permanecesse ligada a ela (Harris, 1960).

Ao contrário, se a associação geográfica internacional quiser corresponder aos interesses muito diversos da Geografia total, englobará não somente os geógrafos globais, mas também os geomorfólogos completos, como subgrupos parcialmente independentes. Neste caso, porém, não se trata mais de uma união geográfica estrita, mas de uma associação de pesquisadores praticando diversas especialidades que têm pontos comuns. A atual União Geográfica Internacional tornar-se-ia a União das Ciências Geográficas. Seria do interesse dos geógrafos, evidentemente, que os morfólogos pudessem permanecer junto deles, através uma fórmula flexível. Estas modificações na estrutura da União corresponderiam à evolução que a Geografia conheceu desde a redação dos estatutos por volta de 1920.

BIBLIOGRAFIA

ACKERMANN, E. A.

- 1958 — Geography as a fundamental research discipline. in *Research Paper* n.º 53, Dept. of Geography, University of Chicago.
- 1963 — Where is a research frontier? *Ann. of the Ass. of American Geographers*, vol. 53, pag. 429-441.

ANHERT, F.

- 1962 — Some reflexions on the physical geography in America. *Professional Geographers*, vol. 14, pág. 1 a 7.
1962 — On the concept of areal differentiation. *The Professional Geographers*, vol. 14, n.º 6, pág. 16-18.

AVSYUK, G. A. e outros

- 1963 — Geography in the system of earth sciences. *Soviet Geography*, vol. IV, n.º 8, págs. 3 a 13.

BARROWS, H. H.

- 1923 — Geography as human ecology. *Annals of the Ass. of Am. Geographers*, vol. 13, págs. 1 a 14.

BAULIG, Henri

- 1950 — William Morris Davis, in *Essais de Géomorphologie* págs. 13-30. Strasbourg.
1957 — Les méthodes de la géomorphologie d'après monsieur Pierre Birot. *Annales de Géographie*, LXIV, pág. 97 a 120 e 221 a 237.

BIROT, Pierre

- 1955 — *Les méthodes de la géomorphologie*. Presses Universitaires de France, Col. Orbis, Paris.
1958 — *Les tendances actuelles de la géomorphologie en France*. Zeits. für Geomorphologie, Band II, pág. 123-135.

BBRYAN, Kirk

- 1950 — The place of geomorphology in the geographic science. *Ann. of the Ass. of Am. Geographers*, XL, pág. 196-209.

BUNGUE

- 1962 — *Theoretical geography*. Lund., 210 pág.

BURTON, Ian

- 1963 — The quantitative revolution and theoretical geography. *The Canadian Geographers*, vol. 7, n.º 4, pág. 151-163.

CAMPBELL, R.

- 1928 — Geographic terminology. *Ann. of Ass. of Am. Geographers*, volume XVIII, págs. 25 a 40.

CAZALIS, Pierre

- 1961 — La géomorphologie comme processus expérimental. *Cahiers de Géographie de Québec*, n.º 9, págs. 33-50.

CHOLLEY, André

- 1950 — Morphologie structurale et morphologie climatique. *Annales de Géographie*, LIX, págs. 321 a 335.

CHOLLEY, R. J.

- 1962 — Geomorphology and general systems theory. Geol. Survey, *Professional Paper* 500 B, 10 págs.

DALY, R. A.

- 1945 — Biographical memoir of William Morris Davis. National Academy of Sciences of USA, *Biographical Memoirs*, vol. XXIII, págs. 263 a 303.

DIXEY, F.

- 1962 — Applied geomorphology. *The South African Geographical Journal*, vol. XLIV, págs. 3 a 25.

- DYLIK, Jean
1962 — The Abisko-symposium as outstanding example of an international scientific meeting. *Biuletyn Peryglacjalny*, n.º 11, págs. 165-169.
- ENJALBERT, Henri
1956 — Géomorphologie. *Bull. Institut de Géographie*, Bordeaux, 10 págs.
- FRENCH, R. A.
1963 — V. A. Obruchev: the centenary of a greater geographer. *Geog. Journal*, vol. 129, n.º 4, págs. 494 a 498.
- GEORGE, Pierre
1961 — Existe-t-il une géographie appliquée? *Ann. de Géographie*, LXX, n.º 380, págs. 337 a 346.
- GERASSIMOV, I. P.
1961 — The main tasks and trends of geomorphological research in the URSS. *Soviet Geography*, vol. 11, n.º 3, págs. 35 a 44.
- GOROU, Pierre
1963 — La géographie et notre temp. *Bull. Soc. Neuchateloise de Géographie*, tomme LIII, fasc. 1, págs. 3-11.
- HAMELIN, Louis Edmond
1952 — *La géographie "difficile"* Québec, 16 págs.
1957 — La tourbières réticulés du Québec — labrador subarctique: interpretation morpho-climatique. *Cahiers de Géog. de Québec*, número 3, págs. 87-106.
1960 — La géographie mondiale, le Congrès de Stockolm et le Canada. *Cahiers de Géog. de Québec*, n.º 9, págs. 51 a 62.
1961 — La géomorphologie, in XIX Cong. Int. de Géog. de Stockolm. Ottawa.
1961 — La géographie de Raoul Blanchard. *The Canadian Geographer*, vol. V, n.º 1, págs. 1 a 9.
- HARRIS, L. J.
1960 — International Cartographic Association. *Geog. Journal*, volume CXXVI, n.º 2, págs. 242-243.
- HARTSHORNE, R.
1959 — *Perspective on the nature of Geography*. Chicago.
- HIDORE, John
1963 — The relationship between cash-grain farming and landforms. *Economic Geography*, vol. 39, n.º 1, págs. 84-89.
- HILTON, T. E.
1962 — The Study of geomorphology. *Bull. of Ghana Geog. Ass.* vol. 7, n.º 1-2, págs. 21 a 29.
- HOOSON, David
1962 — Methodological classes in Moscou? *Ann. of Amer. Ass. of Geographers*, vol. 52, págs. 437 a 469.
- JUDSON, S.
1960 — William Morris Davis. *Zeits. fur Geomorphologie* págs. 193 a 202.
- KESSEL, John
1950 — Geomorphic landscapes, in *Yearbook of the Ass. of Pacific Coastal Geographers*, XII, págs. 3 a 10.

- KITTS, David B.
1963 — Historical explanation in geology. *The Journal of Geology*. volume 71, n.º 3, págs. 297 a 314.
- KLEIN, Claude
1960 — La nation de rythme en morphologie. *Norois*, n.º 28, págs. 373 a 387.
- KOPAL, Z. (editor)
1961 — Studies in lunar topography. *Geophysic Research Directorate*, Bedford, 188 págs.
- LEIGLly, J.
1955 — What has happened to physical geography? *Ann. of The Ass. of Amer. Geographers*, vol. 45, págs. 309-318.
- MACKAY, J. R.
1961 — Geomorphology and the Geography Student. *The Canadian Geographer*, vol. V, n.º 3, págs. 30-34.
- MACAR, Paul e PISSART, A.
1964 — Géomorphologie. Les applications de la géographie en Belgique. *Com. Nat. de Géographie, Liège*.
- OGILVIE, A. G.
1938 — The relations of geology and geography. *Geography* vol. XXIII, págs. 75-83.
- PARDÉ, Maurice
1959 — Les moyens et l'esprit de la potamologie. *Revue Canadienne de Géographie*, vol. 13, pág. 181.
- ROBINSON, Geoffrey
1963 — A considerations of the relations of geomorphology and geography. *The Professional Geographer*, vol. XV n.º 2, págs. 13-17.
- ROBITAILLE, Benoite
1961 — Situation de la géomorphologie appliquée au Canada. *Cah. Géog. Québec*, n.º 9, págs. 73 a 76.
- RUSSEL, R. J.
1949 — Geographical geomorphology. *Ann of the Ass. of Amer. Geographers*, vol. 39, págs. 1 a 12.
1958 — Geological geomorphology. *Bull. of the Geol. Soc. of America*, vol. 69, n.º 1, págs. 1-20.
- RUELAN, Francis
1957 — La formation du géomorphologie profissionnel. *Revista Geográfica*, tomo XIX, n.º 45, págs. 170 a 172. Rio de Janeiro.
- SCHEIDEGGER, Adrian
1961 — *Theoretical geomorphology*. Prentice-Hall, N. Y., 333 págs.
- SHCHUKIN, I. S.
1960 — The place of geomorphology in the system of natural science and its relationships with integrated physical geography. *Soviet Geography*, vol. 1, págs. 35 a 43.
- SHEAFFER, J. R.
1961 — Flood-to-Peak interval. *Papers on Flood Problems*, págs. 95 a 113, Chicago.

- SPATE, O. H. K.
1960 — Quantity and quality in geography. *Ann. of the Ass. of Amer. Geog.* vol. 50, págs. 377 a 394.
- STEERS, G. A.
1960 — Physiography: some reflexions and trends. *Geography*, vol. XLV, n.º 207, págs. 1 a 14.
- STRAHLER, A. N.
1952 — Dynamics basis of geomorphology. *Bul. Geol. Soc. of America*, vol. 63, págs. 923 a 938.
- TAILLEFER, François
1959 — La géomorphologie dans l'ouvre de Raoul Blanchard. *Cah. de Géogr. de Québec* n.º 5, págs. 27 a 34.
- THOMAS, E. N.
1960 — Naps of residuals from regressions: their characteristics and uses in geographical research. Dept. of Geography, Iowa City, 60 páginas.
- THORNTHWAITE, C. W.
1961 — The task ahead. *Ann. of Ass. Amer. Geographers*, vol. 51, páginas 345 a 356.
- TRICART, Jean
1956 — La géomorphologie et la pensée marxiste. *La Pensée*, n.º 69, 24 páginas.
1958 — A propos de la place de la géographie dans le cadre des Facultés et la formation des géographes. *Cahiers pédagogiques*, págs. 31 a 36. Paris.
1962a. — *L'épiderme de la Terre*, Masson et Cie, 167 págs.
1962b. — Orientation actuelle de la géomorphologie. *Revue Générale des Sciences*, tome LXIX, n.º 7-8, págs. 212 a 236.
- WHITE, G. F.
1963 — Contributions of geographical analysis to river basin development. *The Geog. Journal*, vol. 129, n.º 4, págs. 412 a 437.
- WOOLDRIDGE, S. W.
1951 — The progress of geomorphology. *Geography in the Twentieth Century*, págs. 165-177. Londres.
1951b. — Some reflexions on the role and relations of geomorphology London. *Essays in Geography*. Cambridge. págs. 19 a 33.
- ZEKKEL, Y. D.
1960 — On the courses of development and the next tasks of geomorphology. *Soviet Geography*, vol. 1, n.º 2, págs. 28 a 33.

Um Sistema de Classificação de Biblioteca Geográfica *

MAURICE EDMOND PERRET

O sistema Dewey adotado por grande número de bibliotecas mostra-se pouco prático para os geógrafos. O autor revela grande desconhecimento desta ciência. Na distribuição dos ramos que, segundo êle, constituem o conjunto dos conhecimentos humanos foilhe, apenas, concedido a centésima parte, a qual, embora quase insuficiente, deve ainda ser compartilhada com a arqueologia. É verdade que como trabalhos geográficos só foram considerados alguns estudos gerais, narrativas de viagens, explorações e descrições. Os ramos especializados da geografia devem ser procurados em outros lugares: a geomorfologia, a climatologia, a hidrografia, a biogeografia entre as ciências puras; a geografia agrária, a geografia médica entre as ciências aplicadas; a geografia da população, a geografia do comércio e dos transportes entre as ciências sociais; os outros ramos encontram-se, muitas vezes, espalhados entre as várias secções o que torna difícil ou mesmo impossível descobrir-se onde se acham determinados assuntos.

A divisão regional, por sua vez, não é racional, opõe-se, completamente, aos vários sistemas de divisão em geografia. Nas bibliotecas que aplicam, de modo rigoroso, o sistema Dewey, tal como é preconizado pelas associações de bibliotecários, a excessiva repartição dos assuntos dificulta a pesquisa.

O princípio decimal sobre o qual se fundamenta o sistema Dewey apresenta grandes vantagens: é claro, lógico, pode aplicar-se tanto às pequenas quanto às grandes bibliotecas, permite

numerosas combinações, adapta-se, facilmente, a todos os casos particulares. Foi o que nos levou a utilizá-lo em nossa classificação. Antes de fixar as divisões, examinamos diversas bibliografias geográficas, catálogos de bibliotecas que não utilizam o sistema Dewey, índices de trabalhos gerais. Levamos também, de certo modo, em consideração a quantidade de volumes que deveriam ser classificados, assim não foram encaradas subdivisões para certos grupos nos quais tínhamos apenas alguns volumes, enquanto outras bibliotecas podem ter em relação ao mesmo grupo um número de trabalhos que justifique várias subdivisões e, por outro lado, algumas de nossas subdivisões podem parecer inúteis a outras bibliotecas.

O método adotado em nossa classificação foi o seguinte:

1 — Trabalhos de geografia geral, isto é livros que tratam de noções gerais, nos vários ramos, sem levar em conta a localização.

2 — Trabalhos de geografia regional, portanto, todos os livros nos quais se considera a localização.

Para designar a primeira classe, utilizamos o prefixo G no símbolo de classificação, enquanto o prefixo R designa a segunda classe.

As duas classes são divididas segundo o sistema decimal em 10 subdivisões e assim por diante. Para simplificar, utilizaremos os termos de subdivisões de 1.º grau (símbolo de classificação de 1 número), 2.º grau (símbolo de classificação de 2 números), 3.º grau (símbolo de classificação de 3 números) e assim sucessivamente.

As dez subdivisões de 1.º grau da primeira classe são as seguintes:

* Fonte: *Compte Rendus do XVIIIº Congrès International de Géographie*, Rio de Janeiro, 1956 — *Union Géographique Internationale*.

Tradução de Olga Buarque de Lima

O dicionário, enciclopédias, relatórios de congressos

- 1 Atlas
- 2 trabalhos gerais
- 3 história da geografia
- 4 geografia histórica
- 5 cartografia, fotogeografia
- 6 toponímia (toponômica)
- 7 geografia física
- 8 geografia humana
- 9 ensino da geografia, metodologia pesquisa.

De acôrdo com as necessidades, estas subdivisões foram divididas para formar de 2 a 10 subdivisões de 2.º grau. Assim a geografia física compreende:

- 70 generalidades
- 71 geofísica, cosmografia
- 72 meteorologia, climatologia
- 73 geomorfologia, geologia
- 74 pedologia
- 75 hidrografia
- 76 oceanografia
- 77 biogeografia

A geografia humana compreende:

- 80 generalidades
- 81 antropologia, etnografia, etnologia
- 82 sociologia
- 83 geografia do povoamento e da população, demografia
- 84 geografia econômica
- 85 geografia política
- 86 geografia médica

Alguns destes grupos são divididos em subdivisões do 3.º grau: assim a geografia econômica compreende:

- 840 generalidades
- 841 geografia das matérias-primas
- 842 geografia agrária (utilização do solo, agricultura, pecuária)
- 843 indústria
- 844 comércio
- 845 transportes e comunicações

Podemos ainda ter subdivisões do 4.º grau:

- 8450 generalidades sôbre os transportes e comunicações
- 8451 rodovias
- 8452 vias férreas
- 8453 vias fluviais e lacustres
- 8454 vias marítimas
- 8455 vias aéreas
- 8456 telecomunicações

Enfim subdivisões de 5.º grau:

- 84560 generalidades sôbre as telecomunicações
- 84561 telégrafo
- 84562 telefones
- 84563 radiocomunicações.

As subdivisões de 1.º grau não foram escolhidas de acôrdo com a importância das categorias, mas, para facilitar tanto quanto possível a procura dos volumes desejados. Pode parecer estranho que uma destas subdivisões tenha sido reservada à toponímia, entretanto este ramo não poderia, logicamente, prender-se a qualquer outra subdivisão. Mas, por outro lado, os trabalhos sôbre as ferrovias ocuparão apenas uma subdivisão de 4.º grau; é fácil seguir-se o encadeamento lógico: 8 geografia humana — 84 geografia econômica — 845 transportes e comunicações — 8452 vias férreas.

Compreendendo a segunda classe os trabalhos de geografia regional foram constituídos pelas subdivisões seguintes:

- 0 Terra
- 1 Europa
- 2 África
- 3 Ásia
- 4 Oceania
- 5 América
- 6 Regiões polares
- 7 oceanos.

A nona secção (8) é consagrada aos trabalhos que dizem respeito ao país onde se acha situada a biblioteca e, eventualmente, às regiões limítrofes, trabalhos forçosamente numerosos, que justificam sua classificação em uma subdivisão especial. As subdivisões de primeiro grau são, por sua vez, divididas segundo os princípios da primeira classe. Não nos estenderemos sôbre as diversas subdivisões cujo princípio é claro. Um único exemplo é suficiente para mostrar a maneira de agir:

R 11111 é um símbolo de classificação de uma monografia sôbre a cidade de Lille, será, facilmente, encontrado seguindo-se o encadeamento lógico:

- R 1 Europe
- R 11 Europe ocidental
- R 111 France
- R 1111 Norte da França
- R 11111 Departamento do Norte
- R 111111 Cidade de Lille

Algumas subdivisões regionais compreendem diversos estudos, por exemplo R 111 abrange os trabalhos gerais sobre a França, dicionários, atlas, geografia geral, geografia física, geografia humana, etc. Impõe-se, pois, uma divisão. Repartiremos estes trabalhos segundo os assuntos e para tanto utilizaremos as subdivisões da classe geral cujos símbolos de classificação serão acrescentados aos símbolos de classificação regionais e separados por um traço, assim:

R 111 — 8 é o símbolo de classificação de um trabalho sobre a geografia humana da França.

R 111 — 8451 designa um livro sobre as ferrovias francesas. Com o mesmo símbolo de classificação, temos toda uma série de trabalhos. Estes estão classificados por ordem alfabética dos autores e se houver vários trabalhos do mesmo autor cada um deles trará um número de ordem, que segue, na medida do possível, a data da publicação dos trabalhos, por exemplo:

R 1117 Blanchard 2 designa "Os Alpes franceses" por Raoul Blanchard, 1941.

Desta maneira, todo trabalho tem um símbolo de classificação que lhe é próprio. Tem, além disto, um número que é o do registro de entrada na biblioteca, mas este não desempenha qualquer papel na classificação.

Numerosos trabalhos pertencem, forçosamente, a mais de uma classe ou de uma subdivisão. Poderíamos ter estabelecido regras fixas, declarado, por exemplo, que seria sempre o princípio regional que prevaleceria sobre o assunto geral, ou então o primeiro assuntos sobre o segundo. Preferimos colocar os trabalhos onde são mais úteis, onde há a probabilidade de serem procurados desde o início.

A classificação dos trabalhos tem, certamente, grande importância, mas é indispensável com fichas remissíveis, classificadas por matérias e figurando

em todas as subdivisões onde sejam procurados volumes, colocados em outros lugares. Em compensação, se os livros forem agrupados segundo as subdivisões da classificação, o catálogo completo por matéria não será necessário; é possível, também, que se considere vantajoso separar as fichas originais dos trabalhos das fichas remissíveis.

Elaboramos, inicialmente, este sistema de classificação para determinada biblioteca, depois o estendemos aos mapas geográficos. Os atlas poderiam ter sido classificados com as cartas, mas devido a sua apresentação sob forma de volumes, preferimos incorporá-los à biblioteca.

Em seguida utilizamos os mesmos princípios para fotografias e vistas, recortes de jornais, notas, prospectos, brochuras e outros documentos não incluídos nos trabalhos da biblioteca, em uma palavra para toda documentação geográfica.

Como a classificação presta-se a múltiplas combinações e é susceptível de um desenvolvimento ilimitado, pode ser aplicável tanto a uma pequena biblioteca individual quanto às grandes bibliotecas das instituições profissionais.

Seria conveniente que a Comissão de Classificação dos Trabalhos e Cartas geográficas pudesse, na base dos trabalhos que lhe tenham sido apresentados, estabelecer um sistema simples, lógico e de aplicação universal podendo ser aceito por todas as bibliotecas e que, posteriormente, os catálogos de livrarias e as bibliotecas indicassem, para cada trabalho, o símbolo de classificação que lhe convém. Assim, uma perda de tempo considerável seria evitada não só para os bibliotecários encarregados de catalogar os trabalhos, mas também para os geógrafos em seus estudos.

O Mar que nos Cerca *

Dois terços da superfície do nosso planeta estão cobertos de água.

Os continentes, que à primeira vista nos parecem tão grandes, em verdade não passam de "ilhas" circundadas pela vastidão dos oceanos.

E embora a nossa vida esteja em larga escala condicionada pelos mares, é muito pouco, ainda, o que sabemos deles. Esse conhecimento

precisa ampliar-se. Pois, ao que tudo indica, eles serão amanhã o principal celeiro deste globo superpovoado. E talvez venham a revelar-se a nossa principal reserva de combustíveis líquidos.

Não há muitos meses, os jornais noticiaram a ocorrência de uma extraordinária maré que alcançou a Bretanha e a Normandia, fazendo a costa recuar dez quilômetros, com o apareci-

* *Petrobrás* — 225, maio — Junho de 1967 — Ano XIII.

mento de navios afundados na Segunda Guerra Mundial e de ruínas de fortificações construídas pelos romanos há muitos séculos atrás.

Comparando-se mapas antigos aos atuais, pode-se perceber que enquanto os Estados Unidos e Canadá vão aumentando os seus territórios à custa do mar, este é que ganha espaço à custa da Austrália e de certas regiões da América Latina. E tudo isto para falar apenas do presente, destes poucos séculos que compõem a "História", um minuto em face dos milhões e milhões de anos transcorridos desde o esfriamento do planeta e durante os quais, certamente, têm havido transformações verdadeiramente formidáveis. De las, falamos as hipóteses de que a América do Sul e a África já compuseram um único continente; a América do Norte e a Ásia uniam-se onde hoje existe o estreito de Behring; as ilhas Britânicas já fizeram parte da Europa Continental.

Seja como fôr, êsses avanços e re-cuos têm deixado, ao longo das costas de muitas regiões, extensas faixas de terras cobertas de águas pouco profundas (no máximo 200 metros). Em alguns casos elas avançam cerca de 100 quilômetros pelo mar a dentro, formando declives suaves, até se precipitarem em abismos para o fundo dos oceanos. Prolongamentos das terras costeiras, essas faixas são conhecidas pelo nome de "plataformas continentais". E é para elas que se voltam hoje os olhos dos homens do petróleo.

Naturalmente, o interesse desses homens estende-se a todo o oceano. E por razões práticas que êles se limitam às plataformas. Porque é possível trabalhar nelas com as técnicas existentes e os recursos disponíveis. Não tenhamos dúvidas de que as tarefas aí realizadas hoje são etapas de um programa que nos levará amanhã até o fundo das fossas oceânicas, na busca ininterrupta dos recursos de que a humanidade necessita.

Até algumas dezenas de anos atrás, as perfurações petrolíferas limitavam-se à terra firme, embora os geólogos já tivessem a convicção de que frequentemente as jazidas avançavam pelo mar adentro, indiferentes ao traçado atual da costa. Foi necessário, porém, esperar a criação de técnicas especiais para que se tornasse possível perfurar em terrenos cobertos pelas águas. Isto ocorreu por volta de 1930, ocasião em que dois projetos foram

postos em execução, quase simultaneamente, em na Califórnia e outro na Louisiana.

Tais experiências abriram caminho para a solução de alguns problemas básicos, sobretudo para a indicação do tipo de equipamento mais recomendável. Na Louisiana, o trabalho começou pelas grandes áreas pantanosas do delta do Rio Mississippi. O solo era demasiado mole para a construção de estradas e de aterros sobre os quais erguer as pesadas torres de perfuração; de outra parte, as águas eram demasiado rasas, não oferecendo calado aos navios comuns, nos quais se imaginava inicialmente instalar as sondas. Concebeu-se, como solução para o impasse, um tipo especial de batelão de fundo chato, que necessitava apenas de dois metros de água para flutuar e podia ser removido nas horas de preamar. Enquanto a perfuração se realizava, era fixado ao lugar por estacas de concreto ou pela inundação de alguns dos seus compartimentos.

Em Elwood, Califórnia, experimentou-se inicialmente *piers* construídos sobre estacas, que avançavam cerca de 300 metros pelo oceano, instalando-se a torre de perfuração sobre pranchões flutuantes, em águas de seis metros de profundidade. Assim, de um único ponto podia-se fazer até 12 furos, usando-se a técnica da sondagem direcional. Muitos anos mais tarde, em 1957, tentou-se uma técnica inteiramente diversa. Agora, pranchões sobre cavaletes ligavam a uma ilha artificial em sua extremidade. A ilha era defendida dos ventos por algumas palmeiras — que também a embelezavam — e a proteção contra a erosão foi obtida com a construção de quatro grandes colunas de concreto.

Variações das técnicas acima descritas têm sido usadas em quase todo o mundo, em tal extensão que hoje uns 25% da produção mundial de petróleo são originários de campos subaquáticos. Sucede, porém, que todas as perfurações realizadas até bem pouco tempo, das quais resultou a descoberta dessas jazidas, nunca avançaram em águas além de dez metros de profundidade. Assim, apenas uma pequena faixa da plataforma continental era efetivamente explorada. Mas essa barreira começou a ser transposta, com resultados surpreendentes.

Hoje, enormes plataformas de aço, pesando milhares de toneladas, são rebocadas até locais com profundidade

de 5 a 30 metros, e sôbre elas instaladas sondas capazes de perfurar camadas quatro mil metros abaixo do nível do mar. Há várias dessas instalações no Golfo do México. Mas, no momento, o mais ativo trabalho de perfuração submarina tem lugar no Mar do Norte, onde atuam companhias inglesas, holandesas, francesas, italianas e norte-americanas. A concentração de esforços naquela área já resultou em sensacionais descobertas de jazidas de gás, com reflexos altamente positivos para as economias da Holanda e da Grã-Bretanha.

Agora chega a vez do nosso País.

A PETROBRÁS VAI AO MAR

Perfurações em águas de dez metros são consideradas rotineiras no Brasil. As primeiras foram realizadas por volta de 1947. Com a criação da Petrobrás, em 1953, foram intensificadas. Um dos campos produtores da Bahia, o de Dom João, está parcialmente sob as águas do Recôncavo. Ali há centenas de poços, produzindo em média 2 000 m³ diários de petróleo. As jazidas acham-se entre 300 e 1 900 metros abaixo da superfície. A coleta é feita por tanques de armazenagem montados sôbre pilares fixos. A transferência se faz por oleodutos submarinos e eventualmente por meio de balsas.

Mas o Brasil não podia limitar-se ao Recôncavo, quando se sabe que possui uma extensa plataforma continental. E são alvissareiras as perspectivas para a exploração dessa faixa. Pois a extrapolação dos dados geológicos obtidos em poços perfurados

próximo à costa (bacias do Marajó-Bragança-Vizeu (Pará), Barreirinhas (Maranhão), Potiguar (Rio Grande do Norte), Sergipe-Alagoas, extremo sul do Recôncavo (Bahia), Espírito Santo e Pelotas, no Rio Grande do Sul), indicam a existência, na plataforma, de condições estratigráficas e sedimentológicas favoráveis à geração e acumulação de petróleo.

Com vistas à execução de um programa de perfurações em mar aberto, a Petrobrás contratou, recentemente, com uma companhia nacional, a construção de uma plataforma móvel, de concepção avançada. Estará pronta em fevereiro de 1968 e poderá operar a uma profundidade de água até 30 metros. Será equipada com uma sonda para perfurar poços até quatro mil metros. Disporá de acomodações para 52 homens e será dotada de local de pouso para helicópteros. Medirá 44,50 metros de comprimento e 32,90 m de largura, sendo suportada por quatro torres cilíndricas.

Esse equipamento, cujo custo se elevará a milhões de cruzeiros novos, marcará definitivamente a presença da Petrobrás na exploração das reservas submarinas de petróleo, num empreendimento pioneiro em tôda a área do Atlântico Sul. E isto é apenas o ponto de partida. Pois, dentro de alguns anos — se os resultados do trabalho inicial forem satisfatórios, como se espera — quem viajar de avião pelo litoral brasileiro, do estuário do Amazonas ao canal da Lagoa dos Patos, verá não uma mas muitas torres, desvendando os segredos do mar, retirando de seus esconderijos o petróleo necessário ao nosso progresso.

A Economia Sueca

Superfície: 449 793 km². *Clima:* A Suécia está situada a uma latitude igual à do Alasca. O país, todavia tem um clima relativamente ameno por efeito da Corrente do Golfo que passa ao longo da costa oeste da Península da Escandinávia e também por efeito dos ventos predominantes do ocidente. *Recursos naturais:* Os principais são o minério de ferro, as florestas e a energia hidrelétrica. *População:* 7,7 milhões de habitantes, 18 para cada km². Durante a década 1950-60, a população aumentou em 6% e espera-se que continue a crescer neste mesmo ritmo durante as décadas de 1960-70 e de 1970-80. *Distribuição populacional:* Na Suécia, como em outros países industriais,

verifica-se uma considerável emigração dos campos para as cidades. Cerca de três quartos da população vive em aglomerados humanos com mais de 500 habitantes. Quase 90% habita na metade meridional do país e, aqui, cada vez se concentra mais em poucas zonas industriais. *Mão-de-Obra:* O número de ativos no mercado de trabalho sueco sobe a cerca de 3,5 milhões e tem aumentado, até aqui, entre ½ e 1% ao ano. Este crescimento deve, agora, de uma maneira geral, suspender-se, o que está em correlação, principalmente, com a circunstância da população na idade de começar a trabalhar ser em número mais reduzido do que antes. O número de horas de trabalho tem sucessivamente diminuído. Durante a primeira metade da década de 1960-70, o período geral de férias pagas aumentou de três para quatro semanas ao ano. *Nível de vida:* A Suécia, juntamente com a Suíça, tem o mais alto nível de vida da

Transcrito de publicação do Instituto Sueco de Relações Culturais com países estrangeiros. Dados referentes a julho de 1965.

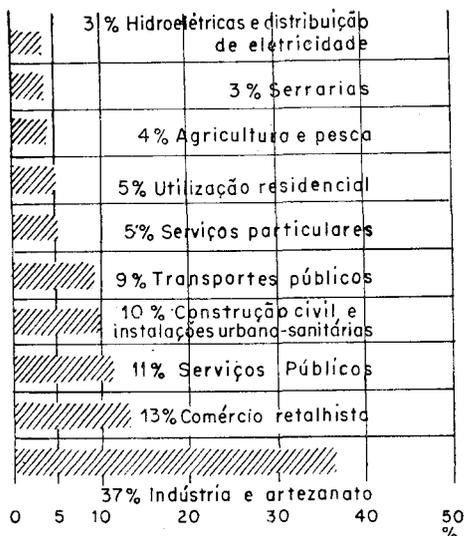
Europa, mesmo contando segundo vários métodos estatísticos. Para cada mil habitantes, a Suécia tem 204 automóveis e 423 telefones (1963). Em 1963, um operário industrial recebeu por hora, em média, um salário de 7,91 Coroaas Suecas. No fim do mesmo ano, os preços de consumo tinham atingido um índice de 175 (1949 = 100). Considerando este aumento de preços, o salário real dos operários industriais teve um acréscimo de 70% desde 1949.

Produção

De acôrdo com as estatísticas oficiais suecas, o produto nacional bruto (PNB), em 1963, foi de 87 040 bilhões de Coroaas Suecas.*

Registrava-se, então, um aumento de 55 % em relação a 1950, calculado em preços fixos, o que corresponde a uma média de 3,4% por ano. O acréscimo advem quase exclusivamente do aumento de produção por hora de trabalho. E o ritmo de aumento tem tendência para acelerar. Na primeira metade da década de 1960-70, o crescimento anual foi de cerca de 4,1%.

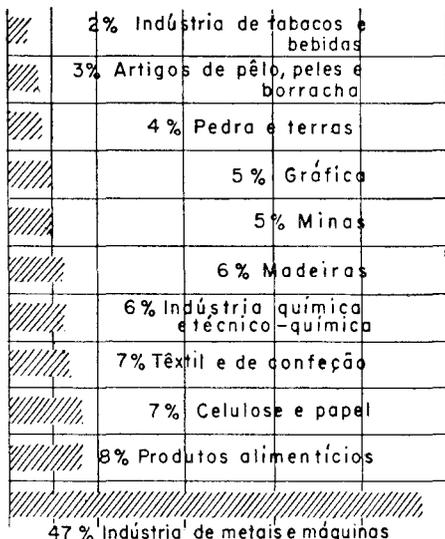
A contribuição dos ramos da vida econômica para o PNB de 1963



Indústria e artesanato constituem o ramo mais importante da economia sueca. Durante o período 1950-63, o seu volume aumentou, em média, um pouco mais do que o PNB ou, seja, 3,9% ao ano. Notou-se um crescimento anual consideravelmente mais elevado do que a média, sobretudo, na produção de energia elétrica (6,2%). Mesmo para a

construção civil e instalações urbano-sanitárias (4,9%) e para os serviços públicos (4,2%) também se verificaram acréscimos relativamente maiores. A produção agrícola diminuiu um pouco e sua parte no PNB desceu de 8% em 1950 para 4% em 1963.

Contribuição dos diversos ramos industriais no valor total da indústria transformadora (1961)



(Cifras do Anuário Estatístico de 1964)

A indústria de metais e de máquinas é muito maior do que os outros ramos, respondendo por cerca de metade do valor total da indústria transformadora.

Durante o período de 1950-63, observou-se uma marcada característica no desenvolvimento geral das indústrias suecas: as dirigidas para a exportação e baseadas nas matérias-primas nacionais aumentaram rapidamente. O acréscimo de produção dentro da indústria de metais e máquinas-ferramenta e da indústria mineira tem sido mais rápido (cerca de 80% de aumento) do que a média de todas as indústrias (45%). Notou-se um acréscimo ainda mais rápido na indústria de celulose e papel (95%) e, em especial, indústria química e técnicoquímica (120%).

Utilização do Produto Nacional Bruto

Uma parte cada vez maior do produto nacional bruto tem sido utilizada em investimentos. Entre 1950 e 1963,

* Uma Coroa Sueca — US\$ 0,19.

êstes investimentos subiram de 27 para 33% do PNB, enquanto o consumo diminuiu na mesma proporção.

Utilização do PNB em 1963

Investimentos particulares	16,3	18,7
Investimentos estatais	6,1	7,0
Investimentos comunais	5,9	6,8
Soma dos investimentos	28,3	32,5
Consumo particular	46,9	53,9
Consumo estatal	5,1	5,9
Consumo comunal	7,2	8,3
Soma do consumo	59,2	68,0
Perdas do inventário	—,03	—0,3
Diversos	—0,3	—0,3
Produto Nacional Bruto (arredondado)	87,0	100,0

A maior parte dos investimentos tem sido feita em três setores: indústria, transportes públicos (excluindo estradas) e construção civil. Do total bruto dos investimentos, em 1963, cerca de 20% foi para cada um desses setores.

O setor público

O relativo significado do setor público desde há muito que vem aumentando. A sua co-participação no PNB cresceu de 20 para 28% entre 1950 e 1963. O aumento diz respeito tanto a investimentos como ao consumo. Em 1963, foram públicos 43% do total de investimentos e 21% do consumo total.

Cerca de 17% dos investimentos públicos, durante o mesmo período foram para a defesa, 10% para cada um dos setores: instalações residenciais e hospitais. E uma percentagem semelhante em conjunto, para escolas e igrejas. As inversões feitas em estradas aumentaram de 11 para 15%.

Em 1963, a parte principal do consumo público coube ao ensino (27%), assistência médico-sanitária (21%) e defesa (15%).

A situação da propriedade

A indústria sueca pertence quase na totalidade a particulares. Mais de 90% do número total de operários industriais trabalham em empresas pri-

vadas e 4% em cooperativas de consumo ou de produção.

As organizações cooperativas correspondem, além disso, 10% do movimento do comércio grossista e 14% do comércio retalhista. As indústrias de propriedade pública dedicam-se principalmente à extração dos minérios de ferro onde mais de 70% do minério é extraído por uma firma estatal e à produção de energia onde as firmas estatais e comunais produzem quase 40% de toda a energia. O ensino, a assistência aos doentes, as estradas de ferro, correios e telégrafos funcionam exclusivamente ou quase sob a forma de instituições ou empresas públicas.

Mercado de crédito

As instituições de crédito suecas (incluindo o Banco da Suécia, emissor) fizeram empréstimos que, no final de 1963, subiam a 63 bilhões de Coroaas Suecas e a respectiva carteira de obrigações e outros papéis era de 31 bilhões de Coroaas Suecas. Logo, o volume total de crédito no mercado institucionalizado atingia os 94 milhões de Coroaas Suecas.

Dêste volume, correspondia 26% aos bancos comerciais, 20% às caixas de crédito e 18% às companhias de seguros. Em comparação com outros países, o gasto *per capita* com seguros na Suécia atinge um nível altíssimo.

Cerca de 50% dos créditos destinavam-se ao setor de instalações residenciais, 20% às organizações econômicas e 15% ao Estado. Existem ainda outras fontes de crédito, além das institucionalizadas no mercado. Sobretudo nas empresas, uma grande parte dos investimentos é financiada com a emissão de ações, com os lucros, etc.

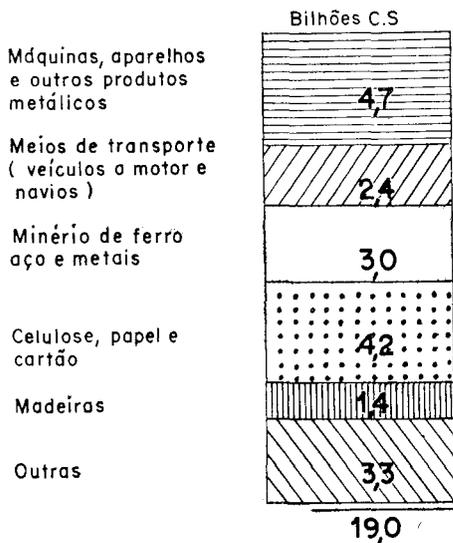
Comércio externo

A economia da Suécia depende em alto grau do comércio externo. Desde o começo da década de 1950-60, as exportações e as importações equivalem a um quinto do PNB. A política comercial do país é caracteristicamente favorável à livre troca.

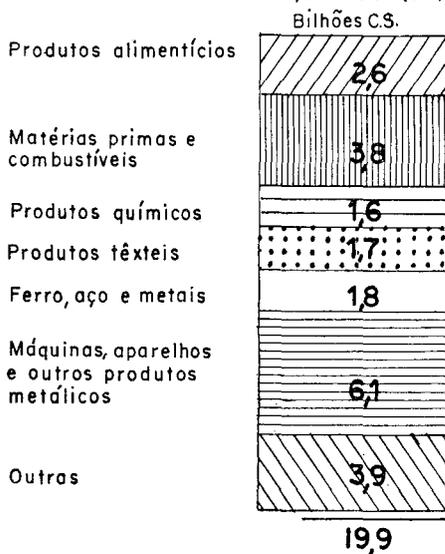
Cerca de metade das exportações envolvem produtos onde o ferro está incluído como matéria-prima. Mais de um quarto corresponde a produtos florestais. Quase metade das exportações tem características de matéria-prima,

mas existe uma tendência para exportar mais produtos beneficiados.

Exportações 1964 (fob)



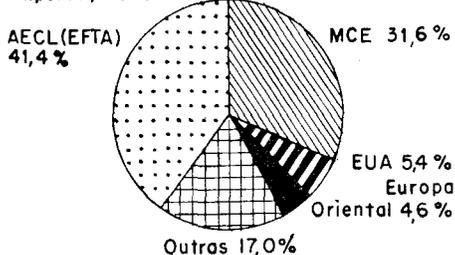
Importações 1964 (cif)



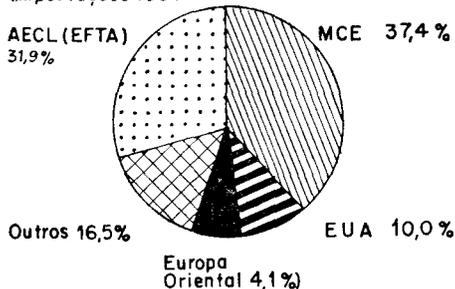
As importações são mais diferenciadas do que as exportações. Cerca de metade das importações, em 1963, compreendiam matérias-primas para a indústria assim como matérias-primas

para a construção civil e a agricultura. A percentagem de matérias-primas nas importações tem, contudo, diminuído de ano para ano.

Exportações 1964



Importações 1964



Uma parte cada vez maior do comércio externo sueco — de momento entre 70 e 80% — tem sido feito com os países europeus e, em especial, europeus do Ocidente. O comércio com a Europa Ocidental está dividido, mais ou menos, em partes iguais entre a Associação Européia de Comércio Livre (EFTA) de que, entre outros, a Suécia e a Grã-Bretanha são membros, e o Mercado Comum (MCE). Por países, as maiores trocas são realizadas com a Alemanha Ocidental e a Grã-Bretanha. Estes dois países, em 1963, receberam, cada, 14% das exportações suecas, 22% das importações vieram do mercado alemão ocidental e 15% do britânico. A Dinamarca e a Noruega receberam, em conjunto, 19% dos produtos exportados pela Suécia, enquanto exportaram para o mercado sueco 10% do total recebido por este.

A Suécia tem boas reservas de moedas estrangeiras. O valor das reservas cambiais montava, no final de 1964, a cerca de 5 bilhões de Coroas Suecas o que corresponde, mais ou menos, a três meses de importações.

As importações da Suécia. Produtos e Mercados

Durante o período do após-guerra, verificou-se um largo aumento das importações na Suécia, devido ao crescente nível de vida, à contínua expansão econômica e ao gradual alargamento da sua liberalização. Entre 1953 e 1963, considerado em preços correntes, o valor das importações na Suécia, na realidade, duplicou. Se considerarmos 1949 como ponto de partida, isto é, o ano anterior ao começo da liberalização das importações, vemos que o seu valor aumentou para o quádruplo. Em 1964, as importações suecas atingiram mais de Coroas Suecas 19 943 milhões ou, seja, mais de 20% da Produção Nacional Bruta (PNB). A Suécia está entre os países do mundo que mais importa *per capita* (1963: C.S. 2 300). Na realidade, 7,6 milhões de suecos importam uma quantidade de produtos manufaturados (excluindo produtos alimentares) tão grande como a de 31 milhões de italianos, 28 milhões de ingleses, 26 milhões de franceses, 22 milhões de alemães ocidentais ou 54 milhões de norte-americanos.

Os produtos

As importações para a Suécia são muito mais diferenciadas do que as suas exportações. As principais categorias de importações compreendem gêneros de primeira necessidade, inclusive tabaco, bebidas alcoólicas, etc., matérias-primas e combustíveis, produtos químicos, têxteis, metais básicos, maquinaria, aparelhos e meios de transporte. O resto consiste, mormente, em várias espécies de artigos acabados. Tanto nas importações como nas exportações, a quantidade de matérias-primas tem diminuído, formando, agora, os beneficiados, uma parte cada vez maior do total.

As importações da Suécia em 1954 e em 1964. Classificação por grupos de mercadorias.

	1954		1964	
	Milh.	%	Milh.	%
	C.S.		C.S.	
Alimentos, bebidas, tabaco etc.	1 520	16,5	2 620	13,1
Frutos e vegetais	376	4,1	655	3,3
Café	456	2,3
Matérias-primas	807	8,8	1 303	6,5
Fibras têxteis	285	3,1	264	1,3
Combustíveis	1 414	15,4	2 510	12,6
Carvão e coque	346	1,7
Óleos minerais	2 025	10,2
Produtos têxteis	899	9,8	1 811	9,1
Produtos químicos	603	6,6	1 556	7,8
Ferro, aço e outros metais	955	10,4	1 816	9,1

Ferro e aço	..	1 066	5,3	
Outros metais básicos	..	750	3,8	
Maquinaria e aparelhos, meios de transporte e produtos industrializados	2 220	24,1	6 074	30,5
Maquinaria não-elétrica	747	8,1	2 344	11,8
Maquinaria elétrica	333	3,6	1 302	6,5
Meios de transporte	891	9,7	2 012	10,1
Veículos a motor	..	1 576	7,9	
Navios	..	274	1,4	
Outros artigos	777	8,4	2 253	11,3
Instrumentos etc.	..	482	2,4	
Total		9 192 100,0	19 943 100,0	

A agricultura sueca está altamente mecanizada e em anos de colheitas normais, o país é mais do que auto-suficiente em alimentos básicos. Esta situação, todavia, exige consideráveis importações de fertilizantes e de rações para tratores e maquinaria agrícola. A Suécia também compra do estrangeiro muitos alimentos e provisões manufaturadas como suplemento da sua própria produção. Em gêneros alimentares, tem-se registrado um contínuo aumento das importações. Durante os últimos dez anos, todavia, estas importações suecas têm revelado uma característica: a de diminuírem em proporção ao total.

Em *matérias-primas*, os movimentos têm sido, na generalidade, similares. Particularmente, nota-se que as fibras têxteis declinam até em quantidade absoluta. Existe muita energia hidráulica na Suécia, mas ao país falta, quase completamente, recursos naturais de carvão e petróleo. O combustível mineral é, por isso, uma pesada sobrecarga no comércio sueco de importações. Em 1964, as importações de carvão e coque atingiram 3,6 milhões de toneladas e de petróleo e seus derivados 17,8 milhões de toneladas. Entre 1953 e 1963, o valor das importações de combustível líquido aumentou quase em 70%. Todavia, esta cifra cobre um substancial decréscimo nas importações de combustível sólido, um decréscimo que contrasta, fortemente, com a expansão das entradas de petróleo.

A *indústria química* na Suécia está em franco desenvolvimento, mas o país, decerto, continuará a receber do estrangeiro consideráveis quantidades de vários produtos químicos e bases de plástico. Nos últimos dez anos, a parte de produtos químicos no total das importações subiu de quase 6 para um pouco menos de 8 por cento.

As importações de produtos *têxteis* semi-acabados e acabados também aumentaram de 1954 para 1964. Deve salientar-se, todavia, que neste caso como no de alimentos, a taxa de au-

mento foi inferior à da maioria das outras categorias de produtos. Como consequência da especialização cada vez maior da indústria têxtil sueca, do nível de vida cada vez mais alto e não menos, do aumento de tempo de lazer, as importações de vestuário têm incrementado a um ritmo mais rápido.

O consumo de *ferro e aço* está aumentando na Suécia. Apesar da produção sueca ser cada vez maior, as importações — principalmente, de ferro comercial — são ainda consideráveis. Faz-se também uma larga importação de *metais não-ferrosos*, além de produtos manufaturados de ferro e aço e outros metais.

Na *indústria mecânica*, também se registrou uma grandiosa expansão. A sua importação quase triplicou entre 1954 e 1964, enquanto a sua participação no total subiu de 24% para 30,5%. O aumento da produção industrial, maior aplicação de capitais, contínua racionalização, maior eficiência e a falta de mão-de-obra, todos estes foram fatores que, juntamente com a melhoria do nível de vida e o aumento da procura dos produtos de consumo duráveis, estimularam as vendas de produtos industrializados. E deve acrescentar-se que o potencial de vendas na Suécia, em máquinas, aparelhagens, meios de transportes e outros artigos similares, continua subindo.

Os mercados

A proporção tradicionalmente alta de importações vindas da Europa tem-se acentuado, passando de 72,8 em 1954 para 75,1% em 1964. Durante 1964, dez dos doze países que mais forneceram à Suécia estão situados no continente europeu. Nos últimos anos, as importações recebidas da área da Associação Européia de Livre Comércio (AELC), em especial, dos países nórdicos, aumentou consideravelmente. A par desta evolução, a parte dos países do Mercado Comum Europeu (MCE), no total das importações suecas, diminuiu.

A Europa aumentou a sua participação nas importações suecas à custa, principalmente, dos mercados africano e sul-americano, os quais, em termos relativos, perderam terreno no mercado sueco; entretanto, a Ásia conseguiu manter as suas posições e a América do Norte incrementou a sua co-participação. O valor das importações vindas da África em 1964 não chegou mesmo ao nível das de 1954, enquanto as importa-

ções recebidas da América do Sul aumentaram 46%, graças ao incremento do consumo de óleo por parte da Suécia.

Importações suecas de vários países, 1954 e 1964.

	Importações em milhões de C. S.		Proporção total de importações	
	1954	1964	1954	1964
Alemanha Ocidental	1 881	4 267	20,5	21,5
Reino Unido	1 464	3 006	15,9	15,1
Estados Unidos da América	724	1 997	7,9	10,0
Dinamarca	325	1 240	3,5	6,2
Holanda	640	1 145	7,0	5,7
Noruega	331	961	3,6	4,8
França	453	809	4,9	4,1
Itália	280	655	3,1	3,3
Bélgica-Luxemburgo	455	558	5,0	2,8
Suíça	215	458	2,3	2,3
Finlândia	80	387	0,9	1,9
Venezuela	114	365	1,2	1,8
União Soviética	141	359	1,5	1,8
Brasil	324	307	3,5	1,5
Japão	48	243	0,5	1,2
Austria	46	219	0,5	1,1
Canadá	20	189	0,2	0,9
Polónia	96	171	1,1	0,9
Espanha	88	158	1,0	0,8
Portugal	33	99 ¹	0,4	0,5

¹ Inclusive África Ocidental e Oriental 110.

Importações suecas divididas entre 1954 e 1964 por regiões mundiais e por grupos de países

	Milhões de C.S.		Porcento	
	1954	1964	1954	1964
Europa	6 691	14 980	72,8	75,1
AELC ¹	2 494	6 369	27,1	31,9
MCE ²	3 320	7 453	36,1	37,3
Europa Oriental ³	376	869	4,1	4,1
África	323	295	3,5	1,5
Ásia	493	1 039	5,4	5,2
América do Norte	744	2 186	8,1	11,0
América do Sul	867	1 368	9,4	6,8
Oceania	75	77	0,8	0,4
	9 192	19 943	100	100

¹ Reino Unido, Dinamarca, Noruega, Suíça, Finlândia, Austria, Portugal.

² Alemanha Ocidental, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, França, Itália.

³ Inclusive Iugoslávia.

A *Alemanha Ocidental* é, tradicionalmente, o maior fornecedor da Suécia, co-participando com mais de um quinto do total das importações suecas. Em relação à maquinaria e meios de transporte, uns 40% de todas essas importações têm origem no mercado alemão ocidental que domina, também, nos fornecimentos de carvão e coque, produtos químicos, ferro e aço, manufaturas metálicas e instrumentos para o

mercado sueco. Há ainda outras importantes categorias de produtos recebidos da Alemanha Ocidental como, sejam, têxteis e vestuário, produtos de borracha, produtos minerais, artigos de pele e outras mercadorias de consumo.

O *Reino Unido* é o segundo maior fornecedor de mercadorias para o mercado sueco e esta reconquistando, agora, parte do terreno perdido durante a década de 1950-60, a favor da Alemanha Ocidental. Os principais itens importados do Reino Unido são as máquinas, petróleo e seus derivados, têxteis, produtos químicos, ferro e aço, produtos não-ferrosos, assim como manufaturas metálicas.

O terceiro lugar entre os fornecedores da Suécia vai para os *Estados Unidos da América* que em 1964 contribuíram com 10% para o total das importações suecas. As exportações norte-americanas para o mercado sueco tem variado muito nos últimos anos. Após um largo incremento, devido à liberalização das importações na área do dólar, as entradas de mercadorias norte-americanas, na Suécia, atingiram um ponto culminante no ano 1957. No ano seguinte, registrou-se um decréscimo considerável para atingir novo máximo em 1960. Entre os itens importados deste país, estão incluídas maquinaria, produtos químicos, equipamento de transporte, borracha, fibras têxteis, frutas e cereais, petróleo, produtos têxteis, armas e munições, instrumentos, e tabaco e seus derivados.

A *Holanda* exporta grandes quantidades de produtos derivados do combustível mineral para a Suécia, o que explica, cabalmente, a razão porque o país se encontra no quinto lugar entre os fornecedores do mercado sueco. Entre os outros produtos importados da Holanda, encontram-se frutas e vegetais, flores e bulbos, outros produtos agrícolas, químicos, têxteis, ferro e aço e maquinarias.

Em 1964, os vizinhos escandinavos, *Dinamarca* e *Noruega*, ficaram nos quarto e sexto postos na lista dos fornecedores para o mercado sueco. Tal como foi mencionado, anteriormente, estes dois países aumentaram a sua co-participação no mercado da Suécia nos últimos dez anos. Por razões naturais, a Dinamarca é um importante fornecedor de produtos alimentares. As exportações dinamarquesas para a Suécia também incluem produtos químicos, maquinarias, têxteis e outras mercadorias de consumo. As importações da Noruega compreendem peixe e seus de-

rivados, fertilizantes, minérios, metais e metais, oleaginosos, produtos químicos, têxteis e maquinarias.

A *França* é dos países cuja co-participação nas importações suecas tem diminuído. Contudo, o país continua sendo um importante fornecedor de ferro e aço, meios de transporte, têxteis, máquinas e aparelhos elétricos, víveres, combustíveis, produtos químicos e vinhos.

A *Itália*, pelo contrário, aumentou as suas vendas para a Suécia e detém, agora, uma parcela mais larga do mercado sueco do que tinha há dez anos atrás. Frutas, têxteis, calçado e maquinarias formam o conjunto central das importações vindas da Itália.

A *Bélgica* e o *Luxemburgo* perderam, ainda, mais terreno do que a França. Em 1964, as vendas da Bélgica na Suécia foram superiores apenas em 20% relativamente a 1954. O ferro e o aço dominam as importações suecas vindas do mercado belga, mas os metais não-ferrosos, maquinaria têxteis, produtos químicos e instrumentos, também, são importados em boas quantidades.

Os fornecimentos vindos da *União Soviética*, em 1964, foram dois e meio vezes superiores ao nível de 1954. Apesar deste incremento, as cifras correspondentes a 1964 representam apenas 1,8% do total das importações suecas. A principal razão do aumento das exportações soviéticas para a Suécia está no incremento das vendas de petróleo e seus derivados. Em 1964, as importações vindas da União Soviética também incluíram carvão e coque, minérios, peles e tortas oleaginosas.

Portugal, que está ligado política e socialmente à Suécia através da AELC, exportou para a Suécia os seguintes produtos: têxteis, roupas, vinhos, sucata, cortiça, café (Angola) e sisal (Moçambique).

Entre os países não-europeus — à parte os Estados Unidos da América — os mais importantes fornecedores do mercado sueco são a *Venezuela* (petróleo) o *Brasil* e o *Japão*. Em 1964, o café constituiu 95% de tudo quanto foi importado do Brasil. O Japão, em contrapartida, forneceu grande quantidade de mercadorias de consumo como por exemplo, têxteis, manufaturas metálicas, brinquedos, artigos esportivos, porcelanas, binóculos e equipamento fotográfico, aparelhos de rádio e televisão e suas peças, assim como madeira de carvalho, equipamento elétrico e instrumentos.

Exportações da Suécia. Produtos e Mercados

O forte crescimento econômico e a contínua liberalização do comércio externo na Europa Ocidental conduziram a uma potente expansão do comércio internacional durante os últimos dez anos. No que diz respeito às exportações da Suécia, este período caracterizou-se por uma taxa de aumento rápido e uma duplicação dos valores exportados. Em 1964, as exportações suecas atingiram a mais de 19 005 milhões de Coroa Suecas (C.S.) equivalentes a cerca de 20 por cento da produção nacional bruta. A Suécia, como a maior parte dos países industriais, aumentou a sua parte nas exportações mundiais: de 2 por cento em 1954 para 2,4 por cento em 1964. Por outras palavras, a Suécia, cujo número de habitantes corresponde apenas a 1/400 da população mundial, é responsável por quase 1/40 das exportações no mundo inteiro.

Os produtos

Os produtos tradicionais da exportação sueca — o ferro e aço e as madeiras — mantêm ainda a sua importância, mas não dominam como antigamente. O período do após-guerra viu realizar-se um deslocamento a favor das mercadorias mais trabalhadas, tendência que se acentuou ainda mais durante os últimos dez anos. O papel dominante nesta evolução foi desempenhado pelas indústrias mecânicas. Seus produtos atingiram uma tal expansão que levou à atual ultrapassagem em relação às matérias-primas, ficando à frente na lista de todos os produtos exportados.

Considerando estes últimos dez anos, verifica-se que as exportações suecas de produtos alimentares e de matérias-primas se mantiveram, mais ou menos, ao mesmo nível quanto ao seu valor, enquanto que as exportações de produtos semimanufaturados mais do que duplicaram e as de produtos mecânicos triplicaram. Estas variações de taxas de crescimento originaram, naturalmente, trocas na importância relativa destes grupos. A proporção de matérias-primas (principalmente celulose, madeiras e minerais) baixou de 42 para 28 por cento. Os produtos semimanufaturados (sobretudo, o papel e o cartão, o ferro e o aço) passaram de 24 para 27 por cento. A triplicação de produtos mecânicos resultou num aumento de 23 para 34 por cento.

O grupo mais importante no setor mecânico foi o das máquinas não-elétricas, seguido do dos meios de transporte. Neste último grupo, os navios estão à frente e ocupam, atualmente, nas exportações da Suécia, um lugar análogo ao dos produtos tradicionais que são as madeiras e os minérios.

As exportações suecas em 1954 e 1964, por tipos de produtos.

	1954		1964	
	Milh.	C.S.%	Milh.	C.S.%
Produtos alimentares	493	6,1	618	3,2
Matérias-primas	3 409	41,6	5 374	28,2
Madeiras	1 047	12,7	1 434	7,5
Celulose	1 455	17,8	2 281	12,0
Minérios	770	9,4	1 220	6,4
Produtos semimanufaturados	1 989	24,1	5 046	26,5
Papel e cartão	710	8,6	1 918	10,1
Ferro e aço	507	6,1	1 510	7,9
Produtos químicos	199	2,4	642	3,3
Produtos mecânicos	1 920	23,4	6 492	34,2
Máquinas não-elétricas	844	10,2	2 987	15,7
Máquinas elétricas	323	3,9	1 132	5,9
Meios de transporte	753	9,2	2 374	12,4
Outros produtos acabados	186	2,2	834	4,3
Entre os quais vestuário	13	0,1	175	0,9
Total	8 196	100	19 006	100

Na nova fisionomia que o conjunto das exportações suecas tomou, os novos produtos, particularmente do setor de bens de consumo, constituem um aspecto importante e em forte expansão. Compreendem artigos como mobílias e confecções cujas indústrias, antes, quase que só forneciam, exclusivamente, ao mercado interno. Ao mesmo tempo, as exportações de viaturas passaram de 9 milhões de C.S. em 1954 para 524 milhões de C.S. em 1964 e o vestuário exportado de 13 milhões de C.S. para 175 milhões de C.S. Por consequência, a gama das exportações suecas alargou-se consideravelmente.

Os mercados

As exportações suecas em 1954 e em 1964 por países.

	Exportações em milhões de C.S.		Proporção no total de exportações	
	1954	1964	1954	1964
Alemanha Ocidental	1 008	2 717	12,3	14,3
Reino Unido	1 524	2 647	18,6	13,9
Noruega	805	2 036	9,8	10,7
Dinamarca	538	1 642	6,6	8,6
Estados Unidos da América	381	1 029	4,7	5,4
Holanda	485	977	5,9	5,1
França	390	956	4,8	5,0
Finlândia	155	893	1,9	4,7

Bélgica e Luxemburgo	361	707	4,4	3,7
Itália	257	657	3,1	3,5
União Soviética	117	449	1,4	2,4
Suíça	100	405	1,2	2,1
Espanha	76	280	0,9	1,5
Austrália	138	271	1,7	1,4
África do Sul	100	119	1,2	0,9
Canadá	47	177	0,6	0,9
Argentina	73	111	0,9	0,6
Brasil	268	105	3,3	0,6
México	61	89	0,8	0,5
Portugal	34	80	0,4	0,4

Exportações suecas divididas entre 1954 e 1964 por regiões mundiais e por grupos de países.

	Milhões de C.S.		Por-cento	
	1954	1964	1954	1964
Europa	6 309	15 411	77,0	81,1
AELC ¹	3 195	7 864	39,0	41,4
MCE ²	2 501	6 013	30,5	31,6
Europa Oriental ³	372	953	4,5	4,6
África	331	508	4,0	2,7
Ásia	320	837	3,9	4,4
América do Norte	428	1 205	5,2	6,3
América do Sul	641	665	7,8	3,5
Oceania	167	381	2,1	2,0
Total	8 196	19 006	100	100

¹ Reino Unido, Dinamarca, Noruega, Suíça, Finlândia, Áustria, Portugal.

² Alemanha Ocidental, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, França, Itália.

³ Inclusive Iugoslávia.

A tradicional concentração das exportações suecas para a Europa tornou-se ainda mais marcada no decurso dos últimos anos. A sua parte que era de 77 por-cento há dez anos, atinge agora a cerca de 81 por-cento. Os outros países escandinavos desempenharam um papel importante nesta expansão. Desde 1960 a Escandinávia e a Finlândia constituíram para os produtos suecos um mercado maior do que o conjunto dos países não-europeus. Só a Noruega importou mais da Suécia que todos os países em desenvolvimento. Aproximadamente, a metade das exportações suecas foi absorvida pela Escandinávia, Alemanha Ocidental e Reino Unido.

A *Alemanha Ocidental* é o primeiro cliente da Suécia, assim como é o seu primeiro fornecedor. Absorve, atualmente mais de 15 por-cento da totalidade das exportações suecas.

Ao mesmo tempo que as exportações suecas para a Alemanha Ocidental aumentaram, registrou-se uma modificação estrutural na composição dos bens exportados. Há dez anos, os fornecimentos suecos à Alemanha consistiam em 80% de matérias-primas e de produtos alimentares, enquanto hoje

os produtos acabados e semi-acabados pesam bem mais na balança. A despeito desta modificação estrutural, as exportações de matérias-primas continuaram aumentando. Os mais importantes dos produtos exportados pela Suécia são os minerais, as máquinas, o papel, a celulose, as madeiras, o ferro e o aço. O mercado alemão ocidental é o primeiro para os minerais, o papel, as máquinas, o ferro e o aço e o segundo, para a celulose e as madeiras.

O *Reino Unido* cujas importações de origem sueca montam a um valor de cerca de 2 235 milhões de C.S., constituiu, em importância, o segundo mercado para os produtos da Suécia. O seu lugar à frente das estatísticas de exportação — lugar que ocupava desde o século XVIII — foi tomado, todavia, há alguns anos, pela Alemanha Ocidental. Os produtos florestais (madeiras serradas, celulose e papel) compreendem mais de 50 por-cento das exportações. O Reino Unido é o principal cliente de madeiras e celulose suecas. O minério de ferro, navios e máquinas constituem outras das mais importantes exportações da Suécia para este mercado.

A Suécia é o primeiro fornecedor mais importante da *Noruega*. A parte norueguesa no total das exportações suecas é de cerca de 11 por-cento. Os navios representam, aqui, uma cota apreciável (um terço). Isto significa, também, que a Noruega recebe quase a metade do total das exportações suecas de navios. Em seguida, vêm por ordem de importância, as máquinas e as madeiras. Tal como os outros países escandinavos, a Noruega é um importante mercado para as crescentes exportações suecas de bens de consumo e, em particular, os têxteis.

A *Dinamarca* constitui, igualmente, um bom mercado de exportação para a Suécia. Os artigos mais procurados são as máquinas, as madeiras, o papel, os metais e os meios de transporte. É assim que o mercado dinamarquês absorve 15 por-cento das viaturas exportadas pela Suécia. A Dinamarca é, também, o principal comprador dos produtos químicos suecos.

A *Finlândia* é o país na direção do qual as exportações suecas aumentaram mais rapidamente no decurso dos últimos dez anos ou, seja, de 100 milhões de C.S. em 1954 para 893 milhões de C.S. em 1964. A parte principal corresponde às máquinas, mas os meios de transporte, sobretudo os caminhões,

assim como o ferro e o aço, constituem, igualmente, importantes itens.

A *Holanda* foi, durante séculos, um cliente de primeira ordem da Suécia. A principal mercadoria exportada sempre foi a das madeiras, mas as exportações de máquinas cresceram, rapidamente, nos últimos anos e correspondem, agora, a um pouco mais de um sexto de todas as exportações suecas para o mercado holandês. Outros dos artigos mais importantes são papel, navios e celulose.

No conjunto das exportações da Suécia para a *Bélgica* e o *Luxemburgo*, o minério de ferro predomina, atingindo uma proporção de, aproximadamente, 40 por cento. Em seguida e por ordem de importância, vêm as máquinas, a celulose e o papel.

O item mais importante das exportações suecas para a *França* é o da celulose cuja participação é de cerca de 30 por cento. Outros dos produtos exportados em maior quantidade para este mercado são as máquinas e o papel. A Suécia é o maior fornecedor da França, não só de celulose como, também, de madeiras e de minério de ferro.

A *Itália* mais do que triplicou as suas importações de origem sueca no decurso dos últimos dez anos (De 200 milhões para 700 milhões de C.S.). A celulose que representava, em 1953, a metade das exportações suecas para a Itália, não constitui, hoje, senão uns 30 por cento das mesmas, ainda que mantenha o primeiro lugar na lista. As exportações de máquinas têm continuado a aumentar de volume e quase que alcançaram as de celulose. Outros dos gêneros mais importantes são o ferro e o aço, assim como o papel.

As exportações para a *Suíça* recuperaram acentuado vigor nos últimos anos. A procura tem-se feito sentir, sobretudo, nos produtos acabados e semi-acabados e, principalmente, nas máquinas, ferro e aço.

Os produtos acabados e semi-acabados dominam, naturalmente, o comércio exportador sueco com a *União Soviética*. O grupo de mercadorias mais importante é o das máquinas, com uma co-participação que ultrapassa os 60 por cento. Ainda que em 1962 as exportações suecas para este país tenham duplicado em relação ao ano anterior, fenómeno cuja causa reside em parte numa concentração de fornecimentos de máquinas e fábricas segundo o novo acordo a longo prazo, o seu valor não atinge mais do que 400 milhões de C.S.

As exportações suecas para *Portugal*, que está ligado à Suécia através da AELC, têm aumentado rapidamente no decurso dos últimos dez anos, ou seja, de 34 milhões de C.S. em 1954 para 80 milhões de C.S. em 1964. Os produtos mais importantes exportados para Portugal são: máquinas, celulose e meios de transporte.

Em 1964, os mercados não-europeus importadores da Suécia não absorveram mais do que 19 por cento do total das exportações, contra 23 por cento em 1954. Neste grupo, os países que dominam são os Estados Unidos da América, a Austrália e o Brasil.

A composição das exportações suecas para os *Estados Unidos da América* variou, consideravelmente, nos anos da década de 1950/60, tendo descido a proporção das matérias-primas (sobretudo, celulose) de 60 por cento em 1953 para menos de 20 por cento em 1963. Por outro lado, as exportações de máquinas e de meios de transportes, principalmente automóveis de passeio registraram um forte aumento, ocupando estes dois, atualmente, um lugar mais importante do que a celulose.

A *Austrália* vem em segundo lugar depois dos Estados Unidos da América na lista dos melhores mercados não-europeus para os produtos suecos. Ainda que o valor das exportações da Suécia para a Austrália tenha aumentado de 138 milhões de C.S. em 1954 para 271 milhões de C.S. em 1964, a parte adquirida pelo país no total das exportações suecas manteve-se, no período considerado, ao nível constante de 1,3 por cento. Os produtos mais importantes exportados para a Austrália são máquinas, papel e celulose.

As exportações para o *Brasil* têm sofrido um decréscimo nos últimos anos. Em 1964 as exportações suecas atingiram 105 milhões de C.S. para 268 milhões de C.S. em 1964. Noventa por cento das exportações suecas para o Brasil, tal como para o resto da América Latina, correspondem, atualmente, a bens acabados ou semi-acabados, sobretudo, máquinas e papel.

Entre os outros países não-europeus somente a *Argentina* e a *Índia* importam da Suécia mercadorias num valor superior a 100 milhões de C.S. As importações feitas pela Argentina revelam, mais ou menos, a mesma composição do que o resto da América Latina. As exportações suecas para a Índia consistem, principalmente, em máquinas, ferro, aço e papel.

BIBLIOGRAFIA

Panorama de Suécia (edição espanhola).

Jornal comercial editado duas vezes por ano pela Associação de Expor-

tadores Suecos, (Sveriges Allmänna Exportförening).

Alguns bancos comerciais suecos editam publicações periódicas sobre assuntos econômicos nas línguas inglesa e alemã.

A Unesco e a Cooperação Internacional em Educação, Ciência e Cultura

HÉLIO ANTÔNIO SCARABÓTOLO

INTRODUÇÃO

A primeira dificuldade que assaltou o meu espírito, ao preparar a modesta informação que lhes vou fazer, foi se deveria dar-lhes o relatório frio, com cifras e números do funcionário público encarregado do setor ou se deveria emitir conceitos pessoais, avaliações próprias sobre o tema. Servidor do Estado que sou, e só a ele me dedico há mais de 20 anos, encontrei melhor solução, e com isso creio que poderei esclarecer-lhes, sem enfado e sem ser aborrecido, numa avaliação geral das idéias, dos programas e das realizações da UNESCO e da cooperação cultural internacional em matéria de educação, ciência e cultura, evitando sempre o relatório frio ou a opinião estritamente pessoal.

As idéias, as opiniões que vou emitir, posso garantir que são minhas? Não posso. Os conceitos nós os incorporamos, adotamos as idéias, aceitamos um programa, e tudo isso não é senão o trabalho de equipes, de grupos, de peritos, de homens afeitos aos problemas de que tratamos. Quando trabalhamos em equipe adotamos, quase sempre, a orientação de nossos superiores e de nossos subordinados, e afinal todo o trabalho não pertence senão ao próprio grupo que o elaborou. Essa é a técnica de trabalho na diplomacia parlamentar a que estão vinculados os organismos internacionais.

Minha única responsabilidade pessoal é a de ser fiel aos dados, às informações e interpretações dos meus colaboradores e dos especialistas que consultei, pois foram eles que me inspiraram e me deram os elementos necessários para esta exposição. O campo de nossas observações é todo ele voltado para as coisas do espírito. Abre-se, em nossa frente, o mundo das conquistas da inteligência humana: as ar-

tes, as ciências, as letras, o intercâmbio dos sábios, as lutas dos talentos à procura de soluções para os enigmas da natureza, a cooperação das instituições culturais com vistas ao aperfeiçoamento do Homem, como pessoa humana integral e como agente do progresso espiritual e moral da humanidade.

A CRIAÇÃO DA UNESCO

Primeiro, um pouco de história, que é a mãe de todas as ciências. Ela nos levará à Sociedade das Nações e aí vamos encontrar a criação, em 1924, do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, cujo inspirador foi Leon Bourgeois, representante da França na S.D.N. Esse Instituto ocupou-se durante uma década dos assuntos do intercâmbio cultural internacional, congregando famosos escritores, artistas e intelectuais de diversas nações, com o fim precipuo de um intercâmbio de idéias e publicações de suas obras. O Instituto apoiava-se nas entidades privadas, academias, universidades, sociedades de homens de letras. Não tinha vínculo efetivo com os governos. Antes mesmo, da criação do Instituto, foram feitas várias tentativas, no seio da S.D.N. para o estabelecimento de um órgão de cooperação intelectual.

Numa dessas tentativas, em 1922, criou-se um comitê para a Cooperação Intelectual Internacional, com 12 membros, entre os quais figuravam Henri Bergson, Albert Einstein e Madame Curie. Tanto o Comitê como o Instituto, mais tarde, nunca tiveram o apoio firme das Delegações junto à S.D.N. e suas verbas jamais ultrapassaram US\$ 100.000 por ano.

Sobreveio a II Guerra Mundial, e com ela mudou-se a face política, econômica e social do mundo. Londres, a cidade heróica da resistência aliada,

quartel-general das decisões do alto comando, foi também a sede das decisões políticas da reconstrução da nova ordem democrática que surgiria depois da hecatombe. No final da guerra, preocupados com a orientação e destino da juventude aliada, as conferências dos Ministros de Educação das Nações Aliadas se sucediam, uma as outras, nas complexas e importantes discussões para saber de que modo poderiam as nações aliadas, conjuntamente, estabelecer ajuda mútua para recuperar os milhões de crianças e jovens através de uma rápida e efetiva assistência educacional, científica e cultural. Era necessário também que naquele momento em que estava sendo criada a Organização das Nações Unidas, que estabeleceria uma nova ordem internacional, que se reconhecesse à vida intelectual, ao aperfeiçoamento do sistema de educação, ao desenvolvimento da compreensão entre os povos, um lugar de destaque na organização da cooperação internacional que despontava no pós-guerra.

As lições aprendidas com a inoperância da Liga das Nações, organismo lírico que funcionava através de recomendações e moções declaratórias, fizeram com que as nações aliadas estruturassem não só a ONU, mas também as suas agências especializadas em bases operacionais e dentro de uma estrutura administrativa capaz de exercer influência decisiva nos programas a seu cargo, em benefício do desenvolvimento e da paz dos Estados membros.

O Dr. Kefauver, Ministro da Educação dos Estados Unidos da América, a 11 de abril de 1945, submeteu em Londres, aos Ministros de Educação das Nações Aliadas, um documento para ser discutido. Esse documento era o primeiro projeto de constituição de um novo organismo internacional. A organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura — a UNESCO. Os Governos da França e da Grã-Bretanha convocaram, em seguida e conjuntamente, uma Conferência das Nações Aliadas e associadas, e a 1.º de novembro de 1945, em Londres, muito perto da Abadia de Westminster, entre prédios em ruínas e quarteirões arrasados pelas bombas V2 dos alemães, instalou-se na sede da Associação dos Engenheiros Cívicos da Grã-Bretanha, a Conferência Preparatória à qual assistiram 44 Nações, inclusive o Brasil. Paris foi escolhida como sede do novo organismo e convocada a 1.ª

Conferência Geral para o mês de novembro de 1946.

Estava criada a UNESCO. O Brasil esteve presente na Conferência Preparatória. Um ano mais tarde ratificou a sua decisão, inserindo-se entre as nações fundadoras da Organização. Desde então, não deixamos nunca de ter uma atuação marcante nas decisões das Conferências Gerais.

SEUS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

“As guerras nascem no espírito dos homens; é, pois, no espírito dos homens que devem ser levantadas as defesas da paz”. Esse já famoso conceito está inserido no preâmbulo do Ato Constitutivo da UNESCO. A dignidade do homem exige a difusão da cultura e a educação de todos com vistas à Justiça, à liberdade e à paz e por isso as Nações têm o sagrado dever de prestar, umas às outras, assistência mútua. A paz baseada, exclusivamente, em acórdos econômicos e políticos entre os Governos não seria uma paz que asseguraria um apoio unânime, sincero e duradouro dos povos; a paz, portanto, deve ser estabelecida sobre os fundamentos da solidariedade intelectual e moral da humanidade.

“A UNESCO se propõe, assim, de acórdo com o artigo 1.º do seu Ato Constitutivo, a contribuir para a manutenção da paz e da segurança, estreitando, pela educação, pela ciência e pela cultura, a colaboração entre as Nações, a fim de assegurar o respeito universal pela Justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais a todos, sem distinção de sexo, língua ou de religião, que a Carta das Nações Unidas reconhece a todos os povos.”

A cooperação da UNESCO tem como finalidade precípua organizar a infra-estrutura intelectual da civilização moderna em sua universalidade. É um ambicioso desiderato, mas para ter a organização um sentido ecumênico deve ela abarcar toda a humanidade e com elas os seus múltiplos e complexos problemas culturais.

Não obstante as profundas modificações experimentadas pela UNESCO em seu modo de agir em seu sistema operacional, contribuindo com assistência técnica e científica aos seus Estados membros, o Diretor-Geral da Organização, Prof. René Maheu declarou que “o essencial da missão e da obra da UNESCO não é de ordem técnica e

sim *ética*. Os objetivos da UNESCO são essencialmente morais. Os progressos da educação, da ciência e da cultura, quaisquer que sejam as suas justificações intrínsecas, não são, de acordo com o Ato Constitutivo da organização, senão processos e meios para atingir a um fim. O objetivo da UNESCO é aquele mesmo de todo o sistema das Nações Unidas: é a paz, mas uma paz alicerçada no espírito e no coração dos homens”.

A UNESCO está fundada na crença de que, em definitivo é o livre arbítrio do homem que decide a história, que faz a escolha entre a paz e a guerra — já que as guerras nascem no espírito dos homens, e por conseguinte não haverá paz verdadeira senão pela adesão do espírito a uma ordem que o próprio homem respeite.

Nos fundamentos da ação ética da UNESCO não se vislumbra qualquer conotação de ordem propagandística de seita moral ou de propaganda tipo apostolado.

EVOLUÇÃO DO ORGANISMO DEPOIS DE 1950

Os dirigentes da UNESCO perceberam logo que com o orçamento regular das contribuições dos Estados membros não seria possível dar cabo da tarefa ciclópica da erradicação do analfabetismo no mundo, da preparação de milhares de professores e da difusão da cultura entre as populações atrasadas. O seu orçamento não ia além de 10 milhões de dólares em 1950.

Não bastava batalhar pela educação através da Declaração dos Direitos do Homem, firmada na ONU em 1948, e em cuja redação a UNESCO tanto contribuiu. Era preciso fazer educação, implantar a educação. Era preciso, pois, ir buscar noutras fontes os recursos para essa nova fronteira que se abria. Mas, a luta não foi fácil. Os recursos da Assistência Técnica, da ONU tinham enclençado certo. Seu objetivo era o de ajudar os países que têm necessidade manifesta de reforçar sua economia nacional, através do desenvolvimento das suas indústrias, e de sua agricultura, a fim de favorecer a independência econômica e política desses países dentro do espírito da Carta das Nações Unidas, permitindo finalmente às suas populações atingir a um nível mais elevado de bem-estar econômico e social. Depois de alguma resistência, os dirigentes da UNESCO convenceram os administradores dos Programas da As-

sistência Técnica, que através dos programas de educação, ciência e cultura se poderiam conseguir níveis mais elevados de bem-estar econômico e social. Aprovados os planos de operação, foi concedida à UNESCO a quota de 13% do crédito total da ONU, o que era irrisória, mas era o ponto de partida para uma nova dimensão dos trabalhos do organismo.

Em que consiste esse novo programa de Assistência Técnica? Ele se traduz no envio de peritos para assessorar programas do Governo em matéria de educação, ciência e cultura, na organização de cursos, de seminários, na concessão de bolsas de estudos e no fornecimento de material escolar e de equipamento. A UNESCO concentra esses recursos sobretudo no ensino primário, secundário, técnico e educação de adultos; na pesquisa e ensino das ciências puras e aplicadas e no ensino dos meios e veículos de informações.

Nestes últimos 16 anos, a UNESCO pôde beneficiar mais de 100 Estados membros com 4 530 missões de técnicos conceder 3 550 bolsas de estudos, além de financiar outros projetos.

Até 1954, foram gastos 66 milhões de dólares em programas de Assistência Técnica da UNESCO. Para o biênio 1965/66 foram alocados 16 557.000 de dólares para o financiamento dos múltiplos programas que o organismo desenvolve em todo o mundo.

São os países da Ásia, da África e da América Latina, isto é, os chamados países em desenvolvimento, os que mais se beneficiam desse programa.

Com o surgimento dos novos países asiáticos e africanos, a partir de 1950, não só a UNESCO, mas todas as agências da ONU tiveram que organizar seus serviços de assistência às populações dos novos Estados, dentro de um esquema de auxílio planejado, a fim de utilizar de modo racional os recursos que lhes eram concedidos em grande parte pelos Estados mais poderosos.

As tarefas da UNESCO, entretanto, iam-se alargando cada vez mais na razão direta da criação desses novos Estados, sobretudo os do continente africano. Em 1960, um novo esquema financeiro foi instituído no seio da família das Nações Unidas para projetos de largo fôlego. Enquanto que o programa de Assistência Técnica inclina-se a ajudar o desenvolvimento por meio da transferência de conhecimentos, do envio de peritos aos países recipientes, da concessão de bolsas de estudo de pós-graduação e aperfeiçoa-

mento aos jovens universitários, contribuindo assim para a formação da elite intelectual do país, o Fundo Especial das Nações Unidas, essa nova fonte financeira dos programas da UNESCO foi especialmente criado para financiar, entre outros, os projetos de pré-investimento, de inventário dos recursos naturais, de pesquisa tecnológica e de formação de quadros científicos superiores.

Desde 1960, a UNESCO vem executando em todo o mundo, mais de 80 projetos, com o financiamento do Fundo Especial. Cerca de 50 projetos se referem à formação do pessoal docente e técnico em nível superior. A Organização empregou até o momento, nestes últimos 10 anos, cerca de 100 milhões de dólares por conta do Fundo.

Com os instrumentos financeiros de seu programa regular, do programa de participação, da Assistência Técnica e do Fundo Especial, a UNESCO pôde nestes últimos 16 anos contribuir positivamente para o desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura em muitas regiões do globo.

Três grandes frentes de trabalho constituem o conjunto da ação da UNESCO; a saber:

- a) a cooperação intelectual internacional;
- b) a ação operacional ao serviço do desenvolvimento;
- c) a ação ética.

Sendo a UNESCO uma espécie de bolsa de valores espirituais, ela exerce a cooperação intelectual internacional pelo intercâmbio dos conhecimentos, confrontando novas técnicas e experiências no campo da educação e discutindo idéias novas. "Ela traduz-se pelo estabelecimento de uma imensa rede de especialistas — educadores, homens de ciência, artistas, escritores, jornalistas — agrupados em associações nacionais e internacionais, com as quais a UNESCO colabora continuamente. Ela se manifesta, ainda, pelas conferências e reuniões de especialistas, e pela elaboração e aplicação de programas internacionais de pesquisas e por numerosas publicações. A UNESCO subvenciona centenas de organizações internacionais não governamentais, que se dedicam à promoção da educação, da ciência e da cultura. No biênio 1965/66 foram concedidos 1 400 000 dólares a 32 organizações internacionais não governamentais, com o

fim precípua de realizarem congressos e conferências, publicarem livros, revistas, análises, teses e resultados de pesquisas científicas.

Neste último item vale informar dos esforços que a organização vem exercendo em favor da pesquisa científica no plano internacional. De sua efetiva colaboração resultaram a instalação, em Genebra, em 1953, da organização europeia para pesquisa nuclear (CERN) e das organizações internacionais de pesquisas sobre o cérebro (IBRO) e sobre a célula (ICRO), em 1960 e 1962, respectivamente. São esses organismos centros de pesquisa pura, que coordenam as descobertas, estimulam as idéias, planos e projetos sobre os assuntos que lhes estão afetos.

Atualmente, cerca de setecentos milhões de pessoas são analfabetas — ou seja, quase a metade da população adulta do mundo. Nestes últimos 5 anos, houve um aumento de mais de 20 milhões de analfabetos. Nos países do chamado terceiro mundo para cada 100 milhões de habitantes só há 200 mil alunos secundários; existem países africanos que não possuem uma só biblioteca pública. Enquanto que os países de renda "per capita" de mais de 1 000 dólares possuem, em média, por um milhão de habitantes; de 500 a 4.000 cientistas e de 4 a 20 mil engenheiros e técnicos de nível superior, os países de renda "per capita" até 150 dólares não possuem senão algumas centenas ou mesmo dezenas desses especialistas por milhão de habitantes.

Em alguns dos novos países africanos, em vários países da América Latina e da Ásia, populações inteiras não possuem escolas, nem professores. O índice de analfabetismo alcança, nesses países, de 78 a 90%.

Esse desenvolvimento cultural, a *decalage* existente entre as nações adiantadas e industrializadas da Europa, da América e da Ásia e os pobres agrupamentos humanos que vegetam na zona sombria do esquecimento da civilização, fizeram com que a UNESCO se concentrasse cada vez mais em seus programas da ação operacional ao serviço do desenvolvimento, com o auxílio financeiro do Programa Ampliado da Assistência Técnica e do Fundo Especial da ONU.

Enquanto que nos primeiros 10 anos de existência da UNESCO o seu pessoal da sede era mais numeroso do que os técnicos, professores e especialistas por ela contratados para o trabalho

junto aos Estados Membros, hoje inverteu-se essa relação. A grande atividade operacional da UNESCO exige numeroso e eficiente corpo de consultores que atuam no próprio local de trabalho.

Essa atividade, sustentada, pode-se dizer, pelas 4 grandes fontes financeiras da UNESCO, isto é, a do programa ordinário, a do Programa Ampliado de Assistência Técnica e a do Fundo Especial, se exerce nos campos da implantação da educação: — erradicação do analfabetismo, melhoria do ensino secundário, a formação de professores, novas técnicas e métodos para a transmissão de conhecimentos, construções escolares e planejamento de educação.

Para essa operação universal em benefício da implantação da educação, da ciência e da cultura, a UNESCO tem um orçamento de cerca de US\$ 98 000 000, sendo que:

US\$ 42 535 000 do seu programa ordinário

US\$ 18 465 000 do Programa Ampliado de Assistência da ONU

US\$ 37 000 000 do programa do Fundo Especial da ONU.

Uma parcela considerável desse orçamento é gasta nos programas de aplicação da ciência e da tecnologia ao desenvolvimento, como veremos adiante.

Embora a UNESCO esteja engajada, como de resto toda a família das Nações Unidas, no processo do desenvolvimento, ela é antes de tudo um instrumento de ação ética universal. O Prof. René Maheu, Diretor-Geral da UNESCO afirmava em 1963: — “A transformação do mundo e o seu progresso econômico e técnico seriam destituídos de sentido se o homem, na sua totalidade, o homem de carne e espírito, que é por sua vez o agente das mutações necessárias e seu beneficiário, não fôsse o objeto de todo o progresso. O Desenvolvimento não pode ser senão um processo instrumental a serviço de um fim, que é a dignidade humana. A vocação da UNESCO é essencialmente ética. Seu objetivo é o de atuar sobre os espíritos de maneira a obter-lhes a tolerância e a cooperação, obter-lhes o respeito aos direitos do homem e à paz. Os progressos da educação, da ciência e da cultura não são finalidades por si mesmos, como também não são fins em si a sua aplicação prática. São, isto sim, meios e

modos de um empreendimento espiritual e de um esforço moral que constituem a verdadeira razão de ser da Organização”.

Aqui está, em poucas tintas, a filosofia da UNESCO, traçada de modo claro pelo seu Diretor-Geral.

Nesse sentido ela exerce um trabalho de aproximação entre os povos, permitindo o conhecimento mútuo das culturas, das religiões, da filosofia e de seus modos de vida. Suas campanhas, conferências, reuniões, publicações permitem a elaboração de um vasto programa nesse setor. A educação de adultos, a luta contra a discriminação e o preconceito racial, os direitos do Homem, a apreciação mútua dos valores culturais do Oriente e do Ocidente, a difusão de cultura, e salvaguarda dos sítios históricos, dos monumentos, dos documentos importantes da história da humanidade, todas essas importantes tarefas culturais têm encontrado na UNESCO um decisivo e importante apoio.

A INTRODUÇÃO DOS PROGRAMAS CIENTÍFICOS

Se a educação faz do homem o agente da sua história, a ciência assegura a cada país as condições internas ao seu próprio desenvolvimento.

Desde a realização da Conferência das Nações Unidas para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia no interesse das regiões pouco desenvolvidas, em Genebra em 1963, a UNESCO vem sendo um dos instrumentos mais importantes das agências das Nações Unidas nesse campo de ação.

Por sinal, foi Secretário-Geral dessa Conferência, que teve uma singular repercussão em todo o mundo, o Prof. Carlos Chagas, atual Representante Permanente do Brasil junto à UNESCO e um dos grandes entusiastas e impulsores da introdução dos programas científicos na Organização.

Partindo do princípio de que a simples transferência de *Know-how* e o fornecimento de equipamento e material científico não bastam para implantar uma estrutura científica permanente em países subdesenvolvidos, a UNESCO completou esse tipo de assistência com duas outras atividades que dominam e comandam o processo científico: — a *formação de pessoal científico e técnico do país e a organização e o planejamento das atividades científicas e tecnológicas, isto é,*

a criação de órgãos e a elaboração de programas.

Em outros termos, é preciso que cada país se esforce em construir seu próprio potencial científico e técnico, isto é, um conjunto operacional de talentos e recursos financeiros que ele deverá dispor soberanamente, a fim de definir e de resolver os problemas da implantação da ciência e da tecnologia, e a sua aplicação prática, tendo em vista o desenvolvimento da Nação.

Suas primeiras atividades nesse campo referem-se à documentação científica, à normalização de nomenclatura, métodos e medidas científicas, à colaboração para a publicação de atlas e cartas geográficas do mundo, de cartas geológicas, tectônicas e geoquímicas dos continentes, à sistematização de informações sobre coleções zoológicas e entomológicas típicas da África, da América Latina e da Ásia.

A partir de 1963, a UNESCO daria às ciências exatas e naturais um impulso análogo àquele dado, até aquela data, à educação.

No setor do ensino das ciências, a UNESCO procura reunir, analisar e difundir as informações e os programas, os métodos e os meios modernos do ensino das ciências puras e aplicadas; estimula a fabricação e a utilização de material científico de baixo custo para o ensino nos graus elementar e médio; facilita o aperfeiçoamento rápido da qualidade de professores de ciência e tecnologia nos países subdesenvolvidos. Foram fundados pela UNESCO três centros para a aplicação da Ciência e da Tecnologia ao desenvolvimento regional: — um na Índia, um na África e outro na América Latina, com sede em São Paulo.

Cada ano, gastando cerca de US\$ 2 500 000, o Escritório de Oceanografia da UNESCO assegura por intermédio da Comissão Oceanográfica intergovernamental, a coordenação dos trabalhos científicos de navios oceanográficos nacionais de alto-mar para pesquisas avaliadas em 15 milhões de dólares. O navio Almirante Saldanha está vinculado a esse programa e já realizou vários cursos e pesquisas sob o patrocínio da UNESCO, além de ter recebido, como doação, equipamento científico. Mais de 180 cruzeiros marítimos já foram realizados até agora, utilizando 14 navios de 7 nacionalidades diferentes.

Projetos que se enquadram dentro do Decênio Hidrológico Internacional

estão sendo levados avante, inclusive no Brasil. As terras áridas, os desertos, os abalos sísmicos, todos esses problemas da natureza possuem projetos maiores ou menores, onde os mesmos são estudados em busca da correção de solução para aliviar ou minorar os maléficosefeitos sobre as populações.

Em seu orçamento, a UNESCO reserva as seguintes quantias para os seus programas científicos:

US\$ 9 051 281	do Programa Ordinarário
US\$ 4 730 000	do Programa de Assistência Técnica
US\$ 22 661 390	do Fundo Especial
<hr/>	
US\$ 36 442 671	— Total

AS RELAÇÕES DA UNESCO COM O BRASIL

a) Avaliação dos Programas

O Brasil é Estado membro fundador da UNESCO e a Comissão Nacional da UNESCO, o IBECC, é a mais antiga Comissão Nacional. Nossa atuação sempre foi marcante e nossa presença muito contribuiu para o fortalecimento e o progresso da organização.

A contribuição brasileira ao orçamento geral da UNESCO é 0,89% isto é, NCr\$ 603 840,00 no presente ano fiscal.

Em 1966, o Governo brasileiro e o Diretor-Geral da UNESCO elaboraram um Memorandum, pelo qual se disciplinaram as relações entre o Brasil e a UNESCO.

Nas diretrizes gerais dessas relações, estabelece-se que as atividades e projetos da UNESCO enquadrados nos diferentes programas em execução no plano nacional, deverão orientar-se prioritariamente e desenvolver-se, durante os próximos 4 anos e ressalvadas as revisões e ajustes necessários, nas seguintes direções principais:

EDUCAÇÃO:

- Planejamento e Administração da Educação.
- Formação e aperfeiçoamento do pessoal de ensino.

CIÊNCIA:

- Tecnologia
- Ensino tecnológico e formação de especialistas;

- Pesquisa Tecnológica
- d) Recursos naturais
- Estudos de recursos naturais e formação de especialistas;
- Hidrologia;
- Oceanografia;
- e) Ciências e Ensino Agrícola
- Formação de professores e especialistas em ciências agrícolas;
- Microbiologia de solos.

CULTURA:

- f) Estudos Culturais e Interculturais;
- g) Proteção dos bens culturais.

Quanto às atividades ou projetos regionais, sediados no Brasil, que beneficiam o conjunto dos países da América Latina, o Brasil e a UNESCO deram a seguinte prioridade:

- a) Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento (Centro para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CECTAL) — sediado na Cidade Universitária de São Paulo).
- b) Desenvolvimento da pesquisa e formação de pesquisadores no campo das ciências físicas; (centro Latino Americano de Física — sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- c) Desenvolvimento da pesquisa e formação de pesquisadores no campo das ciências sociais e humanas. (Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, sediado no Rio de Janeiro).

ORÇAMENTO:

CECTAL

Governo Brasileiro NCr\$ 50 000,00
UNESCO US\$ 110 000

CLAF

Governo Brasileiro NCr\$ 40 000,00
UNESCO US\$ 23 000

CENTRO

Governo Brasileiro NCr\$ 120 000,00
UNESCO US\$ 40 000

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1967/1968

Oito grandes projetos estão em andamento dentro do esquema do Programa da Assistência Técnica:

1 — Planejamento Educacional — INEP	110 000
2 — Treinamento de Professores — INEP	44 000
3 — Estatística Escolar — SUDENE...	11 000
4 — Aperfeiçoamento do treinamento de professores técnicos — SUDENE.	11 000
5 — Educação de Adultos — SUDENE..	22 000
6 — Pesquisas Hidrológicas básicas e sistemática — SUDENE	22 000
7 — Pesquisa Tecnológica — IPT (São Paulo	42 000
8 — Missão de Planejamento de alfabetização — SUDENE	5 500
TOTAL DE CUSTO DOS PROJETOS	267 500

Foram aprovados e estão em andamento vários projetos do Fundo Especial, entre os quais, os mais importantes são os seguintes:

- 1.º) *Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília.*
 - Contribuição do F. E. compreendendo o custeio de bôlsas, peritos, professores equipamento e instalações: US\$ 1 419 293.
 - Contrapartida brasileira — edifícios e serviços gerais
- 2.º) *Estudos Hidrológicos da Baía do Alto Paraguai.*
 - Contribuição do F. E. — US\$ 1 534 500.
 - Contrapartida Brasileira — US\$ 879 191

Foram, ainda, submetidos os seguintes projetos ao Fundo Especial, que poderão ter início em 1968:

- Criação de um Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Agrícola de 2.º grau, na Universidade Rural — km 47.
- Criação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas na Universidade de Pôrto Alegre.
- Criação de uma Faculdade de Ciências Básicas na Universidade Federal da Bahia.
- Aperfeiçoamento do Ensino de Ciências básicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ilha do Fundão).

Além desses projetos, a UNESCO está colaborando nos estudos para a implantação da TV Educativa, propiciando colóquios regionais de professores do ensino primário, estudando conjuntamente com as autoridades brasileiras projetos para a conservação dos monumentos históricos do Barróco Mineiro, na organização da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e em projetos relativos ao turismo cultural.

BÓLSAS

As bolsas de estudo da UNESCO são distribuídas de modo a atender às necessidades específicas do Brasil e cada uma delas tem uma finalidade própria e se encontra vinculada a um projeto ou programa específico.

O Brasil, que em 1959 obtinha pouco mais de 10 bolsas, foi conquistando, neste setor, um lugar de destaque. Entre os anos de 1964 a 1967, o nosso País recebeu da UNESCO substancial contribuição em bolsas do programa ordinário, do programa de participação de auxílio aos Estados membros, de assistência técnica e do Fundo Especial. Assim, mais de sessenta brasileiros, naquele período, estagiaram em diferentes centros educacionais, científicos e culturais, no continente americano e na Europa.

ANÁLISE CRÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A UNESCO

Para um entrosamento positivo e um intercâmbio que beneficie o Desenvolvimento Nacional, deve o Governo possuir, entre outros, três elementos essenciais de vinculação com a UNESCO:

- a) uma Delegação atuante e alerta, junto ao Secretariado;
- b) órgão de apoio tático no Brasil;
- c) instituições recipientes interessadas em colaborar com os projetos.

Nestes 20 anos de existência da UNESCO, nossas relações atravessaram períodos de estagnação e períodos de grande dinamismo. Das relações simplesmente culturais, com projetos de publicação de álbuns, de reuniões acadêmicas e de gastos inúteis em viagens, passamos às relações positivas, com projetos de aplicação de fundos para o desenvolvimento da educação,

da ciência e da cultura. A contribuição brasileira de cerca de 600 mil cruzeiros novos por ano é suficientemente compensadora com a contrapartida em recursos financeiros, técnicos e humanos que se recebe da Organização.

É necessário, ainda, dar um passo decisivo para o completo entrosamento da UNESCO com o Brasil objetivando os reais benefícios que se poderá obter de seus serviços. Para melhorar essas relações, tendo em vista o interesse nacional, é necessário, entre outras, tomar as seguintes providências:

- a) melhorar a infraestrutura da Delegação do Brasil junto à UNESCO, propiciando ao Delegado Permanente uma assessoria científica e técnica para estudo dos projetos e do orçamento-programa;
- b) revitalizar o *IBECC*, que é a Comissão Nacional da UNESCO, dando-lhe estrutura moderna e operacional compatível com as funções inerentes ao seu papel de representante das classes intelectuais brasileiras. Constituir dentro do *IBECC* comissões técnicas, conceder-lhe sede maior e recursos financeiros e humanos, a fim de colaborar com os órgãos do Governo na formulação da política cultural com a UNESCO.
- c) aparelhar órgão competente do Ministério das Relações Exteriores, a fim de que ele possa servir de intermediário seguro e atuante entre a Delegação em Paris e os órgãos do Governo, instituições científicas, Universidades e entidades recipientes dos projetos da UNESCO.
- d) englobar num só órgão do Itamarati os assuntos da formulação da política com a UNESCO, da elaboração dos projetos, da execução e fiscalização dos projetos.
- e) pressionar os órgãos recipientes como o INEP, a SUDENE, as Universidades, a fim de que eles dêem curso rápido às providências para a execução dos projetos da UNESCO.
- f) sugerir ao Ministério da Educação e Cultura organizar uma Seção que cuide exclusivamente dos assuntos da UNESCO.

- g) fazer sentir ao Secretário da UNESCO a necessidade de uma atuação mais segura, permanente e vinculada de seu representante no Brasil.
- h) convencer os órgãos recipientes de que a vinda dos técnicos, peritos e professores da UNESCO não resolvem, por si só, o problema. Se não houver uma colaboração estreita, permanente, dos interessados no Brasil, nenhum projeto terá curso, nem resultará em benefício, por mais competentes que sejam os técnicos da UNESCO e por mais dinheiro que se conceda.
- i) Organizar sempre, uma Delegação às Conferências Gerais, em base estritamente técnica, com cientistas, e educadores, precedida de grupo de trabalho incumbido de estudar a agenda e o orçamento programa. Nesse grupo de trabalho devem estar representadas as grandes entidades científicas Educacionais e Culturais Governamentais ou não.
- j) Estabelecer, enfim, uma política com relação à UNESCO, tendo por objetivo exclusivamente:
 - a) o interesse do desenvolvimento nacional;
 - b) os princípios da Carta da UNESCO com vistas à paz e à solidariedade entre os povos.

Nova Etapa do Desenvolvimento Nacional *

Desejo em primeiro lugar, agradecer a extraordinária distinção que me conferem as autoridades militares aqui presentes, comparecendo à despretenhiosa palestra que pretendo fazer.

Agradeço ao Chefe do Estado-Maior das Forças-Armadas e ao Ministro do Exército, ao Chefe do Estado-Maior do Exército, ao Chefe do Departamento de Produção e Obras, e demais altas autoridades presentes, cujo comparecimento realmente muito me desvaneece.

Em segundo lugar, desejo agradecer à direção do Instituto a deferência que me faz, convidando-me para proferir a aula inaugural do ano letivo.

Vamos conversar, hoje, sobre a Nova Etapa do Desenvolvimento Nacional.

Na verdade, estamos numa fase decisiva do nosso processo de desenvolvimento. E é exatamente esta a mensagem que desejo transmitir aos senhores, iniciando, de certa forma, uma pregação que se terá de estender a todos os círculos nacionais. É necessário que, nesta hora importante do processo de nosso desenvolvimento, todos se dêem conta do que está acontecendo no Brasil, e sobretudo da necessidade de se criar uma *consciência nacional em torno de um projeto brasileiro de desenvolvimento*.

Digo que estamos numa hora decisiva porque o modelo de crescimento

que impulsionou o nosso desenvolvimento, a partir da última guerra, modelo esse baseado essencialmente no *processo de substituição de importações*, entrou em brusco arrefecimento em 1961.

Torna-se necessário, agora, criar um *modelo novo de expansão*, sem o que o Brasil vai se atrasar perigosamente em seu caminho para o desenvolvimento.

Como sabemos, o panorama mundial não é muito alentador. O grande problema do mundo de hoje é o aumento progressivo da brecha entre países ricos e países pobres; entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Essa brecha, ao contrário de diminuir está aumentando progressivamente, o que torna mais importante, da parte dos países ainda não desenvolvidos, uma *nítida consciência de seu interesse* e de sua problemática, e uma firme vontade de desenvolver-se.

De que a brecha está aumentando, não há a menor dúvida. Basta que se atente para o seguinte:

O aumento de renda anual *per capita* nos países desenvolvidos é, em média, de 60 dólares. No conjunto dos subdesenvolvidos, a média é de 2 dólares.

As exportações mundiais também vêm acusando uma perda de posição da parte dos subdesenvolvidos. Em menos de 15 anos, a participação dos subdesenvolvidos nesse mercado caiu de 27% para 19%. Os preços dos produtos

* Aula inaugural proferida pelo Ministro Hélio Beltrão, no Instituto Militar de Engenharia, em 4-3-1968.

primários acusaram uma queda de 7% a partir de 1958.

No tocante ao Brasil, basta que se recorde o caso, por exemplo, do minério de ferro, que em 1957 era vendido a 14 dólares a tonelada e é hoje vendido a 7,46 dólares; uma queda de quase 50% em 10 anos.

No campo da cooperação financeira internacional, da chamada "ajuda externa", o panorama também não é animador. Não obstante os propósitos manifestados em várias ocasiões pelos países industrializados, a verdade é que aquela cooperação não está aumentando; está, pelo contrário, em seu conjunto, declinando. E não é certa nem programada, isto é, os subdesenvolvidos não têm certeza de quando ela virá, e em que montante, o que torna impraticável um planejamento baseado nela. Além disto, a cooperação financeira internacional vem-se deteriorando, não apenas em volume, mas também em termos de condições, taxas de juros e prazos; e sobretudo num aspecto da maior importância para os países que já dispõem de uma indústria integrada e diversificada, como é o nosso: essa ajuda está cada vez mais *vinculada a exportações dos países de origem*.

Torna-se, portanto, necessário, na parte dos países que têm um mercado a proteger, que têm uma indústria a preservar, dosar cautelosamente a utilização dos financiamentos, quando vinculados, porque do contrário estaremos comprimindo o mercado da nossa indústria, através da introdução de máquinas e equipamentos competitivos com ela, em condições de financiamento superior. A cooperação financeira está-se transformando progressivamente numa *espécie de crediário internacional*.

Por outro lado, a dívida dos países subdesenvolvidos, nos últimos 10 anos, cresceu de 10 bilhões de dólares para 40 bilhões de dólares. E o serviço da dívida cresceu de 500 milhões de dólares para 4 bilhões de dólares por ano, isto é, os países subdesenvolvidos, hoje, dependem cêrca de 4 bilhões de dólares por ano com o pagamento de amortizações e juros dos empréstimos internacionais, o que vem reduzindo sensivelmente a cooperação financeira líquida para o desenvolvimento.

Como vêm os senhores, se é certo que os desenvolvidos estão se desenvolvendo cada vez mais, não há, entretanto, a certeza de que os subdesenvolvidos se vão desenvolver em ritmo melhor. A não ser que disso cuidem com *interesse*,

decisão e tenacidade. Isto porque, como é visível, o livre jôgo das forças do mercado não tem conduzido à redução da brecha, mas ao seu aumento.

Por isto é importante a reunião que está ocorrendo neste momento em Nova Delhi, onde se confrontam os países do mundo subdesenvolvido com os países do mundo desenvolvido, para uma revisão de todo êsse problema e, de certa forma, para uma cobrança de certos compromissos assumidos anteriormente, e que não se vêm cumprindo como era esperado. Esta reunião, em Nova Delhi, é a chamada UNCTAD n.º 2. Em 1964, houve uma UNCTAD n.º 1, na qual, de certa maneira, se acordou um compromisso, ainda que relativo, no sentido de que os países desenvolvidos destinariam 1% de sua renda para propiciar o financiamento do desenvolvimento dos países ainda não desenvolvidos. Esta intenção, entretanto, não se converteu em realidade.

Mais importante do que isto, o que se discute hoje, em Nova Delhi, é uma série de problemas que entravam o comércio dos países em desenvolvimento: barreiras; preferência de certos países em relação às suas antigas colônias; proteção de todo tipo às indústrias de cada país; dificuldades de ingresso dos produtos manufaturados. Focaliza-se, ainda, o problema da queda de preços dos nossos produtos de exportação; os acôrdos de estabilização de preços etc. É isto que se está discutindo em Nova Delhi.

A propósito, acabo de receber, há poucos instantes, um telegrama do meu representante na Conferência, que não vejo inconveniente em divulgar, porque confirma a expectativa geral.

Diz êle: "Informo que trabalho prossegue sem progressos substantivos, confirmando prognósticos pessimistas. Estratégia países desenvolvidos da Comunidade Européia protelatória, evitando assunção compromissos. Países socialistas reafirmando disposições tácticas colaborar mundo menos desenvolvido, mas evitando implementação dispositivos operacionais"... E assim por diante.

Até certo ponto, não é de admirar-se que isto aconteça, mesmo porque vários países industrializados estão com certas dificuldades neste momento. Refiro-me a dificuldades de *balanço de pagamentos*, como na Inglaterra, o que é notório, e nos Estados Unidos, que vêm apresentando um *deficit* crônico no balanço de pagamentos, e que por-

tanto têm que cuidar disto. É compreensível, portanto, que a hora não seja muito propícia para os apelos à generosidade, assim como é perfeitamente compreensível que esses países cuidem de seu próprio interesse. *O que não é compreensível é que nós não cuidemos do nosso.*

Precisamos tomar uma nítida consciência dos interesses nacionais; precisamos analisar o que vem ocorrendo com o nosso processo de desenvolvimento. E esta introdução, aparentemente melancólica, de minha palestra, tem um único objetivo, este altamente positivo: ressaltar a importância de uma clara tomada de consciência dos brasileiros quanto à sua responsabilidade pelo futuro do País.

Destina-se ainda esta introdução a valorizar a necessidade de se investigar o *mecanismo profundo* do nosso processo de desenvolvimento; analisar-se como ele se apresentou a partir da Segunda Guerra Mundial e o que vem ocorrendo a partir de 1961.

É o que vou fazer em seguida:

Como disse, a partir da Segunda Guerra Mundial, em virtude de contingência de importação, desenvolveu-se com grande intensidade, no Brasil, um processo de *substituição de importações*, isto é, o nosso mercado, que estava à disposição da indústria estrangeira, passou a ser ocupado, progressivamente, pela indústria instalada no País. Foi um processo de extraordinário dinamismo, produzindo um ritmo de desenvolvimento acelerado no País, comparável ao dos países de maior desenvolvimento. A indústria, no período de 12 anos, cresceu 194%. Sua participação no Produto Nacional, aumentou, nesse intervalo, de 19% para cerca de 30%. O processo de industrialização intensiva, que então se deflagrou, liderou o nosso processo de desenvolvimento até 1961. Tivemos, nesse período, taxas de desenvolvimento industrial que, de 1947 a 1961, acusaram uma média da ordem de 10% de crescimento real por ano. Essa elevada taxa de crescimento industrial dá uma clara indicação da intensidade do processo.

Liderado pelo crescimento industrial, o Produto Interno Bruto também acusou taxas significativas no período. *A média anual de crescimento do Produto Nacional, de 1947 a 1961, foi superior a 6%, tendo acusado em vários anos crescimento superior a 7%, 9,5% em 1948, 7,7% em 1954, 7,3% em 1959, 7,3% ainda em 1961, e assim por diante.*

Entretanto, em 1961, aconteceu uma coisa muito importante: uma conjugação de fatores adversos derrubou a taxa de crescimento do produto, acompanhando o violento declínio da taxa de crescimento industrial.

O crescimento industrial, que vinha na ocasião registrando taxas superiores a 10% ao ano, caiu subitamente para 7,7% em 1962 e 0,7% em 1963. O Produto Interno Bruto, caiu de 7,3% em 1961 para 5,4% em 1962, e para 1,6% em 1963. Observem a dramaticidade desses números, quando consideramos que a população do Brasil cresce a uma taxa superior a 3%. Tudo que é crescimento abaixo de 3% não é desenvolvimento; é desenvolvimento negativo. Em termos econômicos, o crescimento do Brasil em 1963 foi *negativo*.

Por que essa queda brusca? Por uma série de circunstâncias. Em primeiro lugar, porque o processo de substituição de importações chegou em 1961 ao seu limite superior e entrou em desaceleração. O mercado acabou sendo substancialmente ocupado, embora persistam as oportunidades de substituição. Em segundo lugar, porque o processo de industrialização acelerada não foi acompanhado pelo desenvolvimento harmônico dos demais setores da economia, o que, afinal, resultou na falta de criação, para a indústria, de um mercado em condições satisfatórias de expansão.

Além dessas razões de ordem econômica tivemos o infortúnio de que a desaceleração do processo coincidissem com o período de grave inquietação social e desordem política no País, que marcou o Governo João Goulart subsequente à renúncia do Presidente Jânio Quadros. Esta infeliz coincidência agravou extraordinariamente o processo. Por outro lado, também foi nessa época que a inflação atingiu limites insuportáveis, desestimulando investimentos e distorcendo a estrutura de preços. É de mencionar-se, ainda, que o desenvolvimento tecnológico e o aumento de produtividade verificados na indústria durante o período citado não se estenderam satisfatoriamente aos demais setores; e que, na infra-estrutura econômica, houve muito abandono: vários aspectos nos setores de energia, transportes e comunicações não contaram com investimentos no nível necessário.

É conveniente, por fim, analisar um aspecto particular do desenvolvimento industrial que contribuiu para que não

se criasse, no Brasil, um mercado capaz de manter a indústria em expansão após o arrefecimento da substituição de importações.

Eu disse que a indústria se expandiu a ponto de representar, já em 1961, cerca de 30% do Produto Bruto. Essa percentagem é semelhante à que se observa nos países de economia madura: Japão, 30%; Itália, 30%; Holanda, 30%; Estados Unidos, 30%; Canadá, 28%; Dinamarca 27%, e assim por diante. Mas o que há de peculiar no caso brasileiro, é que a essa estrutura, que é semelhante à que vigora nos países desenvolvidos, não corresponde uma estrutura de emprego equivalente.

O Brasil, com 30% do Produto a cargo do setor industrial, emprega, nesse setor menos de 10% da mão-de-obra ocupada, isto é, da população economicamente ativa, em contraste com o que se verifica nos países citados, em que a indústria, com idêntica participação na produção, emprega uma percentagem muito maior de mão-de-obra. Exemplos: Itália, 24%; Holanda, 29%; Canadá, 25%; Estados Unidos, 26%; Dinamarca, 30%. E esta peculiaridade do caso brasileiro responde, em parte, pela estreiteza do mercado, pelo fato de não se ter criado um mercado suficientemente amplo para indústria, quando, ao ser atingido o limite superior, o crescimento industrial entrou em queda.

O outro importante aspecto é o do desnível de produtividade entre vários setores econômicos, como já foi assinalado.

Tomando-se a indústria de transformação como índice de produtividade de 100, para comparar com a produtividade dos demais setores, vemos que, em 1960, para uma produtividade 100 na indústria, a agricultura tinha uma produtividade de 13,6, e os outros setores tinham — à exceção de uns poucos — uma produtividade extraordinariamente menor que a indústria. Se considerarmos que a agricultura, com uma produtividade sete vezes menor do que a indústria, respondia, em 1960, por 55,1% do emprego, compreenderemos melhor o problema da estreiteza do mercado.

Os setores de alta produtividade não absorveram mão-de-obra na proporção necessária à criação de um mercado ampliado, e, portanto, de um desenvolvimento *auto-sustentado*. E, no entanto, é disto que precisamos.

Não basta que o nosso desenvolvimento seja *acelerado*; é preciso que ele seja também *auto-sustentado*, isto é, que o sistema produtivo gere, dentro de si mesmo, os impulsos de crescimento. Isto só se opera com a criação de um *mercado de massas*. E isto ainda não ocorreu, como estamos vendo.

Devo ressaltar que estou procurando expor, em termos simplificados, um problema que é realmente muito mais complexo. Parece, todavia, que o importante é conhecer a *essência* do problema. No caso brasileiro, setores de baixa produtividade concentram mais de 80% da mão-de-obra ocupada, e os setores de maior produtividade empregam menos de 20%. Se tomarmos, por exemplo, o caso dos Estados Unidos da América, veremos que a maior concentração de emprego está em setores mais produtivos, isto é, ocorre justamente o oposto. Esta é uma das explicações da estreiteza do mercado: não se transferiu produtividade aos demais setores da economia; não se promoveu, ou não se obteve, nos demais setores, um desenvolvimento que acompanhasse razoavelmente o desenvolvimento industrial.

É natural, por outro lado, que a indústria, à procura de maior rentabilidade, tendo em vista os crescentes encargos sociais sobre a folha de salários, em contraste com as subvenções governamentais aos investimentos em bens-de-capital, tivesse se orientado para o tipo de indústria *intensiva de capital*, como dizem os economistas, isto é, para as indústrias que empregam menos mão-de-obra.

Registre-se, por outro lado, o reduzido dinamismo verificado nas indústrias tradicionais ou mais antigas, que, em geral, absorvem maior proporção de mão-de-obra. É o caso, por exemplo, das indústrias de bens-de-consumo não-duráveis; a indústria de tecidos, a agro-açucareira, a de vestuário, a de couros, calçados, etc.

O reduzido progresso tecnológico e a baixa produtividade de alguns dos setores tradicionais da indústria também contribuem para impedir a criação de um mercado amplo.

Assim, descrita sumariamente a queda brusca do produto bruto e da produção industrial de 1961 e 1963 e o conjunto de circunstâncias que a determinou, analisemos a etapa seguinte.

A partir de 64, com a Revolução, desapareceram os fatores de instabilidade política e social, recuperou-se o crédito do País no exterior, restabe-

leceu-se a confiança na ordem e nas instituições e o respeito pelo Governo.

Inúmeras medidas, do maior alcance, foram tomadas pelo Primeiro Governo Revolucionário, no sentido de modernizar o sistema produtivo e a administração pública, iniciativas que estão produzindo e ainda produzirão seus efeitos no decorrer do tempo. Mas, tendo se defrontado com uma inflação de 90%, o Governo Castelo Branco preocupou-se, sobretudo, em combatê-la, tendo feito dêsse combate, talvez, o seu principal propósito no campo da política econômico-financeira.

A preocupação de eliminar essa inflação em prazo excessivamente curto, orientou uma política de contrôle da inflação que foi conduzida de maneira um tanto drástica.

Preocupou-se o Governo, principalmente, em eliminar o *deficit* do Tesouro, apontado como maior responsável pela inflação. Mas êsse *deficit* foi combatido, sobretudo, transferindo recursos do setor privado para o setor público. Com isto, debilitou-se a empresa privada que, no momento, procurava recuperar-se de uma fase de intensa descapitalização, desgaste de capital de giro e queda de investimentos. Praticou-se, em algumas fases, uma política de contrôle quantitativo de crédito extremamente rigorosa, e uma política salarial que, da forma por que foi executada, acabou por comprimir os salários reais. Em período relativamente curto, foram tomadas, de maneira quase simultânea, medidas drásticas destinadas a elevar a receita do Tesouro (aumento de impostos encargos financeiros, encargos adicionais sobre a folha de salários, etc.), e medidas chamadas de "inflação corretiva" das distorções inflacionárias (aumento de tarifas e preços de serviços públicos, ajustamento de aluguéis, eliminações de subvenções, etc.).

Ao mesmo tempo em que se restringiu o crédito, o Governo, preocupado com a redução do *deficit* do seu orçamento, ingressou maciçamente no mercado de capitais, com as Obrigações do Tesouro — um título extraordinariamente forte, com correção monetária e juros altos, capaz de afugentar os outros papéis e estimular, pela escassez, a elevação do custo do dinheiro para o setor privado. Êsse conjunto de medidas, tomadas, de 64 a 66, no melhor dos propósitos, dentro da intenção de combater a inflação, acabou por debilitar a empresa privada, agravar os seus

problemas de capital de giro, elevar os custos unitários, reduzir substancialmente o mercado, e aumentar a capacidade ociosa da indústria. Essa política é, em boa parte, responsável pelas mutações e oscilações verificadas no produto industrial, de 1964 a 1966.

Observaram-se, no período, fases de retração e fases de expansão, decorrentes de providências remediais do Governo, para acudir à crise de depressão. De 5% de crescimento industrial em 1964, o produto industrial caiu para um crescimento *negativo* de 4,7% em 1965. Já em 1966, graças a medidas excepcionais de estímulo do Governo (abolição gradativa do Impôsto de Consumo e facilidades de financiamento para permitir a recuperação de extensos setores industriais deprimidos), o crescimento passa a ser de 11,8 positivos. O que caracteriza êsse período é um aumento gradativo das taxas de crescimento do produto global, prejudicado por uma flutuação cíclica setorial. Períodos que oscilavam entre 6 a 7 meses de depressão e de recuperação, contração e expansão.

Na Agricultura também se manifestaram as flutuações: 1963, 1% de crescimento; 1964, 1,3%; 1965, 13,8%; 1966, *menos de 2%*.

O primeiro semestre de 1966 foi de franca expansão econômica. Já no 2.º semestre, o Governo, preocupado com o aumento dos meios de pagamento e com a expansão do crédito ao setor privado, cortou rigidamente o crédito e tomou outras medidas corretivas, com o que, a partir de outubro de 66, se instalou no País uma recessão, que se agravou seriamente no 1.º trimestre de 67, anterior à posse do Governo Costa e Silva.

Em resumo, tivemos o seguinte: até 1961, um crescimento acelerado; em 1961 uma queda brusca até 1963. Em 1964, com a Revolução, iniciou-se a recuperação, que foi entretanto um pouco prejudicada pela forma de combate à inflação, que produziu flutuações, com períodos alternados de depressão e expansão.

De qualquer forma, aqui neste quadro está o maior elogio à Revolução: crescimento do Produto Interno Bruto: 1961, 7,6%; 1962, 5,4%; 1963, 1,6% (crescimento negativo). Com o advento da Revolução, como passamos a ter um bom Governo, que infundia confiança e como se recriaram as condições necessárias ao desenvolvimento, muito embora o processo de substituí-

ção de importações estivesse substancialmente arrefecido, tivemos: 1964, 3,1%; 1965, 3,9%; 1966, 4,4%, e em 1967, 5% (apesar da depressão do 1.º trimestre).

Para fazer face à situação encontrada em 1967, o atual Governo adotou uma política de expansão controlada do crédito, de absorção crescente da capacidade ociosa, de revisão da aplicação da fórmula salarial, de isenção de alguns encargos tributários, de firme apoio à agricultura, em suma, uma política destinada a favorecer o crescimento global, através de estímulos adequados à oferta e à procura. E o resultado dessa política manifestou-se de forma iniludível, tanto assim que tivemos um crescimento nas vendas da indústria paulista, no último trimestre do ano, em termos reais, de 31% em relação ao 1.º trimestre; 31% em termos reais, isto é, descontada a inflação. Houve realmente uma expressiva recuperação em todos os setores. Por outro lado, se no setor agrícola o Governo teve sorte, porque as safras foram boas, o fato é que também ajudou essa sorte, porque foi revista a política de preços mínimos, ampliado, acelerado e simplificado o financiamento, além de uma série de medidas de amparo e apoio. De qualquer forma: 1967, crescimento de 5% no produto. Quanto à indústria, partindo um 1.º trimestre negativo, terá provavelmente atingido, no final do ano, um crescimento positivo da ordem de 3 a 4%.

A Revolução conseguiu não só promover a expansão do produto como, ao mesmo tempo, a queda vertical da inflação; 86,6% de aumento do custo de vida da Guanabara, em 1964, foi o que a Revolução encontrou. Em 1965, o aumento caía para 45,5%; em 1966, para 41,1%; e em 1967, para 24,5%, o que é realmente uma vitória extraordinária, apesar das dificuldades apontadas. No custo da alimentação, então, a redução do ritmo de aumento de preços foi maior ainda: de 1964 a 1967 os índices da Fundação Getúlio Vargas são: 75,9, 31,7, 40,2 e 14,1%. Nos preços por atacado não foi menor a queda: 93,3 em 1964, o ritmo de crescimento caiu para 21,7 em 1967.

É inegável, conseqüentemente, que o Brasil demonstrou, no Governo Revolucionário que é possível compatibilizar desenvolvimento com contenção de inflação.

Gostaria agora de revelar aos senhores, através de alguns números, o que foi o esforço realizado em 1967.

Esse esforço não tem sido suficientemente divulgado. Penso mesmo que o problema do Governo Costa e Silva está sendo o da desinformação. Ocorreu, em 1967, uma recuperação extraordinária, que se reflete em quase todos os setores. Mas pouca gente sabe disso. E o mais extraordinário, ainda é, que, nos dias de hoje, o boato tem melhor circulação e aceitação do que o fato. E quando se divulgam os fatos, eles são contestados como se fossem boatos. Os fatos de 1967 — são todos fatos iniludíveis — não têm sido satisfatoriamente assimilados pela imprensa nem pela opinião pública, que se manifesta em grande parte descrente, numa atitude inteiramente subjetiva. No entanto, os dados *objetivos* de 1967 indicam uma recuperação extraordinária, muito superior ao que o próprio Governo tinha previsto. Vejam, neste quadro apenas algumas referências: só em habitação foram contratadas 160 mil unidades em 1967. É preciso que se saiba que, em 26 anos, a estrutura governamental produziu 120 mil casas; somente em 1967, 160 mil. Na Marinha Mercante operou-se uma verdadeira maratona, assim como na construção e pavimentação de rodovias. No setor de energia elétrica, 5 mil quilômetros de linhas de transmissão foram construídas em 1967 (convém lembrar: 5 mil quilômetros é uma extensão maior do que o clássico “Oiapoque ao Chui” ou qualquer outra medida que se tome no território nacional). 700 mil Kilowatts de capacidade adicional foram instaladas. 12 milhões de toneladas de minério de ferro exportadas. 140 milhões de dólares de produtos manufaturados foram exportados em 1967. Os produtos industrializados passaram a constituir o segundo item da pauta de exportação logo depois do café. E por aí vamos. Como os senhores vêem neste quadro, os aumentos são substanciais: 14%, 33%, 50%, 114%. O nível de emprego e de renda foi substancialmente aumentado no Brasil. Recuperamos a indústria de construção naval, através do programa de recuperação da Marinha Mercante, e a de construção civil, através do programa habitacional. Indústrias tradicionais, como a de tecidos e outras que estavam à beira da falência, estão igualmente recuperadas. Estão faturando bem, e algumas com produção futura já encomendada.

Os números demonstram objetivamente que estamos crescendo. Os boatos de crises são, portanto, criações meramente subjetivas, que não têm o

menor apoio na realidade econômica nacional.

O ano de 1968 — que muita gente anunciava que iria ser um ano de depressão, será um ano de substanciais investimentos: devemos empregar em habitação um e meio trilhão de cruzeiros antigos para construção de 200 mil casas; em energia, cerca de um e meio trilhão; em rodovias, também cerca de um e meio trilhão. O BNDE vai investir mais de 34%, ou seja, 930 bilhões. Em educação, vamos investir quase 900 bilhões, só no Governo Federal; os incentivos à SUDENE e SUDAM subirão a 700 bilhões. E assim por diante. Nos setores petróleo e energia elétrica, a quantidade de adições físicas à capacidade instalada será considerável. Em 1968, começarão a funcionar duas grandes refinarias; e mais de dez usinas elétricas, que aditarão cerca de 900.000 kw de geração à capacidade existente.

O que importa agora, é, em primeiro lugar, desfazer os boatos de que o País vai mal. Ele já se recuperou da queda de 1963, vai muito bem, e irá ainda melhor se não atrapalharem. Em segundo lugar, o que se torna necessário, agora que foram identificados os problemas criados pelo modelo de crescimento que se esgotou em 1961, é estabelecer *um novo modelo de crescimento*, que nos permita retomar as altas taxas de desenvolvimento registradas no passado.

Nosso objetivo é atingir desde logo um crescimento *nunca inferior a 6% ao ano*.

É um objetivo perfeitamente viável, mas que vai exigir um grande esforço, tendo em vista que, nos últimos cinco anos, a média foi de 3,7%. Por outro lado, nós queremos que o desenvolvimento, doravante, seja *auto-sustentado*. Queremos criar um mercado de massas. Nestas condições não poderemos mais nos limitar a incentivar um só setor. Teremos que diversificar as fontes de dinamismo da economia, de maneira que os vários setores criem mercados uns para os outros, produzindo-se o estímulo recíproco.

Temos simultaneamente que manter um alto nível de investimentos nos setores de infra-estrutura, o que nos obriga, portanto, a despesas governamentais ainda substanciais nos próximos anos. A nova Estratégia de Desenvolvimento objetivará, assim, a expansão global e acelerada de bens e de serviços, e fundamentar-se-á na criação de um mercado de massas, através de

diversificação dos pólos de dinamismo, do estímulo recíproco, do aumento substancial do mercado interno e externo, da aceleração do desenvolvimento tecnológico, da preservação e da expansão da indústria nacional e de uma série de outras medidas que serão abordadas muito rapidamente.

Como declarei, pretendemos que o Produto Interno Bruto cresça nos próximos anos a taxas superiores a 6%, em contraste com a média totalmente insatisfatória de 3,7%, registrada nos últimos cinco anos. Para se atingir essa meta mínima, faz-se necessário um grande esforço de programação e ordenação.

Nosso objetivo mínimo é *dobrar a produção por habitante* numa geração e conduzir o Brasil aceleradamente para o grupo dos países que já construíram um mercado de massas e um desenvolvimento auto-sustentado.

Para atingir a meta de crescimento global, o Ministério do Planejamento já definiu as várias metas setoriais. Esse trabalho está praticamente concluído e faz parte integrante do chamado Programa Estratégico de Desenvolvimento, que deverá orientar a NOVA ETAPA. Além do diagnóstico de conjuntura que orientou a política econômica em 1967, o Ministério do Planejamento vem realizando, desde o ano passado, estudos aprofundados relacionados com a história do nosso desenvolvimento a partir da Segunda Guerra Mundial e com as características do processo vigorante até 1961, para chegarmos a uma estratégia de desenvolvimento adequada aos objetivos já referidos.

Concebida a estratégia, foram identificados e qualificados, com a participação de todos os Ministérios e do setor privado, os *projetos prioritários* que, mediante política econômica adequada, deverão conduzir ao crescimento pretendido. Pretende-se elevar o produto industrial da média de 4% para um crescimento anual de 7 a 8%; a agricultura, que andou muito oscilante, nos últimos cinco anos, terá de crescer estávelmente de 5 a 6% por ano; energia, cerca de 8 a 9% ao ano; construção, 7 a 8%; serviços de 5 a 6% etc.

Assegurado esse crescimento setorial, poder-se-á obter o crescimento global. Isso, evidentemente, acompanhando-o de uma série de políticas — financeiras, monetárias, de crédito, salariais, etc. — e de toda a sorte de instrumentos, estímulos e incentivos a cargo do Governo.

Entretanto mais importante do que essa programação é a consciência nacional de que é preciso crescer. *Não são os planos de Governo que operam*, o crescimento. O que opera o crescimento é a *consciência nacional*; o que promove o crescimento é a *vontade coletiva*. Só ela será capaz de realizar o crescimento acelerado.

Por isso acho importante transferir esta mensagem à opinião pública. E pretendo fazê-lo, na medida das minhas pequenas forças, no período que se aproxima. Acho que a opinião pública está desinformada; o mundo político está desinformado. E que é necessário promover a união dos homens de boa-vontade, em torno de um PROJETO NACIONAL. E esse projeto nacional é o *Projeto Estratégico de Desenvolvimento*.

Definido o projeto, será necessário diversificar as fontes de crescimento, dinamizando as quatro áreas básicas. As quatro áreas são: a indústria, a agricultura, a infra-estrutura econômica e a infra-estrutura social.

Indústria. Vamos incentivar os setores mais dinâmicos e modernizar os tradicionais.

Agricultura. Vamos intensificar o apoio à agricultura, no sentido da elevação da produtividade e da produção agrícolas.

Infra-estrutura. Manteremos em nível elevado os investimentos na *infra-estrutura econômica* (energia, petróleo, transportes, comunicações) e na *infra-estrutura social* (educação, habitação, saúde e saneamento).

Essa diversificação que, no Programa, se discrimina por várias áreas estratégicas, é essencial ao crescimento harmônico e auto-sustentado. Teremos que expandir o nosso mercado interno, para assegurar a permanência do crescimento industrial, que não pode mais depender da simples ocupação do mercado atual. E a expansão do mercado interno requer um conjunto de medidas já programadas, que incluem a utilização da capacidade ociosa (que assegura o crescimento sem causar inflação), a intensificação da utilização de mão-de-obra, o melhor aproveitamento do fator capital (inclusive criando dois turnos nas indústrias onde isso for possível, mediante estímulos específicos) e o progresso tecnológico.

Incluem, ainda, — e isto é fundamental — o firme propósito de reduzir o custo do dinheiro, combater os juros altos. A economia deste País está

sendo devorada pela falta de capital de giro, pelo alto custo do dinheiro. O atual Governo já iniciou essa batalha e já obteve, com a cooperação do setor financeiro, razoável vitória, uma vez que, tendo encontrado a taxa de juros, em março de 1967, na ordem de 3,5 a 4%, já induziu a maior parte dos bancos a operar entre 2 a 2½%. Esta é uma batalha que deve prosseguir, a qualquer custo, porque a juros altos não será possível a expansão do mercado. Até o presente, os investimentos em capital fixo têm tido mais facilidades, em termos de juros, do que o capital de giro.

Precisamos baratear o custo do dinheiro para utilizar a capacidade instalada.

Não adianta aumentar simplesmente a capacidade instalada, sem resolver simultaneamente o problema financeiro de sua utilização. Para isto, temos que resolver o problema do dinheiro *caro e raro*.

Teremos ainda que racionalizar os transportes nacionais. E isto está sendo acelerado extraordinariamente neste Governo.

Programamos um conjunto de medidas destinadas a reduzir os custos industriais básicos: do custo financeiro ao da energia elétrica, do sal, do enxofre, do aço, e assim por diante.

Queremos praticar uma política de expansão de renda e redução de custos, para *ampliar o mercado*; para incorporar ao mercado largas parcelas da população; para difundir a capacidade de compra. Estamos elevando os índices de emprego e de renda. Houve um substancial aumento de emprego, a partir de março de 1967. A folha de salários, rurais e urbanos, deverá continuar a crescer. O Governo tem procurado adotar, e continuará a fazê-lo, uma boa política de preços mínimos e financiamento agrícola, conjugada com o aumento da produtividade rural. A renda urbana, por sua vez, está crescendo, não apenas através da elevação do nível geral da atividade econômica, como da recuperação de indústrias intensivas de mão-de-obra, como a construção civil, a indústria de tecidos, a construção naval e outras.

A execução da política salarial já sofreu um primeiro ajustamento, que foi a correção do resíduo inflacionário, e terá o seu segundo reajustamento agora, com medidas que evitarão que o fato volte a reproduzir-se. Ao Governo não interessa que os trabalha-

dores tenham os seus salários deteriorados. Isso não convém, nem do ângulo político, nem do ângulo econômico e muito menos do ângulo social e humano. Pelo contrário. É propósito fundamental do Governo que o nível dos salários acompanhe os aumentos da produtividade, para assegurar o crescimento do mercado. A queda do poder de compra dos assalariados não interessa a ninguém: nem ao assalariado, nem ao empregador, nem ao Governo.

Além da expansão do mercado interno — só isso mereceria uma outra palestra — pretendemos *expandir o mercado externo* para os nossos produtos. Para isto estamos desenvolvendo, desde o Governo Castello Branco, uma política que já está produzindo seus frutos.

Estamos programando um aumento gradativo de exportações, que já se percebe no aumento de manufaturados verificado em 1967. O aumento de exportações é necessário não só para atender às necessidades de balanço de pagamento (se precisamos importar, precisamos exportar) como para garantir o mínimo de reservas em divisas, indispensável à manutenção do nosso crédito internacional. Mas é, além disso, necessário para conferir dimensão adequada (escala de produção) à nossa indústria, que precisa funcionar a preços competitivos. A ampliação do mercado interno e externo propiciará ainda — e isso é extremamente importante — a criação e o fortalecimento da tecnologia nacional. A criação tecnológica pressupõe um mercado amplo. O Governo quer ampliar o nosso mercado, para promover, no Brasil, uma engenharia nacional, uma tecnologia nacional.

Teremos, portanto, que manter uma atitude agressiva em relação ao mercado externo. Todos os impostos que se referem às exportações já foram abolidos neste País. Foi instituído um sistema de financiamento, e o ajuste cambial, recentemente efetuado, teve em vista, entre outras razões, permitir o escoamento das safras que se aproximavam.

É indispensável, por outro lado, criar mentalidade e hábitos de exportação, o que já começa a acontecer. Exceto quanto a alguns produtos tradicionais de exportação, no Brasil, o que se exporta é geralmente o que sobra do consumo interno. A exportação tem sido sempre uma surpresa, uma coisa não programada. Exporta-se, a sobra eventual. Ora, quem tem alguma noção de

comércio, deve saber que não se cria um mercado assim. O mercado de exportação tem que ser trabalhado lá fora; e tem de contar com uma persistente colocação de um volume determinado de mercadorias.

Já estamos definindo uma política para o arroz, e vamos fazê-lo em relação à carne, milho e outros produtos. O que é essencial é que saibamos quanto vamos exportar, onde vai ser produzido, o que vai ser exportado; especializar regiões para exportação e trabalhar o mercado externo para colocação das exportações. A CACEX está se aparelhando para dar um grande impulso às exportações. O êxito da política, entretanto, dependerá, em boa parte, do comportamento do mercado internacional e, em muitos casos, da celebração de acordos satisfatórios.

Também é imprescindível que valorizemos os nossos produtos exportáveis. Há muito produto no Brasil que está sendo exportado a preços baixos, por falta de beneficiamento no País.

Paralelamente à expansão do mercado interno e externo, será necessário *continuar substituindo importações*. Ainda há muitas possibilidades de substituição de importações. Temos que cuidar delas com atenção. Há possibilidades na indústria mecânica e elétrica, embora em produtos cada vez mais sofisticados, porque os equipamentos que estão sendo importados já são equipamentos de alto conteúdo tecnológico de custo médio da ordem de 3 mil dólares a tonelada. Há grandes oportunidades de substituição na indústria química, especialmente na petroquímica. Trata-se de setor de extraordinária repercussão na economia, e que agora se abre com maior amplitude com reflexos importantes na substituição de importações, além de repercussões na renda e no emprêgo. Também em metais não-ferrosos nós estamos programando e executando uma política de substituição de importações. Alumínio, cobre e zinco poderão produzir, nos próximos 3 a 4 anos, uma economia de divisas da ordem de 84 milhões de dólares. Estanho, siderurgia, são setores onde ainda há importantes oportunidades de substituição de importações. Continua o processo. Apenas desacelerado. E temos de aproveitá-lo.

Quanto à importância do fator tecnológico na estratégia do desenvolvimento está hoje na consciência de todos. Houve época em que se imaginou que o fator componente mais importante no crescimento era o capital. Ho-

je, está se tornando evidente que o grande acelerador do crescimento é a educação; é a tecnologia. Esse é o instrumento através do qual os subdesenvolvidos poderão queimar etapas e tirar a diferença, se souberem se concentrar nêle. Por isto mesmo, pretendemos não apenas acelerar a absorção da tecnologia, o que terá de ser feito, mas cuidaremos de criar a nossa própria tecnologia. Mesmo porque a tecnologia importada nem sempre pode ser aplicada sem adaptação às condições brasileiras. Paralelamente, é necessário desenvolver uma política de gradativa, substituição de tecnologia. Assim como se operou um processo de substituição de importações, também teremos que caminhar para um processo de progressiva *substituição de tecnologia*.

O fenômeno apresenta alguns pontos de semelhança.

Quando não dispúnhamos de indústria e o nosso mercado estava à disposição na indústria estrangeira, a renda produzida no País servia para criar empregos no exterior. Era aplicada na criação de empregos no Japão na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos. Com a ocupação do mercado nacional pela nossa indústria, essa renda hoje é crescentemente empregada na criação de empregos aqui, na utilização dos fatores de produção existentes no País. Entretanto, essa indústria, naturalmente, ainda importa, e continuará a importar tecnologia estrangeira. E temos de pagar por isto. Estamos empregando somas consideráveis para estimular a ciência e tecnologia no exterior.

É claro que não devemos ter a pretensão de substituir de um dia para o outro a tecnologia importada, que significa geralmente um volume de pesquisa e de investimentos que não podemos realizar. É igualmente evidente que, no campo científico e tecnológico, a regra deve ser o amplo intercâmbio de conhecimentos. Mas não devemos esperar nem hesitar em caminhar, firmemente, no sentido do fortalecimento progressivo da tecnologia nacional e da substituição gradativa da tecnologia importada. E isso só será possível num contexto de crescimento rápido da economia e ampliação do mercado para a nossa indústria, sem o que muito difícil será criar uma tecnologia própria.

É preciso, por outro lado, manter uma atitude de permanente identificação dos recursos naturais, para utilizá-los, adequadamente, no sentido do nosso desenvolvimento econômico. A po-

lítica de desenvolvimento tecnológico já está praticamente elaborada, compreendendo um *plano básico*, uma relação de projetos prioritários e várias medidas de estímulo. Vamos reforçar os mecanismos financeiros existentes e criar o FUNDO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA para o financiamento satisfatório da pesquisa e dos projetos prioritários, públicos e privados. Ao mesmo tempo, pretendemos continuar a apoiar a engenharia nacional e valorizar o técnico nacional, através de todas as oportunidades que se oferecerem.

Finalmente, é ponto fundamental do PROGRAMA o franco apoio à iniciativa privada, que deverá ser fortalecida e estimulada. A iniciativa privada é o grande fator de dinamismo do sistema produtivo. O Governo deve, principalmente, cuidar da infra-estrutura e criar condições para que a iniciativa privada dinamize a economia, como lhe compete. *Não devemos ter preconceitos contra o lucro*. Sem lucro não há investimento. É imprescindível incentivar o investimento privado, sem o que não haverá expansão, e o programa não terá êxito. Cabe sem dúvida ao Governo orientar o processo de desenvolvimento, e promover a justiça social; cabe-lhe evitar a concentração excessiva de renda, promovendo a igualdade de oportunidade de ascensão social, através da educação e da distribuição equitativa da renda. Mas é indispensável que prestigie a iniciativa privada, ao mesmo tempo que mantém em nível adequado os investimentos públicos nos setores de infra-estrutura e naqueles setores fundamentais em que a iniciativa e o capital privado demonstraram insuficiência ou impaciência, ou naqueles em que há um superior interesse a preservar.

É necessário fortalecer, especialmente, o *empresário nacional*. Não pode haver desenvolvimento auto-sustentável com empresário nacional fraco. Temos que proteger o seu mercado. Temos que praticar uma política tarifária bem dosada, que não coloque o empresário nacional eficiente à mercê de preços excessivamente baixos da competição externa. É preciso examinar se os preços do empresário nacional são altos porque êle é ineficiente ou se isto resulta de circunstância fora do seu controle. Freqüentemente o produto final é caro porque o juro é alto, o transporte é desorganizado e porque êle tem de fazer face a custos fixados pelo Governo. De certa forma a produção na-

cional é cara porque o Governo aqui também é caro. E o Governo aqui é caro porque o País tem de construir uma infra-estrutura, que já existe em outros países. O empresário tem um teto, dentro do qual ele pode elevar a sua produtividade. Mas fora disso a responsabilidade não é dele.

Há toda uma estratégia, que se deve diversificar em várias frentes, tendente a permitir que a indústria funcione a custos baixos. Só aí se poderá, em condições adequadas de escala, seleccionar melhor os empresários em termos de produtividade.

Mas desarmar a estrutura tarifária antes do tempo é alienar desnecessariamente o mercado e desproteger perigosamente a empresa nacional. Já instituímos vários mecanismos destinados a fortalecer o poder de competição do empresário nacional; como, por exemplo, a Resolução n.º 63. O instrumento anteriormente existente, à Instrução n.º 289, só estava disponível, a rigor, para empresa estrangeira, que tinha possibilidades de oferecer garantias fora do País. A Resolução n.º 63, estende ao empresário nacional a possibilidade de utilização de recursos externos para capital de giro, através da rede bancária nacional. Também impusemos limitações no mercado bancário para utilização do crédito, garantindo o empresário nacional. Pretendemos financiar os empresários nacionais que, tendo de associar-se a empresas estrangeiras, desejem aumentar, gradativamente, sua participação no capital. Em suma, nosso objetivo é preservar a indústria nacional e criar para ela melhores condições de competição. Isto não significa que desejamos discriminar contra a indústria estrangeira. Nada disto. Exceto em determinados setores em que a segurança ou o superior interesse nacional contra-indiquem sua participação, ela será sempre bem recebida. Queremos que venha, prospere e se expanda. Queremos que traga tecnologia nova e crie empregos no País. Mas julgamos que as empresas controladas por brasileiros devem merecer uma atenção especial do Governo, para que possam consolidar-se, e para que tenham condições para enfrentar a competição das empresas estrangeiras, que têm maiores facilidades de capital de giro.

Uma palavra, agora, sobre a cooperação financeira externa. Devemos sempre ter em vista que, embora seja útil ao nosso desenvolvimento, a cooperação financeira externa apenas complementa o nosso esforço. O desenvolvi-

mento nacional cabe a nós promover. É, essencialmente, responsabilidade nossa. *Ele não ocorre por acaso, nem pode depender da generosidade de outros países.* Por outro lado, é preciso que não nos esqueçamos de que a ajuda externa se paga, e de que para pagá-la, precisamos *exportar mais.*

O conjunto de medidas que acabo de descrever, de forma um tanto desordenada, constitui a essência do Programa Estratégico de Desenvolvimento, que se encontra praticamente ultimado, e que pretende, não apenas orientar a atividade do Governo neste terreno, mas, sobretudo, fixar a Estratégia para a Nova Etapa do Desenvolvimento Nacional.

O Programa denomina-se *estratégico* porque pretende concentrar-se no ataque a pontos da economia estrategicamente localizados, em áreas capazes de provocar uma dinamização de toda a economia. Esse Programa Estratégico foi aprovado pelo Presidente Costa e Silva, em suas bases preliminares, em julho do ano passado, e desde aí, vem sendo objeto de um trabalho de aprofundamento e qualificação. Já foram identificados os projetos prioritários em cada uma das nove áreas do Programa. Esses projetos prioritários estão em sua maior parte incluídos no Orçamento Plurianual de Investimentos que acaba de ser apresentado ao Congresso. E, a propósito de Orçamento, desejo aproveitar esta oportunidade para alertar os senhores para um erro de apreciação muito comum na análise dos Orçamentos, e que certamente vai se repetir na análise do Plurianual. É habitual, embora errado, avaliar o esforço nacional em cada setor com base nas percentagens do setor sobre o total do Orçamento. Ora, o Orçamento não indica a totalidade de investimento da economia no setor, indica apenas a parte que o *Governo Federal* desempenha no setor. E essa participação do Governo *varia de setor para setor*. Ela é muito grande nos setores de infra-estrutura; e é por isso que os orçamentos sempre consignam pesadas dotações nesses setores. Mas ela tem de ser muito mais reduzida em setores nos quais a iniciativa privada tem uma participação muito mais importante no investimento, como por exemplo, na agricultura ou na indústria. Na agricultura e na indústria é muito pequena a participação governamental, pois quem faz o desenvolvimento agrícola é o agricultor, e quem faz o desenvolvimento in-

dustrial é o industrial; não é o Governo. Na educação, por sua vez, acontece outra "ilusão de ótica". No Orçamento Federal, só aparece, naturalmente, a *despesa federal*, quando a responsabilidade *estadual e municipal* é geralmente muito maior, cabendo-lhe custear o ensino primário. O Brasil deverá investir em educação, em 1968, cerca de 3 bilhões de cruzeiros novos, quando, no Orçamento Federal só aparecem cerca de 900 milhões, correndo por conta dos Estados e Municípios a maior parte do restante, além da parte que cabe à iniciativa privada. O Orçamento da União, além de não retratar o investi-

mento estadual e o investimento privado, não consigna os recursos externos, e não inclui programas enormes que, não recebendo subvenções do Tesouro, não figuram no Orçamento. Todo o programa do BNH, que é um programa de mais de 1 bilhão e meio de cruzeiros novos por ano, está fora do Orçamento; o programa de energias está em grande parte fora; a PETROBRÁS está toda fora; a Previdência Social está fora. Portanto é um erro julgar o esforço de cada setor através do Orçamento Federal. Esse erro é freqüentemente cometido por parlamentares e comentaristas na Imprensa.

Contribuição à Identificação de Tipos de Utilização da Terra, Através de Fotografias Aéreas *

ROBERTO LOPES DE MORAES

O objetivo deste trabalho é trazer uma contribuição aos métodos de identificação de tipos de uso da terra em fotografias aéreas de 1:25 000.

O primeiro aspecto a considerar refere-se à época do ano em que foram tiradas as fotografias. Tal fato deve ser lembrado pois que as culturas anuais apresentam fisionomia diversa desde o plantio à colheita, podendo também algumas culturas permanentes apresentarem aspectos diversos de acordo com a época do ano.

Outros fatos a serem considerados na foto-interpretação são a escala e a acuidade visual, das quais dependerá a maior ou menor evidência dos elementos que servirão à identificação.

Levando em conta esses fatos, fizemos uma comparação entre as culturas no terreno e a sua imagem na fotografia, e dessa maneira estabelecemos *chaves de identificação* dos cultivos; para posterior utilização na foto-interpretação geográfica.

Essas *chaves* foram elaboradas à base de determinados elementos utilizados como meios de identificação dos vegetais.

Foram os seguintes os elementos por nós examinados:

1) *Tonalidade ou tom fotográfico.*

O tom fotográfico é uma medida da quantidade relativa da luz refletida por

um objeto e realmente registrada numa fotografia em preto e branco.

A tonalidade vai do branco até o preto, tendo entre os dois gradações do cinzento.

O tom depende da reflexão da luz e, evidentemente, um vegetal que tem cor natural um verde claro, terá uma tonalidade clara na fotografia e vice versa.

Exemplo:

	<i>Côr Natural</i>	<i>Tonalidade</i>
Café	Verde escuro	Escuro
Cana-de-açúcar	Verde-clara	Clara

2) *Altura dos indivíduos*

A altura é um elemento fundamental, pois, é usado para diferenciar em primeira mão, os indivíduos mais altos dos mais baixos. Este elemento torna-se indispensável na distinção de culturas cujos indivíduos atingem alturas semelhantes, como por exemplo quando se pretende diferenciar um abacateiro de uma laranjeira.

Juntamente com a altura devemos levar em conta o teto da imagem e a textura.

O teto refere-se ao aspecto da superfície da imagem, ou conjunto de imagens, isto é a homogeneidade ou não em relação à altura.

O teto pode ser plano ou em andares. Como exemplo de um teto plano temos o de um talhão de cana, onde os

* Simpósio sobre Fotografias Aéreas, realizado em agosto de 1965, na Guanabara.

indivíduos são da mesma espécie e foram plantados na mesma época.

Um exemplo de teto em andares é o da mata, pois a mesma possui espécies heterogêneas.

A textura é a característica resultante da aparência de um conjunto de indivíduos.

A textura é muito importante quando um simples vegetal por si mesmo não pode ser identificado, dependendo o reconhecimento na fotografia aérea da observação do conjunto. Podemos citar como exemplo um mandioccal, onde a textura se apresenta granular.

3) Disposição ou arranjo dos indivíduos

O arranjo é o elemento que reflete a organização dos indivíduos que compõem uma área agrícola homogênea. Este elemento tem importância sobretudo para distinguir diferentes categorias de utilização da terra.

É o exemplo da diferenciação que podemos fazer entre o cafézal e o laranjal; este é geralmente plantado com espaçamento de 4x4m, até 8x8m, enquanto que o cafézal apresenta mais comumente um espaçamento de 4x2m.

4) Forma

O elemento forma é usado principalmente em relação às partes mais altas dos objetos ou dos vegetais. Como as fotografias geralmente são tiradas verticalmente, cada árvore poderá apresentar uma forma típica segundo a sua espécie.

Um eucalipto apresenta uma forma diferente de uma laranjeira, pois suas copas apresentam características distintas.

5) Relação com aspectos vizinhos

Como exemplo de identificação usando esse elemento, podemos dar o do talhão de cana cortado, o qual é identificado pela presença em campos vizinhos de canaviais em outros estágios de cultivo.

6) Situação ou localização

A observação da situação ou localização dos vegetais pode servir como elemento identificador. Árvores observadas ao longo de rios, por exemplo, são interpretadas como formando matas ciliares.

Finalmente, devemos ressaltar que a utilidade dos elementos de reconhecimento se torna maior quando correlacionados entre si.

Nordeste, sua Luta e seus Problemas *

O Nordeste é uma das cinco regiões fisiográficas do Brasil. Para efeito de administração pública para o desenvolvimento, o Nordeste compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, parte de Minas Gerais (municípios compreendidos no Polígono das Sêcas) e Território Federal de Fernando de Noronha.

Esta divisão regional forma a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — autarquia federal subordinada ao Ministério do Interior (MI).

ÁREA GEOGRÁFICA

A área total do Nordeste atinge mais de 1 666 751 km², distribuída como se segue.

ÁREA GEOGRÁFICA DO NORDESTE

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Área total em km ²	Participação relativa
Maranhão.....	328 663	19,8
Piauí.....	250 934	15,1
Ceará.....	140 016	8,9
Rio Grande do Norte.....	53 015	3,2
Paraíba.....	56 372	3,4
Pernambuco.....	98 281	5,9
Alagoas.....	27 731	1,7
Sergipe.....	21 994	1,3
Bahia.....	561 026	33,7
Minas Gerais ¹	120 701	7,2
Fernando de Noronha.....	18	...
NORDESTE²	1 666 751	100,0ss
Brasil.....	8 509 325	

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia.

¹ Municípios compreendidos no Polígono das Sêcas.

² Inclui áreas de litígio entre o Piauí e o Ceará.

** Ou 19,6%

Se o Nordeste fôsse um país, seria o segundo em população e o terceiro em

* Extraído do *Jornal do Brasil*, edição de 28-10-1967.

área, na América Latina. Em área, o Nordeste é maior do que a Itália, Espanha e Portugal reunidos. Em população, tem mais habitantes do que a Argentina e tantos quantos a Tailândia.

POPULAÇÃO

A população regional é estimada em cerca de 27 111 000 habitantes, crescendo anualmente a uma taxa de 2,5% aproximadamente.

POPULAÇÃO DO NORDESTE (1 000 HABITANTES)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL		População estimada para 1967
	1950	1960	
Maranhão.....	1 583	2 492	3 378
Piauí.....	1 046	1 263	1 421
Ceará.....	2 895	3 338	3 830
Rio Grande do Norte.....	968	1 157	1 294
Paraíba.....	1 713	2 018	2 245
Pernambuco.....	3 395	4 137	4 793
Alagoas.....	1 093	1 271	1 399
Sergipe.....	644	760	847
Bahia.....	4 835	5 991	6 885
Minas Gerais.....	595	809	1 017
Fernando de Noronha.....	1	1	2
Nordeste.....	18 558	13 237	27 111

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil e SUDENE.

A SUDENE E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Dos setores econômicos de que se ocupa a SUDENE foi o industrial no período 1960/1967, o que apresentou maior dinamismo e efeitos mais imediatos em contrapartida do esforço traduzido na implantação do suporte infra-estrutural, (sobretudo energia e estradas) sem o qual não seria possível o desenvolvimento industrial da região. Salienta-se ainda, a preocupação com a localização e classificação dos recursos naturais e com a preparação da mão-de-obra especializada e se terá completado o quadro que emergiu das providências governamentais no sentido de dar ao Nordeste um suporte industrial necessário ao seu soerguimento econômico.

Notam-se, hoje, sinais evidentes de modificação na estrutura industrial da região, com o surgimento de projetos diversificados.

A implantação de indústrias de produtos químicos pequenas e médias metalurgias dão a medida da diversificação do parque industrial nordestino.

Entre 1960 e setembro de 1967, surgiram com o apoio da SUDENE 259 novos empreendimentos industriais, enquanto 176 empresas já existentes iniciaram processos de modernização e/ou ampliação.

As indústrias químicas e de transformação de minerais não metálicos, metalúrgica e mecânica, vêm tendo participação preponderante no novo parque fabril nordestino, aproximando-se em ordem de grandeza das indústrias têxtil e de alimentação. Entre estas últimas, a de cana-de-açúcar revelou-se nos anos recentes, como produtora de matérias-primas para diversas atividades industriais recém-implantadas, ou com possibilidade de implantação: borracha sintética, celulose, produtos químicos etc.

Na indústria têxtil, o fato de relêvo vem sendo a gradativa preparação para suprir o mercado regional, em condições competitivas com as fábricas do Centro Sul, fugindo assim ao caminho da marginalização que se lhe delineava alguns anos atrás. Além de reaparelhamento das antigas fábricas, novos projetos (inclusive de fios sintéticos) estão sendo implantados no Nordeste.

Enquanto isso, outro setor tradicional — o de couros e peles — mereceu igualmente atenções especiais, apresentando já hoje sinais de melhoria tecnológica. O reaparelhamento industrial prossegue.

SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

De alguma forma, e a exemplo do que ocorreu no Centro-Sul do País, também o Nordeste vem-se beneficiando do clássico indicador de oportunidades industriais representado pela substituição de importações. As próprias empresas industriais daquela região têm despertado para esta solução, aproveitando-se da expansão progressiva do mercado nordestino e das facilidades e incentivos que lhes são oferecidos.

Assim é que o processo de desenvolvimento industrial do Nordeste vem sendo comandado pela iniciativa privada, inclusive a local, na apropriação das variáveis em jogo com relação à escolha das boas oportunidades de inversão de capital na região.

O Poder Público, através da SUDENE, tem dado apenas indicações indiretas de viabilidade e desempenhado

um papel de coordenador dos investimentos, a fim de evitar distorções prejudiciais ao próprio desenvolvimento da economia nordestina.

Essa atuação, que na prática consiste em compatibilizar os novos projetos industriais com as grandes linhas do interesse regional, vem sendo concretizada através da administração de incentivos de ordem fiscal, locacional e financeira. Visa-se, primordialmente, a atrair e estimular empresários locais e nacionais, contribuindo para a garantia de rentabilidade dos investimentos, única forma de fixar poupanças regionais e de atrair poupanças geradas em outras regiões.

RESULTADOS OBTIDOS

A política de desenvolvimento para a industrialização do Nordeste mantém dois fundamentos básicos:

a) manutenção e modernização de indústria existente;

b) atração de novas indústrias para a região.

Como resultado dessa política, o Nordeste de 1967 já é bastante diferente do de 1959, ano em que se instalou a SUDENE.

Até 30 de setembro de 1967, a SUDENE foi reclamada a apreciar 435 projetos industriais através de 772 pareceres.

PARECERES INDUSTRIAIS APROVADOS PELA SUDENE — 1960/1967 (outubro)

ESTADOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	Total
Maranhão.....	—	1	2	1	1	2	3	3	13
Piauí.....	—	1	1	3	2	4	5	3	19
Ceará.....	2	—	9	13	19	15	18	34	110
Rio Grande do Norte...	—	—	2	6	3	4	5	8	28
Paraíba.....	5	4	9	11	7	17	20	22	95
Pernambuco.....	8	11	21	27	34	39	64	68	272
Alagoas.....	2	1	2	4	5	7	10	11	42
Sergipe.....	—	—	5	5	2	2	7	2	23
Bahia.....	6	5	15	16	17	19	51	33	162
Minas Gerais.....	—	—	—	—	1	—	3	4	8
BRASIL.....	23	23	66	86	91	109	186	188	772

FONTE: SUDENE — Departamento de Industrialização (DI).

Dos 772 pareceres industriais aprovados até aquela data, 337 se referiram a reexames decorrentes de reformulações e solicitações de novos favores (isenção de impostos e de taxas aduaneiras, enquadramentos para obtenção de crédito bancário nacional e inter-

nacional e colaboração dos incentivos dos Artigos 34/18).

Os 435 pareceres alusivos a novos empreendimentos industriais e ampliação ou modernização de empresas já existentes distribuíram-se na forma apresentada no Quadro seguinte:

EMPRESAS INDUSTRIAIS C/ PROJETOS APROVADOS PELA SUDENE PERÍODO: 1960-1967 (setembro) ***

ESTADOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1960/1967 total de projetos		NATUREZA DOS PROJETOS		Total
							Implantação	Modernização	Implantação	Modernização	
Maranhão.....	—	1	2	1	1	1	3	2	3	8	11
Piauí.....	—	1	1	3	1	3	—	—	6	3	9
Ceará.....	2	—	8	10	14	9	11	18	45	27	72
Rio Grande do Norte...	—	—	2	4	3	2	3	5	11	8	19
Paraíba.....	5	3	6	8	6	6	4	15	30	23	53
Pernambuco.....	7	10	14	16	14	19	22	36	80	58	138
Alagoas.....	2	—	2	2	3	5	4	6	18	6	24
Sergipe.....	—	—	3	2	1	1	3	—	3	7	10
Bahia.....	6	4	12	12	8	12	25	14	57	36	93
Minas Gerais.....	—	—	—	—	1	—	1	4	6	—	6
TOTAL.....	22	19	50	58	52	58	76	100	259	176	435

Não inclui reexame de projetos anteriormente aprovados.

Das 435 indústrias que tiveram projetos aprovados pela SUDENE, até setembro de 1967, nada menos de 281 encontram-se hoje em processo produtivo, adicionando valor ao produto interno do Nordeste. Outras 84 estão em construção restando apenas 70 ainda em fase de planejamento.

INCENTIVOS CONCEDIDOS

Ao aprovar os projetos que lhe são submetidos, a SUDENE autoriza, entre outros, os seguintes benefícios fiscais e financeiros: isenção de impostos e taxas alfandegárias para equipamentos importados, financiamento por bancos oficiais (BNB e BNDE), inclusive em moeda estrangeira, e alocação de particulares deduzidos do Imposto de Renda.

Até setembro de 1967, êsses incentivos foram distribuídos nos quantitativos seguintes:

empresas

Isenção de impostos e taxas alfandegárias	270
Recomendação para financiamento bancário	290
Alocação de recursos dos Arts. 34/18	325

Por outro lado, beneficiaram-se de isenção total ou parcial do Imposto de Renda, por força de decisão da SUDENE, até aquela data, 987 indústrias já em funcionamento no Nordeste. Ao mesmo tempo, 1 218 empresas industriais tiveram autorização para efetivar a reavaliação de ativos fixos com isenção tributária total.

PERSPECTIVAS PARA A REGIÃO

Um Nordeste desenvolvido

As novas indústrias instaladas ou em fase de instalação com incentivos

administrados pela SUDENE — não incluídas as ampliações e aquelas em fase de projeto — ocupam uma área de cerca de 6 milhões de metros quadrados e dão emprego direto a 87.226 trabalhadores.

Imaginemos essas indústrias (que se distribuem por todos os Estados do Nordeste) concentradas numa área contígua, e teremos uma verdadeira cidade de chaminés, onde trabalham e vivem 348 904 pessoas, numa média de quatro dependentes por trabalhador ocupado, sem contar as que seriam atraídas para desempenhar serviços.

Se acrescentarmos a essa imagem as residências dos trabalhadores, prédios de escolas, hospitais, centros diversionais, ruas e praças — teremos configurada uma jovem cidade desenvolvida; cidade em que não haveria desempregados nem famintos, e em que todos teriam um mínimo de conforto compatível com a dignidade humana.

Este é o Nordeste que a industrialização está criando.

RITMO AGORA É CRESCENTE

Mais do que as metas já alcançadas, porém, são altamente promissoras para o Nordeste as perspectivas que a SUDENE vem abrindo, no campo da industrialização, para o desenvolvimento da região.

Os 188 novos projetos industriais aprovados nos nove primeiros meses de 1967, somados aos 114 por aprovar nos próximos meses, consubstanciam investimentos para o Nordeste, num montante de NCr\$ 1.075,4 milhões — mais do que o total dos seis primeiros anos de SUDENE.

Características Econômicas e Sociais da G.B. e R.J.

A pesquisa sócio-econômica dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro realizada pela Fundação Manoel João Gonçalves e Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística — IBOPE — é uma amostragem estatística, cujos dados somente são apurados cada 10 anos pelo recenseamento geral efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geogra-

fia e Estatística — IBGE. Trabalhos dessa natureza, raros no Brasil, têm uma utilidade toda especial uma vez que informam com atualidade os assuntos sócio-econômicos determinantes, fornecendo, dêsse modo, elementos valiosos para orientação de estudiosos e investidores privados e da política econômica oficial.

Especificações — A pesquisa obedeceu às seguintes especificações: Lo-

* Extraído de *Scripta*, abril de 1968.

cal — áreas urbanas, suburbanas e rurais; Data — de setembro a novembro de 1967; Amostra — estratificada quanto à localização do domicílio, ao acaso quanto à escolha dos entrevistados. A unidade básica é a família, sendo con-

sultado o responsável pela mesma; número de entrevistas — 1.388, na Guanabara, e 1.367, no Estado do Rio.

Alguns Resultados — Damos, a seguir, alguns resultados da pesquisa:

ESTIMATIVA PARA SETEMBRO DE 1967

	NCr\$	GB	RJ	
Renda Média Mensal Familiar.....		399,20	305,30	(População Urbana)
Despesa média mensal familiar com alimentação, moradia transporte e remédio.....		312,80	210,00	(População Urbana)
Porcentagem da despesa sobre a renda.....		78,3%	68,8%	
Salário médio mensal do chefe de família...		348,00	248,90	(População Urbana)
Empregados em indústrias de transformação, comércio de mercadorias e imóveis, prestação de serviços e transportes.....		281,00	251,60	
Profissionais liberais.....	1	195,00	708,00	
Atividades sociais, administração pública, defesa nacional, segurança pública e inativos		456,40	227,20	(Urbana)
Despesa média mensal com alimentação.....		184,70	121,20	
Porcentagem sobre a renda média mensal familiar.....		46,3	39,7	

Observa-se que tanto a renda média mensal como o salário, na Guanabara, são superiores aos do Estado do Rio. Entretanto, é curioso notar que a porcentagem da despesa sobre a renda e salário com alimentação, moradia, transporte e remédios, e também

só com alimentação, seja inferior no Estado do Rio.

Tratando-se de itens de despesa indispensável, esse resultado parece indicar que é menor na Guanabara o excedente de renda e salário para outras despesas.

Oportunidades Ocupacionais dos Licenciados em Geografia fora do Magistério *

A profissão de geógrafo, no domínio das ocupações ligadas às Ciências Humanas, é, no momento atual, das que encontram um mercado de trabalho mais restrito, embora seja das mais promissoras. Esta situação se deve em grande parte ao fato de que não se compreende, ou compreende-se mal, a importância e a significação desta profissão e de suas múltiplas aplicações em vários setores fundamentais da vida econômica nacional.

Nos países mais avançados já se torna praticamente freqüente a colaboração do geógrafo em pesquisas e trabalhos de planejamentos administrativos, econômicos, industriais, urbanísticos, etc., sem contar a participação do geógrafo especializado em inúmeras atividades.

No Brasil, recorre-se ao trabalho do geógrafo de forma esporádica e, em geral, apela-se apenas para os especialistas de maior renome, via de regra, professores universitários. Assim, por exemplo, docentes do Departamento da USP, têm sido solicitados para participar de equipes de planejamentos urba-

* Fonte: Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — Ciências Humanas.

nos e rurais; alguns realizaram trabalhos geográficos no interior do Estado, na base de convênios com Prefeituras e com Secretarias de Estado, especialmente as da Agricultura e da Saúde.

DEFINIÇÃO PROFISSIONAL*

Geógrafo:

O geógrafo estuda as características e a utilização da superfície terrestre, correlacionando e interpretando os efeitos recíprocos dos fenômenos físicos e culturais; faz investigações sobre os aspectos físicos e climáticos de uma zona ou região, na base de observações diretas e da aplicação de seus conhecimentos em matérias afins — Física, Geologia, Oceanografia, Meteorologia e Biologia; estuda as atividades humanas, tais como a distribuição étnica, a atividade econômica e a organização política; exerce funções de assessor ou conselheiro junto a órgãos governamentais, a organizações internacionais ou a firmas industriais, em assuntos tais como a exportação econômica de uma região, a determinação das fronteiras étnicas e naturais entre nações ou os mercados potenciais e as melhores rotas comerciais.

O geógrafo pode especializar-se nos vários ramos da Geografia, tais como os aspectos geográficos das atividades econômicas ou a forma, a estrutura e a distribuição dos terrenos, as características da superfície terrestre ou os problemas nacionais e internacionais. Pode, assim, ser designado como especialista em geografia econômica, geografia física ou geografia política, por exemplo.

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE GEÓGRAFO

Não existe ainda uma regulamentação da profissão de geógrafo, no Brasil. Um projeto de lei neste sentido está em tramitação no Congresso Nacional. Segundo este projeto as atividades profissionais do geógrafo compreenderão estudos e pesquisas de caráter físico-geográfico, bio-geográfico, antropológico e geoeconômico. Por outro lado, o mesmo projeto estabelece a exigência do diploma profissional para o exercício dos cargos ou funções de geógrafo: nas administrações públicas

autárquicas, para-estatais e de economia mista, inclusive nos bancos de que os governos federal e estaduais forem acionistas nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias do serviço público.

A falta de definição legal da profissão e, conseqüentemente, a inexistência de garantia dos direitos profissionais do geógrafo constituem sérios obstáculos ao seu desenvolvimento e à ampliação de seu mercado de trabalho. De um lado, muitas das funções, que deveriam ser desempenhadas por geógrafos, são entregues a pessoas sem essa qualificação e, de outro, deixa-se geralmente de recorrer a estes profissionais na execução de trabalhos que não poderiam dispensar a sua colaboração.

São grandes os prejuízos decorrentes desta situação tanto para o desenvolvimento do País quanto para a própria profissão.

A propósito, citamos alguns trechos de um artigo publicado numa revista francesa, onde são examinados os problemas que o geógrafo deve resolver **:

“Certas barragens hidrelétricas construídas nos Pirineus suprimiram bons pastos e importantes possibilidades de irrigação. Calculou-se que a perda da renda resultante da diminuição da rentabilidade da criação atingia, em certos casos, o valor da eletricidade produzida. Qual é então o valor do investimento? Este cálculo foi feito pelos geógrafos cuja consulta prévia teria evitado um desperdício inútil.” Mais adiante: “Tôda planificação, para ter êxito, deve ser basicamente geográfica. A escolha de tal ou qual itinerário para a construção de uma estrada pode influir de maneira decisiva para o desenvolvimento de toda uma região. Assim, um empreendimento pode atravessar uma região morta e não servir senão a ligações longínquas. Ela pode, alhures, vivificar uma região e provocar seu desenvolvimento, desencadear uma criação de riqueza, representar o papel de catalisador. Tudo isto, o geógrafo melhor que ninguém, pode prever.”

Parece que as oportunidades de trabalho para os geógrafos não atingiram ainda a extensão desejada. Porém, estas oportunidades estão crescendo e as perspectivas futuras são excelentes.

* Classificación Internacional Uniforme de Ocupaciones-Oficina Internacional del Trabajo, Ginebra, 1958.

** L'enseignement de la Géographie, *Chiers Pédagogiques*, 1958, pg. 25.

OPORTUNIDADES OCUPACIONAIS

1. *Instituto Brasileiro de Geografia*

O Instituto Brasileiro de Geografia, órgão da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem por objetivo coordenar todos os conhecimentos relacionados com a Geografia Brasileira, seja organizando expedições e excursões, seja promovendo conferências e cursos, seja realizando levantamentos de mapas do País e ainda por meio de publicações especializadas. O Instituto mantém em seu quadro permanente cerca de oitenta geógrafos, que se encontram em atividade, distribuídos por todo o País.

2. *Instituto Geográfico e Geológico*

Este Instituto, órgão da Secretaria da Agricultura do Estado, oferece algumas oportunidades de trabalhos para os bacharéis e licenciados em Geografia. Não existe, em seu quadro de pessoal, o cargo de geógrafo, mas como o Instituto necessita, para a realização de seus trabalhos, pessoas com essa qualificação, admite geógrafos como extranumerários, com vencimentos de nível universitário. Para essa função o Instituto tem atualmente apenas quatro vagas. Seus ocupantes, geralmente, permanecem pouco tempo no Instituto, em virtude da baixa remuneração.

3. *Instituto de Geografia da USP*

Instalado há apenas um ano, o Instituto oferece, no momento, poucas

oportunidades de trabalho para os bacharéis e licenciados em Geografia. Com a sua transferência para o novo prédio da Cidade Universitária, o Instituto ampliará suas atividades de estudo e pesquisa e, por conseguinte, poderá oferecer maiores oportunidades de trabalho para os geógrafos.

4. *Outras*

Instituições federais ou estaduais, além das já mencionadas, contam com geógrafos em seus quadros de funcionários técnicos. Entre elas citamos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria da Agricultura.

Algumas instituições subvencionadas, a exemplo do Instituto Joaquim Nabuco, de Recife, contratam geógrafos para integrar seus quadros técnicos ou para elaboração de pesquisas.

Últimamente, órgãos públicos, para-estatais ou particulares, vêm recorrendo, ainda de forma esporádica, a geógrafos para integrarem equipes de pesquisas, com colaboração interdisciplinar, visando à realização de estudos de planejamento.

Organizações particulares, como a SAGMACS, têm se voltado também para o trabalho do geógrafo. Aliás, muitos dirigentes de empresas privadas já começam a reconhecer que a presença do geógrafo nas múltiplas tarefas de governar e administrar é tão necessária quanto a do urbanista, do arquiteto, do economista ou do sociólogo.

Aplicações da Fotografia Aérea e sua Adequada Terminologia*

PLACIDINO MACHADO FAGUNDES

O que pretendemos, com a nossa desprezível participação, nesta oportunidade, é provocar, dos que manejam esta extraordinária ferramenta da técnica moderna de levantamentos — a fotografia aérea, uma atenção maior à propriedade dos termos que usamos para identificar suas aplicações.

Referir-nos-emos, a seguir, não só às aplicações das fotografias em “pares estereoscópicos”, mas também, às que se consideram como aplicações de “fotografias isoladas”.

Na 1.^a categoria de aplicações das fotografias aéreas isoladas, ou seja, na categoria dos mosaicos, surge logo uma certa insegurança não quanto ao chamado “mosaico simples”. Sabemos tratar-se de uma “montagem das fotografias que recobrem uma determinada área, caprichosamente recortadas e justapostas para garantir a continuidade dos acidentes principais e a homogeneização da tonalidade do conjunto, de forma a simular uma imagem contínua de toda a área fotografada”.

A incerteza se afigura quando passamos aos “mosaicos semicontrolados”, aos “mosaicos controlados” e as “fotocartas”.

Para uns, o “mosaico semicontrolado” é um simples mosaico cuja escala pôde ser determinada com precisão superior àquela que resulta da simples apli-

cação da fórmula $E = \frac{1}{\frac{H}{f}}$ em que a grandeza H é fornecida quase sempre, por

alímetros de bordo de precária acuidade em confronto com os instrumentos de medida da grandeza f.

Para êstes, o conhecimento de uma ou mais distâncias, medidas no terreno e no mosaico, permitiria estabelecer uma escala média que seria registrada com aproximação superior a que chamaríamos “escala nominal” das fotografias.

Para outros, o mosaico semicontrolado é aquele que em todas as fotos são ajustadas a uma escala média mediante o conhecimento de, pelo menos uma distância em cada foto, embora nenhuma correção seja tentada para as eventuais inclinações a que possam estar sujeitas.

Menos discutida é a expansão “mosaico controlado” aceito por todos como sendo aquele em que se dispõe de pelo menos 4 pontos por fotografia para correção das inclinações e das variações de escala a que estão sujeitas as fotografias, embora restando, ainda, os erros decorrentes das variações de nível do terreno, inevitáveis na projeção cônica, mas possíveis de determinação prévia, em grandeza e direção, desde que conhecidas as diferenças de nível do terreno.

Consagrada e muito própria é a expressão “fotocarta” para exprimir o elemento cartográfico que se obtém ao montar-se um mosaico de fotografias de um terreno total ou suficientemente plano para que retificadas essas fotografias,

* Apresentado no II Simpósio Brasileiro sobre Fotografias Aéreas, realizado na Guanabara em agosto de 1965.

isto é, eliminados os erros decorrentes de inclinações do avião e variações da altura de vôo, restem erros inferiores ao limite de tolerância admitido para cartas planimétricas.

Na categoria de aplicações das fotografias em pares estereoscópicos, embora possa ser contestado que "restituição estereofotogramétrica" seja a mais adequada expressão para traduzir a operação que conduz ao mapa, mediante a projeção ortogonal de um modelo ótico homotético direto do terreno a levantar, utilizando pares de fotografias homólogas que contenham a imagem desse terreno, nenhuma outra foi sugerida para substituí-la antes que se arraigasse e, definitivamente, se consagrasse. Os próprios americanos já não estranham o termo "restitution" em lugar de "plotting" *.

Ousariamos afirmar, portanto, que no campo das aplicações da fotografia aérea, exploradas pela cartografia, não constitui tarefa difícil a padronização de uma terminologia adequada. Neste sentido, aliás, muito já se empenhou a anterior Diretoria da Sociedade Brasileira de Cartografia e tudo fará a Nova Diretoria para concluir a tarefa.

Menos fácil, entretanto, nos parece ser a uniformização de uma terminologia para as demais aplicações da fotografia aérea, no campo da Geografia, da Geologia, da Paleontologia, etc., etc.

Talvez por constituir uma arte, uma ciência ou uma técnica muito nova, a utilização da fotografia aérea como elemento capaz de revelar pistas ou evidências da composição do solo e do subsolo, do revestimento florístico e da disponibilidade de águas de superfície e subterrâneas, de tudo, enfim, que capacita a inferir do potencial geral de uma região, a terminologia ainda não tenha podido ser suficientemente discutida e há de ser, por algum tempo, motivo de polêmicas, construtivas é claro, para que delas surjam expressões que não permitam interpretações divergentes ou mesmo dúbias.

Tomemos, por exemplo, a expressão "foto-interpretação". Sobre ela temos visto discordarem renomados técnicos dessa especialidade, como temos visto cometer-se a heresia de empregá-la para exprimir a mais elementar e quase intuitiva tarefa de identificação dos acidentes geográficos de uma área de terreno, em uma imagem fotográfica dessa mesma área, tarefa que chamaríamos simplesmente de foto-leitura ou foto-identificação.

No Brasil, raramente ouvimos falar em "foto-análise".

Donald J. Belcher, um dos precursores desta técnica, com quem tivemos a honra e o privilégio de trabalhar ainda que por pouco tempo, distinguia, nitidamente, a "foto-análise" da "interpretação".

Julgamos conveniente, nesta altura, esclarecer que não pretendemos, aqui, impor ou impingir uma terminologia. O que pretendemos, e nos parece ser esta a finalidade de um "simpósio", é despertar a atenção dos que a esta especialidade se dedicam, para um assunto que, uma vez superado, não só lhes ensinará, melhor entendimento, como os categorizará em diferentes níveis profissionais.

Essa distinção que para muitos pode parecer acadêmica, significava para Donald Belcher a base de seleção de seus auxiliares, pelas aptidões que revelavam.

Para Belcher o foto-analista *não deve* ser profundo em uma determinada especialidade mas sim um indivíduo de conhecimentos mais ecléticos, com boa base de geomorfologia, bons conhecimentos de geologia, muita imaginação, muita intuição e muito senso.

O interpretador, éste sim, deve ser um especialista naquilo que pretende reconhecer, levantar ou inventariar. Exemplo convincente de distinção entre o foto-analista e o interpretador nos foi dado pelo próprio Belcher quando nos apresentou dois mapas de solos, um para Agricultura, outro para Engenharia, nos

* A Aerotriangulação é outra das aplicações da fotografia aérea em que não se usa a mesma linguagem quando se fala em triangulação espacial, estereotriangulação, triangulação analógica, triangulação analítica, etc.

Para nós, tôdas as triangulações executadas com fotografias aéreas são espaciais, inclusive as radiais. Apenas, as radiais são triangulações no espaço bidimensional, executadas pelos conhecidos métodos: gráfico, "laisy-dasy", a "slotted templets", a estereotemplates, etc., e as demais são triangulações no espaço tridimensional.

As executadas em trianguladores analógicos são triangulações espaciais analógicas e as executadas em monocomparadores ou estereocomparadores são triangulações analíticas. As analógicas podem ser conduzidas por processo de aeropoligonação, aeronivelamento, aerocaminhamento a bz constante, aerocaminhamento à base constante, etc.

A terminologia, neste caso, não chega, porém, a afetar as operações.

quais, o foto-analista delinear exatamente, as mesmas manchas de solos e, enquanto o pedólogo interpretava uma dessas manchas, após a coleta de amostras no campo e sua análise em laboratório, como um latossolo húmido de textura argilosa, pH em torno de 6, perfis apresentando horizontes bem definidos, boa retenção de umidade e de nutrientes que o credenciavam como solo fértil para plantação de trigo por exemplo, o engenheiro interpretava-o como argila friável, de drenagem interna bem desenvolvida, sujeita a erosão com formação ravinadas e passível de retomar suas características de argila plástica impermeável, se compactada, imprópria, por conseguinte à construção de estrada que não pudesse ser imediatamente pavimentada.

Note-se que o interpretador muitas vezes nem precisa ser um conhecedor de todas as "chaves" de que se utiliza o foto-analista para delinear as formações ou as estruturas que identifica.

Lembro-me bem do geólogo — Dr. Watson — que realizou todo o trabalho de campo da área do planalto central, para escolha do sítio de Brasília, foto-analisada pela equipe de Donald Belcher, o qual não acreditava em "foto-análise" mas, ao reconhecer no terreno as dobras de empurrão que se apertam entre Paracatu e Formosa, e o característico domo geológico de Cristalina com a sua identificadora drenagem radial e rachaduras da crosta preenchidas por diques de rochas eruptivas, muitas delas reconhecidas como cristal de rocha, identificou todas essas formações nas fotografias mas, declarou-me que só ele era capaz de ver tais coisas em uma imagem fotográfica porque era um geólogo.

Eis porque Donald Belcher preferia para fotoanalista um bom Eng. Civil, com características especiais de discernimento, bom senso, boa imaginação, a quem recomendava aprofundar-se mais em geomorfologia e Geologia para então ministrar-lhe todos conhecimentos de foto-análise preparando-o para trabalhar em equipe com intérpretes especializados naquilo que lhes fôsse confiado prospectar, levantar ou inventariar.

No momento em que se incrementa a formação de especialistas nestas aplicações da fotografia aérea, não cogitadas pelos fotogrametristas, pareceu-nos oportuno trazer o assunto à consideração dos ilustres participantes deste simpósio para que o analisem e discutam ou simplesmente nos digam que somos os únicos "de passo errado".

A Família Etno-Lingüística Bororo

J. ROMÃO DA SILVA
Redator do IBG

I. O BATARU-BOE — Chamamos *bataru-boe* a língua falada pelos índios modernamente cognominados bororos (1), mas que a si mesmos se identificam por *boe* (2), expressão de sentido lato, porém no caso de acepção adjetiva, pela qual se distingue esses nativos da zona intertropical da América do Sul de outros indígenas não pertencentes aos seus clãs, ou tidos como inimigos, como aqueles a que chamam de *baréque* ou *maréque* (3) e *caiamodogue* (4), assim apelidados estes últimos por serem traícoeiros e vizinhos indesejáveis.

O termo aplica-se aqui, portanto, ao modo de falar inerente aos membros da tribo hoje quase dissoluta, mas que, unificada, constituiu outrora uma família lingüística homogênea e respeitável, talvez como supõe o general Jaguaribe de Matos uma das maiores do Brasil Central.

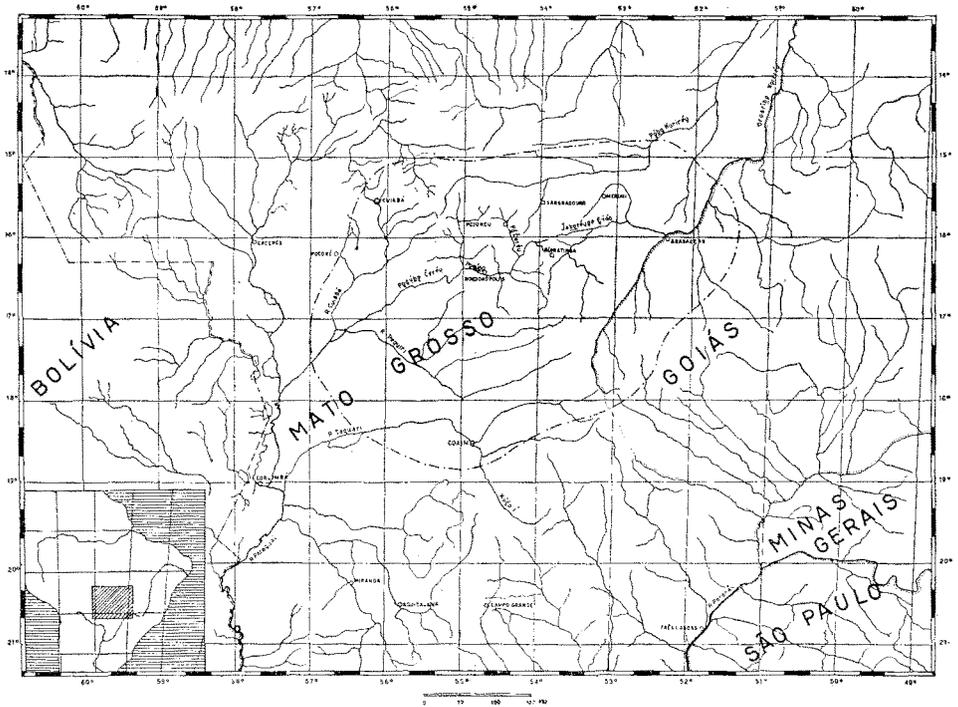
A origem dêsse idioma, como o da própria nação ameríndia a que ele corresponde, envolve questão ainda controversa, dividindo-se as opiniões entre os pressupostos de derivar-se êle da *lingua geral tupi-guarani*, sistematizada pelos jesuítas (5), e o de constituir-se num ramo lingüístico à parte, algo parecido com a língua dos já inexistentes *Otugue*, *Camoréque* e *Curuminaca*, com traços de influência *Gê* e *Umatina* na sua posterior estrutura morfológica (6), Créquimontfort e Rivet consideram-no um simples dialeto *Otugue* (7), ao passo que Venturelli e Albisetti pensam o contrário, ponderando ser "mais razoável subordinar-lhe o *Otugue* e outras línguas" (8). Segundo concepção destes últimos a família lingüística bororo compreenderia, além dos próprios *Umatina*, *Curumi-*

naca e Otugue, outros grupos dialetais com irradiações em território boliviano e já provavelmente extintos. No esquema de ramificação da grande tribo, entrariam assim, também, os grupos *Covareca*, *Curubeca*, *Coravé*, *Curucaneca* e *Tapii*.

II. DOMÍNIO GEOGRÁFICO E PROCEDÊNCIA DA NAÇÃO LINGÜÍSTICA

— Ao tempo da conquista bandeirante, o povo bárbaro que adotou esse idioma ocupava, em tangente com os *Xavantes*, *Terênas*, *Nhambiquaras*, *Piaguás*, *Guaranis* e *Caiapós*, considerável porção do Centro-Oeste brasileiro, com fronteiras bem definidas, e domínio sôbre os vales e chapadas de Mato Grosso, parte de Goiás na atual região de Aragarças, e a bacia do curso superior do Paraguai, até a fronteira com a Bolívia, acima portanto do universo dos *Guandús*.

Grosso modo, esse território que o general Frederico Augusto Rondon, muito apropriadamente, propõe se denomine *Boe-Moto* (9), abrangeria em período médio de expansão da tribo mais de 350 mil quilômetros quadrados, delimitados entre os paralelos de 14°—19° de latitude sul e 51°—59° de longitude oeste Greenwich.



A parte assinalada no mapa indica o território ocupado pelos bororós orientais no período de maior expansão do grupo etno-lingüístico em Mato Grosso e Goiás.

Da procedência dessa nação pouco ou quase nada se sabe de positivo. Presume-se seja ela originária do Alto Rio Negro e do Orenoco, de onde teria descido através dos vales do mesmo Rio Negro, Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé, estagiando durante o seu deslocamento entre os *Xapacuras* bolivianos, pelo que se infere tivesse mantido com estes boas relações de amizade.

A época em que ocorreu o movimento migratório é ainda, e mais que o fato em si, hipotético. Antônio Tonelli, que em bem fundamentada tese (10) defendida em 1927 perante o V Congresso Geográfico da Itália, procurou dêsse modo determinar os antecedentes da tribo, não a indica. Nem nos parece tivesse elementos para fazê-lo, pois que os próprios índios disso não transmitiram aos primeiros exploradores do *Boe-Moto* idéia sequer aproximada, mesmo na sua tradição oral, em que freqüentemente, e não raro com riqueza de detalhes, nos

falam de legendários ancestrais e estranhos autóctones com os quais tiveram alianças sanguíneas, a exemplo de uns certos *Coregue* aos quais se referem numa das suas bonitas e curiosas *bacarue* (11).

Se os *marigodueugue* (12) já eram assim negligentes em relação à memória do episódio, nada resta a esperar dos longínquos pósteres, na versão cada vez mais embaralhada dos fatos que a nós outros interessa sobretudo pelos subsídios que pudessem administrar à investigação histórica e científica.

Os padres Albisetti e Venturelli, missionários salesianos que vivem entre eles na região do Pogubo-Xerêu (13), em vão tentaram captar no seu repertório de contos fantásticos alguma coisa que conduzisse a uma explicação razoável. A conclusão a que chegaram os autores da *Enciclopédia Bororo* é a de que, nesse particular, a ignorância entre os catecúmenos é geral. Quando se lhes fazem indagações a respeito, a resposta aflora displicente e invariável: *Pá-arudu-cá*, isto é — “nós não sabemos” (14).

III. ÍNDOLE DO ÍNDIO BORORO — Pelo que ainda agora se pode observar, é característico dos *boe* a índole pacífica, ao que se junta uma extraordinária capacidade de assimilação. O que nêles se aponta como ferocidade, decorreu menos de uma natureza intrinsecamente celerada do que de uma necessidade instintiva de defesa e sobrevivência.

Steinen, que os conheceu em estado ainda bastante selvagem, é testemunho do seu comportamento de gente cordata e hospitaleira (15). Colbachini, observando-lhes a personalidade moral, chega mesmo a duvidar fôsem eles, mesmo em condições mais primitivas, agressivos e muito menos adotassem o hábito da antropologia. Para o autor de *Catequese dos índios bororos nos sertões de Mato Grosso* as suas hostilidades aos *barae* (16) refletem uma conseqüência lógica “do clima de represálias e vinganças às violências de que fôram vítimas por parte dos próprios civilizados” (17). Conforme observou Baldus, o *mori* (18), que eles aplicam entre si mesmos, é assim uma espécie de princípio de talião, conhecido na lei tradicional da tribo e transmitida de avós para pais e de pais a filhos (19).

Outra balela que se tem procurado anular em relação a êsses índios, é a da sua indolência e pouca inteligência. É isso indiscutivelmente negado pelas permanentes atividades a que se entregam como caçadores e pescadores, nos exaustivos ciclos de cerimoniais fúnebres, e pelo espírito inventivo patenteado na confecção dos seus artefatos e indumentárias, na tecetura e floreio dos seus apólogos.

Notam-se ainda como indício da boa índole do índio bororo a sociabilidade. Naturalmente acanhados ao primeiro contacto com o civilizado, tão logo se lhe conquista a confiança tornam-se expansivos, alegres, parladores e pres-timosos.

IV. ESPÍRITO GUERREIRO — Não obstante êsse feitio temperamental, revelaram-se os bororos resistentes na luta que o meio natural lhes impõe e guerreiros destemidos, conforme demonstraram nos conflitos que até bem pouco tiveram com tribos hostis e os próprios brancos invasores dos seus anteriores domínios.

Na sua crônica documentada, assinalam-se, entre outros, os embates de 1732-1734, quando guiados pelo bandeirante Antônio Pires de Campos, e em comum com um troço de *tabaégue* (20), enfrentaram com denôo os refratários *Piaguás* do Grão Pará e os *Caiapós* das cabeceiras do Araguaia que, como antes eles próprios, dificultavam as comunicações terrestres e fluviais entre o setentrião e o sul do País.

Os gentios do contingente bororo, tão hábilmente utilizados pelo valoroso *barae-imejera* (21) para rechaçar os que lhe estouvavam o roteiro dos sertões, deixou-os êste, por volta de 1744, aldeados, na confluência do rio das Velhas com o seu afluente hoje denominado Araguari, e antes conhecido como rio das Pedras.

Sabe-se, por intermédio de Milliet-de-Saint-Adolph, em quem colheu notas Carvalho de Sá, (22), biógrafo do afamado sertanista do século XVIII, que parte dêsses índios fôram levados mais tarde para o norte da Ilha do Bananal, de onde alguns se bandearam a engrossar o grupo de *Canoeiros* do Tocantins.

Castelneau, que antes de Saint-Hilaire e von den Steinen, indagou acêrca dêles nesses locais, declara que em 1811 deviam ser ainda bastante numerosos

(23). Porém já em 1819, consoante indicações do autor de *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela provincia de Goiás* (24), não havia ali senão uns poucos de "raça pura". O mesmo constataria o naturalista de *Unter den Naturvölker Zentral-Brasiliens*, nesta obra originariamente divulgada na Alemanha em 1894 (25).

Com os *Xavantes* particularmente, seus inimigos históricos e irreconciliáveis, as rixas antigas e difíceis de debelar, recrudesceram durante mais largo tempo. E já em nossos dias, quando se tenta acomodá-los em convivência comum sob o protetorado religioso e leigo, testemunharam-se atritos de certa gravidade, nos quais se patentearam os métodos *reicheanos* dos belicosos e desleais *apaiés* (26).

As hostilidades dos *xavantes* que antes partiam de grupos maciços no recesso das matas, tornaram-se ultimamente prática rotineira em caráter de alcatéia, agressões pessoais e ataques isolados por reduzidos piquetes às pacíficas aldeias *boéque* do vale do São Lourenço.

Do prontuário dos catequistas católicos insulados na região do *Pogubo-Xeréu*, colhemos, e aqui reproduzimos, a título de ilustração, os seguintes dados de referência ao acampamento de *Caimore*, situado nas proximidades de *Meruri*:

1908 — *xavantes* mataram duas mulheres bororos.

1910 — *xavantes* mataram um homem e uma mulher bororos

1912 — *xavantes* mataram um índio bororo

1914 — *xavantes* lutaram, sem consequência de vítima, com dois homens e duas mulheres bororos

1915 — *xavantes* atacaram dois homens bororos, morrendo um dos agressores

1919 — *xavantes* mataram dois bororos, e perseguidos foram mortos alguns deles

1927 — quinze *xavantes* travaram luta corporal com sete bororos, sem consequência de vítimas

1934 — vários *xavantes* atacaram os bororos, matando um civilizado e uma mulher índia.

1935 — *xavantes* atacaram os bororos matando um adolescente civilizado.

V. DIVISÃO DA TRIBO — Modernamente a nação bororo se bifurcou em dois importantes grupos, assim especificados:

1. BOROROS OCIDENTAIS

2. BOROROS ORIENTAIS

Os *primeiros*, em menor número, e já praticamente extintos, mantiveram-se isolados a oeste do curso superior do rio Paraguai. Subdividiam-se em *Cabaçais* e *Campanhas* — aquêles confinados nas margens do rio que lhes empresta o nome (Cabaçal); êstes aldeados na margem direita do mesmo alto Paraguai, mais ou menos a 100 km da cidade de São Luís de Cáceres.

Os *Segundos* (Orientais), bem mais numerosas, e em condições ecológicas mais favoráveis, compreendendo o grosso dos *Coroados*, e infra-divididos em subgrupos, denominados segundo os hábitos e locais preferidos para habitação. Chamaram-se assim:

- *Bócu-Mogoréque*, os que preferiram os cerrados a leste de Cuiabá;
- *Itura-Mogoréque*, os que se embrenharam nas florestas da bacia do alto São Lourenço;
- *Orári-Mogoréque*, os que se fixaram nas plagas do rio do Peixe Pintado, à direita do médio rio das Garças;
- *Tóri-Ócua-Mogoréque*, os que se estabeleceram nas montanhas da região da serra de São Jerônimo.

Além desses subgrupos, consideram-se também aderentes dos orientais os que formaram o pequeno núcleo dos *Utugue-Curiréu* (Flechas Grandes), supostamente derivados do subclã dos *Apiboréque-Xebeguiúque*, e que se estabeleceram ao sul dos demais na zona de influência do médio Taquari, ou mais precisamente, nas margens do córrego *Codo-Mogo*, nome pelo qual eram aquêles também conhecidos.

Diga-se, de passagem, que êstes últimos, embora adotando a língua geralmente falada pelos bororos, tinham entre si modalidades dialetais irrelevantes não conhecidas no idioma comum.

Com referência aos *Bócu-Mogorégue*, também conhecidos por *Bócu-Mogodogue*, sabe-se que em tempos idos chegaram a ultrapassar a oriente o famoso *Oraribo-Curirêu*, denominação que no seu modo de falar davam ao rio atualmente chamado Araguaia.

Quanto ao nome *Orári-Mogorégue* (Moradores do rio dos Piás), convém observar que se aplicando anteriormente apenas aos índios do *Oraribo* (27), inclinou-se à generalização para etnônimo de todos os subgrupos do Oriente, no que talvez esteja explícita a importância e conseqüente ascendência dessa facção dos *Coroados* sobre o restante da falange a que pertence.

De um modo geral, e ao contrário dos seus iguais da banda ocidental, os bororos orientais, mantiveram-se unidos e em continuo contato de relações entre si, tornando-se mesmo corriqueiro a passagem temporária ou definitiva de um para outro grupo, havendo mesmo interpolação de clãs e subclãs inteiras em outras.

Outro fato que os diferencia dos ocidentais, é o de terem conservado sobremodo inalteráveis os seus usos, costumes, organização social, e principalmente a língua, peço que consideramos mais legitimamente dêles o idioma que aqui denominamos *Bataru-Boe*, ou seja analogicamente traduzido — “língua dos índios bororos”.

VI. DIVISÃO EXÓGAMA, CLÃS E SUBCLÃS — Conforme *bacaru* corrente entre os *Coroados*, os boe formaram primeiramente uma única aldeia perto da foz do rio *Tadarumana* (Prata), a esquerda do Pogubo, e só depois de consolidada a tribo consentiu o chefe *Acurúio-Bocodóri*, que ali os reuniu, a separação dos seus membros nos já mencionados grupos.

O primitivo *boróro* (aldeia), cujo fundador von den Steinen parece confundir com o do chefe *Arigau*, constituiu-se em duas partes exógamas compreendendo cada uma quatro clãs principais, por sua vez subdivididos em grupamentos menores (subclãs), assim subentendidos:

PARTES EXÓGAMAS

	CLÃS-PRINCIPAIS	SUBCLÃS
<i>Exerae</i>	Baado-Jebague-Xebeguiúgue	{ Xebeguiúgue-xobuguiúgue Xebeguiúgue-xebeguiúgue Xebeguiúgue-Boe-E-iadadaúgue
	Baado-Jebague-Xobuguiúgue	{ Xobuguiúgue-xobuguiúgue Xobuguiúgue-xebeguiúgue Xobuguiúgue-Boe-E-iadadaúgue
	Bocodóri-Exerae	{ Exerae-xobuguiúgue Exerae-xebeguiúgue Boe-E-iadadaúgue
	Quie	{ Quie-xobuguiúgue Quie-xebeguiúgue Quie-Boe-E-iadadaúgue
<i>Tugaregue</i>	Apiboregue	{ Apiboregue-xobuguiúgue Apiboregue-xebeguiúgue Apiboregue-Boe-E-iadadaúgue
	Aroroe	{ Aroroe-xobuguiúgue Aroroe-xebeguiúgue Aroroe-Boe-E-iadadaúgue
	Iuagudogue	{ Iuagudogue-xobuguiúgue Iuagudogue-xebeguiúgue Iuagudogue-Boe-E-iadadaúgue
	Paivoe	{ Paivoe-xobuguiúgue Paivoe-xebeguiúgue Paivoe-Boe-E-iadadaúgue

Os *Baado-Jebague*, metade exógama dos *Exerae*, bipartiam-se em dois clãs de nomes análogos, mas distintos entre si, embora por direito de tradição, com privilégios iguais. Ocupavam a parte setentrional do *bororo*, em paralelo com os extintos *Pavoe-Xebeguiúgue*, e era privativo deles fornecer os chefes à tribo, aos quais competia, entre outras atribuições, a de escolher os sítios onde deviam ser edificadas as aldeias.

VII. **TOTEMISMO** — Tanto os clãs principais como os subclãs, tinham os seus *Aroe* (tótems) particulares ou seres primaciais. Esses tótems, que segundo a tradição interferem nos seus destinos, e às vezes emprestam nomes às aldeias, são representados por seres sobrenaturais, objetos celestes, animais silvestres e aquáticos, feras, aves, vegetais, frutas e elementos outros, inclusive pessoas humanas, como é o caso dos missionários salesianos sobre os quais adquiriram direitos de propriedade os *Meriri-Ocúodo*, após disputa renhida com os *Bócu-Bogorégue*, que queriam eliminá-los sumariamente.

Segundo essa simbologia, conhecem-se entre os bororos vários labretes e epinônimos, pelos quais se torna fácil a identificação dos indivíduos da tribo, segundo a origem familiar e a filiação grupal.

Dos clãs maiores destacam-se os seguintes principais *Aroe* (tótems):

BAADO-JEBAGUE-XOBUGUIÚGUE	— <i>adugo</i> , jaguar
	— <i>buque-imoriréu</i> , barba-de-bode, vard. de graminea
	— <i>pogobo</i> , vard. de curbiácea silvestre
BAADO-JEBAGUE-XEBEGUIÚGUE	— <i>eup</i> , cascavel
	— <i>ixe</i> , jibóia
	— <i>póbu</i> , pacu
	— <i>pogobo</i> , vard. de jibóia
BOCODÓRI-EXERAE	— <i>bocodóri</i> , tatu-canastra
	— <i>ocogue</i> , dourados (peixes)
	— <i>xibae</i> , araracanga
QUIÉ	— <i>jure</i> , acuri
	— <i>qui</i> , anta
	— <i>porobo</i> , vard. de lobinho
	— <i>juco</i> , macaco
	— <i>paí</i> , búgio
APIBORÉGUE	— <i>apido</i> , acuri
	— <i>curugugûa</i> , <i>gavião</i> caracará
AROROE	— <i>aroro</i> , vard. de larva
	— <i>coróri</i> , lavadeira (ave)
	— <i>mitugo</i> , pombo silvestre
IÛAGUDU-DOGUE	— <i>araru</i> , piraputanga
	— <i>iúagudo</i> , gralha
	— <i>carauêbe</i> , aves dos pantanais.

Quanto aos subclãs, conhecem-se entre outros, os seguintes seres primacias e etnônimos privativos:

DA METADE DOS EXERAE

Subclãs

Seres primaciais

Baado-Jebague-Xebeguiúgue

- *Atubo*, veado-galheiro
- *Baxe-Cogúio*, tuiuiú
- *Bocúado*, jatobá
- *Bope*, espírito
- *Buíógo*, piranha

- *Butau-dogue*, vard. de pássaro
- *Ereguejeje*, vard. de pica-pau
- *Cadumo*, vard. de martim-pescador
- *Caibóri*, mão-de-pilão
- *Corau*, papagaio-real
- *Curegue*, vard. de ave
- *Maereboe*, espíritos
- *Mea*, tabaco
- *Méri*, espírito, tiê-fogo
- *Monoco*, narceja
- *Muiiau-bóri*, cera-de-abelha
- *Monogóto-bigodureu*, vard. de urucum
- *O-xereu*, socó-escuro
- *Parigogo*, jacu
- *Póbu*, vard. de pacu
- *Queacorogo*, araçá
- *Réa*, tatuê
- *Uúai*, jacaré

Baado-Jebague-Xobuguiúgue

- *Adugo*, jaguar
- *Apiño-curiréu*, acuri adulto
- *Ari*, espírito
- *Aribu-ecuréu*, apara-pedra
- *Itubore*, herói lendário
- *Iturañore*, tatu da floresta
- *Iúro*, bebida de acuri
- *Ocogue-Jerigüi-are*, vard. de dourado (peixe)
- *O-cúia-guréu*, socó-vermelho
- *Ocúaru*, tatu-peba
- *Tobó*, espírito

Bocodóri-Exerae

- *Aquigu*, algodão
- *Aógua*, tico-tico-rei
- *Barae*, homem civilizado
- *Burúare*, vard. de pássaro
- *Bataro*, João-Pinto (ave)
- *Boaro*, vard. de brinco
- *Bocodóri*, tatu-canastra
- *Ica*, instrumento musical
- *Cadogare*, vard. de martim-pescador
- *Coi*, vard. de cinto e colar
- *Coeréu*, vard. de dourado (peixe)
- *Roño*, canudo de taquara (para sor-ver vinho)
- *Xibae-E-iári*, topônimo orográfico
- *Xinadatau*, cancã

Quiê

- *Aigo*, puma
- *Aipoburéu*, jaguatirica
- *Amo*, tipiiti
- *Apodo*, tucanuçu
- *Apu*, paca
- *Bapo*, maracá
- *Baxieje*, guaçutinga-macho
- *Bocodóri-xoréu*, vard. de tatu-canastra
- *Báia*, pilão
- *Cudoro*, ararúna
- *Cúo*, jaó
- *Ocogúe-xeréu*, vard. de dourado (peixe)
- *Pari*, ema
- *Pobogo*, guaçuetê
- *Qui*, anta
- *Tuiótorogo*, vard. de pássaro

DA METADE DOS TUGARÊGUE:

Apiborêgue

- *Acurara*, pacu-peba
- *Aroxeba*, gavião-real
- *Atu*, concha
- *Aturebo*, conchinha
- *Bácu*, abanico, ventarola
- *Baxe*, garça
- *Beo*, seriema
- *Curugugûa*, gavião-caracarái
- *Icuiemono*, espirito
- *Icuiéri*, topônimo orográfico
- *Iparéri*, topônimo orográfico
- *Toroá*, vard. de gavião
- *Tubore*, lambari
- *Xigüi*, aracaripoca

Aroroe

- *Aije*, zunidor de madeira, usado na patomima de igual nome
- *Aroro*, vard. de larva
- *Bacororo*, herói lendário
- *Bacuguma*, gavião-requinta
- *Batagaje*, biguá
- *Baxe-iuói*, vard. de tiliácea da floresta
- *Boro*, pequeno caracol
- *Cudugui*, vard. de macaco
- *Ierarái*, guaxinim
- *Iparere*, vard. de entrecasca
- *Ipie*, ariranha
- *Ipoxeréu*, irará
- *Jomo*, vard. de lontra
- *Jugo*, queixada
- *Jui*, Caititu
- *Mano*, caeteté, ralador de mandioca; vard. de gavião
- *Marugóri*, topônimo orográfico
- *Meridabo*, furão
- *Meriri-ecuréu*, metal amarelo, ouro
- *Metugue*, pomba silvestre
- *Moribo*, cão silvestre
- *Mobure*, ararapiranga

Tûagudu-Dogue

- *Aere*, arutau
- *Apido-cuguriréu*, acuri tenro
- *Aráru*, piraputanga
- *Aria*, panelão de barro
- *Arigau*, cachorro doméstico
- *Aróia*, espirito
- *Barogu-ó*, goivo de incisivo de capivara
- *Berágu*, pês vegetal
- *Beto*, esteira
- *Butore*, chocalho de unhas de porco
- *Carau*, vard. de ave das lagoas
- *Cuje*, mutum
- *Cujibo*, vard. de cardeal
- *Éru*, fogo
- *Iacomea*, adorno peitoral
- *Iûagudo*, gralha azul
- *Jarudo*, vard. de bagre
- *Marido*, palmeira de buriti
- *Mixigu*, cestinha
- *Mixoré*, cipo-imbé

Paivoe

- *Oquiûa*, capivara
- *Piadudu*, beija-flôr
- *Piroje*, vard. de andorinha
- *Poburéu*, urubu
- *Pogoriûo*, vard. de andorinha
- *Póri*, pote de barro
- *Queágu*, gavião-fumaça castanho
- *Quido*, periquito
- *Quidoréu*, sanhaço
- *Rouodo*, tijelão de barro
- *Tugo*, flecha
- *Xeje*, gavião-fumaça prêto
- *Xiûaji*, urubu-caçador

- *Apogo*, tamanduá-mirim
- *Ato*, jabuti, cágado
- *Aturuári*, morro colossal
- *Buque*, tamanduá-bandeira
- *Bututóri*, topônimo orográfico
- *Cuiréu*, cuiú-cuiú
- *Cuco*, vard. de macaco
- *Cúgu*, gavião-quirigüiri; vard. de coruja
- *Cuiada*, milho
- *Cuno*, papagaio-campeiro
- *Curitagaro*, papagaio-corneteiro
- *Ive*, ouriço-cacheiro
- *Jeriguigüi*, pequeno cágado
- *Juiréu*, cuiú-cuiú
- *Macau*, macanã
- *Mea*, cutia, fumo
- *Meriri-guigaduréu*, metal branco, prata
- *Moaréu*, vard. de bagre
- *Orári*, pintado (peixe)
- *Orarije*, vard. de surubim
- *Ore*, jandaia
- *Póru*, jaú
- *Rie*, guará
- *Ru*, sapo
- *Ruréu*, semelhante ao sapo; palmito
- *Tagae*, tachã

De alguns desses nomes-símbolos provieram denominações de *baagudu-guro* (aldeias) e epítetos de chefes índios notáveis, como, por exemplo: *Bocodóri-Exerae* (Grande Tatu-Canastra), *Arigau* (o Cachorro), *Qui-Xereu* (Anta-Preta) — e muitos outros dos quais os *boe* nos dão notícias nos seus apólogos, falando deles com admiração e enlêvo.

O achado do *Aroe* ou objeto-símbolo transformado em talismã do grupo, pertence, por efeito do *mori* (lei de recompensa), a quem o avistou ou o tivesse primeiro. Por isso, talvez, são os subclãs dos *Bocodóri-Exerae* e dos *Araroe* os mais ricos em coleções de tótems.

VIII. SOMATOLIOGIA DOS ÍNDIOS BOROROS — Em seu famoso livro *Ron-dônia* (28), publicado em 1938, Roquette-Pinto garante serem os bororos os índios de maior estatura física até então conhecidos no intertrópico brasileiro.

Há quem afirme o contrário, transferindo essa primazia para os *xavantes* e os *calapalos*. A verdade, porém, é que são eles propensos a grande desenvolvimento e robustez. Nos homens, em idade adulta, notam-se altura média de 1m60 a 1m90, e nas mulheres, geralmente mais baixas e de formas algo graciosas, com tendência a obesidade, o primeiro desses gabaritos. A cor natural desses aborígenes, condicionada pelas condições meso-climáticas e característica dos selvagens sulamericanos, é bronzeada, variando entre o que eles chamam *biri-xeréu* (pele escura) e *biri-quigado* (pele clara). Os *imedugue*, (29) quase desprovidos de

barba, sobrancelhas, cílios e pêlos por outras partes do corpo, têm todavia, como as *aredugue* (30), cabelos lisos e abundantes, trazendo-os sempre bem tratados. Pelo aspecto fisionômico são tipicamente mongolóides. Quanto ao plasma sanguíneo parece predominar nêles o da classe O, que foi o determinado por Ottensooser, Pasqualini, Venturelli e Albisetti, em 149 *coroados* selecionados para teste em grupos de 30 e 119, nos anos de 1949 e 1954, respectivamente.

Não obstante, distinguem-se entre êles dois tipos somaticamente diferenciados: um de aspecto mais refinado, com nariz longo e afilado, lábios delgados, lineamento geral mais suave; outro de traços menos suaves, com nariz achatado, lábios grossos, mandíbulas proeminentes, portanto tipologicamente para-negróides. Por essa simples dualidade de caracteres físicos, pode-se inferir do enrustimento na tribo de elementos heterogêneos, aliás claramente confirmada na lenda do *Jerigüi-Otujúvu-Ro*, em que se contam as façanhas do legendário *Bocodóri-Exerae*, antepassado e chefe do subclã *Baado-Jebague-Xobuguiúgue* e primeiro em ordem de dignidade de toda a aldeia.

É êsse, sem dúvida, um detalhe interessante, no qual poderá se apoiar a antropologia, e particularmente a biologia diferencial para perquirir sobre a evolução etnogenealógica do povo bororo.

IX. ESTADO ATUAL DA FALANGE BORORO — Hoje, decorridos quase cem anos do efetivo reconhecimento do Oeste pelos *barae*, e da ação pacificadora de Rondon, ocorrida durante o último quartel do século XIX, o ambiente natural da nação bororo é conquistado pela civilização. E o que representou uma significativa família lingüística, se reduz a uns poucos indivíduos, formando grupamentos esparsos em processo de desagregação e aculturação no pouco que lhes resta do território de que outrora se assenhoreavam.

Dêsses grupamentos os que mais resistiram à ação desagregadora a que por motivos óbvios, se vêem compelidos pela inexorável expansão urbana, são aqueles que se abuletam nos *boe-mugue* (31) dos planaltos sedimentares matogrossenses (Alcantilados), vale e altiplanos do rio das Mortes. E dentre êstes, muito especialmente, os *coroados*, que preferindo levar vida autônoma, fora do controle direto dos civilizados, demoraram-se no *Pobore-Bororo* (32) que se distendia à margem esquerda do rio Vermelho, não muito distante de Rondonópolis, dedicados à pesca e à confecção de artefatos já de relativo valor artístico e etnográfico, por êles mesmos comerciados juntamente com o pescado nos centros urbanos próximos. Em 1934 o padre César Albisetti recenseou nesse aglomerado 140 aborígenes, porém ali voltando em 1953 constatou a presença de apenas trinta miseráveis índios do sexo masculino, mal alojados e pervertidos pelo vício da embriaguez alcoólica que se tornou, malgrado a política integracionista oficial, um dos fatores de degenerescência e mais rápido aniquilamento da sua raça.

Dos Bororos do grupo ocidental podemos dizer ainda o seguinte: desde a bifurcação da tribo, perderam por completo o contato com seus irmãos orientais, mas a sua língua, e possivelmente os seus usos e costumes, embora alterados, conservaram os traços de uma origem comum (33). Finalmente, o menor número em que se constituíam, o fator ambiente e a tendência para a miscigenação, explicam a maior rapidez no seu desaparecimento como coletividade e no que possuíam de características étnicas e culturais.

No que concerne particularmente aos *Cabaçais*, tudo leva a crer não exista mais um sequer de estirpe pura.

Relativamente aos *Campanha*, pode-se todavia afirmar que, embora sujeitos aos mesmos impactos, ainda subsistem em número razoável, pôsto que não totalmente incólumes no processo de aculturação. O general Frederico Augusto Rondon, que os visitou em 1936 nos seus *baa-gudo* (34) da margem direita do alto Paraguai, estimava-os àquela data em três ou quatro centenas, incluindo os já caldeados e socialmente assimilados aos civilizados. Dos outros, os *Cabaçais*, diz o autor de *Na Rondônia Ocidental* não ter "obtido notícias dêles nos campos de Caçara" (35) onde esperava encontrá-los.

Nos últimos tempos contavam-se em número de quarenta os *Boróros* (aldeias) mais conhecidos do antigo *Boe-Moto*. Eram êsses os seguintes:

Aijéri — nas margens do curso superior do rio da Prata.

Acogo-i — nas margens do córrego do mesmo nome, na bacia do rio Ipiebaga.

Amemári — ao sopé do morro de idêntico nome, próximo às nascentes do rio Tadariumana.

Apibo — nas margens do curso inferior do rio Vermelho.

Ararebo — nas margens do córrego do mesmo nome, afluente do rio Cujibo.

Ararubo — nas margens do córrego de igual nome, afluente do rio São Lourenço.

Arigau — na foz do rio da Prata.

Aroejári — nas margens do rio Vermelho ou Pogubo.

Arua — nas margens do curso superior do rio São Lourenço.

Boe-iári — nas nascentes do rio São Lourenço.

Barubo — nas imediações de Cuiabá, às margens da lagoa de igual nome.

Beragúri — ao sopé da colina de igual nome, mais ou menos a 30 km a sudoeste de Poxoréu.

Cadogubo — no cerrado a leste de Cuiabá, às margens do rio homônimo.

Camarári — ao sopé do morro de nome idêntico, nas nascentes do rio da Prata.

Cói — na foz do ribeiro Areia ou Floriano, afluente do curso médio do rio Vermelho.

Coregüegue-Pobo — nas margens do córrego de igual nome, afluente do curso superior do rio São Lourenço, a jusante do Córrego Grande.

Cugarubo — nas margens do córrego homônimo, afluente do rio Cuiabá.

Cujibo — nas margens do ribeiro de igual nome, afluente do lado esquerdo do rio Cuiabá.

Exera — nas margens do rio Vermelho, a jusante de Jurudóri-Boróro.

Eme-iau-Páru — nas margens do curso inferior do rio São Lourenço.

Inodúri — ao sopé do morro de igual nome nas imediações de Guiratinga.

Jaridóri — perto do morro de nome idêntico, entre Poxoréu e Rondonópolis.

Jerigüi-Páru — na foz do córrego Jerigüi, a jusante de Rondonópolis.

Jure — nas margens do rio Vermelho, perto de Jurudóri-Boróro.

Monadóri — ao sopé do morro dêste nome, no curso inferior do rio São Lourenço.

Meríribo — perto do córrego homônimo, nas proximidades de Cuiabá.

Méru — às margens do ribeiro Porubo Aidijau, nas proximidades da foz do rio Porúbi.

Merúri — correspondente à colônia salesiana Sagrado Coração na margem direita do córrego Barreiro.

Maburéri — perto do morro de igual nome, a 45 km ao sul de Poxoréu.

Moaíabo — perto do alagadiço conhecido por êste nome, nas margens do rio Vermelho.

Ocogüebo — nos arredores de Cuiabá.

Ocogüe-iau-Páru — na foz do ribeiro de igual nome, afluente da margem esquerda do médio São Lourenço.

Pobo-Jári — perto da foz do ribeiro Porúbi, afluente da margem esquerda do curso superior do Poxoreu.

Pobore — na margem esquerda do rio Vermelho, pouco a montante de Rondonópolis.

Pogubo — nas margens do curso superior do rio São Lourenço.

Poróji — nas margens do rio Vermelho, a jusante de Rondonópolis.

Quejári — entre os morros da série de igual nome, à margem direita do rio Vermelho, 20 km a jusante de Rondonópolis.

Quiégüeri — ao sopé do morro das Araras, nas nascentes do ribeiro Noidóri, afluente da margem direita do rio das Mortes.

Quiégóri — ao sopé da montanha de igual nome, no curso superior do rio São Lourenço.

Rocói — perto da foz do córrego homônimo, afluente da margem esquerda do curso médio do rio das Garças.

Tadarumana-Páru — na foz do rio Tadarumana, afluente da margem esquerda do rio Vermelho.

Toroári — ao sopé do morro Santo Antônio, nas proximidades de Cuiabá.

Tubore, nas proximidades da cachoeira de Porúbi, no ribeiro Porúbi-Aid'jau.

Tuboréri — nas margens do córrego de igual nome, afluente do rio Cuiabá.

Tugo-Páru — na foz do rio Tugo, afluente do curso inferior do São Lourenço.

Xibaíbo — ao sopé do morro de igual nome, nas nascentes do rio Araguaia.

Xiúabóri — ao sopé do morro homônimo, nas nascentes do rio Araguaia.

Dessas aldeias, existem no momento, efetivamente, apenas seis — (*Coro-güeqe*, *Merári*, *Pobojári*, *Pobore*, *Quejári* e *Tugo-Páru*) — sendo de notar que os aborígenes que nelas viviam e não se submeteram ao contróle das organizações religiosas e leigas, se dispersaram em bandos itinerantes.

Dêsses que se entregaram ao nomadismo, e não tardaram também a se desarticularem dos seus grupelhos, muitos, possivelmente a maioria, já se acham semi-aculturados em atividades agropastoris nas zonas rurais de Mato Grosso e Goiás, quando não fixados nos burgos de Poxoréu, Rondonópolis e Guiratinga, ou integrados na vida trepidante dos centros urbanos de Cuiabá e Campo Grande.

CONCLUSÃO

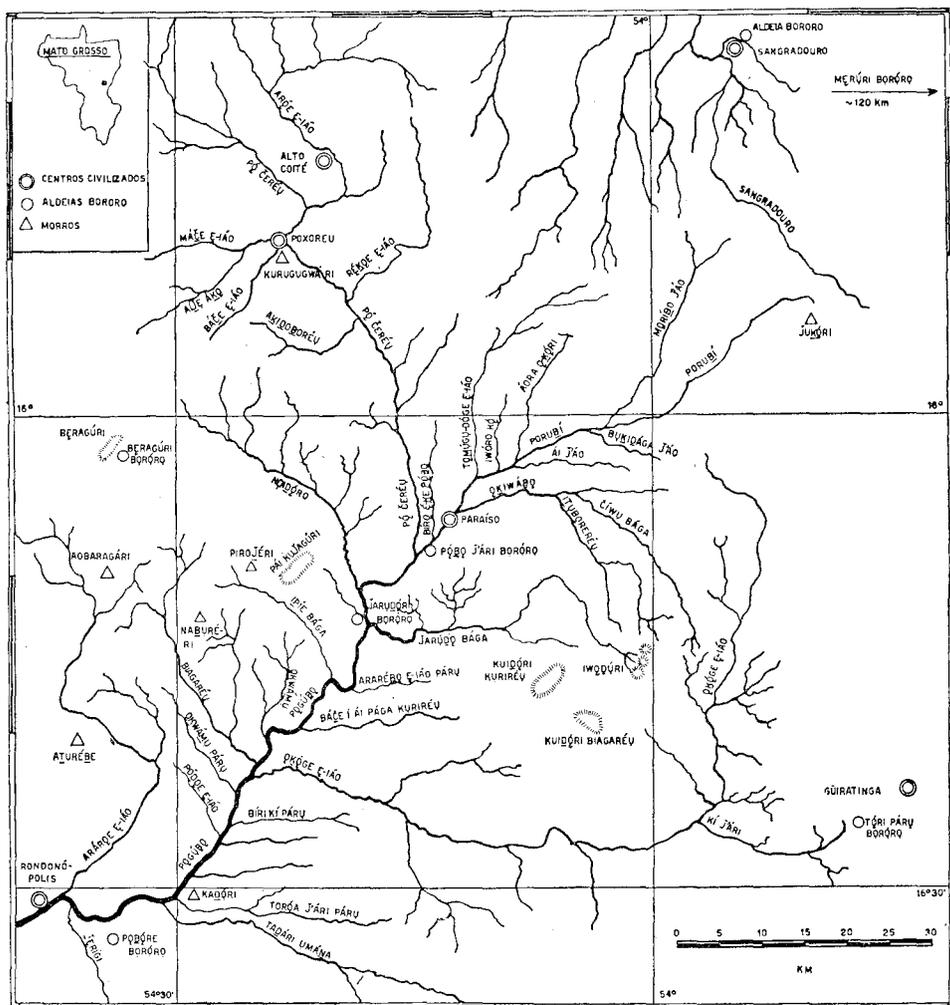
Dos membros da velha tribo ainda assim sobreviventes, todavia, uma parte se encontra sob regime de tutela do governo federal, por intermédio do antigo Serviço de Proteção aos Índios (atual, Fundação Nacional do Índio) nas zonas do alto e baixo São Lourenço, e outro tanto, talvez melhor orientado, assistido pelas missões salesianas nas colônias de Meruri, Sangradouro e São Marcos, localizadas no planalto de leste da capital mato-grossense, entre os *Pobore-Boróro* da primeira, disseminados pelos vales do antigo *Pogubo-Xeréu* e rio das Garças, aonde também já acomodam no meio dêles alguns *apaiés* pacificados.

O *polígono* centralizado pelo eixo hidrográfico Pogubo-Porúri, constitui, em última análise, tudo o que ainda resta do antigo e dilatado ambiente natural do povo bororo.

Incluindo os catecúmenos e outros aí submetidos ao *processo de integração* na comunidade nacional e que aqui classificamos como em estado *seminativo* ou de *semi-aculturação*, pode-se estimar em cerca de 2 mil o número de índios bororos ainda existentes no Centro-Oeste.

Em que pese o otimismo do general Frederico Rondon, quanto a uma perspectiva de aumento demográfico nas aldeias do *polígono*, em face da progressão dos índices da estatística vital, é êsse um saldo evidentemente bem modesto em relação ao conjunto da população aborígine do País e ao contingente da região, que os especialistas, também otimistas, avaliam em 99.700 e 12.000, respectivamente, considerados para cálculos de referência a Mato Grosso e Goiás, além dos próprios bororos, os guaranis, terênos e outros de tribos não especificadas, distribuídos por 79 grupos principais.

É natural que as sociedades rudimentares, por sedução ou imperativos outros, acabem por curvar-se às culturalmente mais evoluídas. Isso sucede com todos os povos primitivos, e pelo mesmo determinismo histórico, está acontecendo com a família etno-lingüística dos *boe*. Em que pese, porém, o seu engajamento na civilização que os espurga do seu primitivo *habitat*, alguma coisa dêles sobreviverá na evolução miscigenética, e mesmo cultural, da sociedade intelectualmente superior em que, paulatina, e já consentidamente, vêm êles se integrando.



O polígono delimitado pelas localidades de Poxoreu, Sangradouro, Guiratinga e Rondonópolis, na região do Pogubo, constitui o atual ambiente natural dos bororos orientais.

NOTAS ELUCIDATIVAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *Bororo*, que muitos erroneamente pronunciam *boróro* e *bororó* não era etnônimo da tribo, e só modernamente por consequência de um equívoco dos exploradores do *Boe-Moto*, passou a ser aplicado como tal. Conforme aceção original, é nome pelo qual os *boe* denominam as suas aldeias, o terreiro de danças, suas reuniões e locais onde elas se realizam. Etimologicamente, a palavra corresponde ao que os tupis-guaranis chamam *taba*, *ocara*, *ajuri* ou *ajuricaba*. As formas *boróro* e *bororó* são variantes enfáticas usadas principalmente nos cânticos e em palavras compostas em que se aglutinam.
2. *Boe*, substantivo invariável em grau, é étimo da mais ampla aplicação entre os índios ditos bororos. Designa fatos e coisas reais e irrealis, dizendo-se comumente do tempo e condições atmosféricas. Segundo essa conexão, é o que os tupis-guaranis traduzem por *bae*, *mae* ou *mbai*. Como expressão par-

- ticularizante dos indivíduos da tribo bororo, tem significado idêntico ao *aba* ou *aua* dos mesmos tupis-guaranis, e se tornou corrente sobretudo entre os bororos orientais (coroados).
3. *Baregue* e *maregue*, plural de *barego*, *marego*, são alofones do mesmo fonema. No sentido estrito significa "feras", em alusão aos animais silvestres. É epíteto ofensivo aplicado pelos *boe* em relação aos membros de outras tribos por êles considerados inferiores.
 4. *Caïamodogue*, plural de *caïamo*, significa inimigos, e é apelido dado pelos bororos às tribos que lhes são hostis, e muito particularmente aos xavantes com os quais sempre se atritaram.
 5. Amílcar Botelho de Magalhães — *Impressões da Comissão Rondon*, São Paulo, 1929, p. 258.
 6. Karl von den Seteinen — "Entre os aborígenes do Brasil Central", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, LVX, 169. Alfredo Trombetti — *La lingua dei Bororos-Caimudoge seconde materialì publicati della Missioni Salesiane*, Torino, Itália, 1926, p. 59. Chestemir Loukotka — "Linguas Indígenas do Brasil", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 1939, LIV, 153. Max Schmidt. — "Los Bororos e Umotinas em Mato Grosso", in *Revista de la Sociedad Científica del Paraguai*, Assunción 1941, V, n.º 4, 31-50. Carlos Drumont. — *Contribuição dos Bororos à Toponímia Brasileira*, pub. n.º 1 do Instituto de Estudos Etnográficos da Universidade de São Paulo, 1965, p. 118.
 7. G. Créqui-Monfort — "Le Groupe Otuke", in *Journal de la Société des Americanistes de Paris*, 1912, IX, 317-37. Paul Rivet — "Linguistique bolivienne. Les affinités des dialectes Otuke", in *Journal de la Société des Americanistes*, 1913, X, 369-77.
 8. Angelo Jaime Venturelli-César Albisetti — *Enciclopédia Bororo*, Vol. I. Pub. n.º 1 do Museu Regional Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, 1962, p. 4.
 9. *Boe-Moto*, terra dos *boe*, isto é, dos índios bororos.
 10. Antônio Tonelli — "La provenienza degli indi bororo orientali del Mato Grosso". Extrato da *Ata* do V Congresso Geográfico da Itália, reunido em Milão no ano de 1927.
 11. *Bacarue*, plural de *bacáru*, lendas, histórias, fábulas, apólogos.
 12. *Marigudorueúgue*, os antigos, os avós, os ancestrais ou avoengos.
 13. *Pogubo-Xeréu*, mesmo que *Pogubo-Xoréu*, "grande rio Vermelho", nome bororo do rio São Lourenço.
 14. César Albisetti-Angelo Jaime Venturelli — *Enciclopédia*, Vol. I, p. 283.
 15. Karl von den Steinen — "Entre os Aborígenes do Brasil Central", op. cit., 1939, LXII.
 16. *Barae*, brancos, civilizados.
 17. Antônio Colbachini — "Catequese, dos índios bororos nos sertões de Mato Grosso", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1942, XI, pp. 278-294. Colbachini-Albisetti — *Os Bororos orientais orárimogodoge do Planalto Oriental de Mato Grosso*, São Paulo, 1942, p. 177.
 18. *Móri*, revide, compensação, vingança pela morte de alguém.
 19. Herbert Baldus — *Ensaio de Etnologia Brasileira*, São Paulo, 1937, p. 146. Colbachini-Albisetti — *Os Bororos Orientais Orarimogodoge* — São Paulo, 1942, p. 177.

20. *Tabaegue*, plural de *tabae*, negros, africanos.
21. *Barae-imegera*, chefe branco.
22. Carvalho de Sá — “O Grande bandeirante Antônio Pires de Campo”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1946, VI, pp. 92-6.
23. Francis Castelneau — *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*, São Paulo, 1949, tomo II, p. 27.
24. Augusto de Saint-Hilaire — *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*, 1944, p. 246.
25. Karl von den Steinen — “Entre os aborígenes do Brasil”, op. cit., 1933, p. 403.
26. *Apaíé(s)*, um dos nomes pelos quais são conhecidos os Xavantes.
27. *Oraribo*, nome que na língua dos bororos se dá ao rio do Peixe Pintado ou dos Píaus.
28. Roquette-Pinto — *Rondônia*, São Paulo, 1938, p. 204.
29. *Imedugue*, plural de *imedu*, homens, varões.
30. *Aredugue*, plural de *aredu*, mulher, fêmea.
31. *Boe-mugue*, plural de *boe-muga*, tabas, aldeias, povoações indígenas.
32. *Pobore-Boróro(s)*, pousos, pousadas, assentamento, acampamento provisório.
33. Rodolfo Waehnelde — “Exploração da Província de Mato Grosso”, in *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 1862, XXVII, 5.^a parte, pp. 193-229. Júlio Koslowski — “Alguns dados sobre los índios bororos”, in *Revista del Museo de la Plata*, La Plata, Argentina, 1895, VI, pp. 375-411.
34. *Baa-gudo*, plural de *baa*, aldeias, tabas, casario, mais ou menos o mesmo que *boe-emugue*.
35. Frederico Augusto Rondon — *Na Rondônia Ocidental*, 1938, p. 254. “No alto São Lourenço”, in *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, 1965, 2.^o semestre, XXXVIII, pp. 51-64.

Gráficos de Elementos do Clima — População e Produção *

Prof.^a IGNEZ A. L. TEIXEIRA GUERRA

1 — *Climogramas*

- 1.1 — Elementos meteorológicos
- 1.2 — Elementos médios de meteorologia — Estatística climática. — Climas
- 1.3 — Exame da ficha de coleta de dados meteorológicos
- 1.4 — Representação dos dados climatológicos
 - 1.4.1 — Diagramas (Climogramas)
 - 1.4.2 — Cartogramas
 - Cartograma de pontos
 - Cartograma de isolinhas
 - Cartograma diagrama

* Apresentamos sob a forma de roteiro o esquema de algumas aulas práticas que foram dadas no Curso de Geografia Moderna para aperfeiçoamento dos professores do ensino de grau médio, Estado do Rio de Janeiro. — 1967.

1.5 — Construção de climogramas (dados para construção de climogramas).

ESTAÇÃO DE URUGUAIANA			ESTAÇÃO DE REMANSO	
MESES	Temperatura média	Altura total da precipitação	Temperatura média	Altura total da precipitação
Janeiro.....	26.4	112.5	27.2	78.0
Fevereiro.....	24.8	90.2	25.9	83.8
Março.....	23.6	140.6	27.1	87.9
Abril.....	19.8	160.7	27.3	34.8
Maió.....	16.5	129.2	26.7	21.9
Junho.....	13.9	103.4	26.2	10.2
Julho.....	13.2	65.8	25.7	10.5
Agosto.....	14.5	77.7	26.2	10.0
Setembro.....	16.6	98.5	27.2	7.6
Outubro.....	18.9	135.2	28.0	13.8
Novembro.....	22.1	97.9	27.9	55.5
Dezembro.....	24.7	118.9	27.2	91.8
ANO.....	19.6	1 330.3	26.8	474.3

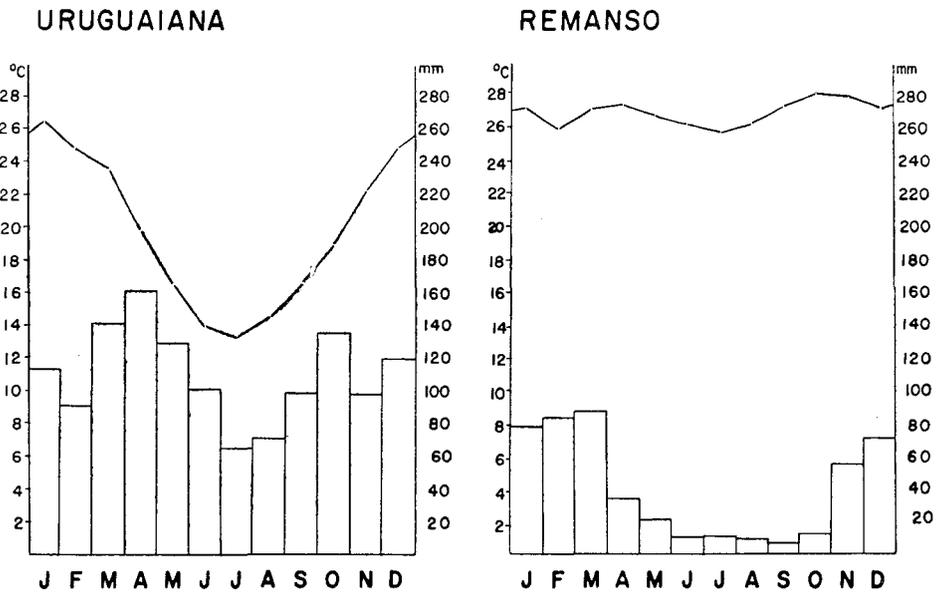


Fig. 1

1.6 — Escolha de escalas

- 1.6.1 — Linha das temperaturas
- 1.6.2 — Colunas de precipitação

No papel milimetrado use as seguintes escalas: temperatura — cada centímetro = 2°C; chuvas — cada centímetro = a 20 milímetros de precipitação. Coluna com um centímetro de largura.

2 — População

- 2.1 — Grande variedade de tipos de gráficos e de cartogramas — método quantitativo e a Geografia Moderna.
- 2.2 — Gráfico do crescimento da população brasileira. Diagrama ortogonal ou cartesiano — correlação entre dois eixos: linhas das abscissas e linhas das coordenadas.
- 2.3 — Dados dos recenseamentos: *Anuário Estatístico do Brasil* — 1967.

DATA DOS RECENTEAMENTOS	POPULAÇÃO
1/ 8/1872.....	9 930 478
31/12/1890.....	14 333 915
31/12/1900.....	17 438 434
1/ 9/1920.....	30 635 605
1/ 9/1940.....	41 236 315
1/ 7/1950.....	51 044 397
1/ 9/1960.....	70 967 185

Observação:

- 1 — Gráfico de barra
- Escala vertical — cada 0,01 cm igual 3 000 000 habitantes
 - Lugar de cada coluna 0,01 cm.
 - Espaçamento entre as colunas 0,005 mm.
- 2 — Gráfico poligonal
- Escala vertical — cada 0,01 cm igual a 3 000 000 de habitantes
 - Escala horizontal — cada 0,01 cm igual a 3 anos.

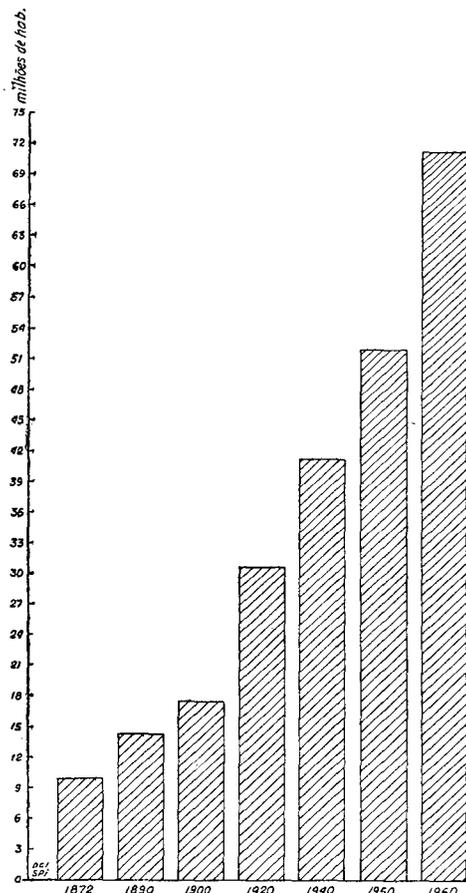


Fig. 2

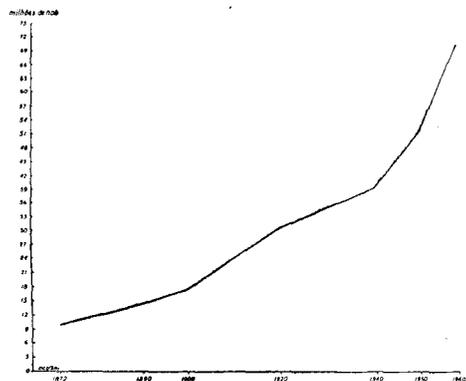


Fig. 3

3. — Produção

- 3.1 — Grande variedade de diagramas e de cartogramas
- 3.2 — Fonte de dados estatísticos — “Anuário Estatístico”.
- 3.3 — Os mapas econômicos e os gráficos das cartas do “Atlas Nacional do Brasil”. (Comentários).

Pôsto Pluviométrico Entre Estudantes de Geografia — Uma Experiência curricular em Geografia Física.*

Pretendendo fornecer aos alunos de Geografia conhecimentos práticos sobre índices pluviométricos, a Cadeira de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba idealizou interessante experiência: Instalou-se nos terrenos anexos daquela Faculdade, um pôsto pluviométrico.

Diferentes medidas foram tomadas procurando cercar-se o projeto de tôdas as exigências e normas técnicas necessárias ao perfeito funcionamento. Assim, para a instalação solicitou-se a cooperação do Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria dos Serviços e Obras Públicas de São Paulo, através da Seção de Hidrografia (Divisão de Planejamento). O nôvo pôsto tomou o n.º 8936.

Estabeleceu-se efetuar medições diárias em coletas de dados às 7 horas da manhã. Três estudantes pré-determinados, em rodízio, de um total de 30 alunos-observadores, da 1.ª e 2.ª série de Geografia, ficaram encarregados das coletas, sendo a fôlha original das observações diárias após um mês, enviada à Seção de Hidrografia do DAEE.

Com base em dados diários e mensais locais, bem como anuais da região serão desenvolvidos exercícos de representação gráfica dos fatos hidrológicos da cidade de Sorocaba, além de seu aproveitamento na secção do DAEE.

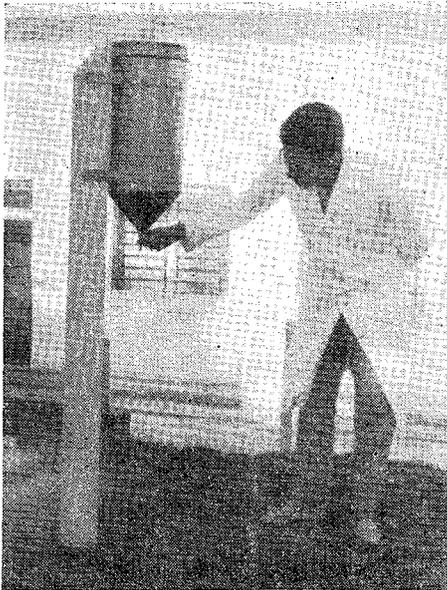


Fig. 1. Em primeiro plano, vê-se o aparelho e um funcionário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. Nota-se ainda o terreno aplainado recentemente. O pôsto pluviométrico estará totalmente instalado em fins de agosto de 1966, conforme o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) de S. Paulo. (Foto gentilmente cedida pela *Fôlha Popular* de Sorocaba, em 18 de maio de 1966)

O PLUVIÔMETRO — Características Gerais

1. Tipo de pluviômetro instalado — PAULISTA
2. Principais componentes.
 - a) reservatório alongado que reduz a superfície exposta à evaporação, com torneira;
 - b) receptor em forma de funil;
 - c) provetas de 100 mm
3. Bôca do pluviômetro 1,50 m acima do nível do solo;
4. Manejo: Recolher cuidadosamente às 7 horas tôda a água encontrada em seu bojo com uma das provetas competentes;
5. Lendo a altura da água dentro da proveta coloca-se esta no seu lado no seu plano horizontal e visa-se ao menisco com cautela;
6. O menisco é ligeiramente côncavo mantendo-se o ôlho horizontal à parte mais baixa da superfície;
7. Quando ocorrer muita água no pluviômetro mede-se em partes;
8. Em dias ensolarados, após a medida, deve-se lavar internamente.

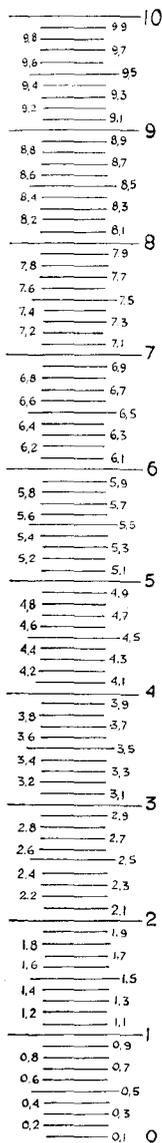
SINOPSE DO TRABALHO DO OBSERVADOR — ALUNO

1. Efetuar a leitura do pluviômetro diariamente às 7 horas;

* Dados fornecidos pelo Prof. Dulcídio Dibo, Assistente da Cadeira de Geografia Física, responsável pelo aparelho bem como orientação dos alunos no desenvolvimento da experiência. O pôsto pluviométrico instalado a 11 de maio de 1966 permaneceu incompleto até fins de junho. Segundo o DAEE, as instalações deveriam ser ultimadas logo após o reinício das aulas.

2. Apreciar os fenômenos atmosféricos que ocorrem;
3. Anotar os fenômenos diversos que ocorrem por ocasião das precipitações e na hora através de símbolos (Vide símbolos fornecidos pelo professor-orientador);
4. Determinar a duração das precipitações;
5. Inscrever as observações feitas na caderneta do DAE E e no Livro da Cadeira;
6. Outras informações com os professores orientadores.

DAE E



PROVETA DE VIDRO

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DPH

A proveta está dividida em 10 partes iguais, de 1 mm a 10 mm indicadas por traços e subdivididas ainda em décimos, isto é 0,1 a 0,9 indicadas por traços menores.

O Pluviômetro pode acumular durante as 24 horas, na ocasião de muita chuva, uma certa quantidade d'água impossível de ser medida com a proveta de uma só vez, tendo-se que repetir as medições até esvaziar o pluviômetro.

Deve-se evitar desperdício aproveitando até a última gota, tendo-se cuidado de não encher a proveta acima do traço 10 mm.

Convém frizar que os resultados das chuvas somente serão anotados todos os dias de manhã às 7 horas.

EXEMPLO

Suponhamos que num determinado dia chovesse torrencialmente com trovoadas e relâmpagos durante 9 hs. seguidas.

O observador de posse da proveta e da caderneta, começaria então medir a água até esvaziar completamente o pluviômetro, como segue:

1. ^a medição	9.8
2. ^a medição	8.5
3. ^a medição	9.6
4. ^a medição	8.9

Soma 36.8

Esvaziado o Pluviômetro daria o resultado = trinta e seis milímetros e oito décimos, ou melhor, *trinta e seis ponto oito*, 36.8 e a quantidade da chuva na ocasião da medição.

SÍMBOLOS:

- | | | | |
|---|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> CHUVA CHUVISCO ORVALHO CHUVA DE PEDRAS | <ul style="list-style-type: none"> NEVOEIRO NEVOEIRO BAIXO GEADA VENTANIA | <ul style="list-style-type: none"> ARCO IRIS NEVEEIRO SÊCO TROVOADA RELÂMPAGO | <ul style="list-style-type: none"> TROVOADA COM RELÂMPAGO TEMPESTADE |
|---|---|---|--|

DATA	CHUVA		FENÔMENOS OCORRIDOS	
	ALTURA ÀS 7 HORAS	DURAÇÃO	DURANTE A CHUVA	NAS 24 HORAS
1	0.0			
2	36,8	9 hs.		
3	15,2	3 hs.		
4	0,2			
5	0,8			
6	0,0			

Plano de Aula*

Tema da aula: *O petróleo e sua importância para o Brasil*

Professor: Marcelle Guimarães

2.º ciclo — 3.ª série.

Objetivos

a) Gerais

— Criar hábitos nos alunos de estudo sistematizado, pela utilização e consulta constantes do material didático.

— Desenvolver nos alunos interesses específicos pela cultura, mediante trabalhos periódicos de consultas bibliográficas.

b) Específicos

— mostrar ao aluno que apesar do grande número de bacias sedimentares em que há petróleo, apenas algumas têm valor comercial:

T.	MATÉRIA	ATIVIDADES DOCENTES	ATIVIDADES DISCENTES	MATERIAL DIDÁTICO
2	I. Introdução: Incentivo inicial-gravura mostrando o lago Maracaibo	— explanação oral — interrogatório	— observação — respostas	— gravuras — quadro negro — giz
5	II. Origem: As várias teorias — animal — vegetal — mista	— explanação oral — interrogatório	— respostas — anotação no caderno	— quadro negro — giz
5	III. Localização do petróleo no Brasil — Bacias sedimentares — Terrenos dobrados ou falhados — Métodos de sondagens	— exploração oral — interrogatório — uso do mapa geológico	— observações — respostas — anotações no caderno	— mapa geológico do Brasil — quadro negro — giz
5	IV. Histórico da evolução das pesquisas petrolíferas feitas nas bacias sedimentares — poços comerciais — Recôncavo Baiano — poços não comerciais	— exploração oral — interrogatório	— respostas — anotação no caderno	— quadro negro — giz
5	V. Produção de petróleo 1.ª fase: livre empresa 2.ª fase: criação da Petrobrás e suas consequências	— idem	— idem	— idem
5	VI. As principais refinarias e sua localização — Mataripe — Duque de Caxias — Cubatão	— uso de gravuras — explanação oral — interrogatório	— idem	— gravura — quadro negro — giz
10	VII. Os subprodutos do petróleo utilização da petroquímica na indústria brasileira	— gravuras — explanação oral — interrogatório	— observação — respostas	— gravuras — quadro negro — giz
	Conclusão: Apesar de sua grande extensão o Brasil possui poucos poços comerciais	— explanação oral	— atenção	— quadro negro — giz
5	Tarefa: exercício oral			

* Trabalho prático realizado em aula, durante o "Curso de Férias para Aperfeiçoamento de professores de Geografia do Ensino Médio — Janeiro de 1968".

Prova de Geografia — Exame de Madureza *

2.º CICLO

I) RESPONDA, DENTRO DO PARÊNTESES, SIM OU NÃO:

- 1) A Terra possui mais de 10 movimentos. (.....)
- 2) Os eclipses do Sol caracterizam-se por serem essencialmente locais. (.....)
- 3) O Oceano Índico é tipicamente tropical. (.....)
- 4) A altitude é um elemento de clima. (.....)
- 5) A região abissal corresponde aos abismos submarinos. (.....)
- 6) O homem surgiu na era quaternária. (.....)
- 7) As planícies constituem a principal conseqüência da acumulação fluvial. (.....)
- 8) Os icebergs têm origem na própria água do mar. (.....)
- 9) A corrente do Golfo é responsável pelo clima ameno do Leste Brasileiro. (.....)
- 10) Chama-se abrasão o trabalho destrutivo dos ventos. (.....)

II) COMPLETE AS LACUNAS:

- 1) O movimento de saída de indivíduos de um país para outro denomina-se
- 2) O pôrto na embocadura do Mississipi é grande escoadouro da produção algodoeira dos Estados Unidos.
- 3) Na América do Sul, o país que concorre com o Brasil no mercado mundial do café é
- 4) A economia da planície do Orenoco é baseada na
- 5) O é o rio europeu que mais se destaca por sua importância comercial.
- 6) Na Europa a vinicultura é grandemente desenvolvida na Região
- 7) Os Alpes são montanhas da era
- 8) A mais importante Cordilheira asiática é
- 9) O mais importante recurso econômico do Oriente Médio é
- 10) As chuvas de são características do Sudeste da Índia.

III) SUBLINHE A RESPOSTA CONVENIENTE:

- 1) A mais extensa bacia hidrográfica brasileira é:
 - a) do Paraná
 - b) Amazônica
 - c) do Nordeste.
- 2) No Nordeste a concentração da indústria de transformação situa-se:
 - a) na área litorânea
 - b) no Sertão
 - c) no Agreste.

* Estado da Guanabara — Secretaria da Educação e Cultura — Departamento de Educação Média e Superior — Divisão de Ensino Técnico e Secundário.

- 3) O traço dominante do relevo do planalto central brasileiro é a presença de:
- serras cristalinas
 - colinas isoladas
 - chapadas sedimentares.
- 4) A área de solos férteis da Amazônia é representada:
- pelas terras firmes
 - pelos solos de várzea
 - pelos solos lateríticos
- 5) As áreas de campos da Região Sul do Brasil correspondem:
- As zonas de povoamento rarefeito e disperso
 - As zonas de maior concentração populacional
 - As áreas de atividade madeireira.
- 6) A maior parte da Região Sul do Brasil está enquadrada no clima:
- Semi-árido
 - Tropical
 - Subtropical.
- 7) O litoral do Estado do Rio Grande do Norte é caracterizado pela presença de:
- dunas
 - mangues
 - restingas.
- 8) Os produtos agrícolas mais importantes do Planalto Paulista são:
- café, cacau e cana-de-açúcar
 - café, cana-de-açúcar e algodão
 - café, milho e trigo.
- 9) O mais importante porto brasileiro na exportação de minério de manganes é:
- Rio de Janeiro
 - Santos
 - Santana.
- 10) O transporte rodo-ferroviário na Amazônia encontra sério concorrente:
- nas vias líquidas
 - nas tropas de burros
 - na navegação aérea.

IV) COMBINE NUMERANDO A 2ª COLUNA DE ACÓRDO COM A 1.ª

- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| A) (1) Floresta equatorial | () Alto Rio Branco |
| (2) Caatinga | () Litoral do Amapá |
| (3) Cerrado | () Acre |
| (4) Araucária | () Zona da Mata Mineira |
| (5) Mangues | () Planalto Meridional |
| | () Sertão Nordestino |
| B) (1) Clima Polar | () Grande parte do Brasil |
| (2) Clima desértico | () Bacia do Congo |
| (3) Clima tropical | () Groenlândia |
| (4) Clima mediterrâneo | () Europa Central |
| (5) Clima equatorial | () Península Itálica |
| | () Norte da África |

Curriculo do Curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara

PRIMEIRA SÉRIE

- 1 — Geografia Humana
- 2 — Geografia Física
- 3 — Geografia do Brasil
- 4 — Cosmografia (um período)
- 5 — Cartografia (um período)
- 6 — Antropologia
- 7 — Elementos de Administração Escolar (um período)
- 8 — Fundamentos Biológicos da Educação (um período)

SEGUNDA SÉRIE

- 1 — Geografia Humana
- 2 — Geografia do Brasil
- 3 — Geografia Física (um período)
- 4 — Biogeografia (um período)
- 5 — Antropologia Cultural
- 6 — Optativa (em grupo)
- 7 — Sociologia Educacional
- 8 — Psicologia da Educação (Adolescência e Aprendizagem)

TERCEIRA SÉRIE

- 1 — Geografia Humana
- 2 — Geografia do Brasil
- 3 — Geografia Física
- 4 — Geografia Regional
- 5 — Etnologia e Antropologia do Brasil
- 6 — Optativa (em grupo)
- 7 — Didática
- 8 — Fundamentos de Geografia no Ensino Médio

QUARTA SÉRIE

- 1 — Geografia Humana do Estado da Guanabara
- 2 — Geografia Física do Estado da Guanabara
- 3 — Prática de Ensino
- 4 — Optativa

Parágrafo 1.º — A opção na segunda série será feita entre os grupos:

Grupo I

- a) Demografia e Estatística (um período)
- b) Fundamentos da Geologia, Petrografia e Pedologia (um período).

Grupo II

- a) Sociologia (um período)
- b) Mineralogia (um período)

Parágrafo 2.º — A opção da terceira série será feita entre os grupos:

Grupo I

- a) Análise Econômica (um período)
- b) Economia Social e Organização do Trabalho (um período)

Grupo II

- a) Problemas Brasileiros (um período)
- b) História das Doutrinas Econômicas (um período)

Parágrafo 3.º — A opção da quarta série será feita entre:

- 1 — Geografia Humana — especialização
- 2 — Geografia do Brasil — especialização
- 3 — Geografia Física — especialização.

Currículo do Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás

1.º Ano

Cartografia
Biogeografia
Geografia Física

2.º Ano

Geografia Física
Geografia Humana
Geografia Regional

3.º Ano

Geografia do Brasil (Humana e Econômica)
Geografia Humana

4.º Ano

Geografia Humana
Geografia do Brasil
Geografia Econômica
Geografia Física
Geografia do Estado de Goiás
Didática Especial de Geografia

Currículo do Curso de Geografia da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará

1.ª série:

1. Geografia Física (I)
2. Geografia Humana (I)
3. Antropologia Cultural
4. Cartografia

2.ª série:

1. Geografia Física (II)
2. Geografia Humana (II)
3. Etnologia e Etnografia do Brasil
4. Geografia Biológica

3.ª série:

1. Geografia Regional (I)
2. Geografia do Brasil (I)
3. Geo-História
4. Psicologia da Educação: Adolescência e Aprendizagem

4.ª série:

1. Geografia Regional (II)
2. Geografia do Brasil (II)
3. Elementos de Administração Escolar
4. Didática e Prática de Ensino.

Noticiário

Presidência da República

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

FUNDAÇÃO IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia

VI SEMANA DA GEOGRAFIA — O Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE, através de sua Divisão Cultural, com a colaboração de Geógrafos da Divisão de Geografia, realizou no período de 24 a 31 de maio próximo passado, no âmbito de suas atividades tradicionais da Semana da Geografia, cinco excursões colegiais, de interesse altamente geográfico, pelo Estado da Guanabara, correlacionando-se os aspectos físicos com os aspectos humanos, dando aos alunos uma noção de como se faz um estudo geográfico local, observando-se: 1) área central; 2) área portuária; 3) área industrial — subúrbios; 4) bairro residencial e comercial — Tijuca; 5) área rural e núcleo suburbanos; 6) área de lazer — praias; 7) bairros residenciais e comerciais da zona sul.

Participaram das excursões da VI Semana da Geografia professores e alunos dos seguintes educandários: 1) Colégio Pedro II; 2) Colégio Estadual Ferreira Viana; 3) Colégio Coração de Jesus; 4) Escola Nacional de Ciências Estatísticas; 5) Colégio Estadual Rodrigues Alves; 6) Colégio Senhora da Misericórdia; 7) Colégio Plínio Leite (Niterói); 8) Ginásio Laurel; 9) Escola Comercial do SENAC; 10) Colégio Estadual André Maurois; 11) Colégio Militar; 12) Ginásio Estadual Lourenço Filho; 13) Escola Normal Carmela Dutra; 14) Colégio Estadual Serafim Silva Neto; 15) Colégio Estadual Joaquim Ribeiro; 16) Colégio Estadual João Alfredo; 17) Colégio Campo Grande (Normal); 18) Ginásio Cesário de Melo; 19) Colégio Estadual Celestino da Silva; 20) Colégio Estadual Mendes de Moraes; 21) Ginásio Estadual Henrique de Magalhães; 22) Colégio Estadual Rivadávia Corrêa, num total de 182 excursionistas.

As excursões foram orientadas pelos seguintes geógrafos do IBG: Dulce Maria Alcides Pinto, Hilda da Silva, Celestina Camelier, Rosa Maria Fucci, Celeste Rodrigues Maio, Iríio Barbosa da Costa, Gelson Rangel Lima, Henrique Sant'Ana, Aselle Maria da Silva de Siqueira e Edna Alves Diehl.

Durante as excursões, foram aplicados questionários sobre os aspectos observados, selecionando-se as três melhores soluções de cada dia de excursão:

Dia 24, sexta-feira:

Eunice da Silva — Colégio Pedro II
Maria Benedita Graziela Guimarães — Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Elizabeth Omar — Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Dia 27, segunda-feira:

Luiz Antônio dos Santos Cruz — Colégio Estadual Rivadávia Corrêa

Mariza Soares Fróes — Colégio Estadual Rivadávia Corrêa
Ricardo Viveiros de Paula — Colégio Estadual Rivadávia Corrêa

Dia 28, terça-feira:

Regina Garcia — Escola Normal Carmela Dutra
Ellane Marques Guimarães — Escola Normal Carmela Dutra
Luiz Carlos V. Garcia — Colégio Militar

Dia 30, quinta-feira:

Maura Regina Guimarães Siqueira — Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Angela Cristina de Souza Melo — Colégio Estadual Serafim Silva Neto
Lilian Doltore — Colégio Estadual Serafim Silva Neto

Dia 31, sexta-feira:

Maria de Fátima Reis Goulart — Ginásio Cesário de Melo
Alda Maria da Silva Câmara Lima — Colégio Pedro II
Maria Diane Telles de Araújo — Colégio Pedro II.

Aos quinze alunos selecionados, pelo critério citado, serão oferecidas publicações do IBG, em solenidade que contará com a presença do Sr. Superintendente do IBG, Prof. Miguel Alves de Lima.

ROTEIRO DA EXCURSÃO PELO ESTADO DA GUANABARA

Av. Beira-Mar
Antônio Carlos
Primeiro de Março
Rua D. Gerardo
Praça Mauá
Av. Rodrigues Alves
Av. Rio de Janeiro
Av. Brasil
Av. Lóbo Júnior
Av. Braz de Pina
Estrada do Quitungo

Estação de Irajá

Av. Automóvel Club

Vicente de Carvalho

Engenho de Dentro

Av. João Ribeiro
Av. Suburbana
Del Castilho
Maria da Graça
Vieira Fazenda
Herédia de Sá
Largo do Benfica
Rua São Luis Gonzaga
Quinta da Boa Vista
Av. Maracanã
Rua Pareto

Conde de Bonfim
Rua Uruguai
Rua Barão de Mesquita
Grajau
Estrada Grajau-Jacarepaguá

Parada de Observação

Estrada Três Rios
(Parada para lanche, na Freguesia)
Largo da Pechincha
Largo da Taquara
Estrada do Recreio dos Bandeirantes
Pontal de Sernambetiba
Av. Litorânea
Barra da Tijuca
Estrada do João
São Conrado
Av. Niemeyer
Av. Delfim Moreira
Av. Vieira Souto
Rua Francisco Otaviano
Av. Atlântica
Av. Princesa Isabel
Praia de Botafogo
Atêrro do Flamengo IBG

Divisão das áreas para explicação

- A — Área Central
- B — Área Portuária
- C — Área Industrial — subúrbios
- D — Bairro Residencial e Comercial, Tijuca
- E — Área Rural e núcleos suburbanos
- F — Áreas de lazer — praias
- G — Bairros Residenciais e Comerciais da Zona Sul

QUESTIONÁRIO

I — QUESTÃO

Complete as lacunas

- 1) A atual Esplanada do Castelo aparece no local do antigo
- 2) A atual rua Primeiro de Março aparece no local da importante rua do período colonial

II — QUESTÃO

Responda as perguntas:

- 1) Quais as características da zona portuária?
- 2) Caracterize o trecho da Guanabara das proximidades da Avenida Brasil.
- 3) Você encontra diferenças entre a paisagem industrial da avenida Brasil e a da região industrial tradicional?
- 4) Como podemos caracterizar a faixa suburbana?
- 5) Quais as principais "marcas" da paisagem agrícola de Jacarepaguá?
- 6) Quais os maciços cariocas vistos por você no decorrer da nossa excursão? Sublinhe aquele que você viu primeiro.
- 7) Por onde passa a estrada de Sernambetiba? O que ela separa? Quais as características dessa área?
- 8) Excluindo-se o "Centro" qual a zona de grande crescimento vertical vista por você? Como você o explica?
- 9) As áreas de planícies contornam os três maciços e podem ser seccionados sob três denominações. Quais?

III — QUESTÃO

Faça um resumo da explicação que lhe foi dada no mirante da estrada Grajau-Jacarepaguá.

TÉRMO DE CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS OBJETOS DO CONVÊNIO ENTRE A PETROBRÁS E O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO, DE QUE TRATA O PROCESSO N.º 3.187/64.

Aos sete dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e oito (1968), nesta Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Franklin Roosevelt, 166, 10.º andar, MIGUEL ALVES DE LIMA, Diretor-Superintendente do IBG, representando a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, aqui denominado Fundação IBGE/IBG, sucessora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia (IBGE/CNG), na forma do artigo 57, do Estatuto aprovado com o Decreto n.º 61.126, de 2-8-67, e do artigo 7.º do Decreto n.º 61.127, da mesma data, e HAROLDO RAMOS DA SILVA, Superintendente Geral do Departamento de Exploração e Produção, representando a PETROBRÁS BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS, na presença de testemunhas devidamente qualificadas assinam o presente Termo de recebimento definitivo dos serviços contratados no Convênio firmado pelo referido Instituto e a PETROBRÁS, em cinco (5) de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco (1965) e de conclusão desse Convênio conforme o disposto na sua Cláusula Nona.

1. Todos os trabalhos que totalizaram 628,39 km, foram executados pelo IBGE/IBG, dentro das especificações determinadas e foram atendidas as exigências da fiscalização.

2. A PETROBRÁS declara aceitar todos os trabalhos executados pelo IBGE/IBG, os quais foram feitos de acordo com as especificações previstas na Cláusula Segunda do referido Convênio.

3. A Fundação IBGE/IBG declara, de sua parte, que a PETROBRÁS cumpriu todas as suas obrigações, previstas no referido Convênio, e efetuou os pagamentos, na conformidade da Cláusula Quarta.

4. Com referência ao prazo de execução, não houve atraso.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente Termo, que depois de lido e achado conforme é assinado pelos representantes das entidades interessadas e pelas testemunhas presentes a este ato.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1968.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS

(a) Haroldo Ramos da Silva, Superintendente Geral do Departamento de Exploração e Produção.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Instituto Brasileiro de Geografia

(a) Miguel Alves de Lima, Diretor-Superintendente.

RELATÓRIO DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO NACIONAL REFERENTE A 1967 — Integrado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela Resolução n.º 174, de 25 de julho de 1945, do Conselho Nacional de Geografia, e declarado de utilidade pública, pelo Decreto n.º 22.537, de 31 de janeiro de 1947, do Governo Federal.

I. HISTÓRICO

1. Tendo sido constituído, como sociedade civil, em assembléa-geral de 26 de agosto, instalado, a 12 de outubro, na sede do Clube Militar, e registrado, como pessoa jurídica, sob n.º 3.004, em 18 de setembro de 1944, no Cartório do 1.º Ofício desta Capital, o Instituto de Colonização Nacional atinge o 24.º ano de existência, mais um ano de profícuas atividades culturais e técnicas, norteado pelo mesmo espírito nacionalista de seus fundadores, expresso em suas finalidades: a integração dos sertões fronteiriços e interiores na Pátria Brasileira, pela solução de seus problemas humanos, em cooperação com os poderes públicos e as populações regionais; o conhecimento geográfico dos sertões, em seus aspectos físicos, econômicos e humanos; a planificação regional, visando a solução integral dos problemas econômico-sociais; a difusão da cultura brasileira; a execução de medidas atinentes à Segurança Nacional, que lhe forem afetas.

2. O Instituto tem, como sede administrativa, a da Agrico-Industrial Rondônia S.A., à Avenida Rio Branco, 173, s/1601, e realiza suas sessões culturais no auditório da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, à Avenida Franklin Roosevelt, 166, 9.º andar.

3. Rege-se o Instituto de Colonização Nacional pelo Estatuto de 10 de dezembro de 1948, modificado em seu art. 24, § 2.º, no sentido da redução do prazo de convocação da Assembléa-geral, o qual passou a ser de oito dias.

4. A Agrico-Industrial Rondônia S.A., integrada no Instituto desde sua constituição, em 1958, teve especial relêvo, no quadro das atividades sociais, em 1967, acha-se empenhada em obter financiamento que lhe permitirá utilizar as concessões que solicitou e obter, do Governo Federal, para o estudo do aproveitamento de energia hidráulica, nas bacias do Alto Paraguai (Decreto n.º 59 175, de 5 de setembro) e Alto Juru (Decreto n.º 59 437, de 27 de outubro), na área amazônica de Mato Grosso, tendo sido, anteriormente, pelo Decreto n.º 58 121, autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica.

4.1. A Gleba Rio Verde (121 900 hectares), situada no Município de Nobres, na área amazônica do Estado de Mato Grosso, patrimônio da referida Sociedade, objeto de minucioso plano de desenvolvimento elaborado sob os auspícios da "Aliança para o Progresso", ora submetido à SUDAN, para os fins do financiamento, e as concessões acima referidas, sobre energia elétrica, estão nas cogitações de grupos nacionais e estrangeiros interessados no desenvolvimento do Centro-Oeste.

II. ATIVIDADES CULTURAIS

1. Realizaram-se, com regularidade, às quintas-feiras úteis, de 16 às 18 horas, no auditório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as sessões do Conselho Diretor, dando ensejo a comunicações, debates e conferências sobre diversos assuntos relacionados com os objetivos sociais, v.g.:

Sessão de 9 de março. Súmula dos trabalhos — Apresentação da *Revista Brasileira dos Municípios* n.º 73/4 do primeiro semestre de 1966. Estudos e comentários a respeito, feito pelo Sr. General Presidente do ICN sobre os Artigos "O Futuro das Cidades Latino-Americanas" de Luiz Dorich T. "Explosão Demográfica e Alimentação" de R. W. Phillips e "Divisão Territorial do Brasil do ano de 1966.

Sessão de 6 de abril. Comunicações e resoluções: comunicação do primeiro centenário da Guerra do Paraguai — operações de Mato Grosso. A retomada de Corumbá, feita pelo Cel. F. A. Rondon.

Sessão de 27 de abril. Comunicação: A Comunidade Luso-Brasileira e a Segurança Nacional e as Comunidades Indígenas nos planos de desenvolvimento regional, feita pelo Gal. F. A. Rondon.

Sessão de 22 de junho. A localização da futura Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, feita pelo Desembargador Dr. Antônio de Arruda.

Sessão de 6 de julho. Palestra do Gal. F. A. Rondon sobre os nossos selvícolas, focalizando principalmente os da zona do Xingu.

Sessão de 27 de julho. Focalização dos nossos selvícolas, meio de aperfeiçoamento, vestimenta e escola e alfabetização, aprendizagem e ofícios, feita pelo Gal. F. A. Rondon.

Sessão de 24 de agosto. Relatório do Exmo. Sr. Brigadeiro Sinal de Castro e Silva Filho sobre a operação Piauí; importância do Vale do Paraiaba; importância da navegação.

Sessão de 31 de agosto. Exposição sobre o Marechal Rondon, focalizando os Estados de Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão, Território de Guaporé e Rondônia, feita pelo Gal. Firmino Lages Castelo Branco.

Sessão de 21 de setembro. Exposição lingüística das tribos: Guará, Bororo, Carijós, Coroados, Macali, Monoxo e Kalapalos, feita pelo Ten-Cel. Ulysses Medeiros.

Sessão de 12 de outubro. Palestra sob o título: *Amazônia Brasileira: "Mistério e Incompreensão versus Economia e Segurança"*, feita pelo Gal. F. A. Rondon.

Sessão de 23 de novembro. "Rondônia" e homenagem à memória do Professor Edgar Roquette Pinto, "Os Sertões do Nordeste", feita pelo Gal. F. A. Rondon.

Sessão de 14 de dezembro. Sessão de estudo sobre "Expressões históricas no Tupi-Guarani", pelo Ten.-Cel. Ulysses Medeiros.

III. DIRETORIA GERAL E CONSELHOS

A Diretoria Geral e os Conselhos do Instituto, com mandato até 1969, têm a seguinte constituição:

Presidente — (simultaneamente, com o cargo de Diretor-Geral) General Frederico Augusto Rondon.

Secretário-Geral — Professor Ovídio Gouvêa da Cunha

1.º Secretário — Ten.-Cel. Ulysses Medeiros
2.º Secretário — Prof. Jeny de Lima
1.º Tesoureiro — General Benedito Cesar Rodrigues.

Conselho de Administração

Membros efetivos: General Firmino Lages Castelo Branco, Dr. Antônio Vaz Cavalcanti de Albuquerque e General Edgard Alvares Lopes.

Membros suplentes: Drs. Gil Amora, Alvaro Ribeiro e João Batista Pinto.

Conselho Diretor

Senhora Gladys Cordeiro Teicholz, Professor Heitor Bonifácio Calmon de Cerqueira Lima, General Joaquim Vicente Rondon, Desembargador Antônio de Arruda, Dr. Henrique Pinto Magalhães, Dr. Eloywaldo Chagas de Oliveira, Professor Adalberto Cumpido de Sant'Anna, Senhora Lais Prado de Figueiredo Vieira, Professora Rosa Maria Succi, Dr. Geraldo de Rezende Martins, Professor Raimundo de Paula Barros, Dr. Othon Costa, Professor Arnald Bruver, Jornalista Antônio dos Santos Oliveira Júnior, Tenente Brigadeiro Sinal de Castro e Silva Filho, Professor Gaspar Silveira Martins Rodrigues Pereira, Professor Otacilio Frances-

coni Pôrto, Doutora Maria de Glória Calheiros, Dr. Kurt Krakauer e Tenente-Coronel Ulysses Medeiros.

Conselho Fiscal

Membros efetivos: Dr. Milton Bason Itajahy, Sr. Joaquim Froes de Jesus e Dr. Edmundo Georges Klein.

Membros suplentes: Dr. João Kessler Coelho de Souza, Dr. José Carlos Junqueira Schmidt e Dr. Luiz Mariano Paes de Carvalho.

IV. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Como nos anos anteriores, podemos dizer que, até o presente, nenhuma subvenção recebeu o Instituto de Colonização Nacional, dos Poderes Públicos, apesar de reconhecida sua utilidade pública, pelo Decreto n.º 22 537, de 31 de janeiro de 1947, do Governo Federal. Acha-se fixada em NCr\$ 1,20 (um cruzeiro novo e vinte centavos) a anuidade obrigatória, para os Sócios Efetivos. Um auxílio eventual foi atribuído a esta entidade, pela Agrico-Industrial Rondônia S.A., de acordo com o art. 26 de seu Estatuto, correspondente a 5% (cinco por cento) dos futuros lucros líquidos anuais, ainda não concretizados.

Ainda como nos anos anteriores, cabe-nos repetir que, ao encerrar mais um ano de labores culturais e técnicos da elite integrante de seus Conselhos e grupos de estudo, o Instituto de Colonização Nacional espera a compreensão dos Poderes Públicos, especialmente dos órgãos incumbidos do estímulo e direção dos setores de atividade a que esta entidade se dedica — a valorização humana e o desenvolvimento rural — sob a forma de assistência financeira aos seus empreendimentos. Com a consciência do dever cumprido, esta Diretoria congratula-se, pois, com os consócios do Instituto de Colonização Nacional, pelo trabalho realizado, dentro de sua possibilidade, como contribuição ao planejamento dos programas brasileiros concernentes aos sertões, e agradece sua inestimável cooperação.

A PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA — A I CONFEST, que se reuniu na Guanabara, de 29 de maio a 4 de junho, obteve êxito invulgar.

Mais de 250 técnicos e especialistas, representando 140 órgãos e entidades — Serviços Centrais Federais de Estatística, Ministério, Governos Estaduais, Departamentos Estaduais de Estatística e outras entidades públicas e do setor privado, produtoras e usuárias de estatística — reuniram-se para o debate objetivo de relevantes aspectos das atividades estatísticas, buscando alcançar, através de racional coordenação de esforços, o melhor atendimento das necessidades do País nesse setor de atividades.

A I CONFEST realizou duas sessões solenes — de instalação e de encerramento — e três sessões plenárias, além de reuniões diárias, pela manhã e à tarde, de Comissões Técnicas. O plenário aprovou dezesseis "Recomendações" de interesse geral e votou expressiva moção ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, no sentido de serem proporcionados à Fundação IBGE os elementos indispensáveis à consecução de seu objetivo fundamental: oferecer ao País as estatísticas de que carece. Além dessa, outras três moções de aplausos e reconhecimento foram aprovadas pelo plenário: ao Presidente da Fundação IBGE, Professor Sebastião Aguiar Ayres; ao Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Hélio Marcos Penna Beltrão; e à Fundação IBGE.

A I CONFEST aprovou, na terceira e última sessão plenária, a indicação de quatro representantes dos usuários de estatística, a fim de com-

pletar a constituição definitiva da Comissão Nacional de Planos e Normas Estatísticas (CONPLANE), de acordo com o art. 28, alínea "e", § 1.º do estatuto da Fundação IBGE. Os novos órgãos que terão representantes na CONPLANE são: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Banco Nacional de Habitação (BNH), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), propostos ao plenário pelo Sr. Antônio Carolino Gonçalves, representante do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do Recife.

A sessão solene de instalação realizada às 17,30 horas do dia 29 de maio no auditório do Ministério da Educação e Cultura compareceu numerosa assistência, tendo o Professor Sebastião Aguiar Ayres, Presidente da Fundação IBGE e da I CONFEST, convidado o Excelentíssimo Senhor Dr. Hélio Marcos Penna Beltrão, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, para presidir a Reunião, e para comporem a Mesa os Srs. Raul Romero de Oliveira, Diretor-Superintendente do IBE, Dr. Rubens d'Almada Horta Pôrto, Coronel Oscar Fonseca Filho, Major Reinaldo Menezes Couto, Sr. Diamantino Salgueiro da Silva, Professor Edgard Calmon, Dr. João Aristides Wiltgen, Engenheiro Gerson Cardoso e Secretário Mauro Azeredo, respectivamente representantes dos Excelentíssimos Senhores Ministros da Justiça, das Minas e Energia, do Exército, Saúde, Trabalho, Comunicações, Transportes e Relações Exteriores.

O Ministro Hélio Beltrão fez uso da palavra para declarar instalados os trabalhos, fazendo alusão à importância da I CONFEST e dando as boas-vindas aos participantes. Falaram, nessa oportunidade, o Professor Sebastião Aguiar Ayres, Presidente da Fundação IBGE e da I CONFEST, sintetizando os objetivos da Reunião e historiando as fases principais da vida da entidade; o Professor Isaac Kerstnetzky, Diretor de Pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, como representante dos usuários de estatística; e o Dr. Paulo Dantas, Diretor do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe, em nome dos Diretores de órgãos centrais regionais. O Ministro Hélio Beltrão deu conhecimento aos presentes do recebimento de mensagem do Governador Abru Sodré, de São Paulo, solicitando ao Diretor-Superintendente do IBE que a lesse. S. Excia. a seguir, agradeceu o comparecimento de todos os presentes e, encerrando a sessão, felicitou a Fundação IBGE pela realização da I CONFEST, augurando-lhe resultado positivo.

Os discursos pronunciados pelo Ministro Hélio Beltrão e pelo Presidente da Fundação foram publicados no número anterior do BS.

No dia 30, às 9,30 horas, no auditório do Hotel Serrador, realizou-se a sessão plenária preparatória da Primeira Conferência Nacional de Estatística, sob a Presidência do Professor Sebastião Aguiar Ayres. Abrindo os trabalhos, o Presidente da Fundação IBGE convidou para comporem a Mesa Diretora, como Vice-Presidentes, os Srs. Raul Romero de Oliveira, Diretor-Superintendente do IBE, e Jorge Kingston, Professor de Estatística da Universidade do Rio de Janeiro e Vice-Presidente do Instituto Interamericano de Estatística, e, como Secretários, os Srs. Mário Ritter Nunes, Diretor de Documentação e Divulgação do IBE, e Milton Rangel, Diretor do Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, êstes últimos membros da extinta Junta Executiva Central do CNE. O Sr. Raul Romero de Oliveira procedeu à leitura da constituição das Comissões da I CONFEST; o Sr. Mário Ritter Nunes, por sua vez, leu a relação de documentos distribuídos. Após esclarecimentos do Sr. Presidente aos procedimentos a serem observados segundo as normas Básicas da CONFEST, e outras comunicações de interesse geral, encerraram-se os trabalhos, com vi-

sita a expressiva exposição de gráficos, instalada no Salão das Reuniões.

Na parte da tarde reuniram-se as cinco Comissões Técnicas da I CONFEST. As 18,30 horas, no 2.º andar do Hotel Serrador, foi oferecido aos participantes da Conferência um coquetel.

No dia 31 prosseguiram os trabalhos da Conferência com reuniões das Comissões Técnicas pela manhã e à tarde. No dia 1.º de junho às 9,30 horas realizou-se a segunda sessão plenária da I CONFEST, sob a direção da mesma Mesa que orientou a primeira, e mais a participação do Dr. Carlos Santos Júnior, Adjunto da Assessoria Especial da Presidência da República. Durante a sessão foram submetidos à apreciação do plenário os Projetos de Recomendação de números 1, 2, 3, 4, 5 e 6, oriundos das Comissões Técnicas "B", "C", "D" e "E", os quais, depois de debatidos pelo plenário, foram aprovados, sendo convertidos em "Recomendações". Foi distribuída aos presentes a nova publicação do IBE — "*Atualidade Estatística do Brasil — 1968*" — preparada pela DDD, e que circulará no primeiro semestre de cada ano. Na parte da tarde voltaram a reunir-se as Comissões Técnicas, cujos trabalhos se prolongaram até a noite.

Domingo, dia 2, pela manhã, a Marinha do Brasil proporcionou aos participantes da I CONFEST e respectivas Famílias um passeio marítimo pela Baía da Guanabara.

Na parte da manhã de segunda-feira, dia 3, reuniram-se as Comissões Técnicas "A", "B" e "D", que concluíram a apreciação dos assuntos constantes de seus respectivos temários, recomendando a aprovação dos seguintes pontos básicos: *Comissão Técnica "A"* — sugerindo o encaminhamento ao IBE, para exame pela CONPLANE, com vistas ao seu aproveitamento no PNEB, dos documentos: "O Sistema Estatístico da Educação Superior", elaborado pela ERGO, e "Padrões Estatísticos para o Planejamento Brasileiro", de Cláudio Alves de Souza; *Comissão Técnica "B"* — sugerindo o encaminhamento ao IBE, para aproveitamento, como subsídio, em esquemas de amostragem destinados ao levantamento da estatística do comércio interestadual por vias internas, do trabalho "Amostragem aplicada à estatística do comércio por vias internas", de autoria do DEE de São Paulo; *Comissão Técnica "D"* — após exame do trabalho "Índices de Preços — Necessidades Mínimas", a Comissão, considerando a existência no País de numerosos Órgãos dedicados à elaboração de índices de preços e a necessidade de conjugar-se esforços no sentido de melhor aproveitá-los, sugeriu à Fundação IBGE a instituição de uma comissão, com vistas ao estudo e coordenação dos problemas de coleta de preços e de elaboração de índices, além de outras considerações.

A terceira e última sessão plenária realizou-se no dia 3, às 15 horas, sob a Presidência do Professor Sebastião Aguiar Ayres. No decorrer da sessão foram submetidos à apreciação do plenário os Projetos de Recomendação de números, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, oriundos das Comissões Técnicas "A", "B", "C" e "D". Depois de apreciados pelo plenário, foram os Projetos aprovados, sendo convertidos em "Recomendações". Na segunda parte dos trabalhos, foi aprovada a indicação de quatro representantes dos usuários de estatística, a fim de completar a constituição definitiva da CONPLANE, de acordo com o art. 28, alínea "e", § 1.º do Estatuto da Fundação IBGE. O Sr. Raul Romero de Oliveira informou aos presentes que alguns trabalhos deixaram de ser considerados pelas Comissões Técnicas em virtude da insuficiência de tempo. Agradeceu aos autores desses trabalhos a colaboração e comunicou que os mesmos seriam examinados por comissão especial do IBE e possivelmente figurariam nos

Anais da I CONFEST. Franqueada a palavra, foram apresentadas quatro moções de aplausos e reconhecimento, todas aprovadas unanimemente pelo plenário, e já referidas no início deste noticiário, a saber: de iniciativa do Sr. José Jayme Rodrigues, representante do Estado de Santa Catarina, ao Professor Sebastião Aguiar Ayres; de autoria do Sr. Juares Esteves Dias, representante da Associação Profissional dos Estatísticos do Brasil, ao Exmo. Sr. Presidente da República; por proposta do Estatístico Moysés Kessel, à Fundação IBGE; de autoria do Sr. Cori Loureiro Acioli, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral; e do Sr. Joffre Alves de Albuquerque representante do Governo da Paraíba, aos Srs. Raul Romero de Oliveira e Miguel Alves de Lima, respectivamente Diretores-Superintendentes do IBE e IBG.

Encerrando a sessão, o Presidente Sebastião Aguiar Ayres manifestou seu apreço e reconhecimento pelo empenho, pela compreensão e pela colaboração dos Senhores participantes da I CONFEST, afirmando que a Conferência muito havia contribuído para fortalecer laços de cooperação entre os órgãos do sistema estatístico e os usuários. Agradeceu a participação valiosa de todos, encareceu a atividade das Comissões Técnicas e encerrou a sessão, convidando os participantes para a sessão solene de encerramento, às 17,30 horas do dia 4, no auditório do Ministério da Fazenda.

A sessão solene de encerramento realizou-se às 17,30 horas do dia 4 de junho, no auditório do Ministério da Fazenda, sob a presidência do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, compoando a Mesa o Presidente da Fundação IBGE, representantes dos Senhores Ministros da Marinha, Guerra, Trabalho e Previdência Social, Comunicações, Indústria e Comércio, Interior, Educação e Cultura, representante do Estado-Maior das Forças Armadas, e do Governador do Estado da Guanabara; os Diretores-Superintendentes da ENCE, do IBE e do IBG e o representante do IASI. O Ministro Hélio Beltrão concedeu a palavra ao Sr. Raul Romero de Oliveira, Diretor-Superintendente do IBE, que pronunciou discurso publicado ao final desta notícia.

Por sua vez, o Sr. Pergi Cafiero representante do IBRA e ex-membro da JEC, discursou em nome dos usuários, e o Sr. Waldemar Passos, Diretor do Departamento Estadual de Estatística da Bahia, em nome do sistema estatístico brasileiro.

O Professor Sebastião Aguiar Ayres solicitou permissão à Mesa para dar conhecimento ao auditório de três moções votadas pela I CONFEST: ao Exmo. Sr. Presidente da República, à Fundação IBGE e ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral. Logo após, falou o Ministro Hélio Beltrão, que aludiu às transformações por que passou o IBGE, encetando nova etapa em suas atividades, justamente quando o País, promovendo a dinamização dos trabalhos estatísticos, se dedica às ingêntes tarefas de promover seu desenvolvimento. Mencionou S. Excia. a presença do elemento jovem entre os participantes da Conferência, como fator positivo para os resultados alcançados. Falando ainda sobre a I CONFEST, disse que a mesma se realizou em clima de cordialidade e compreensão, e das providências aliviadas muito se podia esperar. Referiu-se ao Plano Nacional de Estatísticas Básicas, ao próximo Recenseamento Geral do País em 1970 e renovou sua confiança na direção que vem conduzindo com acerto e segurança a Fundação IBGE. Em seguida, deu por encerrada a sessão.

RECOMENDAÇÕES APROVADAS PELA
I CONFEST

RECOMENDAÇÃO N.º 1

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Estatuto da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e considerando as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "C" — Censos de 1970.

RECOMENDA:

1. A aprovação do Plano para o Censo Demográfico de 1970, elaborado pelo Serviço Nacional de Recenseamento, do Instituto Brasileiro de Estatística;

2. A aceitação, para apreciação do Serviço Nacional de Recenseamento, das sugestões abaixo relacionadas, segundo os respectivos órgãos pelas mesmas responsáveis;

a) *Instituto de Pesquisas Econômica e Social Aplicada* — Pesquisa de fecundidade, com indagação sobre filhos tidos no ano anterior ao Censo; obtenção de informações sobre pessoas que procuravam emprego pela primeira vez, intensificar esforço para melhor caracterização do subemprego e desemprego revisão de classificação ocupacional adotada no Censo de 1960; maior detalhamento da pesquisa de migração interna; adoção de uma amostra de 30% da população, constituída de subamostras de 10% para a pesquisa sobre fecundidade de 10% para emprego e desemprego e de 10% para mobilidade da população; e obtenção de informações sobre a área dos domicílios;

b) *Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política* — Indagação do registro de nascimento, para os menores de 1 ano;

c) *Banco Nacional de Habitação* — Pesquisa do rendimento do casal; regime de emprego classificação dos domicílios rústicos em recuperáveis e irrecuperáveis; estado de conservação dos prédios; identificação de *próprios quitados* e em aquisição; existência de financiamentos; anos de aquisição e de ocupação dos imóveis; localização interna ou externa das instalações sanitárias; classificação urbanística das áreas; e caracterização de condomínios verticais e horizontais;

d) *Departamento Estadual de Estatística de São Paulo* — Preservação da qualidade das informações relativas à idade; adoção de critério que permita maior fidedignidade dos dados relativos à "população urbana e rural", cuja classificação decorre da definição estabelecida na legislação vigente; e alteração do limite de idade (10 anos), para investigação da população economicamente ativa nos centros urbanos;

e) *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* — Maiores detalhes na investigação de mão-de-obra (emprego, desemprego e subemprego); pesquisa de emprego sazonal e conjuntural; pesquisa de subemprego em grupos quinquenais de idade e ano a ano, nas idades compreendidas entre 10 e 18 anos; revisão da classificação de ocupações usada no Censo de 1960; pesquisa segundo e terceiro empregos; e amostras estratificadas para informações a nível de Estado;

f) *Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina* — Instituição de centros regionais de treinamento para os trabalhos de coleta;

g) *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos* — Estudo da possibilidade de execução de Censo Escolar simultaneamente com a realização do Censo Demográfico;

h) *Instituto Nacional de Previdência Social* — Investigação do regime de emprego e vinculação aos órgãos de previdência social;

i) *Serviço de Estatística da Educação e Cultura* — Revisão do limite de idade para as tabulações sobre nível educacional;

RECOMENDAÇÃO N.º 2

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Estatuto da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

Considerando as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "B" — Aplicação da Técnica de Amostragem — ao aprovar o documento oficial, "Levantamento das Estatísticas Industriais",

RECOMENDA:

1. Seja solicitado ao Governo Federal o reativamento da Comissão Brasileira de Nomenclatura, criada pelo Decreto-lei n.º 37, de 1966, no sentido de conseguir, a curto prazo, a adoção de nomenclatura única para mercadorias;

2. Seja estudada a possibilidade da apuração dos dados contidos nas guias de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

3. Seja, finalmente, estudada a viabilidade da utilização do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, para obtenção do "frame" da amostra destinada a estimar dados sobre estatísticas industriais.

RECOMENDAÇÃO N.º 3

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Estatuto da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

CONSIDERANDO:

A necessidade de melhor entrosamento das entidades responsáveis por estudos sócio-econômicos;

A conveniência de aperfeiçoar a pesquisa nesse campo, em face, principalmente, de sua importância na formulação da política econômico-social do Governo, e

As conclusões a que chegou a Comissão Técnica "B" — Aplicação da Técnica de Amostragem — ao aprovar o documento oficial "a aplicação da Técnica de Amostragem nos Levantamentos Contínuos e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios",

RECOMENDA:

1. Seja ampliada a coordenação entre os órgãos oficiais responsáveis por estudos sócio-econômicos e a Fundação IBGE, no sentido do aproveitamento das virtualidades da "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios", a fim de evitar duplicidade de levantamentos;

2. Que a "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios", no futuro, seja realizada através de amostras relativas a regiões menores do que as atualmente adotadas.

RECOMENDAÇÃO N.º 4

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Estatuto da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

CONSIDERANDO:

A necessidade de incrementar, a curto prazo, a formação de pessoal estatístico de níveis superior e médio, no País, e

As conclusões a que chegou a Comissão Técnica, "E" Pessoal Estatístico, ao aprovar o documento oficial "Formação e Aperfeiçoamento de Estatísticos — Programação condicionada ao nível cultural e ao prazo",

RECOMENDA:

1. O estudo do aceleramento da formação de pessoal estatístico de níveis superior e médio para ENCE, com a adoção do regime de tempo integral para professores e alunos;

2. Seja encarecido ao Governo a necessidade premente da formação de estatístico, com a recomendação de que os alunos aprovados para ingresso em cursos da especialidade, em regime de tempo integral, percebam, desde que pertencentes ao Serviço Público, a remuneração e demais vantagens a que fazem jus, enquanto nêles permanecerem;

3. Que o setor privado seja esclarecido, com o objetivo de estimular seus empregados especializados a frequentarem cursos de Estatística;

4. Que a ENCE estruture e inicie, a *curto prazo*, cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização bem como cursos especiais para profissionais de outros cursos de grau superior.

5. Seja solicitada ao Ministério da Educação e Cultura a reorganização do Curso Técnico de Estatística, visando a atender aos objetivos do documento oficial apresentado pelo Diretor-Superintendente da ENCE;

6. Que a ENCE mantenha, em caráter rotineiro, cursos de três meses para o aperfeiçoamento de Auxiliares de Estatística, dando prioridade a elementos pertencentes ao Sistema Estatístico Nacional;

7. A estruturação, pela ENCE, de cursos para pessoal estatístico de nível médio, que possam ser ministrados nos Estados e Territórios Federais, em caráter prioritário nestes últimos, e adaptados à realidade local. Nesse sentido, a ENCE, providenciará a constituição de equipes de professores, que se deslocariam para os Estados e Territórios indicados, onde, em épocas adequadas, implantariam os cursos que, posteriormente, passariam à responsabilidade de órgão local, segundo condições estabelecidas em convênio firmado entre esse órgão e a ENCE, no que se refere ao acompanhamento do curso e às revisões julgadas necessárias;

8. A organização de cursos de aperfeiçoamento de nível médio para o pessoal das Repartições Centrais de Estatísticas, sob a supervisão da ENCE, que estudaria a possibilidade de ministrá-los nas próprias Repartições;

9. Que, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, seja solicitado aos Governos Federal e Estaduais o *reforço* de recursos a serem aplicados na formação de Estatísticos e de Auxiliares de Estatística, caracterizando apoio mais efetivo às unidades existentes, tanto no setor público quanto no privado, e estimulando a criação de novos cursos, condicionados à fiel execução de um plano integrado de ensino sob a supervisão da Fundação IBGE, segundo o que prescreve o item 7 desta Recomendação;

10. A realização, pelas Superintendências Regionais de Desenvolvimento, de estudo sobre a viabilidade de convênios com centros de formação e treinamento de pessoal estatístico e com as escolas de formação existentes nas respectivas regiões, desde que esses centros se integrem em um plano de regionalização do ensino de Estatística no Brasil. Esse plano seria elaborado pela Fundação IBGE, através da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que forneceria o apoio técnico necessário.

RECOMENDAÇÃO N.º 5

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Estatuto da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

Considerando as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "B" — Aplicação da Técnica de Amostragem — ao aprovar o documento oficial "Pesquisas Demográficas",

RECOMENDA:

1. Que o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, do Instituto Brasileiro de Estatística, promova pesquisas sobre o incremento de população, quer em seus aspectos teóricos, quer em suas implicações no caso brasileiro, dando, assim, prosseguimento e desenvolvimento aos estudos realizados pelo Laboratório de Estatística, do Instituto Brasileiro de Estatística;

2. Que o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, em colaboração com o Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares (GEPD), cogite da realização de pesquisas especiais, visando à mensuração das migrações internas, de modo a ficarem definidas as áreas de atração e repulsão e os aspectos diferenciais;

3. Seja incentivado, pelo Instituto Brasileiro de Estatística, o debate e exame de alguns modelos teóricos e sua aplicabilidade aos estudos de fecundidade e migração interna;

4. Sejam pesquisados métodos mais adequados de estimação dos parâmetros dos modelos adotados e processos mais eficientes de amostragem, sempre que possível, enquadrando-os nos levantamentos implantados ou a serem implantados no Instituto Brasileiro de Estatística;

5. Que se iniciem estudos para pesquisa de fecundidade rural e urbana, de caráter piloto, com o objetivo de orientar novas pesquisas e estabelecer dados e informações sobre motivações e fatores determinantes nos diferentes níveis de fecundidade;

6. Que o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, realize estudos comparativos com os de outros países da América Latina, integrando-se no plano de operações do Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE) e de outros organismos internacionais;

7. Que nas pesquisas de fecundidade se procure obter dados que permitam analisar a história das gestações.

PROJETO DE RECOMENDAÇÃO N.º 6

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

Considerando as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "C" — Censos de 1970.

RECOMENDA:

1. A aceitação do documento oficial referente ao Censo Agrícola, com as observações apresentadas pelos Debatedores e apreciações do Relator, para exame pelo Serviço Nacional de Recenseamento;

2. A necessidade de se alcançar pleno entrosamento entre o SNR e o IBRA, tendo em vista conjugar o Censo Agrícola de 1970 e o Cadastro de Imóveis Rurais;

3. A regulamentação do instrumento legal que determina a realização de Censos Agrícolas quinquenais;

4. A ampliação do emprego de amostragem probabilística na pesquisa de certos aspectos do Censo Agrícola;

5. A utilização do Censo Agrícola de 1970, como base para melhoria das estatísticas agrícolas permanentes, com a elaboração de um plano integrado;

6. A criação de Grupo de Consulta e Assessoria para o planejamento do Censo, de acordo com a proposta formulada no documento oficial, com as adaptações que o Instituto Brasileiro de Estatística julgar necessárias.

RECOMENDAÇÃO N.º 7

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulamentam seu funcionamento, e

CONSIDERANDO:

a necessidade de reduzir, a evasão ainda existente no Registro Civil de nascimento e óbitos;

ser indispensável o estudo da mesma evasão e o controle permanente dos erros não-estatísticos dela decorrentes;

a necessidade de possibilitar a eliminação dos erros graves nas declarações de idade nos levantamentos censitários brasileiros;

ser de grande conveniência o registro de características básicas individuais, nas estatísticas de migração;

que a solução de continuidade ocorrida nos levantamentos das migrações exteriores, após a extinção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, estão a exigir imediatas providências no sentido do restabelecimento e disponibilidades de informações sobre esses fluxos;

as recomendações da Comissão Técnica Permanente para Estimativas oficiais de População, no que diz respeito à metodologia do cálculo para tais estimativas;

a necessidade da atualização de estimativas demográficas municipais indispensáveis à aplicação de dispositivos legais;

as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "D" documento oficial "As Projeções de População",

RECOMENDA:

1. A promoção, em todo o País, de campanha intensiva e continuada de esclarecimento à população, principalmente no meio rural, quanto à importância do Registro Civil, seja no cumprimento de um dever cívico, seja no próprio interesse do registrado;

2. A inclusão, nos quesitos do Censo Demográfico, de indagação sobre população menor de um ano de idade — sobrevivente ou não — a fim de ensinar o conhecimento do número de nascimentos ocorridos nos 12 meses que antecederam ao Censo;

3. Volte à figurar, no formulário do Censo Demográfico, quesito sobre a idade segundo as duas alternativas — a idade do nascimento e a idade presumível;

4. Constam das pesquisas sobre migrações as seguintes características individuais do imigrante: sexo, idade, profissão, alfabetização, nacionalidade, estado conjugal, condições de presença e data de entrada e de saída no País ou na Região.

5. O estudo da conveniência de o IBE assumir, a curto prazo, a responsabilidade dos levantamentos das estatísticas de migrações, tendo em vista o interesse prioritário em se dispôr dos registros desses movimentos;

6. A manutenção da metodologia de cálculo de estimativas oficiais de população, adotada pelo IBE, até que se disponham dos resultados do Censo Demográfico de 1970, ou até que a CONPLANE a reformule;

7. A redistribuição da população registrada no último Censo, sempre que ocorrer a criação de nova unidade municipal, de acordo com as novas divisas vigentes;

8. A formulação de apêlo aos governos estaduais, no sentido de serem adotados, para os

municípios que não tenham delimitação rigorosa de suas áreas, baseada em acidentes naturais ou linhas geodésicas definidas, ou limites que vierem a ser observados pelo Serviço Nacional de Recenseamento para o Recenseamento Geral de 1970;

9. O exame da viabilidade de pesquisas especiais, visando à determinação do efetivo demográfico não registrado, mediante amostra por área;

10. O reexame da metodologia adotada para o cálculo das estimativas oficiais de população, bem como a verificação da possibilidade de ser utilizada para o conjunto do País, uma função eventualmente de caráter mais geral do que a função exponencial, capaz de levar em conta as tendências particulares das taxas de crescimento;

11. O estudo da possibilidade da utilização do método das componentes, nas estimativas globais, bem como a obtenção de estimativas de população em subáreas, de modo que a totalização de suas populações corresponda ao total da respectiva área;

12. Estudo, para posterior aplicação, do critério de distribuição da população de uma área, em diferentes subáreas, de modo a torná-lo mais adaptável às peculiaridades de cada uma, ficando o assunto em estudo no IBE, para que se estabeleça a metodologia de cálculo, através do teste experimental de várias alternativas.

RECOMENDAÇÃO N.º 8

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

CONSIDERANDO:

que as conclusões do trabalho oficial correspondem, de modo geral, ao pensamento dos integrantes da Comissão;

Por outro lado, que é satisfatório o atual processo de levantamento de fluxos comerciais com o exterior e dos fluxos inter-regionais de cabotagem;

que, para o levantamento dos fluxos inter-regionais por vias internas, poderá ser utilizado, em determinados casos, o processo de amostragem, como evidenciam bem sucedidas experiências realizadas nos Estados da Guanabara e de São Paulo;

que o sistema de pesquisa dos fluxos comerciais apresenta casos de duplicidade de levantamentos que cumpre eliminar e

as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "A" Plano Nacional de Estatísticas Básicas — ao aprovar o documento oficial "Aplicação da Técnica da Amostragem aos Levantamentos de Fluxos Internacionais e Inter-regionais de Mercadorias",

RECOMENDA:

1. O estudo de medidas que assegurem atualidade e despertem maior interesse pelas publicações sobre comércio exterior;

2. Seja efetuada pelo SEEF a apuração das estatísticas de cabotagem, quando o órgão estadual de Estatística não puder realizá-la;

3. O estudo, na estatística dos transportes ferroviários, da aplicação de esquema de amostragem, para economia e rapidez nas apura-

ções, visando a aferir a conjuntura, correspondente ao "carload" da Comissão de Comércio Interestadual Americana;

4. Sejam estendidas a tôdas as ferrovias as estatísticas de fluxos elaboradas pela Réde Ferroviária Federal S.A.;

5. A adoção, nas Unidades da Federação que disponham de condições que o aconselhem, do sistema de amostragem no levantamento das estatísticas do comércio por vias internas, de acôrdo com as normas aprovadas pelo IBE;

6. O estudo de levantamentos especiais dos transportes rodoviários, também segundo o sistema de amostragem, visando à determinação de fluxos de cargas e de passageiros, no âmbito intra e inter-regional;

7. Que se efetuem modificações na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, adaptando-a às classificações de outros levantamentos econômicos;

8. A manutenção, em linhas gerais, do atual sistema de levantamentos de fluxos comerciais com o exterior e dos fluxos inter-regionais de cabotagem;

9. A promoção de medidas cabíveis no sentido de ser eliminada a duplicidade de levantamentos que se verifica, em alguns casos, no campo das estatísticas de fluxos de mercadorias.

RECOMENDAÇÃO N.º 9

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no art. 31 do regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

Considerando as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "C" — Censos de 1970.

RECOMENDA:

1. A aceitação dos documentos oficiais referentes ao Censo Comercial e dos Serviços com as sugestões apresentadas pelo debatedores, para exame pelo Serviço Nacional de Recenseamento;

2. O máximo empenho do Serviço Nacional de Recenseamento no sentido de evitar a evasão da coleta no Censo dos Serviços, a fim de atender às necessidades da contabilidade nacional;

3. Que o Serviço Nacional de Recenseamento procure assegurar a inclusão, no âmbito do Censo dos Serviços, de mais algumas atividades não relacionadas no documento oficial;

4. A inclusão, no projeto do Censo Experimental, de assuntos ainda merecedores de exame, sugeridos pelos Debatedores, tais como o destaque das parcelas referentes a gratificações e participação nos lucros, e de acidentes de trabalho no total dos seguros.

RECOMENDAÇÃO N.º 10

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Estatuto da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

CONSIDERANDO:

a necessidade de serem acompanhadas as alterações de estrutura industrial;

a conveniência de se adotar como elemento de ponderação os índices da produção industrial, a nível de gênero, os valores agregados em substituição aos valores de transformação industrial;

a conveniência de se dispor de estatísticas industriais comparáveis internacionalmente e a necessidade de se contar com classificação versátil e representativa para as estatísticas primárias, adequada às crescentes necessidades das estatísticas derivadas e, ainda, a inegável importância de unificação das classificações nacionais existentes;

a necessidade de que o consumidor das estatísticas derivadas conheça os principais aspectos metodológicos dos índices elaborados, para bem utilizá-las;

as modificações que se verificam no setor industrial com a criação, extinção e trocas de atividades dos estabelecimentos e, até mesmo, modificações nas linhas de produção.

a necessidade de que se disponha de elementos suficientes e hábeis para o cálculo do valor adicionado correspondente ao setor da indústria extrativa mineral;

o volume de informações referentes à indústria extrativa mineral, nem tôdas prioritárias do ponto-de-vista estatístico, e as disponíveis, notadamente nos levantamentos de natureza fiscal;

a importância do conhecimento do comportamento de certos agregados industriais, para a política econômica, e

as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "D" — Estatísticas Derivadas — ao aprovar o documento oficial "Dados Básicos" para a construção do "Índice de Produção Industrial".

RECOMENDA:

1. A extensão das pesquisas do DEICOM aos setores da Indústria Extrativa de Produtos Minerais da Construção Civil e dos Serviços Industriais da Utilidade Pública;

2. Apuração da rubrica "Despesas Gerais" a nível de gênero de indústria;

3. Que se promova a revisão, unificação e padronização das várias classificações industriais existentes no País, visando à elaboração de uma classificação única, feita mediante critérios que permitam sua direta conversibilidade à Classificação Internacional Industrial Uniforme, adotada pela ONU, examinando-se a conveniência e oportunidade de uma alternativa e posterior adoção dessa Classificação;

4. Que os órgãos produtores de estatísticas derivadas independentemente da obrigatoriedade de dispor de metodologia na elaboração das informações às mesmas atinentes, apresentem, com a divulgação das séries de índices e indicadores, nota esclarecedora dos critérios de cálculo adotados, cobertura parcial e total dos índices e sistemas de ponderação aplicado;

5. O exame periódico da amostra de informantes de inquéritos industriais, na forma e medida que a matéria exigir, de modo a tê-la sempre ajustada a êsses tipos de informações;

6. Seja estudada a possibilidade de a Divisão de Estatística Comerciais e Industriais (DEICOM), do Instituto Brasileiro de Estatística, assumir a responsabilidade do levantamento dos dados gerais da indústria extrativa mineral;

7. Que as informações existentes sobre a indústria extrativa mineral sejam estudadas e classificadas de modo a permitir sua utilização para fins estatísticos.

8. O cálculo de índices de produção industrial, segundo categorias de uso (Bens de Capital, Intermediários, Bens de Consumo Durável) e de índices de oferta industrial, por origem e usos.

RECOMENDAÇÃO N.º 11

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

Considerando as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "C" — Censos de 1970.

RECOMENDA:

Aprovação do "Plano para o Censo Industrial de 1970", elaborado pelo Serviço Nacional de Recenseamento, do Instituto Brasileiro de Estatística;

2. A aceitação, para apreciação do Serviço Nacional de Recenseamento das sugestões abaixo relacionadas, segundo os respectivos órgãos pelas mesmas responsáveis:

a) *Fundação Getúlio Vargas* — Necessidade de discriminação do Capital aplicado, segundo a destinação aos setores de produção e administrativos dos estabelecimentos industriais; conveniência do exame do critério de inclusão, como salários, dos pagamentos efetuados à conta de trabalhos realizados a domicílio; conveniência da apropriação das despesas diversas ao nível de subgênero de indústrias; destaque das despesas decorrentes de benefícios de natureza social; necessidade de destacar, das despesas com seguros, a parte relativa a seguros contra acidentes do trabalho; pesquisa da indústria de mineração; necessidade de formulação de definições precisas para todos os quesitos relativos aos Investimentos de Capital;

b) *Eletrobrás* — Necessidade de efetuar-se indagação sobre a demanda máxima de energia nos estabelecimentos industriais;

c) *Federação das Indústrias de São Paulo* Necessidade de uniformização dos conceitos dos tópicos constantes das pesquisas industriais; necessidade de prepararem-se instruções precisas para preenchimento de questionários;

d) *Departamento Estadual de Estatística de São Paulo* — Necessidade de obter-se capacitação plena do pessoal de coleta encarregado de prestar esclarecimentos aos informantes.

RECOMENDAÇÃO N.º 12

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

Considerando as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "B" — Aplicação da Técnica de Amostragem e os pronunciamentos dos debatedores,

RECOMENDA:

1. Seja encaminhado ao Centro Brasileiro de Estatísticas Agropecuárias, do Instituto Brasileiro de Estatística, da Fundação IBGE, o documento apresentado "Implantação da Tecnologia de Amostragem nas Estatísticas Prioritárias Agropecuárias" a fim de serem estudadas as sugestões nele contidas;

2. Que a Escola Nacional de Ciências Estatísticas preveja cursos de especialização em estatísticas agropecuárias.

RECOMENDAÇÃO N.º 13

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

Considerando as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "A" — Plano Nacional de Estatísticas Básicas — ao apreciar os documentos "O Sistema Estatístico da Educação Superior" e "Padrões Estatísticos para o Planejamento Brasileiro".

RECOMENDA:

1. Encaminhar os referidos trabalhos ao Instituto Brasileiro de Estatística, a fim de que a CONPLANE os examine, com vistas ao seu aproveitamento por ocasião dos estudos que serão realizados para implementação do Plano Nacional de Estatísticas Básicas.

RECOMENDAÇÃO N.º 14

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

Considerando as conclusões a que chegou a Comissão "B" — Aplicação da Técnica de Amostragem — ao aprovar o documento "Amostragem Aplicada à Estatística do Comércio por vias Internas",

RECOMENDA:

1. Que os resultados da experiência em curso no Departamento Estadual de Estatística de São Paulo sejam encaminhadas ao Instituto Brasileiro de Estatística da Fundação IBGE, para aproveitamento como subsídio valioso, em estudos de esquemas de amostragem, destinados ao levantamento da estatística do comércio interestadual por vias internas.

RECOMENDAÇÃO N.º 15

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

CONSIDERANDO:

a existência de numerosos órgãos dedicados à elaboração de índices de preços no País e a necessidade de conjugar seus esforços no sentido de melhor aproveitá-los;

que as exigências nesse campo devem ser atendidas, mas, também, que, para consecução desse objetivo deve ter-se em vista as prioridades que venham a ficar estabelecidas no Plano Nacional de Estatísticas Básicas;

a necessidade de elevar a cobertura dos índices de preços já calculados para o País e, propiciar condições para que o cálculo desses índices se estenda a outros setores;

e as conclusões a que chegou a Comissão Técnica "D" — Estatísticas Derivadas, ao apreciar o documento oficial "Índices de Preços — Necessidades Mínimas";

RECOMENDA:

1. A Fundação IBGE a instituição de uma comissão com vistas ao estudo e coordenação dos problemas de coleta de preços e de elaboração de índices;

2. Que a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas (CONPLANE) estude, em todos os seus aspectos e implicações, a relação de indicadores constante do item 3.0 do documento oficial — "Índices de Preços — Necessidades Mínimas", como necessidades mínimas no campo de índices de preços;

3. Que o Instituto Brasileiro de Estatística estude a possibilidade de ampliar os levantamentos de preços sob sua responsabilidade, realizados através do "Inquérito Nacional de Preços", a um maior número de produtos específicos, levando em conta as recomendações das entidades consumidoras dessas informações;

4. Seja estudada, também, a possibilidade de estender ao comércio atacadista e varejista do País os "Inquéritos Econômicos", de responsabilidade do IBE.

RECOMENDAÇÃO N.º 16

A I CONFEST, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Regulamento da Fundação IBGE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e

CONSIDERANDO:

que a implantação de um sistema de planejamento exige, como requisito essencial, um sistema de Contas Nacionais que represente adequadamente a evolução dos agregados econômicos, sob as óticas complementares do Produto, da Renda e da Despesa;

que a demanda por informações sistemáticas torna-se progressivamente mais exigente e refinada, forçando modificações no seu sistema de coleta e estruturação que representa um compromisso entre a necessidade dos usuários de informações e as possibilidades do sistema produtor de estatísticas;

que as Contas Nacionais constituem uma síntese das estatísticas econômicas mais relevantes, que, por sua ambição, praticamente define um sistema estatístico e demanda uma gama muito rica de dados, exigindo a utilização complementar de fontes de informações não diretamente estatísticas;

e as conclusões a que chegaram a Comissão Técnica "A" — Plano Nacional de Estatísticas Básicas e a Comissão Técnica "D" — Estatísticas Derivadas — ao aprovar o documento oficial "As Contas Nacionais do Brasil — Necessidades Atuais de Informações Estatísticas para seu Aperfeiçoamento";

RECOMENDA:

1. Aprovar o "Plano Nacional de Estatísticas Básicas" na forma como foi elaborado pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, em sua Resolução n.º 1, de 11 de março do ano corrente.

2. Adotar o IBE as medidas necessárias para a implementação do PNEB, visando permitir a solução das principais dificuldades hoje existentes para a elaboração de um sistema de Contas Nacionais que satisfaça os requisitos enunciados pela ONU e as crescentes necessidades do sistema de planejamento brasileiro;

3. Que, em face das dificuldades de implementação, a curto prazo, do PNEB, se dedique especial atenção aos pontos abaixo relacionados, que representam as prioridades mais imediatas para a melhoria do atual sistema de Contas Nacionais, prioridades essas cujo atendimento constitui pré-condição para o posterior aprimoramento e refinamento desse sistema:

a) Definição e execução de um sistema de informações anuais sobre o pagamento dos fatores de produção agrícola e de indicadores dos investimentos realizados nesse setor, complementado por informações regionalizadas e periódicas sobre o Consumo Intermediário do setor primário;

b) Padronização, sistematização e publicação das informações do INPS e da "Lei dos 2/3" sobre emprego, salários, ordenados e outros pagamentos a fatores, como elementos indispensáveis para o cálculo do Valor Adicionado dos setores que, por sua complexidade, são dificilmente cobertos pelos levantamentos normais do sistema estatístico;

c) Realização de pesquisas anuais e regionalizadas sobre indicadores do nível de atividade do setor comércio, com prioridade inicial ao setor atacadista;

d) Realização de levantamentos especiais de indicadores físicos (ton/km e passageiros/k) do sistema de transportes rodoviários e marítimos, bem como de informações, desses setores, relativas a pessoal ocupado e pagamento a fatores, a nível de estabelecimentos;

e) Promover a padronização, correspondente a Unidades da Federação, das estruturas orçamentárias, segundo a classificação dos orçamentos por programação, no que tange à desagregação setorial e regional dos recursos e dos dispêndios públicos, englobando autarquias, empresas estatais e mistas;

4. Solicitar ao Banco Central e ao Instituto de Resseguros do Brasil providências no sentido de fornecimento de informações anuais sobre pagamentos de fatores, pelo sistema financeiro, público e privado, em termos nacionais e estaduais;

5. Promover a realização de um seminário de nível técnico, para estudar e debater problemas metodológicos e de coordenação do sistema de informações, relativos à elaboração das Contas Nacionais, visando a sua melhor adequação às necessidades do sistema de planejamento nacional e regional.

DISCURSO DO SR. RAUL ROMERO DE OLIVEIRA, DIRETOR-SUPERINTENDENTE DO IBE, NA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DA I CONFEST

"Ao término dos trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Estatística, desejo, na qualidade de Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, congratular-me com os participantes deste encontro pela plena consecução dos objetivos que aqui nos reuniram. Faço-o com dupla satisfação por haver verificado o interesse demonstrado por quantos acorreram à convocação da Fundação IBGE para esta conferência, e pelo espírito de cordialidade e cooperação dominante em todo o decorrer da reunião ora encerrada.

Não precisarei acentuar a extraordinária importância desta conferência. Como teve ensejo de salientar o Presidente da Fundação IBGE na solenidade de instalação dos nossos trabalhos, a significação deste encontro está implícita em suas próprias motivações, as quais, em síntese, traduzem o empenho geral no sentido de ajustar o sistema estatístico nacional às novas etapas do desenvolvimento brasileiro.

Além do caráter estritamente técnico da conferência, há que frisar, ainda, a singularidade de tratar-se da primeira reunião do gênero, de âmbito nacional, realizada após a recente transformação institucional por que passou o IBGE.

Durante uma semana de intensos e fecundos debates em torno de planos e programas de interesse comum, reuniram-se produtores e usuários de estatísticas de todo o País. Somavam quase trezentos participantes — técnicos e estudiosos do mais alto nível — representando cerca de 140 órgãos e entidades, o que superou os mais otimistas prognósticos.

Responsável pela orientação normativa e a supervisão técnica do sistema estatístico nacional, o Instituto Brasileiro de Estatística, pelo seu Diretor-Superintendente e todo o pessoal de seus quadros de direção e execução, manifesta, os melhores agradecimentos aos representantes desses órgãos e entidades, tanto do setor público como da esfera privada, não só pela solicitude com que se dispuseram a participar do encontro, como pelo vivo e profundo interesse com que o fizeram. Testemunhos eloquentes desse atuante interesse são o vulto e o valor das contribuições oferecidas, quer através das teses apresentadas, quer na permuta de idéias e de experiências, no seio das Comissões Técnicas e no curso das sessões plenárias.

Foi esse ambiente de alta compreensão dos problemas atuais da estatística brasileira e de pronta receptividade aos esforços desenvolvidos para seu melhor equacionamento que permitiram, no breve prazo de uma semana, fosse analisada e apreciada vasta matéria da maior significação para a expansão e o aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais.

Attingiu o total de trinta e quatro o número de documentos recebidos; todos versando temas considerados prioritários e elaborados com cuidado e empenho de contribuir para identificar as soluções que vão permitir sanar as insuficiências atuais dos trabalhos e planos estatísticos.

Entre esses sobressai, entretanto, por estar mais estreitamente vinculado ao desenvolvimento e à segurança do País, o documento que constancia o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, elaborado pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas (CONFLANE), objeto de acurado exame, do qual resultou recomendação do maior alcance, relativa à sua aprovação e execução.

Desejo, neste ponto, referir-me ao trabalho produtivo e de alto nível que se processou nas cinco Comissões Técnicas instaladas. Em seu seio surgiram proposições oportunas, que se transformaram em recomendações do melhor sentido, sobre os levantamentos das estatísticas industriais e a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios, e outros empreendimentos que vêm mobilizando, ultimamente, grande parte dos setores da Fundação IBGE. Da mesma maneira, os estudos e investigações de natureza demográfica se tornaram merecedores de atenções especiais da Conferência, que, através de diversas recomendações, evidenciou a necessidade de sua extensão e intensificação.

Otras teses de evidente pertinência e atualidade, como as relativas à aplicação da técnica de amostragem às pesquisas estatísticas nos principais setores da economia, se tornariam dignas de realce.

Isto para não falar dos documentos apresentados sobre Estatísticas Derivadas, que foram exaustivamente debatidos e dos quais foram retiradas proposições da maior atualidade e oportunidade.

Não poderei omitir, por outro lado, o interesse com que se procurou identificar as necessidades de informações estatísticas para a elaboração das Contas Nacionais, a fim de que o sistema estatístico possa melhor preparar-se para provê-las.

A formação e aperfeiçoamento de estatísticos foi, igualmente, assunto de destaque na agenda dos trabalhos, constituindo objeto de importante recomendação no sentido de articular os esforços nesse campo. Desejo acentuar, ao ensejo, que o Instituto Brasileiro de Estatística, já vem procurando proporcionar ao seu pessoal todas as oportunidades possíveis, e para isso se vale da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que vem merecendo cuidados especiais da direção da Fundação IBGE.

Revestiu-se, entretanto, de enorme importância para a Conferência, a contribuição apresentada sobre o planejamento da operação censitária prevista para 1970. Foram submetidos à apreciação da I CONFEST os Planos do Censo Demográfico, do Censo Agrícola, do Censo Industrial e do Censo Comercial e dos Serviços, que deverão ser levados a efeito naquele ano e todos eles foram analisados em profundidade para, ao final, merecerem uma aprovação plena.

Todavia, não foi apenas no campo das atividades de caráter técnico que fluíram resultados auspiciosos deste encontro. Outros largos proveitos foram também auferidos, e merece registro, entre esses, o reforço do entrosamento entre a Fundação IBGE, através do Instituto Brasileiro de Estatística, e os Departamentos Estaduais de Estatísticas. É evidente que êxito tão amplo só foi possível graças ao espírito de cooperação mútua e de estreita colaboração que constituiu uma das tônicas desta reunião. O planejamento global das atividades do Instituto Brasileiro de Estatística, principalmente no que tange à execução do Plano Nacional de Estatísticas Básicas, muito se beneficiará desse entrosamento nos termos em que foi colocado no decorrer da Conferência. Ajuste definindo responsabilidade e garantindo recursos, com liberdade de complementação estadual naquilo que for julgado de interesse especial para os Estados, haverá de contribuir para a boa marcha dos serviços estatísticos regionais, evitando-se a duplicação de pesquisas.

Do mesmo modo, a oportunidade foi bem aproveitada para que produtores e usuários de informações estatísticas se conhecessem mais intimamente e firmassem bases para um melhor entendimento, que deverá, daqui por diante, ser franco e altamente compensador.

Meus senhores,

Estou firmemente convencido da excelência dos resultados conseguidos nesta primeira Conferência Nacional de Estatística e, por isso mesmo, sinto-me na obrigação de fazer justiça aos que facultaram a sua realização. Aliás, cabe-me apenas renovar esse preito de reconhecimento, pois o próprio plenário da CONFEST já se antecipara ao consagrar, ontem, moções de agradecimento ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação-Geral, Dr. Hélio Beltrão, e ao Presidente da Fundação IBGE, Professor Sebastião Aguiar Ayres, por tudo que vêm fazendo para assegurar às atividades estatísticas nacionais, nesta fase de reformulação de métodos e processos, condições para seu mais amplo desenvolvimento.

Permito-me, entretanto, afirmar ao Exmo. Sr. Ministro que todos aqueles que anseiam alcançar o pleno atendimento dos interesses nacionais no campo da Estatística, através dos esforços empreendidos nesse sentido pela Fundação IBGE, estão convencidos de que esse levantado objetivo se atingirá, sem dúvida, desde que se assegure a continuidade do presente apoio que a Administração superior do País lhe vem emprestando.

O trabalho foi produtivo e os frutos em breve se farão sentir.

Iremos todos agora utilizar os resultados do esforço realizado, traduzidos em dezenas de recomendações que abrangem extensa área das atividades estatísticas nacionais. E tenho a certeza de que não desmereceremos; com denodo e empenho, procuraremos aperfeiçoar cada vez mais os trabalhos estatísticos, com a utilização de métodos e processos técnicos mais adequados.

Vamos, amanhã, voltar às nossas atividades normais, animados de novas esperanças. Produtores e usuários de estatísticas saem irmãos deste encontro, e essa união por certo constituirá permanentemente, de agora em diante, um firme ponto-de-apoio para transformar em fecunda realidade o ideal que sempre

nos inspirou: dotar o Brasil de estatísticas de elevado padrão técnico.

Aos participantes e aos que colaboraram, de qualquer modo, para o êxito da I CONFEST, os agradecimentos da Fundação IBGE.

DISCURSO DO SR. WALDEMAR DE OLIVEIRA PASSOS, DIRETOR DO DEE DA BAHIA, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA I CONFEST

“Com a realização da Primeira Conferência Nacional de Estatística, demos início a uma nova fase na evolução da estatística brasileira. Pela primeira vez congregam-se, numa reunião oficial, produtores e consumidores de estatísticas, para o estudo dos seus mais importantes problemas, tendo em vista o exame e a adoção de normas técnicas mais aprimoradas de pesquisa e análise e, ainda, a formação de pessoal especializado, problema êste da maior importância para o âmbito regional.

Os trabalhos da I CONFEST, além de atenderem a uma determinação oficial, vieram ao encontro das exigências das modernas técnicas de planejamento, tão necessárias ao desenvolvimento nacional. Muito tem sido, feito nos últimos anos, objetivando uma constante melhoria nas pesquisas realizadas, não só quanto à profundidade dos aspectos pesquisados como, também, quanto à atualização dos resultados obtidos. Muito há que fazer, todavia, para a consecução plena dos nossos objetivos, isto é, propiciar os elementos indispensáveis a um completo e atualizado conhecimento da realidade brasileira. Para atingi-los é imprescindível perseverança e firmeza de nossa parte, em suma, ânimo forte na implantação e consolidação das inovações recomendadas por esta Conferência com a nossa unânime aprovação. Também nos incumbe uma atitude de decisão e determinação para que as transformações, que se operam na estatística brasileira, sob a égide do IBGE como Fundação, sejam acompanhadas diligentemente e tenham, na prática, o nosso apoio decidido.

A obra ibgeana saiu, sem dúvida, revitalizada nos amplos debates realizados; saiu consolidada pela unidade dos nossos pontos-de-vista; caminhará, por certo, com passos firmes para o seu grande objetivo: bem servir ao Brasil, propiciando os elementos necessários ao seu progresso.

A nós, dos órgãos regionais, que servimos com o maior interesse à causa da estatística, não intimidam os novos encargos resultantes das recomendações e deliberações da I CONFEST. Vamos enfrentá-los com o maior entusiasmo, não só porque deles advirá sensível rendimento aos nossos trabalhos como, também, porque para tanto não nos faltará — estamos certos — o apoio firme e decidido da direção da Fundação IBGE.

As modificações apreciadas meticulosamente e afinal aceitas pelos participantes da Conferência, em alguns pontos ratificam diretrizes e noutros dilatam o âmbito das investigações, mantendo e perseverando o espírito de cooperação inter-administrativa, congraçando órgãos e entidades oficiais e particulares, produtores e usuários de estatísticas, na execução de uma obra pela qual é interessada a Nação inteira.

Na condição de velhos ibgeanos, fiéis aos seus princípios fundamentais, mas de espírito aberto às medidas que conduzam ao seu aperfeiçoamento, tornaremos aos nossos Estados com o pensamento de nos adestrarmos cada vez mais para servirmos ao Brasil e à causa da Estatística. E com uma palavra de reconhecimento sincero à direção da Fundação IBGE, pelo fidalgo acolhimento recebido e pelos reiterados testemunhos de confiança em nossa atuação, saudamos os ilustres professores e técnicos dos órgãos e entidades que aqui vieram trazer sua valiosa contribuição para o engrandecimento da Estatística Brasileira”.

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO “A”

Coordenadores: Isaac Kerstenetzky
Raul Romero de Oliveira
Rudolph Wuensche

Relatores: Raul Romero de Oliveira
Vinícius Fonseca
Mário Ritter Nunes

Secretário: Antônio Inácio Ferreira Santos

Cooperadores: Aulete Luiz de França Caldas
Aureo Sobreira do Vale
Hulda Maria Gomes

COMISSÃO “B”

Coordenador: Jessé Montello

Relatores: Carlos Marcos Barbosa
Rudolph Wuensche
Aureo Pinto de Figueiredo

Secretário: Simão José Gabriel

Cooperadores: Marcos Vinícius da Rocha
Sílvia de Castro Aragão
Constança Ladeira

COMISSÃO “C”

Coordenador: Maurício Rangel Reis

Relatores: Amaro da Costa Monteiro
Rudolph Wuensche

Secretário: Mauro Gonçalves Andrade

Cooperadores: Aloísio Villela de Azevedo
Edmundo Massard
Nadir Barbosa Pinto

COMISSÃO “D”

Coordenadores: David Carneiro Jr.
Arthur Pinto Ribeiro Candal
Luiz Zottmann

Relator: José Bastos Távora

Secretário: João Otávio Felício

Cooperadores: Ernâni Timotheo de Barros
Nielsen Alves Affonso
Reinaldo dos Santos Leal
Maria da Conceição Lomba
Lima

COMISSÃO “E”

Coordenador: Orlando De Maria

Relator: Henrique Tafuri Malvar

Secretário: Maria Emília de Melo e Cunha

Cooperadores: Sílvia de Miranda Ribeiro
Paulo Ernesto Gomes Pereira

COMISSÃO CONJUNTA “A” e “D”

Coordenador: Raul Romero de Oliveira

Relator: Arthur Pinto Ribeiro Candal

Secretários: Antônio Inácio Ferreira Santos
João Otávio Felício

Cooperadores: Aulete Luiz de França Caldas
Aureo Sobreira do Vale
Hulda Maria Gomes
Ernâni Timotheo de Barros
Nielsen Alves Affonso
Reinaldo dos Santos Leal
Maria da Conceição Lomba
Lima.

RELAÇÃO DOS TRABALHOS EXAMINADOS

COMISSÃO "A" — Plano Nacional de Estatísticas Básicas

- PNEB — Resolução n.º 1, de 11 de março, da CONPLANE.
- A aplicação da Técnica de Amostragem aos Levantamentos de Fluxos Internacionais e Inter-Regionais de Mercadorias.
Autor: Moysés Isaac Kessel
- O Sistema Estatístico da Educação Superior.
Autor: ERGO — Consultoria Econômica e Estatística.
- Padrões Estatísticos para o Planejamento Brasileiro.
Autor: Cláudio Alves de Souza

COMISSÃO "B" — A Aplicação da Técnica de Amostragem

- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Autor: Carlos Marcos Barbosa
- Pesquisas Demográficas
Autores: João Lyra Madeira e Manoel Augusto Costa
- Levantamento das Estatísticas Industriais
Autor: David Carneiro Jr.
- Implantação da Tecnologia de Amostragem nas Estatísticas Prioritárias Agropecuárias.
Autor: Hilton Cunha.
- Amostragem Aplicada à Estatística do Comércio por Vias Internas.
Autor: Departamento Estadual de Estatística

COMISSÃO "C" — Os censos de 1970

- Plano para o Censo Demográfico e de Habitações.
Autores: Equipe do SNR.
- Censo Demográfico — Necessidades do BNH para formulação e acompanhamento do Plano Nacional de Habitação.
Autores: Gerardo Estellita Lins e Alberto Teixeira Leite
- Notas sobre Estatísticas para o Planejamento Local Integrado.
Autor: Serviço Federal de Habitação e Urbanismo do Ministério do Interior.
- O Censo Agrícola de 1970
Autor: Maurício Rangel Reis
- Planos para os Censos Comercial e de Serviços
Autores: Equipe do SNE.
- Plano para o Censo Industrial
Autores: Equipe do SNR e Rudolph Wuensche

COMISSÃO "D" — Estatísticas Derivadas

- As projeções de População
Autor: Instituto Brasileiro de Estatística
- Dados Básicos para a Construção do índice de Produção Industrial
Autor: Ralph Miguel Zerkowski
- Índices de Preços — Necessidades Mínimas
Autor: Janes Ângelo de Souza

COMISSÃO "E" — Pessoal Estatístico

- Formação e Aperfeiçoamento de Estatísticos
Autor: Antônio Tânio Abibe

COMISSÕES "A" e "D" — Reunião Conjunta

- As Contas Nacionais do Brasil
Autor: Ângelo Jorge de Souza
- Bases Estatísticas do Planejamento Geral
Autores: Vinícius Fonseca e Albert Fishlow.

RELAÇÃO DOS TRABALHOS DISTRIBUÍDOS MAS NÃO DISCUTIDOS

COMISSÃO "A"

- Classificação de Atividades Econômicas — Atividades da Lei de 2/3.
Autor: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.
- As Estatísticas e Análises dos Problemas Habitacionais (CENPHA).

COMISSÃO "B"

- Uso da Fotografia Aérea como Sistema de Referência na Amostragem para a Previsão de Safras.
Autor: Salomão Schattan (Sec. de Agricultura de São Paulo).

COMISSÃO "D"

- A Taxa de Crescimento da Economia Brasileira.
Autor: José Guilherme Pinheiro Côrtes.

COMISSÃO "E"

- ** — As Estatísticas nos Territórios e a Carência de Pessoal.
Autor: Alberto de Andrade Uchôa.
- ** — Sugestões sobre aperfeiçoamento técnico do pessoal do Sistema Estatístico Nacional.
Autor: Alvaristo do Amaral Padilha.
- ** — Sugestões à SUDENE de apoio ao Centro de Formação do Pessoal de Estatística de Sergipe.
Autor: Paulo Gomes Dantas.
- ** — Adoção de providências para a celebração de convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).
Autor: Paulo Gomes Dantas.
- ** — Estatísticas e Desenvolvimento
Autores: Joffre Borges de Albuquerque e Leomax Falcão.
- ** — Recomendação à ENCE para reconhecimento da FORPESE.
Autor: Paulo Gomes Dantas.

OBSERVAÇÕES:

- ** — Não foram discutidas, porém serviram de subsídios para a Recomendação n.º 4.

MOÇÕES APROVADAS PELO PLENÁRIO

a) De iniciativa do Sr. Juarez Estêves Dias, Representante da Associação Profissional dos Estatísticos do Brasil, ao Exmo. Sr. Presidente da República:

Exmo. Sr. Marechal Arthur da Costa e Silva — DD Presidente da República

A I Conferência Nacional de Estatística ao reconhecer o esforço realizado pelo atual Governo da União no sentido de promover o desenvolvimento do País, e tendo em vista ser a estatística instrumento essencial à planificação desse desenvolvimento, expressa sua convicção quanto à necessidade de que sejam criadas condições para que a Fundação IBGE — ora empenhada em reformu-

lar métodos e dinamizar as atividades da estatística brasileira —, possa recrutar, no mercado de pessoal técnico qualificado, os elementos indispensáveis à consecução de seu objetivo.

b) De autoria do Sr. Cori Lourenço Acioli, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral:

“Exmo. Sr. Hélio Marcos Penna Beltrão
DD. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral

Os participantes da I Conferência Nacional de Estatística, ao concluírem os trabalhos desse encontro, no qual os problemas da estatística brasileira foram examinados segundo critério altamente realista, e visando ao equacionamento de soluções objetivas, expressam nesta moção seu reconhecimento ao Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Marcos Penna Beltrão pelo decidido apoio que vem oferecendo à Fundação IBGE, empenhada em dar novas dimensões às atividades estatísticas nacionais.

Manifestam, outrossim, a convicção de que é indispensável a continuidade desse apoio à orientação seguida pela Fundação IBGE, no sentido de reformular métodos e processos, tendo em vista o atendimento dos interesses nacionais.”

c) Proposta pelo Estatístico Moysés Kessel, dirigida à Fundação IBGE:

“O Plenário da I Conferência Nacional de Estatística apresenta suas mais expressivas congratulações à FUNDAÇÃO IBGE, não apenas pela feliz iniciativa de realização desta Conferência, que permitiu diálogo franco e proveitoso entre produtores e usuários de estatística de todas as Regiões do País, como também pela orientação que vem seguindo na árdua campanha pela reformulação das atividades estatísticas nacionais, enfrentando com decisão, que merece todo apoio, antigos e conhecidos problemas que vinham se constituindo, de muito, em desafio aos técnicos e administradores brasileiros.”

d) De autoria do Sr. José Jaime Vieira Rodrigues, Representante do Estado de Santa Catarina, ao Professor Sebastião Aguiar Ayres:

“A I Conferência Nacional de Estatística, interpretando o pensamento unânime de todos os seus participantes e,

CONSIDERANDO o empenho, o entusiasmo e a objetividade com que o Professor Sebastião Aguiar Ayres dedicou-se às tarefas de organização da I CONFEST, do que resultou elevado rendimento dos trabalhos;

CONSIDERANDO que desses resultados advirão, sem dúvida, melhores condições de trabalho e entendimento para que as estatísticas nacionais venham a cumprir, de modo pleno e satisfatório, seu importante papel no contexto das atividades produtivas;

CONSIDERANDO, finalmente, que a atuação do Professor Sebastião Aguiar Ayres à frente da Fundação IBGE constitui por si, aval de confiança para que esses resultados sejam alcançados.

RESOLVE:

Aprovar moção de aplauso e reconhecimento ao Professor Sebastião Aguiar Ayres, pela orientação que vem imprimindo às atividades da Fundação IBGE.”

ENTIDADES QUE PARTICIPARAM E RESPECTIVOS REPRESENTANTES

Associação Brasileira de Crédito e Assistência

Rural — ABCAR:

José Luiz Gouveia Gonçalves
Normando Alves da Silva

Associação Profissional dos Estatísticos do Brasil:

Juarez Estêves Dias
Rubens Dias Pinto

Banco Central do Brasil:

Antônio Sérgio Carneiro Leão.
João Pedro Gonçalves da Rocha
John D. Mangoletis
Luiz Carlos Pedrosa Paiva
Mário Antônio Willis Fonseca

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais:

Teodoro Alves Lamounier

Banco do Brasil S. A.:

Dídimo Fonseca Figueiredo
Paulo Monteiro de Araújo

Banco do Nordeste do Brasil S. A.:

Carlos Augusto Rodrigues Costa
Pedro Sisenando Leite

Banco Nacional de Habitação:

Ariel Tacla
Carlos Alberto Teixeira Leite
Carlos Eduardo Marchesini Torres
Fábio P. de Vasconcellos
Fernando da Franca Moreira
Francisco de Assis Guimarães Moreira
Gerardo Estellita Lins
Gerson Simões Monteiro
Hedberto Pinela da Silva
Henrique Costa Rzezinski
Henrique José Pedreira Linnemann
Jesus Duarte
João Cesar de Oliveira Lima
José Cândido da Silva Muricy Neto
José Eduardo de Oliveira e Cruz
José Eduardo de Oliveira Pena
José Roberto de Andrade Pinto do Rêgo
Monteiro
Mário Villela Falcão
Noé Gomes de Carvalho
Samuel Naschpitz
Sérgio Henri, Thomaz Fazzioni

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico:

Jayme Fuks

Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro:

Hudson Carrano

Cendec — Ministério do Planejamento:

Antônio Chagas Meirelles
Luiz Rocha Neto

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás:

Roberto José de Andrade
Salomon Fridman

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais:

Maria Luísa Barbosa de Oliveira

- Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais:*
 (Ir.) Almerinda L. Michelon
 (Ir.) Maria Hilma L. Ceva
- Centro de Estudos e Planejamento Regional (Cedeplar) Universidade de Minas Gerais:*
 Carlos Maurício de C. Ferreira
 Paulo Roberto Haddad
- Centro Estadual de Abastecimento S. A. — CEASA:*
 João Silvestre
- Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais:*
 Sérgio Hasselman
- Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (CENPHA):*
 José Gonçalves Carneiro
- Comissão de Marinha Mercante:*
 Fernando Balthazar da Silveira Cotte
- Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — CODEAMA:*
 Clycério Vieira do Nascimento e Sá
- Confederação Nacional do Comércio:*
 Dante Câmara Neiva
 Gabriel Luiz Gabeira
- Companhia Telefônica Brasileira:*
 Hélio Neri
- Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco — CONDEPE:*
 Flávio Tavares de Lyra
 José Jorge de Vasconcelos Lima
- Confederação Nacional da Indústria:*
 Manoel Orlando Ferreira
- Cruzada A.B.C.:*
 Piragibe de Melo e Silva
- Departamentos Estaduais de Estatística:*
Acre — Raimundo Gomes de Lima
Alagoas — José Maria de Carvalho Veras
Amapá — Edvaldo Bezerra Pinto
Bahia — Waldemar de Oliveira Passos
Brasília — Cláudio Alves de Souza
 Iberê Schindler Goulart
Ceará — Waldeihyr Furtado Nascimento
Espirito Santo — Murilo de Castro Amaral
Goiás — Maria da Glória Fleury
 Manoel Braz
Guanabara — Jonas Pereira Ribeiro
 Osmar Araújo dos Santos
Maranhão — Antônio Soares Bordoallo
 Darson Dagoberto Duarte
Mato Grosso — Hermelinda Corrêa Costa e Silva
Minas Gerais — Wilson Getúlio
Pará — Hugo de Almeida
Paraíba — Joffre Borges de Albuquerque
 Normando Guedes Pereira
Paraná — Adauto de Jesus Medeiros
 Alberto Garcez Duarte Filho
Piauí — Teresinha Pinheiro Leal Nunes
Rio de Janeiro — Aldemar Alegria
 Amílcar Gomes de Azevedo
 Antônio Carlos Marcos
 Euclides Vicente Paschoal
 Orêncio Longino de Arruda
- Rio Grande do Norte* — Cel. Francisco Bilac Faria
Rio Grande do Sul — Adalberto Tostes
 Aldrovando Rosito Guerra
Rondônia — Rubens Cantanhede Mota
São Paulo — Olavo Baptista Filho
Santa Catarina — José Jaime Vieira Rodrigues
Sergipe — Paulo Gomes Dantas
- Divisão de Estatística Industrial e Comercial (MIC) — DEIC:*
 Lauro Sodré Viveiros de Castro
- Divisão de Pesquisas e Estatísticas do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Sergipe (CONDESE):*
 Nilton Pedro da Silva
- Edinburgh University, Scotland — Departamento Social da Medicina:*
 Walter Lutz
- Escola de Estatística da Bahia:*
 Oldegar Franco Vieira
- Escritório da Cepal no Rio de Janeiro:*
 Maria da Conceição Tavares
- Escritório Regional da União Pan-Americana (OEA):*
 Germano Jardim
 Waldemar Freire Lopes
- Estado-Maior do Exército (Ministério do Exército):*
 Alair Gonçalves Couto
 Ivan Lôbo Mazza
- Faculdade de Filosofia "Santa Maria" da Universidade Católica de Minas Gerais:*
 Herbert Marchessi Duarte
- Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo:*
 Carlos Antônio Rocca
- Faculdade de Ciências Econômicas São Luís (São Paulo):*
 Vicente Unzer de Almeida
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Araraquara (SP):*
 Edson Galvão
- Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais:*
 Herbert Marchessi Duarte
- Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais:*
 Maria Aparecida de Melo
 Maria do Carmo Brandão
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo:*
 Ada de Freitas Maneti
- Federação das Indústrias do Estado da Guanabara:*
 Jorge de Souza
- Fundação Getúlio Vargas:*
 Adib Jamil Amin
 Ângelo Jorge de Souza

Gilberto de Carvalho
Ida Solberg
Isaac Kerstenetzky
Janes de Souza
Jorge Kingston
José Almeida
Julian M. Chacel
Laura Kingston Musso
Margaret Hanson Costa
Maria Alice Freitas de Gusmão
Maria Lívia Mancebo Rodrigues
Moisés Jacob Lilienbaum
Pedro Paulo Martins Soares
Ralph Miguel Zerkowski
Ruy Miller Paiva
Sílvio Wanick Ribeiro
Wilson Suzigan

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo:

Vicente Unzer de Almeida

Fundação IBGE:

Sebastião Aguiar Ayres

Escola Nacional de Ciências Estatísticas:

Antônio Tânios Abibe
Francisco de Paula e Silva Saldanha
Henrique Tafuri Malvar
Orlando De Maria
Walter Augusto do Nascimento

Instituto Brasileiro de Estatística (IBE):

Aloísio Vilela de Azevedo
Anísio Alegria
Antônio Inácio Ferreira Santos
Arnold J. King (USAID)
Áuro Pinto de Figueiredo
Áureo Sobreira do Vale
Carlos Marcos Barbosa
Constança Ladeira
Ernani Timotheo de Barros
Hulda Maria Gomes
João Lyra Madeira
João Otávio Felício
José Ayres de Souza Filho
José Bastos Távora
Marcos Vinícius da Rocha
Mária da Conceição Lomba Lima
Mária Emília de Melo e Cunha
Mário Ritter Nunes
Merton Vicent Lindquist (USAID)
Nielsen Alves Affonso
Paulo Ernesto Gomes Pereira
Raul Romero de Oliveira
Rudolf Walter Franz Wuensche
Sílvio de Miranda Ribeiro
Sylvia de Castro Aragão
Simão José Gabriel
Virgílio Gualberto

Instituto Brasileiro de Geografia (IBG):

Angelo Dias Maciel
Elza C. de Souza Keller
Lindalvo Bezerra dos Santos
Márcia Galvão
Miguel Alves de Lima
Orlando Valverde
Pedro Pinchas Geiger
Esperidião Faissol

Serviço Nacional de Recenseamento (SNR)

Amaro da Costa Monteiro
Amaro Palha Corrêa
Carlos Campos de Carvalho
Edmundo Massadar
Heitor da Câmara Vellozo
Hélio Hemetério dos Santos
Lulz G. Rosso
Manoel Antônio Soares da Cunha
Mauro Gonçalves de Andrade
Sebastião de Oliveira Reis

Fundação Lowdes:

Raul do Rêgo Lima

Gabinete Civil da Presidência da

Carlos Santos Júnior

Gessy Lever S.A.:

Moisés Kessel

Grupo Executivo das Indústrias (GEIMEC):

Carlos Alberto da Fonseca Braz
Ronald Teixeira Coelho

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA):

Adolpho Kreimer
Bernardo Luiz Pôrto Carneiro
José Maurício Gomes de Almeida
Pergi Cafiero

Instituto Brasileiro de Siderurgia:

Alfredo de Oliveira Pereira

Instituto Brasileiro do Café:

Orlando Sá Leite

Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada — IPEA:

Arthur Pinto Ribeiro Candal
David Antônio da Silva Carneiro Júnior
Jessé Montello
João Ferreira Bentes
João Paulo dos Reis Velloso
Luiz Zottmann
Manoel Augusto Costa
Maurício Rangel Reis
Vinícius Fonseca

Instituto do Açúcar e do Alcool:

Edmo Monteiro Guimarães

Instituto de Pesquisas Educacionais (IBGE):

Eloá Feljó de Almeida

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (MEC/PE):

Antônio Carolino Gonçalves

Instituto Nacional de Previdência Social:

Hélcio dos Santos

Lloyd Brasileiro:

Alberto Moura Frend
Enio P. Brandão
Yvone de Almeida

Mercedes Benz do Brasil S.A.:

Vicente Unzer de Almeida

Ministério da Aeronáutica:

Aldo Magri — 4.ª Zona Aérea
Cel. Aviador — Argeu Lemos Pelosi — CODE/IBGE
Amir Paulo de Albuquerque — B.A. — de Recife
Cássio de Barros Perlingeiro — CONPLANE
Fernando Corrêa Osório — I. G. de Aeronáutica
Guilherme Vianna Serrão — C.E.C. da Nova Escola de Aeronáutica
Jaul Pires de Castro Sobrinho — B.A. de Canoas — RS

- José Carlos de Souza — Hospital de Aero-
náutica dos Afoncos
José Lima — C.E.C. Nova Escola de Piraçu-
nunga
Nelson Gonçalves dos Santos — B.A. dos
Afoncos
Sérgio da Silva Magalhães — B.A. de Canoas
— RS
Sigfrido C. Mazza — ITA — I.T. da Aeronáu-
tica
Wilson Rodrigues da Cruz — I.G. da Aero-
náutica
- Ministério da Agricultura:*
Carlos Roberto Martins Penha
Hans Alfred Rappel — ECEPLAN
José Belmiro de Oliveira Rodrigues
José Magalhães da Costa — ECEPLAN
Roberto Maia de Camargo Adib
- Ministério das Comunicações:*
Keppler Navegante Teixeira da Motta
- Ministério da Educação e Cultura:*
Paulo de Jesus Mourão Rangel — Censo Es-
colar
Paulo Novaes — Coord. Aperf. Pessoal de Ni-
vel Superior
Taisa Motta
Zenaida Cardoso Shcultz — INEP
- Ministério da Fazenda:*
Antônio Mariz de Oliveira
Helois de Almeida
Otto Villar Cabiló
- Ministério da Indústria e Comércio:*
Orange Thaumaturgo Soriano de Mello
- Ministério da Marinha:*
Capitão-de-Mar-e-Guerra Auro Madureira
- Ministério das Minas e Energia:*
José Loureiro
Oscar de Araújo Fonseca Filho
Rubens Jorge de Campos
- Ministério dos Transportes:*
Gilberto da Silva Barros
Osnei Copinski
- Ministério da Saúde:*
Diamantino Salgueiro da Silva
Orlando Ribeiro Gonçalves
- Organização Pan-Americana da Saúde:*
José Augusto Coll
- Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás:*
Argemiro Dias Soares
- Prefeitura do Município de Osasco (SP):*
Vicente Unzer de Almeida
- Rêde Ferroviária Federal S.A.:*
Joaquim Pacheco Americano
Roberto Rodrigues Monteiro
- Secretaria de Saúde Pública do Estado da
Bahia:*
Celso Pugliese
- Secretaria de Economia e Planejamento do Es-
tado de São Paulo:*
Léa Maria da Rocha
Sérgio Alberto Brandt
- Secretaria da Fazenda do Amazonas:*
Luiz Alberto Barbosa Lima
- Secretaria do Governo da Prefeitura do Distrito
Federal:*
Moacyr Carvalho Ribeiro
- Serviço de Estatística da Saúde:*
Alceu Vicente Wightman de Carvalho
- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Po-
lítica (SEDAP):*
Hélio de Oliveira Santos
Rubens D'Almada Horta Pôrto
- Serviço de Estatística da Produção (SP):*
Hilton Cunha
M. A. Telang
Roberto Maia de Camargo Adib
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura:*
João Torres Jatobá
- Serviço de Estatística do Departamento Nacional
de Águas e Energia:*
Mário Peçanha de Carvalho
- Serviço de Estatística da Previdência e Traba-
lho:*
Milton Rangel da Silva
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira:*
Mário Alves
Thadeu Keller Filho
- Serviço Federal de Habitação e Urbanismo —
(SERPHAU):*
Luiz Carlos Campos Leal
Mário Dias Lopes
- Sindicato Nacional da Indústria do Cimento:*
Arlido Araré de Souza Brito
- Sociedade de Pesquisas e Planejamento —
SPLAN:*
José Arthur Rios
- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
(SUDEPE):*
Antônio Duran de Oliveira
- Superintendência do Desenvolvimento do Nor-
deste (SUDENE):*
Delzir Antônio Mathias
Expedito de Albuquerque Fonseca
George Pellerin da Silva
- Superintendência Nacional do Abastecimento
(SUNAB):*
José Augusto Borges Leal
Luiz Flávio Nunes de Sampaio
- Superintendência do Vale do São Francisco
(SUALE):*
José Gilberto Costa
- Superintendência da Região Sul (SUDESUL):*
Raul Baginski
- Sudema/Maranhão — Departamento Estadual
de Estatística:*
Osmar Fernandes Silva
- Universidade da Bahia:*
Célia Guimarães Netto Dias

Universidade Federal de Pernambuco:

Rafael Moscoso Segovia

Universidade de São Paulo:

Lindo Fava

MINISTÉRIO DO INTERIOR

NOVAS RODOVIAS PARA O NORTE E NORDESTE — O Ministério do Interior, durante o corrente ano, vai empregar a verba de NCr\$ 60,6 milhões em rodovias do Norte e Nordeste do Brasil. Com isso, visa aquele ministério criar as condições necessárias para o mais rápido desenvolvimento daquelas duas regiões, consideradas prioritárias pelo ministro Albuquerque Lima.

Os recursos serão empregados pela SUDAM e pela SUDENE, de acordo com um programa elaborado pela equipe técnica daquele ministério, ao qual Pernambuco, se destaca entre as áreas prioritárias.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

CÓDIGO DE MINERAÇÃO

O presidente da República assinou decreto no dia 3 de julho de 1968 aprovando o Código de Mineração, regulamentando, em consonância com dispositivos constitucionais, a autorização de pesquisa da concessão de lavra, que passaram a ser conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedade organizada no País, autorizada a funcionar como empresa de mineração. O regulamento especifica a mecânica dos regimes de exploração e aproveitamento das jazidas e minas a autorização depende de alvará do ministro de Minas e Energia; a concessão, de decreto do governo federal; o licenciamento de licença expedida em obediência a regulamentos administrativos locais, de inscrição do contribuinte no órgão próprio do Ministério da Fazenda e de registro de licença, acompanhada da planta da respectiva área, no Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM; e matricula, de registro do garimpeiro na Exatoria Federal onde se localizar a jazida; o monopólio, quando instituído em lei especial.

As jazidas de substâncias minerais objeto de monopólio serão regidas por leis especiais, assim como as substâncias minerais ou fósseis de interesse arqueológico, os espécimes minerais ou fósseis destinados a museus, estabelecimentos de ensino e outros fins científicos e as jazidas de água subterrânea.

O direito de prioridade, que veio substituir o direito de preferência, de importância fundamental à definição do direito das partes em competição, é definido de modo explícito, em função da precedência da entrada no DNPM do requerimento de autorização de pesquisa em área considerada livre, ou de concessão de lavra de jazida considerada em disponibilidade, designando-se por "prioritário" o respectivo requerente.

O "Grupamento Mineiro", figura nova instituída pelo Código de Mineração, que permite a reunião em uma só unidade de mineração de várias concessões de lavra da mesma substância mineral, de um só titular, em área de um mesmo jazimento ou zona mineralizada, foi objeto de estudos pela comissão.

O regulamento concluiu que a constituição do "Grupamento Mineiro" ficará a critério do DNPM e será autorizado pelo seu diretor geral.

Para efeitos de cumprimento da lei, o regulamento definiu como "Empresa da Mineração", a firma individual ou a sociedade organizada na conformidade da lei brasileira e domiciliada no País, qualquer que seja a sua

forma jurídica, com o objetivo principal de realizar exploração e aproveitamento de jazidas minerais".

A participação de acionistas estrangeiros nessas empresas foi regulada de acordo com o Código de Mineração, estabelecendo-se, para esses casos, condições próprias de processamento do pedido.

As zonas que forem declaradas "reservas minerais" ou em áreas sujeitas às atividades de mineração em regime de monopólio só poderão ser pesquisadas ou lavradas quando tratar-se de outra substância mineral que não a sob reserva ou monopólio e na dependência de prévia audiência dos órgãos governamentais interessados ou do órgão executor do monopólio. Ainda assim, a pesquisa e a lavra só serão concedidas nas condições especiais estabelecidas pelo ministro das Minas e Energia.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO OESTE POR HIDROVIAS — A ligação da Bacia do Prata com a Bacia Amazônica é objeto dos planos do Governo Federal, e a Comissão Interstadual da Bacia Paraná-Uruguaí encontra-se em contato com os Governadores dos Estados da Região Centro-Sul buscando as fórmulas que permitirão transformar o projeto em realidade.

O titular da Comissão, Professor Luís de Freitas Bueno, esclareceu que a ligação das bacias Amazônica e do Prata é um velho esboço da Comissão e sua concretização permitirá uma integração em todo o oeste, ao invés do litoral, como foi feito até hoje. "Essa ligação — friso — em virtude dos baixos fretes de transporte fluvial e da quase inexistência de manutenção em relação a uma rodovia, permitirá um desenvolvimento integrado numa região ainda quase por descobrir-se. Seus efeitos poderão ser, inclusive, superiores às consequências da construção da Belém-Brasília, que está criando centros de popularização numa região que há poucos anos nem tinha população.

Além desse assunto, que é considerado de transcendental importância não só para o desenvolvimento mas também para a segurança nacional, conforme explicou o Professor Freitas Bueno, serão discutidos ainda, na X Reunião de Governadores dos Estados que integram a Bacia Paraná-Uruguaí, outros temas de interesse regional, como estudos completos da região Centro-Sul, estudos dos rios, estudos econômicos de planejamento regional, além de outras matérias.

Segundo informou o Professor Luiz de Freitas Bueno, a Comissão Interstadual da Bacia Paraná-Uruguaí, criada em 1951, foi o primeiro organismo no Brasil a se preocupar com planejamento regional e a instalar no País uma metodologia de pólos de desenvolvimento. A CIBPU é formada pelos Governos dos sete Estados associados, que mantêm a entidade, e que têm como órgão superior a Conferência de Governadores, que se reúne anualmente para missão e fixação de filosofia de serviço.

Em virtude de seu planejamento avançado e dentro de critérios mais modernos, declarou o Sr. Freitas Bueno que a CIBPU, atualmente deixou de ter caráter regional e está atendendo solicitações de outros Estados da Federação e do próprio Governo da União, como a elaboração do projeto da Ligação Amazônica do Prata. Há poucos dias, a CIBPU, encerrou — e já divulgou — um volumoso estudo sobre o problema de abastecimento de água da cidade de São Paulo, que será ofertado à municipalidade. Outro trabalho fora de seu setor, há pouco elaborado pela Comissão, é um estudo sobre "Industrialização do Babaçu", que poderá revolucionar a agro-indústria na região Norte do País, onde o Governo também está preocupado com a integração e o desenvolvimento.

Unidades Federadas

AMAZONAS

ATIVIDADES DA SUDAM — Entre os anos de 1966 e 1967, o extinto Conselho Técnico da Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia, (SUDAM), agora transformado em Conselho Deliberativo daquele órgão, aprovou cento e vinte e oito projetos, assim discriminados: 54 de empreendimentos agropecuários, 72 de empreendimentos industriais e 2 de serviços, totalizando NCr\$ 575 951 871,85.

Os incentivos fiscais provenientes da aplicação de 50% do valor do imposto de renda pago por pessoas jurídicas que optam por aplicá-los em projetos na área da SUDAM, e depositados no Banco da Amazônia, representam 61,22% do total de investimentos ou seja NCr\$ 352 598 710,51. Os recursos próprios representam 29,75% (NCr\$ 171 365 012,84) e recursos outros como empréstimos de Banco da Amazônia (BASA), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Brasil, Banco Internacional de Desenvolvimento, Aliança para o Progresso, Fornecimento de Equipamentos, Financiamentos Estrangeiros, Financiamentos Nacionais e Diversos, alcançam NCr\$ 51 988 148,50 ou seja, 9,03%.

No setor agropecuário situa-se a maior soma de recursos. Esses recursos representam 58,01% do valor de empreendimentos aprovados, ou seja, NCr\$ 334 126 835,18. Neste setor estão sendo empregados NCr\$ 241 818 716,68, provenientes de incentivos fiscais NCr\$ 88 949 630,40 de recursos próprios, e NCr\$ 4 258 488,10 provenientes de outros recursos.

Os projetos agropecuários localizam-se em sua maioria no Estado de Mato Grosso, (30), seguido do Pará, (18), Goiás, (4) e Maranhão (2).

O número de projetos de indústria é maior que os agropecuários: são 72, no valor de NCr\$ 216 285 036,67, embora este valor seja menor que o empregado nos projetos agropecuários.

De todos os setores industriais o têxtil é o mais importante, pois aplicará NCr\$ 58 982 247,11, dos quais NCr\$ 25 052 733,00 serão recursos provenientes de incentivos fiscais. NCr\$ 12 180 918,00 de recursos próprios, e NCr\$ 21 748 596,11 provém de fontes diversas.

Pela ordem de importância vem a seguir a indústria madeireira que aplica NCr\$ 49 805 376,40. Os recursos provenientes de diversas fontes como BNDE, Aliança para o Progresso, Financiamento Estrangeiro, Financiamento Nacional e outros, somam NCr\$ 10 845 473,29. Os recursos próprios chegam a NCr\$ 16 504 730,44 e os provenientes de incentivos fiscais totalizam NCr\$ 22 455 172,67. São 12 os projetos aprovados para o setor.

Em terceiro lugar estão as indústrias de mineração com NCr\$ 28 711 475,00 dos quais NCr\$ 16 102 460,00 provém de incentivos fiscais. NCr\$ 6 919 378,00 vêm de recursos próprios e NCr\$ 5 689 637,00 de outras fontes. 3 são os projetos.

Pela ordem decrescente de valor total dos projetos seguem-se os seguintes tipos de indústrias:

Óleos vegetais com NCr\$ 15 549 475,00 para os quais os incentivos fiscais entram com NCr\$ 9 200 460,00, os recursos próprios com NCr\$ 4 158 569,00, e outros recursos (BASA), Banco do Brasil, SUDAM, Financiamento Nacional e Diversos, com NCr\$ 2 190 446,00. São em número de 14 os projetos do setor.

Bebidas com NCr\$ 11 901 479,00, sem nenhum outro financiamento que não sejam os re-

curso próprios no valor de NCr\$ 5 086 479,00, e os provenientes de incentivos fiscais que somam NCr\$ 6 815 000,00. São 2 os projetos.

A siderúrgica também não tem nenhum outro tipo de financiamento fora dos recursos provenientes de incentivos fiscais no valor de NCr\$ 4 340 000,00, e os recursos próprios de igual valor, totalizando NCr\$ 8 680 000,00. Um único projeto de siderurgia foi aprovado para a área da SUDAM.

Outra indústria importante na Amazônia é a da movelaria. Os projetos neste ramo (2) alcançam NCr\$ 7 493 196,00 dos quais NCr\$ 5 619 897,00 são provenientes de incentivos fiscais. NCr\$ 1 873 229,00 representam recursos próprios.

O setor de indústrias diversas, e nisto estão englobadas as indústrias de confecções (roupas), colchões de molas e ortopédicos e ampliação de gráfica-editora, está aplicando NCr\$ 5 136 529,16, dos quais NCr\$ 3 433 929,16 provém de recursos de incentivos fiscais, os recursos próprios atingem a NCr\$ 1 672 600,00 e os recursos de fontes diversas vão a NCr\$ 30 000,00. São 3 os projetos aprovados para o setor.

Os projetos referentes a indústria alimentar (8) alcançam NCr\$ 4 700 167,00. Deste total, os recursos próprios são a maior parte (NCr\$ 2 001 054,00), os de incentivos fiscais NCr\$ 1 683 450,00, e outros recursos (SUDAM, B. do Brasil), Financiamento Nacional NCr\$ 1 015 663,00.

A indústria de produtos de higiene (3), representada por fábricas de perfumaria, sabão e algodão nacional, está em franca expansão. Os projetos deste setor alcançam o valor de NCr\$ 4 095 079,00 dos quais NCr\$ 2 001 600,00 representam recursos de incentivos fiscais e NCr\$ 1 443 479,00, recursos próprios. Outros recursos para o mesmo setor proveniente do BASA, BNDE e Financiamento Nacional representam apenas NCr\$ 650 000,00.

Importantes são também outras indústrias que transformam matéria-prima local: a de celulose e papel e a de borracha. Os dois projetos de fábrica de celulose e papel aprovados pela SUDAM exigem recursos no valor de NCr\$ 3 685 989,00. Destes, NCr\$ 2 333 813,00 são recursos próprios, NCr\$ 1 670 311,00 provirão de incentivos fiscais e NCr\$ 273 845,00 representam recursos originários de outras fontes como BASA, Banco do Brasil e Fornecimento de Equipamentos. Já a indústria da borracha, como também 2 projetos aprovados, necessita de NCr\$ 3 675 402,00. Os recursos de incentivos fiscais para essa indústria são de NCr\$ 2 530 000,00 e os recursos próprios NCr\$ 445 402,00. Os outros recursos tais como financiamento do BASA são do valor de NCr\$ 700 000,00.

A indústria de vidraria, representada por um único projeto, representa investimento de NCr\$ 3 840 000,00 dos quais NCr\$ 2 240 000,00 são recursos de incentivos fiscais e NCr\$ 600 000,00 de recursos próprios. Há outros recursos no valor de NCr\$ 1 000 000,00 provenientes de empréstimos do BASA.

O único projeto de indústria salinera tem o valor de NCr\$ 3 181 000,00, representados por NCr\$ 2 385 000,00 de recursos de incentivos fiscais, e NCr\$ 796 000,00 de recursos próprios.

Para as duas fábricas de fósforos de segurança com investimentos no valor de NCr\$ 2 907 642,00 e os incentivos fiscais representam NCr\$ 2 004 481,00 os recursos próprios NCr\$ 908 161,00.

Um último grupo de indústrias: a metalúrgica, a de plásticos e a de tintas e vernizes. São 3 projetos aprovados para a metalurgia, 1 para

os plásticos e outro de tintas e vernizes. Para a metalurgia os recursos são da ordem de NCr\$ 1 700 000,00, dos quais NCr\$ 1 210 000,00 de incentivos fiscais, NCr\$ 464 000,00 de recursos próprios e NCr\$ 261 000,00 de recursos diversos. A indústria de plásticos está investindo NCr\$ 1 430 000,00. Os recursos de incentivos fiscais representam NCr\$ 1 072 500,00 e os recursos próprios NCr\$ 357 500,00. A fábrica de tintas e vernizes tem de recursos próprios..... NCr\$ 225 000,00; está captando outros NCr\$ 225 000,00 e tem empréstimo da SUDAM de NCr\$ 360 000,00.

Os projetos de serviços são 2 — empresas de navegação fluvial e de cabotagem. Representam investimentos de NCr\$ 25 540 000,00, dos quais os recursos próprios são de NCr\$ 21 010 000,00 os incentivos fiscais NCr\$ 1 330 000,00 e recursos diversos NCr\$ 3 200 000,00.

PLANO RODOVIÁRIO — Duas rodovias em projeto, destinadas a desempenhar papel importante no sentido da integração nacional e continental da Região Amazônica, foram motivo de reunião do diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Amazonas com o Chanceler Magalhães Pinto, com o fim de obter participação técnica e financeira da ONU e da Aliança Para o Progresso.

Segundo declarações prestadas à imprensa pelo coronel Mauro Bolívar de Moura Carijó, diretor do DER-Amazonas, uma das rodovias sairá de Pôrto Velho, atravessará o Território do Acre, no sentido Leste-Oeste e atingirá o Peru, num percurso de mil quilômetros. A BR-319 partirá também de Pôrto Velho, mas tomando o rumo Sul-Norte, passará por Manaus, desembocando na Venezuela. Sua realização foi apontada — afirmou — como um das metas prioritárias do Governo Costa e Silva. O traçado aproveitará parte da estrada pioneira Brasília-Rondônia e dividirá o Estado do Amazonas em duas partes, favorecendo a aplicação de um plano integrado de colonização.

Revelou o coronel Moura Carijó que o governador Daniel de Matos Azeosa já tratou de declarar de utilidade pública — para colonização — uma faixa de 30 quilômetros de largura, ao longo dos 1.100 quilômetros de extensão da rodovia, em seu Estado.

Segundo o diretor do DER-Amazonas, houve estudos sérios sobre a viabilidade técnica e financeira da obra o que exigiu que a região fosse percorrida, palmo a palmo. Houve — prosseguiu — concorrência entre 8 firmas, para a execução, vencendo a Andrade Gutierrez, que propôs um custo de NCr\$ 30 milhões, sem incluir revestimento e tubulações.

BAHIA

CONFERÊNCIA SOBRE CARTOGRAFIA — Realizou-se em julho de 1968, na Escola Agronômica de Cruz das Almas, na Bahia, conferência sobre o tema "Cartografia de Solos para Planos de Desenvolvimento com Referência Especial ao Caso da Irrigação". Outra palestra, desta vez sobre "Métodos de Condução de irrigação", foi realizada na Escola Politécnica.

Discorreu sobre ambos os assuntos o professor Ario Azevedo, especialista da Universidade de Pernambuco, e as conferências foram realizadas por solicitação da Universidade Federal da Bahia.

GUANABARA

CURSOS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS — O Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara fez realizar um curso de "Conhecimen-

tos e Informações sobre Cartografia", no segundo semestre de 1968.

Do currículo constaram as seguintes matérias: História da Cartografia, da Formação Territorial do Brasil, Demarcação, Delimitação e Cartografia das Fronteiras do Brasil, Cartografia Moderna, Geografia e Ciências Afins, Leiatura e Interpretação de Mapas e Fotografias Aéreas, Artes Gráficas Aplicadas à Cartografia e Mapoteconomia. As aulas foram ministradas pelos professores: Coronel Livalton Milton Engel, Tenente-Coronel Cêrvulo Lisboa Braga, Tenente-Coronel Sebastião da Silva Furtado, Manuel Maurício de Albuquerque, Cloves de Bitencourt Doltori, Cêurio de Oliveira, Linton Ferreira de Barros e Isa Adonias. A aula inaugural foi proferida pelo Secretário de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, Prof. Gonzaga da Gama Filho, e matricularam-se no Curso professores, geógrafos, cartógrafos, documentaristas, bibliotecários e estudantes de nível superior.

O curso desenvolveu ainda um programa de conferências sobre atividades cartográficas e aerofotogramétricas, a cargo de especialistas.

Colaboraram na iniciativa da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara as seguintes instituições: Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Justiça; Ministério da Aeronáutica; Diretoria do Serviço Geográfico do Exército; Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha; Departamento Nacional de Produção Mineral e Departamento Nacional de Águas e Energia, do Ministério das Minas e Energia; Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE; Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; Associação Nacional de Empresas de Aerofotogrametria; Geofoto S.A.; LASA — Engenharia e Prospecções S. A.; Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.; FROSP-PEC S. A. — Geologia, Prospecção e Aerofotogrametria; Banco Nacional de Minas Gerais S.A.; Banco Predial do Rio de Janeiro S.A.; Companhia Atlantic de Petróleo S.A.; Esso Brasileiro de Petróleo S.A. e MEIRA S.A.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA — E funciona no na sua sede provisória, no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, na Guanabara, a FBCN, presidida pelo zoólogo José Cândido de Melo Carvalho, vem mantendo contato com as autoridades e as instituições que por suas finalidades possam colaborar na defesa da flora, da fauna e das paisagens naturais do Brasil. Os principais órgãos que vêm cumprindo a ingrata missão do conservacionismo no nosso País, são, além da FBCN, a Associação de Defesa da Flora e Fauna do Estado de São Paulo, o Conselho Federal de Cultura e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. A imprensa vem também dando apoio às iniciativas da Fundação, principalmente o *Correio da Manhã*, que mantém coluna especializada a cargo do professor Fuad Atala.

No princípio do ano de 1968 foram as seguintes as principais atividades da Fundação Brasileira para Proteção da Natureza: manteve com os prefeitos e delegados de polícia dos municípios de Silva Jardim e Rio Bonito, solicitando daquelas autoridades especial atenção para o cumprimento das leis de proteção da flora e fauna, a fim de processar os infratores que vêm agindo naqueles municípios fluminenses, sobretudo na captura e caça do sagüí e do mico-leão, que se encontram ameaçados de extinção; deu parecer contrário à exploração da pedra do Morro da Panela, monumento natural da Baixada de Jacarepaguá, aguardando agora o tombamento provisório da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara; remeteu ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal a lista

de espécies de animais e plantas ameaçadas de extinção no Brasil, a fim de que aquele Instituto baixe normas que visem à preservação das mesmas; enviou cumprimentos ao comandante do 9.º Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Aquidauana, Mato Grosso, por sua ação patriótica na repressão ao contrabando e comércio ilegal de aves e outros animais. Aquela unidade militar aprendeu e pôs em liberdade um carregamento de 1500 aves capturadas clandestinamente no pantanal mato-grossense

Sobre o assunto conservacionismo anotamos ainda: a composição da diretoria do Centro Mineiro de Conservação da Natureza, que funciona na Escola Superior de Floresta, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, no Município de Viçosa. Sua constituição é a seguinte: presidente, Geraldo Lopes de Faria; diretor executivo, Roberto Ramalho; secretário, José Rodrigues; tesoureiro, Kleper Euclides Sant'Anna. Na presidência do Conselho Superior está o prof. Arlindo de Paula Gonçalves.

— O pleno funcionamento do Parque Zoológico Bravo Câmara, filiado como núcleo da FBCN, no município de Varginha, M. G. Sob a direção de Mário Prota, campanhas e promoções conservacionistas estão sendo levadas a cabo junto às escolas e população local, objetivando a propagação dos princípios que norteiam o conservacionismo da natureza no sentido moderno.

— A realização, no período de 26 a 31 de outubro vindouro do Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural do Homem. O evento será promovido

pela Academia Brasileira de Ciências, com a colaboração da FBCN. A coordenação dos trabalhos está entregue ao prof. José Cândido de Melo Carvalho.

PERNAMBUCO

RODOVIAS SERTANEJAS — O secretário dos Transportes e Comunicações de Pernambuco, Sr. Abelardo Neves, inspecionou os serviços das rodovias que integrarão a zona sertaneja do Estado com sua capital e outras cidades nordestinas.

Os trabalhos de pavimentação dessas estradas estão sendo executados em concreto asfáltico, em ritmo intensivo, de acordo com o planejamento do Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco — DER/PE. Essas rodovias, que representam a redenção sócio-econômica de várias comunidades sertanejas no próximo ano estarão concluídas.

ALGAS PRODUZEM PROTEÍNAS — Aproveitando sua permanência em Pernambuco, o professor François Fiette, delegado do Instituto Francês do Petróleo para a América Latina, visitou o governador Nilo Coelho. Durante o encontro, o professor Fiette informou ao chefe do Executivo pernambucano que o governo francês vem realizando pesquisas e coleta de dados a fim de aproveitar algas marinhas na produção de proteínas.

Aquêle técnico realizará as mesmas experiências no Recife, tendo informado que no México já existe uma fábrica que industrializa algas marinhas em larga escala.

Instituições Particulares

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE PLANEJAMENTO DA FAMÍLIA

AUMENTO POPULACIONAL — Segundo a edição de janeiro de 1968 do órgão de divulgação das atividades da Federação Internacional de Planejamento da Família, a população mundial aumentou, em média, de 167 000 pessoas por dia, entre meados de 1966, chegando, então, a atingir 3 356 milhões de habitantes, segundo o último anuário demográfico das Nações Unidas, publicado em novembro último. No atual ritmo

de crescimento de 1,9%, a espécie humana terá duplicado até o ano 2005, isto é, daqui a 37 anos. Da população mundial, 72% vive nas regiões em desenvolvimento, sendo que 41% têm idade inferior a 15 anos. O maior índice regional de crescimento populacional — 3,5% — situa-se na América Central, enquanto que o índice mais baixo — 0,6% — corresponde à Europa Ocidental. Caso persistir o atual ritmo de crescimento, a população da China Continental deverá duplicar-se nos próximos 46 anos. A Índia triplicará e o Brasil quadruplicará sua população neste período.

Exterior

ESTADOS UNIDOS

25.º ANIVERSÁRIO DA ERA NUCLEAR — No dia 2 de dezembro de 1967 foi comemorado o primeiro quarto de século de existência da Era Nuclear, isto é, da primeira reação nuclear em cadeia por meio de um reator. Este era então conhecido como "pilha atômica". Coube ao físico italiano Enrico Fermi, refugiado nos Estados Unidos, chefiar a equipe que procedeu à feliz experiência.

A missão da equipe de Fermi era demonstrar que uma reação em cadeia auto-sustentável poderia ser produzida com urânio natural, e que poderia ser controlada. Walter Zinn, presente à experiência, lembra que "Nos Estados Unidos, o caminho que levou ao experimento histórico teve início no começo de 1939, na Universidade de Columbia. Nessa época, eu estava fazendo experiência com neutrons na mesma Universidade, e quando foi anunciada a descoberta da desintegração do

urânio, na Alemanha, aqueles que faziam experiências com neutrons, inclusive eu, imediatamente nos voltamos para a investigação do urânio. Fermi tinha acabado de chegar à Columbia; Leo Szilard, da Hungria, apareceu semanas depois. A chegada desses famosos cientistas nucleares europeus serviu para interessar e estimular os diversos grupos de físicos nucleares que realizavam experiências na Universidade, e logo depois uma ampla e intensa pesquisa era levada a efeito para descobrir a reação em cadeia".

No início de 1942 a equipe de Fermi e seu equipamento se transferiram para a Universidade de Chicago, onde o laboratório metalúrgico, dirigido por Arthur Compton, foi aparelhado pelo governo, para que ali se fizessem esforços para conseguir uma reação em cadeia do urânio. Os EUA estavam em guerra e o laboratório foi improvisado numa praça de esportes da Universidade, sob a tribuna principal do estádio de rugby.

O verão do mesmo ano foi de grande atividade, 30 experimentos, explorando vários aspectos da reação em cadeia, foram levados a efeito sob as arquibancadas em cada um deles era feito um segmento da estrutura da reação em cadeia urânio-grafite. O segmento era muito pequeno para desencadear a reação, mas por medidas apropriadas da distribuição dos neutrons no reator de grafite e urânio, cerca de 2,4 metros de lado por 3 de altura, podia ser estimado o tamanho que a estrutura deveria ter para se tornar auto-sustentável.

No dia 1 de dezembro estava disponível o material necessário, isto é, 50 toneladas de urânio e 500 toneladas de grafite purificada, diz ainda Walter Zinn, e prossegue em sua narrativa do histórico feito que marcou nova era para a humanidade:

“Na noite anterior a 2 de dezembro, tornou-se claro que uma reação em cadeia estava iminente, e assim os bastões foram inseridos e fechados na estrutura e uma camada parcial de grafite foi adicionada à parte superior da pilha. Decidimos que a experiência do dia seguinte seria conduzida no sentido de demonstrar que uma reação em cadeia poderia ter lugar na estrutura existente ou mostrar quanto urânio e grafite adicionais seria preciso para conseguí-la. Até então, nosso progresso era conhecido muito pouco, mesmo dentro do laboratório, mas, quando foi anunciado que uma real tentativa de reação em cadeia seria feita, muitos dos cientistas mais capazes que estavam envolvidos com o projeto demandaram ao local para testemunhar a tentativa.

“Como não havia motores ou bombas em funcionamento, ou qualquer equipamento se “movendo”, reinava silêncio, com exceção do som dos detectores de neutrons, ou “contadores”, som familiar às experiências nucleares. Sob a direção de Fermi, a remoção dos bastões de controle foi executada de maneira sistemática e as medições foram cuidadosamente feitas e registradas a cada passo.

“Era pouco mais de três horas, prossegue Walter Zinn, quando Fermi anunciou que uma reação em cadeia auto-sustentada tinha sido conseguida. As estimativas indicavam que o equipamento estava produzindo energia na reação de 200 watts. Um profundo sentimento de responsabilidade apoderou-se dos presentes. Primeiro a responsabilidade de prosseguir com as tarefas do tempo de guerra e depois a responsabilidade de compreender o que poderia significar para a humanidade a posse desse novo tipo de energia ilimitada”.

A energia atômica, na definição mais simples, é a energia necessária para manter unidas as partes componentes do núcleo atômico, e que é liberada quando eles se separam. Sob o ponto-de-vista científico a energia atômica é a energia liberada dos processos de fissão e fusão nucleares. A fissão nuclear é a desintegração do núcleo atômico. A reação em cadeia, conseguida por Fermi, é uma espécie de cascata

de desintegrações nucleares, com a produção de uma grande quantidade de energia.

Os núcleos que capturaram neutrons lentos se rompem, liberando não somente energia, mas outros neutrons que podem ser capturados por outros ruidos, que se rompem e liberam mais energia e neutrons, e assim sucessivamente. Para provocar e manter esse fenômeno há necessidade de uma massa crítica de material fissil. Isto é exatamente o suficiente para manter o equilíbrio entre a produção e a perda de neutrons. A reação em cadeia é mantida sob controle por meio de colocação estratégica de pedaços de material fissil espalhados por uma substância mais leve, como a grafite, que retarda os neutrons e modera a reação.

Atualmente existem em funcionamento ou em construção, em 46 países, mais de 500 reatores nucleares, dos mais diferentes tipos, tamanhos e funções. Os radioisótopos, produtos da radiação criada estão sendo profusamente usados na medicina, agricultura, indústria e pesquisa científica por aproximadamente 40 nações. A produção em larga escala de centenas de variedades de isótopos radioativos só foi possível graças à construção de reatores nucleares. No Brasil, o Instituto de Energia Atômica de São Paulo, já fornece a vários hospitais o centro de pesquisas do País quantidades apreciáveis, embora ainda insuficientes, desses radioisótopos.

No espaço, a energia nuclear é utilizada desde 1961 para acionar os transmissores e receptores de satélites; no mar, além do êxito do Nautilus, submarino atômico, foi colocado em serviço ativo o Savannah, primeiro navio mercante à propulsão atômica; a dessalgação da água do mar, por meio de energia do átomo, já é uma realidade.

NOVA CONCEPÇÃO DO UNIVERSO — Segundo declarações de cientistas da Marinha de Guerra dos Estados Unidos reproduzidas pela imprensa, o mundo estaria condenado a uma destruição completa, dentro de 10 bilhões de anos, o que aconteceria por ignição, e em virtude de ser o Universo um sistema curvo e fechado.

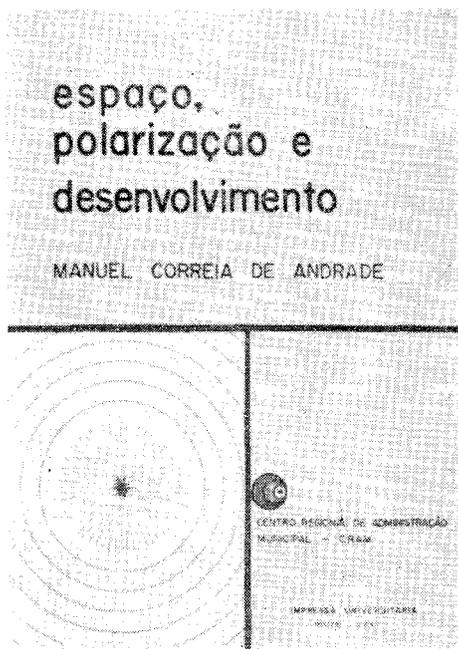
Coube ao foguete-sonda Aerobee a viagem astronáutica que proporcionou as pesquisas de surpreendentes resultados, divulgados em Washington. Segundo estas conclusões, o Universo seria um sistema fechado, cuja expansão irá diminuindo até deter-se totalmente, e não um sistema aberto, com infinita expansão. Sabíamos até então ser o Universo um processo de expansão com milhões de galáxias.

Anunciada a descoberta, pelo Dr. Richard C. Henry, do Laboratório de Investigações da Marinha de Guerra, os cientistas, em suas considerações subsequentes, fizeram a afirmação sobre o fim catastrófico da imensidão cósmica, na qual o nosso planeta figura como uma partícula de pó, e a compreensão cronológica dos anos-luz talvez escape ao pequeno universo do cérebro humano, tal a sua infinita grandeza.

Registros e Comentários Bibliográficos

LIVROS

ESPAÇO, POLARIZAÇÃO e DESENVOLVIMENTO — (A Teoria dos Pólos de Desenvolvimento e a Realidade Nordestina) — Manoel Correia de Andrade — Centro Regional de Administração Municipal — Recife — 1967.



A biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia recebeu este livro de autoria do professor Manoel Correia de Andrade, em boa hora, quando se multiplicam as consultas sobre os modernos ramos da geografia, como pode ser classificado o tema comunidades — pólos de crescimento, estudado na obra.

A teoria da polarização pode ser situada como afim à Geografia e à Economia, por tratar-se de capítulo da Economia Espacial e instrumento utilizado na Análise Regional. Quem o diz é o professor Fernando de Oliveira Mota, ao prefaciar o livro, acrescentando que os estudos nêlo desenvolvidos têm um importante sentido prático, podendo-se obter, partindo dêles, grandes contribuições para o planejamento regional, como parte do planejamento nacional, no Brasil.

É o seguinte o índice de “Espaço, Polarização e Desenvolvimento”:

I — Introdução. II — O Problema do espaço: 1 — As diversas noções de espaço; 2 — Características do Espaço Geográfico; 3 — Características do espaço econômico. III — A Região como unidade dinâmica. Posição dos geógrafos e dos economistas ante o problema regional: 1 — Espaço e região; 2 — Divisão administrativa e região; 3 — Richieri e as regiões naturais; 4 — Cholley e a região geográfica; 5 — Perroux e as regiões econômicas; 6 — Kayser, as regiões organizadas e a tipologia do espaço no mundo subdesenvolvido. IV — Os desníveis de desenvolvimento regional e a política de “aménagement du territoire”: 1 — O Desenvolvimento e o problema das regiões deprimidas; 2 — A correção dos desníveis regionais: o “aménagement du territoire” e a perspectiva. V — O problema da polarização. Características e aspectos dos pólos de crescimento e de desenvolvimento: 1 — Região, crescimento econômico e polarização; 2 — Conceitos de pólo de crescimento e de pólo de desenvolvimento — a posição de Perroux; 3 — A hierarquia entre os pólos. VI — As possibilidades de aplicação da Teoria dos Pólos de Desenvolvimento ao espaço

brasileiro. Os pólos brasileiros no espaço e no tempo: 1 — Caráter dinâmico do problema; 2 — O desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e o surgimento dos primeiros pólos; 3 — O ciclo do ouro e a polarização para o Rio de Janeiro; 4 — O surto rizicultor e algodoeiro e o surgimento do pólo de São Luís do Maranhão; 5 — O ciclo do café e a dinamização econômica da Região Sudeste; 6 — O episódio da borracha e o desenvolvimento de pólos na Amazônia; 7 — A industrialização e a formação de um pólo nacional. VII — As tentativas de aplicação da Teoria de Pólos de Desenvolvimento à realidade Brasileira: 1 — Os precursores; 2 — As tentativas de aplicação da Teoria de Pólos de Desenvolvimento ao espaço brasileiro; 3 — O I Seminário sobre Pólos de Desenvolvimento. VIII — Considerações sobre a elaboração de uma metodologia para a aplicação da "Teoria dos Pólos de Desenvolvimento" ao espaço nordestino: 1 — Considerações sobre a elaboração de uma metodologia apropriada ao estudo e à planificação do espaço nordestino; 2 — Do levantamento do diagnóstico; 3 — Do estudo dos pólos. IX — Bibliografia.

A.S.F.

FLORESTA DA TIJUCA — CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA — Rio, 1966 — Trabalho de equipe em que colaboram os especialistas Fuad Atala, Carlos M. Bandeira, Henrique F. Martins, Ademar Coimbra Filho, Creuza M. Chaves, R. Tâmara e Maria Célia Viana. Publicação do C.C.N. editada sob os auspícios do Departamento Estadual de Recursos Naturais. Volume de 152 páginas, com nota de apresentação subscrita pelo titular da Secretaria de Economia, Sr. Armando Salgado Mascarenhas, com ilustrações do clássico Rugendas e do xenógrafo M. Cavalcanti. Adendo em tricomia reproduzindo espécimes da flora e da fauna tijucanas.

Desdobra-se o volume em seis partes, assim enunciadas: I — Histórico; II — Passeios; III — Excursões; IV — Espeleologia; V — Flora; VI — Fauna.

Em síntese, informam os autores o seguinte: 1. Aniquilamento da primitiva Floresta da Tijuca, em decorrência da agricultura extensiva e da indústria do carvão; 2. Restauração com introdução de espécimes exóticos da Floresta; 3. Papel da Floresta da Tijuca na solução do problema do abastecimento de água agravado com as secas de 1824 e 1829 e na preservação da paisagem

fitogeográfica carioca; 4. Legislação e processo de desapropriação de terrenos; 5. Formação geológica e classificação das cavidades subterrâneas; 6. Principais espécimes faunísticos; 7. Abandono e retomada de interesse pelo Parque da Tijuca.

Historiando na primeira parte a formação da floresta, destaca Fuad Atala a visão e a atuação idealística de Archer, Barão do Bom Retiro e Almeida Torres, esclarecendo que a Floresta da Tijuca, hoje integrada no Parque Nacional do Rio de Janeiro, não foi concebida com a finalidade de modernos parques de Itatiaia e Teresopolis. Todavia, em 1947, quando o deixou o administrador Castro Mota, havia-se criado ali um novo ponto de atração turística dos mais atraentes da terra carioca. Praticamente abandonada nos primeiros anos da República, grande interesse seria despertado por ela a partir de 1946, quando foi organizado o Serviço Florestal na então recém criada Secretaria de Agricultura do antigo Distrito Federal.

Hoje, por sua vegetação abundante, suas cascatas, seus picos preferidos pelos excursionistas, suas veredas ensombreadas, seus belvederes, mirantes e ainda pela situação geográfica que a encrava no coração da cidade, a poucos quilômetros do mar, diz Fuad, "a Floresta da Tijuca constitui um acidente único em todo o mundo", por isso que se torna "ponto de referência obrigatório a quantos demandam o Rio de Janeiro".

Pelos dados arrolados no livro verifica-se que no triênio de 1863-1865 foram plantadas na floresta da Tijuca 22 314 árvores e nos subsequentes (1866-68 e 1869-71), 16 805 e 23 658, respectivamente. Eram palmeiras, jacarandás, jataís, muricis, urucuranas, cedro-rosa, pequiá, sapucaias, arcos-de-pipa, louros-pardos, copaíba, laranjeiras-do-mato, oiti, garaúna, andá-açus, cambuí-vinháticos, óleos-pardos, catucaens, bambus, etc. Dos primeiros plantios feitos por Archer, Bom Retiro e Almeida Torres, nem todos os espécimes vingaram. Todavia, no final de 1871, contavam-se ali 54 777 espécimes em bom estado de desenvolvimento.

No período de 1875 a 1887, plantaram-se 21 489 árvores, assim distribuídas, segundo os anos: 1877 — 1 332; 1878 — 2 809; 1879 — 2 998; 1880 — 1 714; 1881 — 1 910; 1882 — 1 153; 1883 — 1 393; 1884 — ; 1885 — 902; 1886 — 1 201; — 1887 — 1 907.

Tratando da Espeleologia, Carlos M. Bandeira tece considerações acêrca da constituição geológica, relêvo da Tijuca e da classificação das cavidades subterrâneas locais, especificando-as da seguinte maneira, segundo Lamego e Ruellan: 1) cavidade de formação contemporânea à montanha em que se localizam; 2) cavidades originadas por causas naturais, após a formação da montanha; 3) cavidades de formação artificial.

Partindo dessa classificação o autor dedica tópicos especiais às grutas e abrigos de Paulo e Virginia, Bernardo de Oliveira, Luis Fernandes, Solitário, Morcego, Belmiro, Perdido, Sucuri, Saudade, Navio, Inferno, Papagaio e Maior, concluindo por afirmar que a gruta por último mencionada tornou-se ponto de visita obrigatório de todo aquêlo que escala o Pico do Andaraí Maior.

Relativamente à Flora, anota Henrique Martins, responsável pelo capítulo, que os espécimes pioneiros mais encontrados localmente pertencem às famílias *Compositae*, *Borraginaceae*, *Solanaceae*, *Leguminosae*, *Cyperaceae*, *Graminaceae*, *Clethraceae*. São, porém, os vegetais herbáceos os que dominam no alto das elevações e revestem as escarpas. Finalmente destaca os representantes exóticos, isto é, as plantas oriundas de outras partes que foram introduzidas e se aclimataram ao ambiente.

A parte relacionada com a *fauna* é da responsabilidade de Ademar Coimbra. Diz-nos êste que, nesse particular, a floresta da Tijuca pode ser considerada uma pequena, porém muito valiosa reserva da Serra do Mar, e a título de ilustração menciona alguns espécimes de mamíferos, aves, répteis e insetos que do ponto-de-vista biológico oferecem maior interesse.

Como obra de divulgação *FLORESTA DA TIJUCA* é interessante e mesmo de utilidade para quantos desejarem informar-se acêrca do acolhedor da terra carioca.

J.R.S.

PERFIL MORFO-FISIOLÓGICO DO NORDESTINO — Alvaro Ferraz e Andrade Lima Júnior — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — MEC — Recife — 1967.

O livro que temos em mãos é um documentário importante para um sem-número de ciências, inclusive para a geografia humana. Trata-se do resultado de longos estudos e pacientes

pesquisas in vivo realizados pelos médicos militares Alvaro Ferraz e Andrade Lima Júnior, que se dedicaram à antropologia, utilizando como laboratório as salas de exames antropométricos e os ginásios de educação física por que passaram centenas de praças e estudantes, sob seu contrôle. A análise e a interpretação das populações brasileiras, sobretudo do tipo da nordestina, pôde ter assim um conjunto de conclusões perfeitas, já que o material humano utilizado na pesquisa, embora pertencesse às corporações militares e educandários de uma cidade (Recife), foi dos mais adequados, pois para lá afluem jovens de condições antropológicas e sociológicas as mais diversas.

As conclusões dos ilustres autores dêste trabalho são portanto notáveis tendo em vista os métodos utilizados, que fogem à rotina das pesquisas bibliográficas puras e das consultas. Do imenso documentário científico vivo observado, concluíram êles que não existe o tão decantado problema da deficiência física e antropológica do brasileiro, principalmente do nordestino, e que as deficiências foram comprovadamente de ordem econômica, sanitária e educacional, cujo grau alarmante impõe providências imediatas de correção, dentro do menor espaço de tempo.

Tanto os autores como o prefaciador, que é o professor Gilberto Freire, lembram o papel relevante desempenhado pelo Exército Nacional, pela Marinha e a Aeronáutica, bem como por algumas Polícias Militares estaduais, no lançamento de bases científicas para a educação física da população brasileira.

Ainda queremos observar que o facto de dizermos que o livro foge à rotina das pesquisas bibliográficas puras e para atentar que o fundo, isto é, o verdadeiro objetivo do trabalho, foi atingido partindo de conclusões obtidas de um autêntico "caldo de cultura", o que não exclui a providência certa de complementação bibliográfica especializada, para orientação dos leitores.

Está de parabéns o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, de Recife, ao editar esta obra. Não pode haver, para o trabalho e para a iniciativa desenvolvimentista, melhor alento do que saber que ilustres médicos militares como Alvaro Ferraz e Andrade Lima Júnior afirmam a inexistência, nos nossos brancos, negros e mulatos, de quaisquer dismorfismos, ou deficiências que pudessem provocar alarme e descrença.

A.S.F.

ATLAS CLIMÁTICO E ECOLÓGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO — José Setzer, engenheiro do Serviço de Geologia Geral do Instituto Geográfico e Geológico — Editado pela Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí em colaboração com as Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) — São Paulo, 1966.

O Atlas que temos em mãos é uma bela obra editada em São Paulo com a finalidade de servir de guia a quantos se dediquem ao estudo da climatologia e da ecologia daquele Estado. As 61 páginas da obra encerram matéria de grande importância e exatidão, uma vez que se baseia em pesquisas durante 20 anos cuidadosamente realizadas e atualizadas pelo autor, partindo dos dados publicados em 1946 pelo Departamento de Estradas de Rodagem no livro intitulado "Contribuição para o Clima do Estado de São Paulo".

Num total de 18 mapas, obedecendo à aprimorada técnica de cartografia, sendo 16 climatológicos, 1 da divisão do Estado de São Paulo em zonas ecológicas e 1 representando o cartograma da divisão administrativa e judiciária (municípios e comarcas), esta obra apresenta textos explicativos sobre toda a matéria estudada, e tabelas muito úteis dos índices de precipitação em função de chuvas e temperaturas, quadros climatológicos, dados físicos, químicos e genéticos médios dos principais tipos de solos, e ainda uma bibliografia composta de 19 citações, em que o autor faz a ressalva de serem estas uma complementação das 93 obras mencionadas no livro editado no ano de 1946.

Pelo índice pode o leitor avaliar a extensão e o valor da magnífica obra do professor José Setzer, editada em porte avantajado e esmerada confecção gráfica:

I — Introdução. II — As condições climáticas: — 1 — Temperaturas médias anuais, 2 — Temperaturas médias do mês mais quente, 3 — Temperaturas médias do mês mais frio, 4 — Médias das máximas do mês mais quente, 5 — Médias das mínimas do mês mais frio, 6 — Totais anuais de chuvas, 7 — Chuvas da estação seca (abril a setembro), 8 — Evapotranspiração anual em mm, 9 — Pluviosidade nos meses mais chuvoso e mais seco, 10 — Diferença (mm) chuva-evapotranspiração anual, 11 — Evapotranspiração no semestre seco, 12 — Diferença (mm) chuva-evapotranspiração no semestre seco, (abril a se-

tembro), 13 — Número de dias com geada, 14 — Classificação do clima pelo sistema de Koeppen, 15 — Classificação do clima pela efetividade da precipitação (sistema Setzer), 16 — Balanço hídrico, 17 — Quadros climatológicos normais. III — Características físicas e químicas médias de solos classificados pelo fator genético geologia: 1 — Significação dos símbolos dos mapas genéticos do solo, IV — Divisão do Estado em regiões ecológicas: 1 — Arenito Bauru (AB), 2 — Serra Geral (SG), 3 — Depressão Paleozóica (DP), 4 — Complexo Cristalino (CC), 5 — Vale do Paraíba (VP), 6 — Baixada Litorânea (BL). V — Resumo dos fatores ecológicos: 1 — Clima, 2 — Geologia, 3 — Topografia, 4 — Hidrologia, 5 — Fitogeografia, 6 — Pedologia. VI — Bibliografia, VII — English summary.

ÍNDICE DOS MAPAS

Mapa 1 — Temperaturas médias anuais em graus centígrados; Mapa 2 — Temperaturas médias do mês mais quente (janeiro); Mapa 3 — Temperaturas médias do mês mais frio (julho); Mapa 4 — Médias das temperaturas máximas do mês mais quente (janeiro); Mapa 5 — Médias das temperaturas mínimas no mês mais frio (julho); Mapa 6 — Totais anuais de chuvas em mm; Mapa 7 — Totais de chuvas do semestre seco (abril a setembro); Mapa 8 — Totais de chuvas do mês mais chuvoso (janeiro); Mapa 9 — Totais de chuvas do mês mais seco (julho); Mapa 10 — Evapotranspiração potencial anual em mm; Mapa 11 — Diferença em mm entre as chuvas e a evapotranspiração, anuais; Mapa 12 — Evapotranspiração potencial no semestre seco (abril a setembro) em mm; Mapa 13 — Diferença em mm entre a precipitação e a evapotranspiração potencial no semestre seco (abril a setembro); Mapa 14 — Número de dias com geada; Mapa 15 — Classificação do clima pelo sistema internacional de Koeppen; Mapa 16 — Classificação do clima pela efetividade da precipitação; Mapa 17 — Divisão do Estado em seis Regiões Ecológicas, cada uma subdividida em duas zonas, mais quente e mais fria; Mapa 18 — Divisão administrativa do Estado em comarcas (242), municípios (573) e distritos (871) vigente de 1964 a 68.

ÍNDICE DAS TABELAS

1 — Índices mensais de efetividade da precipitação em função das chuvas e

temperaturas médias; 2 — Quadro climatológico normal de São Paulo; 3 — Quadro climatológico de Iitrapina; 4 — Quadro climatológico normal de Itatinga; 5 — Dados genéticos médios dos

principais tipos de solos; 6 — Dados físicos médios dos principais tipos de solos; 7 — Dados químicos médios dos principais tipos de solos.

A.S.F.

PERIÓDICOS

AMAZONIANA — LIMNOLOGIA ET OECOLOGIA REGIONALIS SYSTEMAE FLUMINIS AMAZONAS — Vol. I, fasc. 1 — 1965 — Bd. I, H. 1 — Manaus, Amazonas, e Plön (Holstein), Alemanha.

Esta série de periódicos especializados resulta da colaboração estabelecida entre o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), do Conselho Nacional de Pesquisas, situado em Manaus, e a Hydrobiologische Anstalt da Sociedade Max-Planck para o Desenvolvimento da Ciência, em Plön, Alemanha. O objetivo da edição é difundir conhecimentos sobre a limnologia, a ecologia e as ciências afins, na região amazônica.

Um sistema potâmico que abrange uma área de 7 milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente, tem, naquela região, características químicas, físicas e biológicas especiais, compondo, em conjunto o sistema de ações que estabelece a "Ecologia de Paisagem", como ramo autônomo da ciência.

Ao mesmo tempo, dizem os editores, as águas são elos finais de muitas cadeias de reações que entrelaçadas, ocorrem na estrutura da paisagem, recebendo finalmente os produtos terminais do metabolismo, conduzindo-os ao reservatório comum, que é o oceano. A história geológica, a mineralogia do subsolo e a geomorfologia do ambiente terrestre de um rio, bem como o clima, o solo, a cobertura vegetal, e até o povoamento, tudo isto age, no final de contas, sobre as águas, e influencia, ou até determina, as suas qualidades peculiares. Em tal caso, pode-se falar numa "Ecologia de Paisagem, limnológica".

Sob a responsabilidade dos Drs. Djalma Batista e Harald Sioli, cada um representando as entidades a que servem, nos respectivos países, a série de periódicos iniciada com o volume que temos em mãos está fadada aos mais amplo sucesso, não só pelo reconhecido mérito científico dos autores-redatores, como pela importância dos assuntos estudados. Em anexo, o n.º 1 de "Amazoniana" faz-se acompanhar de

uma orientação bibliográfica sobre a limnologia, ecologia e ciências afins da região amazônica.

É o seguinte o sumário desta publicação: Batista, Djalma da C., e Harald Sioli: Introdução; Batista, Djalma da C., e Harald Sioli: Zur Einführung; Sioli, Harald: A Limnologia e a sua importância em pesquisas da Amazônia (Die Limnologie und ihre Bedeutung bei der Erforschung Amazoniens); Ochs, Georg: Vierter Beitrag zur Kenntnis der Taumelkäfer des Amazonas — Gebiets — (Col. Gyrinidae). (4. Contribuição ao conhecimento dos Gyrinídeos (Col. gyridae) da região Amazônica); Sioli, Harald: Bemerdeos (Col. gyridae) da região Amazônica); Sioli, Harald: Bemerkung zur Typologie amazonischer Flüsse (Anotação à tipologia de rios amazônicos); Lindner, Erwin: Stratiomyiden (Stratiomyidae) aus dem Amazonasgebiet (Stratiomyídeos da região amazônica).

BULLETIN VOLCANOLOGIQUE — órgão da Association Internationale de Volcanologie da União Géodésique et Géophysique Internationale — Tome XXXI — 1967.

Este periódico especializado tem como responsáveis por sua edição o Dr. F. Esu Cugusi e o Professor G. Marinelli, respectivamente, do Instituto de Geologia Aplicada, de Roma, e do Instituto de Petrografia, de Pisa. Sendo editado na Itália, é um boletim que reproduz trabalhos dos técnicos de diversas nacionalidades, por ser o órgão de divulgação de uma associação internacional de natureza científica.

Os geólogos, os geomorfologistas e todos os profissionais que se dedicam ao estudo dos fenômenos vulcânicos, encontram nesta publicação um valioso veículo informativo, com trabalhos bastante atualizados e bem documentados.

Acompanha esta edição do Boletim Vulcanológico um prospecto em que é noticiada a realização, durante o mês de setembro de 1968, do Simpósio Internacional de Vulcanologia, tendo lu-

gar nas Ilhas Canárias, conforme decisão da reunião celebrada em Zurich, em 1967, pela Associação Internacional de Vulcanologia e Química do Interior da Terra. Naquela oportunidade, decidiu-se também convidar para participar do conclave a Associação Internacional de Geoquímica e Cosmoquímica, uma vez que um dos temas a discutir-se teria interesse especial para os membros desta associação.

É o seguinte o índice desta publicação: *R. Weyl*, Volcanoes and Volcanic Rocks in Central America and West Indies; *A. Mukherjee*, Walded Tuff os Sintered Tuff? *R. N. Brothers*, Andesite from Rumble III Volcano, Kermadec Ridge, Southwest Pacific; *H. E. Wheeler and H. A. Coombs*, Late Cenozoic Mesa Basalt Sheet in North Western United States; *C. D. Ollier*, Maars Their Characteristics, varieties and definition; *R. D. Krushensky and G. Escalante*, Activity of Irazú and Poás Volcanoes, Costa Rica, November 1964 — July 1965; *H. D. Tjia*, Volcanic Lineaments in the Indonesian Island Ares; *J. E. Thorlaks-son*, A Probability Model of volcanoes and the Probability of Eruptions of Hekla and Katla; *P. L. Ward and T. Matumoto*, A Summary of Volcanic and Seismic Activity in Katmai National Monument, Alaska *E. Locardi and M. Mitterpergher*, On the Genesis of Ignimbrites How ignimbrites and other pyroclastic products originate from a flowing melt; *H. M. Schmincke*, Cone Sheet Swarm, Resurgence of Tejada Caldera, and the Early Geologic History of Gran Canaria; *R. Varne*, The Growth of the Moroto Volcano, Eastern Uganda; *S. Kubota and E. Berg*, Evidence for Magma in the Katmai Volcanic Range;

R. M. Moxham, Changes in Surface Temperature and Taal Volcano, Philippines 1965-1966; *E. Locardi*, Uranium and Thorium in the Volcanic Processes; *W. H. Forjaz, F. S. Weston*, Volcanic Activity in the Azores, Report for 1959-1964.

INTERNATIONAL MIGRATION — Vol V — N.º 1 — 1967.

“Migrações Internacionais” é uma publicação trimestral destinada ao estudo dos movimentos migratórios no mundo contemporâneo, e é um complemento das revistas editadas pelo Comitê Intergovernamental para Migrações Européias e pelo REMP, que é um grupo de pesquisa sobre os movimentos migratórios da Europa. O CIME foi criado em Bruxelas, em 1951, para facilitar o transporte e a ida dos imigrantes europeus para os países de ultramar, bem como a emigração de refugiados. Quanto ao grupo denominado REMP, sua função é desempenhada por um certo número de economistas, sociólogos e demógrafos que desde 1952 reúnem seus esforços para estudar, sob o ponto-de-vista internacional, os problemas que demandam do desequilíbrio entre a população e os meios de subsistência, assim como as eventuais conseqüências das soluções possíveis. Os artigos são publicados no idioma original (espanhol francês ou inglês). Os trabalhos que os autores desejarem enviar para a redação, com finalidade de publicação, devem ser dirigidos ao assessor de redação, M. G. Beijer, 17, Pauwenlaan, Haia-Holanda. Endereço da Administração, para orientação dos correspondentes: CIME, 9 rue du Valais, Genebra (Suíça).

Contribuição Bibliográfica de Moacir Malheiros Fernandes Silva à Geografia Brasileira *

REVISTA BRASILEIRA
DE GEOGRAFIA

- SILVA, Moacir Malheiros Fernandes, 1891-1967.
1939. Geografia dos transportes no Brasil. I-III, 84-825. Rio de Janeiro.
1942. Alguns animais curiosos da Amazônia. IV, 357-369. Rio de Janeiro.
1942. Geografia das fronteiras no Brasil (alguns aspectos). IV, 749-770. Rio de Janeiro.
1942. Transportes na Amazônia. IV, 545-572. Rio de Janeiro.

1944. A geografia no plano rodoviário nacional. VI, 106-123. Rio de Janeiro.
1945. Como se distribui a iluminação pública no Rio de Janeiro. VII, 547-572. Rio de Janeiro.
1946. Tentativa de classificação das cidades brasileiras. VIII, 283-316. Rio de Janeiro.
1947. Expansão dos transportes interiores. IX, 367-412. Rio de Janeiro.

* Referente a trabalhos publicados na *Revista Brasileira de Geografia*, no *Boletim Geográfico* e na série Biblioteca Geográfica Brasileira.

1948. Uma antiga determinação da altitude do "Pico do Itatiaia" pelo Eng.º Herminio Silva. — Outras determinações hipsométricas. X, 113-123. Rio de Janeiro.

1954. Um guia ferroviário brasileiro do fim do século XIX. XVI, 252-275.

BOLETIM GEOGRÁFICO

1943. Os gentílicos dos novos territórios. I, 46-49. Rio de Janeiro.

1944. A geografia e a estética. I. 5-7. Rio de Janeiro.

1944. Os territórios Federais (nôvo capítulo da geografia das fronteiras no Brasil). I, 34-47. Rio de Janeiro.

1945. A Rodovia Transbrasiliana. II, 1829-1836. Rio de Janeiro.

1948. A geografia na literatura de ficção. VI, 557-570. Rio de Janeiro.

1949. As duas grandes ligações terrestres entre Rio de Janeiro e Bahia. VII, 869-872. Rio de Janeiro.

1950. A propósito da palavra "Sertão". VIII, 637-644. Rio de Janeiro.

1957. Transportes fluviais e lacustres (no Brasil). XV, 328-340. Rio de Janeiro.

1957. Introdução à geografia dos transportes aéreos. XV, 762-782. Rio de Janeiro.

BIBLIOTECA GEOGRÁFICA BRASILEIRA

1949. Geografia dos transportes. XII, 270 pp., fig. est. Rio de Janeiro, Serv. Gráfico do IBGE.

Leis e Resoluções

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Íntegra da Legislação de Interêsse Geográfico

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N.º 288 — De 28 de fevereiro de 1967 — *Altera as disposições da Lei número 3 173, de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9.º, parágrafo 2.º do Ato Institucional n. 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Das finalidades e localização da Zona Franca de Manaus

Art. 1.º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

Art. 2.º O Poder Executivo fará demarcar, à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, uma área contínua com a superfície mínima de dez mil quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, na qual se instalará a Zona Franca.

§ 1.º A área da Zona Franca terá um comprimento máximo contínuo nas margens esquerdas dos rios Negro e Amazonas, de cinquenta quilômetros a jusante de Manaus e de setenta quilômetros a montante desta cidade.

§ 2.º A faixa da superfície dos rios adjacentes à Zona Franca, nas proximidades do porto ou portos desta, considera-se nela integrada, na extensão mínima de trezentos metros a contar da margem.

§ 3.º O Poder Executivo, mediante, decreto e por proposta da Superintendência da Zona Franca, aprovada pelo Ministério do Interior, poderá aumentar a área originalmente estabelecida ou alterar sua configuração dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1.º deste artigo.

CAPÍTULO II

Das incentivos fiscais

Art. 3.º A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca, destinadas a seu consumo interno. Industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária,

pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, será isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados.

§ 1.º Excetua-se da isenção fiscal prevista no "caput" deste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.

§ 2.º Com o objetivo de coibir práticas ilegais, ou antieconômicas, e por proposta justificada da Superintendência, aprovada pelos Ministérios do Interior, Fazenda e Planejamento, a lista de mercadorias constante do parágrafo 1.º pode ser alterada por decreto.

Art. 4.º A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro.

Art. 5.º A exportação de mercadorias da Zona Franca para o estrangeiro, qualquer que seja sua origem, está isenta do imposto de exportação.

Art. 6.º As mercadorias de origem estrangeira estocadas na Zona Franca, quando saírem desta para comercialização em qualquer ponto do território nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos de uma importação do exterior, a não ser nos casos de isenção prevista em legislação específica.

Art. 7.º As mercadorias produzidas, beneficiadas ou industrializadas na Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional, estarão sujeitas:

I — apenas ao pagamento do imposto de circulação de mercadorias, previsto na legislação em vigor, se não contiverem qualquer parcela de matéria-prima ou parte componente importada;

II — e ainda ao pagamento do imposto de importação sobre as matérias-primas ou partes componentes importados, existentes nesse produto, com uma redução percentual da alíquota de importação igual ao percentual do valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo total da mercadoria.

Art. 8.º As mercadorias de origem nacional destinadas à Zona Franca com a finalidade de serem reexportadas para outros pontos do território nacional serão estocadas em armazéns, ou embarcações, sob controle da Superintendência e pagarão todos os impostos em vi-

gor para a produção e circulação de mercadorias no País.

Art. 9.º Estão isentas do imposto sobre produtos industrializados todas as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quer se destinem ao seu consumo interno, quer a comercialização em qualquer ponto do território nacional.

CAPÍTULO III

Da Administração da Zona Franca

Art. 10. A administração das instalações e serviços da Zona Franca será exercida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e fóro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A SUFRAMA vincula-se ao Ministério do Interior.

Art. 11. São atribuições da SUFRAMA:

- a) elaborar o Plano Diretor Plurienal da Zona Franca e coordenar ou promover a sua execução, diretamente ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive, sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas;
- b) revisar, uma vez por ano, o Plano Diretor e avaliar os resultados de sua execução;
- c) promover a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;
- d) prestar assistência técnica a entidades públicas ou privadas na elaboração ou execução de programas de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;
- e) manter constante articulação com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN), com o Governo do Estado do Amazonas e autoridades dos municípios em que se encontra localizada a Zona Franca;
- f) sugerir à SUDAN e a outras entidades governamentais, estaduais ou municipais, providências julgadas necessárias ao desenvolvimento da Zona Franca;
- g) promover e divulgar pesquisas, estudos e análises, visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades econômicas da Zona Franca;
- h) praticar todos os demais atos necessários às suas funções de órgão de planejamento, promoção, coordenação e administração da Zona Franca.

Art. 12. A Superintendência da Zona Franca de Manaus, dirigida por um Superintendente, é assim constituída:

- a) Conselho Técnico;
- b) Unidades Administrativas.

Art. 13. O Superintendente será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do Interior e demissível *ad nutum*.

Parágrafo único. O Superintendente será auxiliado por um Secretário Executivo nomeado pelo Presidente da República por indicação daquele e demissível *ad nutum*.

Art. 14. Compete ao Superintendente:

- a) praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atribuições estabelecidas para a SUFRAMA;
- b) elaborar o regulamento da entidade a ser aprovado pelo Poder Executivo;
- c) elaborar o Regimento Interno;
- d) submeter à apreciação do Conselho Técnico os planos e suas revisões anuais;
- e) representar a autarquia ativa e passivamente em juízo ou fora dele.

Parágrafo único. O Secretário Executivo é o substituto eventual do Superintendente e de-

sempeará as funções que por este lhe forem cometidas.

Art. 15. Compete ao Conselho Técnico:

- a) sugerir e apreciar as normas básicas da elaboração do Plano Diretor e suas revisões anuais;
- b) aprovar o Regulamento e Regimento Interno da Zona Franca;
- c) homologar a escolha de firma ou firmas auditoras a que se refere o artigo 27 da presente lei;
- d) aprovar as necessidades de pessoal e níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da SUFRAMA;
- e) aprovar os critérios da contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada, com terceiros;
- f) aprovar relatórios periódicos apresentados pelo Superintendente;
- g) aprovar o balanço anual da autarquia;
- h) aprovar o Plano Diretor da Zona Franca e suas revisões anuais;
- i) aprovar as propostas do Superintendente de Compra e alienação de bens imóveis e de bens móveis de capital;
- j) aprovar o orçamento da SUFRAMA e os programas de aplicação das dotações globais e de quaisquer outros recursos que lhe forem atribuídos;
- k) aprovar convênios, contratos e acordos firmados pela SUFRAMA, quando se referirem à execução de obras.

Art. 16. O Conselho Técnico é composto do Superintendente, que o presidirá, do Secretário Executivo, do Representante do Governo do Estado do Amazonas, do Representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e de dois membros nomeados pelo Presidente da República, e indicados pelo Superintendente da SUFRAMA, sendo um engenheiro e o outro especialista em assuntos fiscais.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Técnico deverão ter reputação ilibada, larga experiência e notório conhecimento no campo de sua especialidade.

Art. 17. As unidades administrativas terão as atribuições definidas no Regimento Interno da Entidade.

Art. 18. A SUFRAMA contará exclusivamente com pessoal sob o regime de legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, com observância do mercado de trabalho, e aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 19. O Superintendente e Secretário Executivo perceberão, respectivamente, 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) a mais do maior salário pago pela SUFRAMA aos seus servidores, de acordo com o estabelecido na presente lei.

CAPÍTULO IV

Dos recursos e regime financeiro e contábil

Art. 20. Constituem recurso da SUFRAMA:

- I — as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;
 - II — o produto de juros de depósitos bancários, de multas, emolumentos e taxas devidas à SUFRAMA;
 - III — os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, internacionais ou estrangeiras;
 - IV — as rendas provenientes de serviços prestados;
 - V — a sua renda patrimonial
- Art. 21. As doações orçamentárias e os créditos adicionais destinados à SUFRAMA, serão

distribuídos independentemente de prévio registro no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Os contratos, acórdãos ou convênios firmados pela SUFRAMA independem de registro prévio no Tribunal de Contas da União.

Art. 22. Os recursos provenientes de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais ou provenientes de outras fontes atribuídas à SUFRAMA incorporar-se-ão ao seu patrimônio, podendo os saldos ter aplicação nos exercícios subsequentes.

Parágrafo único. Os saldos não entregues à SUFRAMA até o fim do exercício serão escriturados como "Restos a Pagar".

Art. 23. A SUFRAMA, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Técnico da autarquia poderá contrair empréstimos no País ou no Exterior para acelerar ou garantir a execução de programas ou projetos integrantes do Plano Diretor da Zona Franca.

§ 1.º As operações em moedas estrangeiras dependerão de autorização do Chefe do Poder Executivo;

§ 2.º As operações de que trata este artigo poderão ser garantidas com os próprios recursos da SUFRAMA;

§ 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito externo ou interno, destinadas a realização de obras e serviços básicos, previstos no orçamento do Plano Diretor;

§ 4.º A garantia de que tratam os parágrafos anteriores será concedida às operações de crédito contratadas diretamente pela SUFRAMA ou com sua interferência, sempre mediante parecer fundamentado do Superintendente aprovado pelo Conselho Técnico;

§ 5.º As operações de crédito mencionadas neste artigo serão isentas de todos os impostos e taxas federais;

§ 6.º Considera-se aplicação legal os recursos destinados à SUFRAMA, a amortização e o pagamento de juros relativos a operações de crédito por ela contratadas, para aplicação em programas ou projetos atinentes às destinações dos mesmos recursos.

Art. 24. A SUFRAMA poderá cobrar taxas por utilização de suas instalações e emolumentos por serviços prestados a particular.

Parágrafo único. As taxas e emolumentos de que tratam este artigo serão fixadas pelo Superintendente depois de aprovadas pelo Conselho Técnico.

Art. 25. Os recursos da SUFRAMA sem destinação prevista em lei e as dotações globais que lhe sejam atribuídas, serão empregados nos serviços e obras do Plano Diretor, de acordo com os programas de aplicação propostos pelo Superintendente e aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 26. É a SUFRAMA autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até cinco (5) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País.

Art. 27. No controle dos atos de gestão da SUFRAMA será adotado além da auditoria interna, o regime de auditoria externa independente a ser contratada com firma ou firmas brasileiras de reconhecida idoneidade moral e técnica.

Art. 28. A SUFRAMA terá completo serviço de contabilidade patrimonial, financeira e orçamentária.

Parágrafo único. Até o dia 30 de julho de cada ano, a SUFRAMA remeterá os balanços do exercício anterior ao Ministro do Interior e através deste ao Ministério da Fazenda.

Art. 29. A SUFRAMA poderá alienar bens móveis e imóveis integrantes do seu patrimô-

nho, mediante proposta do Superintendente aprovada pelo Conselho Técnico.

Parágrafo único. A compra e alienação de bens imóveis depende de autorização do Ministro do Interior.

Art. 30. Fica o Superintendente da SUFRAMA autorizado a dispensar licitação e contrato formal para aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras ou locação de imóveis até 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 31. O Superintendente da SUFRAMA, na conformidade das disposições do parágrafo único do artigo 139, da Lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949, apresentará ao Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho de cada ano, prestação de contas correspondentes à gestão administrativa do exercício anterior.

Art. 32. São extensivos à SUFRAMA os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens renda ou serviços, aos prazos, cobranças de crédito, uso de ações especiais, juros e custas.

Art. 33. A SUFRAMA terá todas as isenções tributárias deferidas aos órgãos e serviços da União.

Art. 34. A SUFRAMA desempenhará suas funções especializadas preferentemente através da contratação de serviços com pessoas físicas ou jurídicas habilitadas, segundo os critérios que forem aprovados pelo Conselho Técnico.

Art. 35. A SUFRAMA apresentará relatórios periódicos de suas atividades, ao Ministro do Interior.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 36. O Plano Diretor da Zona Franca e o orçamento-programa da SUFRAMA serão aprovados pelo Ministro do Interior e considerado àquele como empreendimento prioritário na elaboração e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 37. As disposições contidas no presente Decreto-lei não se aplicam ao estabelecido na legislação atual sobre a importação, exportação e tributação de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos de petróleo.

Art. 38. A entrada e saída de mercadorias na Zona Franca de Manaus independentemente de licença de importação ou exportação, ficando sujeitas somente, a registro de controle estatístico, com exceção dos casos de pagamento do imposto de Importação previsto neste decreto-lei.

Art. 39. Será considerado contrabando a saída de mercadorias da Zona Franca sem a autorização legal expedida pelas autoridades competentes.

Art. 40. Compete ao Governo Federal a vigilância das áreas limites da Zona Franca e a repressão ao contrabando.

Art. 41. Na Zona Franca de Manaus poderão instalar-se depósitos e agências aduaneiras de outros países na forma de tratados ou notas complementares, a tratados de comércio.

§ 1.º Para os fins deste artigo o Governo brasileiro, conforme havia sido ou venha a ser pactuado, proporcionará facilidades para a construção ou locação dos entrepostos de depósito franco e instalações conexas.

§ 2.º Poderão estender-se àqueles países, quanto às mercadorias estocadas nos depósitos a que se refere este artigo, os privilégios e obrigações especificados no Regulamento da Zona Franca, segundo as condições estabelecidas em ajuste entre o Brasil e cada país.

Art. 42. As isenções previstas neste decreto-lei vigorando pelo prazo de trinta anos, po-

dendo ser prorrogadas por decreto do Poder Executivo, mediante aprovação prévia do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 43. O pessoal pertencente à antiga Zona Franca poderá ser aproveitado na SUFRAMA, uma vez verificada, em cada caso, a necessidade desse aproveitamento e a habilitação do servidor para as funções que deverá exercer.

§ 1.º O pessoal não aproveitado na SUFRAMA, segundo o critério que esta estabelecer, será relotado em outro órgão da Administração Pública Federal, de acordo com as conveniências desta.

§ 2.º Até 31 de julho de 1967, o pessoal não aproveitado continuará a ser pago pela SUFRAMA, caso não tenha sido relotado em outros órgãos da Administração Federal, na forma do parágrafo anterior.

Art. 44. O servidor da antiga Zona Franca, ao ser admitido pela SUFRAMA, passa a reger-se pela Legislação Trabalhista e será considerado, em caráter excepcional automaticamente licenciado de sua função pública, sem vencimentos, por esta, e em prazo não excedente a 2 (dois) anos.

Art. 45. Até quatro meses antes de se esgotar o prazo a que se refere o artigo anterior, o servidor da antiga Zona Franca deverá declarar, por escrito, ao Ministro do Interior, sua opção quanto à situação que preferir adotar.

§ 1.º A opção pela permanência a serviço da SUFRAMA implicará em perda imediata da condição de servidor.

§ 2.º Esgotado o prazo de dois (2) anos a contar da data da publicação deste decreto-lei, a SUFRAMA não poderá ter em sua lotação de servidores pessoa alguma no gozo da qualidade do funcionário público.

Art. 46. Fica a SUFRAMA autorizada a reexaminar os acordos, contratos, ajustes e convênios firmados pela antiga Administração da Zona Franca, a fim de ratificá-los bem como promover a sua modificação ou seu cancelamento, em consonância com as normas deste decreto-lei.

Art. 47. O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o presente decreto-lei, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros novos) para atender às despesas de capital e custeio da Zona Franca, durante o ano de 1967.

§ 1.º O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

§ 2.º Fica revogada a Lei n.º 3 173, de 6 de junho de 1957, e o Decreto n.º 47 757, de 2 de fevereiro de 1960, que o regulamentava.

Art. 49. As isenções fiscais previstas neste decreto-lei somente entrarão em vigor na data em que for concedida:

I — pelo Estado do Amazonas, crédito do imposto de circulação de mercadorias nas operações comerciais, dentro da Zona, igual ao montante que teria sido pago na origem em outros Estados da União, se a remessa de mercadorias para a Zona Franca não fosse equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro.

II — pelos Municípios do Estado do Amazonas, isenção do Imposto de Serviços na área em que estiver instalada a Zona Franca.

Art. 50. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
João Gonçalves de Souza
Octavio Bulhões
Roberto de Oliveira Campos

Extraído do D. O. edição de 28-2-67.

DECRETO-LEI N.º 289 — de 28 de fevereiro de 1967 — Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 2.º do artigo 9.º do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, resolve expedir o seguinte Decreto-lei:

CAPÍTULO I

Dos Fins, Diretrizes e Atribuições

Art. 1.º Fica criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), entidade autárquica, integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura dotado de personalidade jurídica própria com sede e fóro no Distrito Federal e jurisdição em todo o Território Nacional.

Art. 2.º O IBDF destina-se a formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País, de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 3.º O IBDF elaborará planos indicativos anuais e pluriennais, de florestamento e reflorestamento, nacionais e regionais, objetivando:

I — a melhor alocação de recursos no setor;

II — o desenvolvimento de espécies florestais de utilização econômica;

III — o florestamento e reflorestamento com fins econômicos;

IV — o florestamento e reflorestamento com fins ecológicos, turísticos e paisagísticos.

Art. 4.º Compete, prioritariamente, ao IBDF:

I — traçar as diretrizes gerais da política florestal do País e elaborar planos anuais e pluriennais;

II — efetuar, periodicamente, o levantamento e o inventário dos recursos florestais brasileiros;

III — realizar pesquisas e experimentações nos campos da silvicultura da tecnologia das madeiras e da fauna silvestre.

IV — realizar e promover o reflorestamento com fins econômicos e ecológicos;

V — prestar assistência técnica e estabelecer princípios e normas visando à utilização racional das florestas;

VI — adotar, promover ou recomendar a adoção de medidas que assegurem a manutenção do equilíbrio entre as reservas florestais e o consumo de produtos e subprodutos florestais visando ao perene abastecimento dos mercados consumidores;

VII — autorizar, orientar e fiscalizar as explorações florestais no campo da iniciativa privada, bem como planejar e executar as operações correspondentes nas áreas de sua jurisdição;

VIII — regular a instalação e o funcionamento de serrarias e indústrias que utilizem madeira como matéria-prima.

IX — Cumprir e fazer cumprir as Leis números 4 771, de 15-9-65; 4 797, de 20-10-65; 5 106, de 2-9-66; 5 197, de 3-1-67 e toda a legislação pertinente aos recursos naturais renováveis.

Art. 5.º Compete ainda ao IBDF:

I — estabelecer o registro obrigatório e organizar o cadastramento das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades relacionadas com o presente decreto-lei, segundo o disposto no Regulamento;

II — organizar e realizar diretamente ou através de outros órgãos públicos, ou entidades de classe, a fiscalização das atividades relacionadas com o presente decreto-lei bem como promover a repressão às fraudes na exploração florestal, produção, transporte, comercialização e industrialização de produtos florestais, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo

III — promover e incentivar a classificação de produtos florestais diretamente ou em co-operação com outros órgãos públicos ou privados;

IV — celebrar convênios e acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, visando ao bom desempenho de suas atribuições;

V — delegar funções executivas a entidades públicas ou não, por ato unilateral aferida previamente a reciprocidade de interesses;

VI — promover a formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário ao pleno desenvolvimento de suas atribuições;

VII — analisar e opinar sobre os projetos de florestamento e reflorestamento elaborado para fins de usufruir os incentivos fiscais previstos em leis e regulamentos apropriados;

VIII — administrar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os Parques Nacionais, as Florestas Nacionais, as Reservas Biológicas e os Parques de Caça Federais.

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá sobre a definição de reflorestamento, objetivando a aplicação dos incentivos fiscais previstos na legislação pertinente.

CAPÍTULO II

Da Estruturação e Administração

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a organizar ou modificar, por decreto, a estrutura administrativa do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) a fim de adaptá-lo à nova situação decorrente do presente decreto-lei, principalmente tendo em vista a plena execução de disposto nos arts. 2.º, 3.º e 4.º.

§ 1.º O IBDF poderá manter representações estaduais ou regionais, principalmente para finalidades técnicas, quando o volume das suas atribuições o justificar.

§ 2.º Sempre que possível, na sua ação estadual ou regional, o Instituto deverá utilizar-se, através de convênios, de outros órgãos governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como entidades de classe ou de natureza científica.

Art. 7.º Sempre que necessário à política florestal do País, nos termos do presente decreto-lei, o Instituto poderá promover a criação, a instalação e a manutenção de novos parques nacionais, florestas nacionais, reservas biológicas, monumentos nacionais e parques de caças federais.

Art. 8.º Fica criada no IBDF, uma Comissão de Política Florestal, como órgão consultivo e normativo integrada, obrigatoriamente por técnicos, identificados especificamente com os problemas florestais, assim distribuídos:

— um representante do Ministério da Agricultura;

— um representante do Ministério da Indústria e do Comércio;

— um representante do Ministério do Planejamento;

— um representante do Setor da Administração encarregado da Coordenação dos Organismos Regionais;

— um representante do Estado-Maior das Forças Armadas;

— um representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

— um representante do Banco do Brasil

— um representante da Confederação Nacional da Agricultura;

— um representante da Confederação Nacional da Indústria.

§ 1.º A Comissão de Política Florestal terá como atribuições orientar e facilitar a coordenação e execução da política florestal, nos termos regulados pelo Poder Executivo.

§ 2.º A Comissão de Política Florestal será presidida pelo Presidente do IBDF.

Art. 9.º O IBDF terá um presidente, nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Agricultura e escolhido dentre pessoas de notória capacidade técnica e administrativa.

Art. 10. A estrutura de atribuições dos órgãos integrantes do Instituto e a competência do seu Presidente e demais dirigentes, serão estabelecidos em decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Fica criada a carreira de Engenheiro Florestal.

Art. 11. O quadro de pessoal do IBDF constituir-se-á de duas partes; uma permanente, a ser fixada por decreto do Poder Executivo, outra temporária, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. Nenhuma admissão de pessoal permanente poderá ser feita sem prévia prestação de concurso de provas ou de títulos e provas.

CAPÍTULO III

Da Receita

Art. 12. Constituem receita do IBDF:

I — dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União;

II — créditos especiais abertos por lei;

III — rendas provenientes da exploração e venda de produtos florestais;

IV — rendas de qualquer natureza resultantes do exercício de suas atividades ou da exploração de imóveis sob a sua jurisdição;

V — empréstimos, subvenções, dotações e outras rendas que, eventualmente receber;

VI — produto das multas previstas neste decreto-lei e seu regulamento.

Art. 13. A dotação orçamentária constará do orçamento da União e atenderá ao previsto no orçamento-programa do IBDF no exercício financeiro correspondente.

Parágrafo único. O orçamento-programa do IBDF será elaborado segundo normas fixadas por decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV

Das Infrações e Penalidades

Art. 14. Constituem infrações ao presente decreto-lei:

I — a não observância de qualquer de seus dispositivos;

II — a não observância da política florestal, traçada pelo IBDF ou de qualquer ato, resolução, instrução ou portaria por ele baixada;

III — a não observância de qualquer preceito da legislação citada no inciso IX do art. 4.º deste decreto-lei.

Art. 15. As pessoas físicas ou jurídicas que cometerem quaisquer das infrações do artigo anterior, sujeitam-se às seguintes penalidades:

- I — multas;
- II — apreensão dos produtos da infração;
- III — interdição do estabelecimento comercial ou industrial;
- IV — suspensão do registro;
- V — cancelamento do registro.

Parágrafo único. As penalidades deste artigo serão aplicadas sem prejuízo das que, por força de lei, possam, também, ser impostas por outras autoridades.

Art. 16. Respondem solidariamente pela infração:

- I — seu autor material;
- II — o mandante;
- III — quem, de qualquer modo, concorra para a prática da mesma.

Parágrafo único. Para que se configure a infração, basta a ação ou omissão voluntária do agente.

Art. 17. As penalidades do art. 15 serão aplicadas nos seguintes casos:

I — não observância das determinações do IBDF sobre o reflorestamento de áreas devastadas: Multa de até um por cento (1%) do valor do salário-mínimo mensal da região por árvore não plantada, dobrando em cada reincidência;

II — produção, beneficiamento, comercialização do produto sem prévio registro no IBDF: Multa correspondente ao valor do produto e sua apreensão;

III — instalação de serrarias e indústrias que elaboram madeira sem prévia autorização do IBDF: Multa de até cinco (5) salários-mínimos da região, e fechamento do estabelecimento até que a autorização e registro sejam concedidos, se for o caso;

IV — não observância do corte racional de madeira ou abate de árvores em número superior ao autorizado no plano de corte: Multa de até dez por cento (10%) do salário-mínimo da região, por árvore abatida indevidamente ou em excesso com suspensão do registro, na primeira reincidência, e cancelamento do mesmo, na segunda reincidência;

V — falta de cumprimento de obrigações assumidas a respeito do trato cultural de plantações feitas pelo IBDF em terras de particulares: Multa de até cinquenta por cento (50%) do valor do maior salário-mínimo da região por hectare plantado, que será dobrada em cada reincidência.

§ 1.º Considerar-se-á reincidente específico, para os efeitos deste decreto-lei, o infrator que, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, tenha sido sancionado por decisão administrativa irrecorrível por transgressão ao mesmo preceito normativo.

§ 2.º A apreensão consiste no arresto imediato do produto, pelo IBDF, ficando em depósito para ulterior deliberação, sendo que as despesas decorrentes da medida são de exclusiva responsabilidade do infrator.

§ 3.º O Poder Executivo disporá detalhadamente sobre a aplicação das penalidades, em casos não previstos neste artigo e fixará o valor das multas, conforme o caso.

Art. 18. A aplicação das penalidades será atribuição exclusiva do IBDF.

Art. 19. É assegurado o direito de recurso, perante o IBDF e, em última instância, perante

o Ministério da Agricultura, contra qualquer medida resultante da aplicação do presente decreto-lei.

Parágrafo único. O recurso, não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO V

Art. 20. Fica extinto o Conselho Florestal Federal e suas atribuições transferidas à Comissão de Política Florestal, definido no artigo 8.º deste decreto-lei.

Art. 21. Ficam extintos o Instituto Nacional do Pinho e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura, passando os respectivos acervos, patrimônios, recursos financeiros, débitos e créditos para o IBDF.

Art. 22. São extensivos ao IBDF os privilégios da Fazenda Pública quanto ao uso das ações especiais bem como no tocante à cobrança de seus créditos, aos prazos, prescrições regime de custas, imunidades tributárias e isenções fiscais, correndo as ações em que tenha interesse perante o juízo da justiça federal.

Art. 23. Fica autorizada a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de um crédito especial de NCr\$ 6 000 000,00 (seis milhões de novos cruzeiros) para suplementar os recursos do IBDF para atender os encargos de suas despesas administrativas do presente exercício.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, que o colocará à disposição do IBDF em parcelas cujos valores serão fixados pelo Ministério da Fazenda.

Art. 24. A receita extra-orçamentária do IBDF será aplicada exclusivamente em pré-investimentos e investimentos de florestamento e reflorestamento, diretamente pelo Instituto ou através de convênios ou acordos com outras entidades, públicas ou privadas.

Art. 25. O anexo II do Decreto n.º 56 791, de 28 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei n.º 4 502, de 30 de novembro de 1964, fica alterada, em seu capítulo 14, com a introdução das posições abaixo definidas, e respectivas alíquotas:

44.03 — Madeira em bruto, inclusive descascada ou simplesmente desbastada	3%
44.04 — Madeira simplesmente esquadriada	3%
44.06 — Madeira simplesmente serrada longitudinalmente, cortada ou deslenrolada, espessura superior a 5 mm	3%

Art. 26. A partir de 30 de junho do corrente ano ficam extintas as taxas a que se refere o artigo 22 do Decreto-lei n.º 4 813, de 8 de outubro de 1942.

Art. 27. O Quadro de Pessoal do IBDF será preenchido pelos servidores dos órgãos e repartições a ele incorporados ou para ele transferidos, respeitado o direito de opção, e de pessoal a ser admitido nos termos do art. 11 deste decreto-lei e seus parágrafos.

§ 1.º As inclusões no quadro do IBDF de pessoal pertencente aos órgãos e a ele incorporados, serão feitas em cargos de níveis salariais não inferiores àqueles ocupados nos órgãos de origem.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores que estejam em exercício, como requisitados, nos mencionados órgãos e repartições incorporados ou transferidos.

Art. 28. O pessoal que exceder às necessidades do IBDF a critério de seu Presidente, será incorporado a outros órgãos do Serviço Público

Federal, na forma determinada pelo Poder Executivo.

Art. 29. As reservas florestais naturais inventariadas ou levantadas pelo IBDF na forma do inciso II, do art. 4.º deste decreto-lei, poderão ser objeto de desapropriação por parte do Poder Público, nos termos da Constituição do Brasil, desde que tal medida seja considerada pela Comissão de Política Florestal, indispensável ao cumprimento das disposições do Código Florestal.

Art. 30. A administração pelo IBDF de todas as áreas integrantes do Parque Nacional da Tijuca será objeto de ato do Poder Executivo.

Art. 31. O IBDF poderá celebrar convênios com entidades públicas ou não observando a realização periódica de levantamentos aerofotogramétricos ou outros serviços julgados necessários ao que dispõe o inciso II do art. 4.º deste decreto-lei.

Art. 32. A política de comércio exterior de madeiras, em suas diferentes formas, será determinada pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX) tendo em vista as diretrizes e os objetivos da política florestal, nos termos do presente decreto-lei.

Parágrafo único. O IBDF assessorará o CONCEX em assuntos de sua atribuição.

Art. 33. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELO BRANCO
Oktávio Bulhões
Severo Fagundes Gomes
Paulo Egídio Martins
Roberto Campos
João Gonçalves de Souza.

Extraído do D. O., edição de 28-2-1968.

DECRETO-LEI N.º 291, de 28 de fevereiro de 1967 — *Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, da Faixa abrangida pela Amazônia e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9.º, § 2.º do Ato Institucional n. 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º Até o exercício de 1972 inclusive não sofrerá incidência do imposto de renda a parte ou o total dos lucros ou dividendos atribuídos às pessoas físicas ou jurídicas titulares de ações, cotas ou quinhões de capital de empresas localizadas na Amazônia, quando destinadas para aplicação na faixa de recursos próprios de projetos aprovados na Região, para efeito de absorção dos recursos oriundos do imposto de renda, de que tratam o art. 2.º deste Decreto-lei e o art. 7.º da Lei n.º 5 174, de 27 de outubro de 1966.

§ 1.º Os titulares de ações, cotas ou quinhões de capital, que optarem pelo gozo do direito de que trata este artigo, deverão autorizar as empresas em questão a depositarem no Banco da Amazônia S.A., o total ou a parte dos lucros ou dividendos a que fizerem jus e que desejarem aplicar na forma deste artigo. anterior:

§ 2.º Os recursos de que trata o parágrafo anterior:

a) serão depositados dentro de 60 dias a contar da data de vigência do respectivo balanço, sob pena de perda do benefício;

b) serão bloqueados, devendo render os juros que forem previstos no regulamento próprio; e

c) serão liberados nos termos do mesmo regulamento, de modo a possibilitar, exclusivamente, as aplicações previstas neste artigo, sob a forma de ações ordinárias ou preferenciais cotas ou quinhões de capital, que não terão qualquer ônus de intransferibilidade.

§ 3.º O regulamento de que trata o parágrafo anterior incluirá disposições a fim de assegurar para a Amazônia Ocidental e para a Faixa de Fronteiras abrangida pela Região Amazônica, percentagem de recursos até limites previstos como não impeditivos da retenção dos recursos na Região, atribuindo-se à Faixa de Fronteiras parte substancial, tendo em vista:

a) que sua maior extensão é compreendida pela Amazônia Ocidental; e

b) que se reveste da mais alta prioridade o incentivo ao surgimento de atividades econômicas auto-sustentadas na mesma área.

§ 4.º Para os fins deste decreto-lei a Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas, Acre e Territórios de Rondônia e Roraima.

Art. 2.º No interesse de incentivar a prestação de serviços a entidades engajadas no desenvolvimento da Amazônia, de favorecer o influxo de trabalhadores, técnicos e empresários da área, até o exercício de 1972, inclusive, as pessoas físicas que auferirem rendimentos assalariados ou não por trabalhos realizados para empresas ou instituições declaradas pela SUDAM como de interesse para o desenvolvimento da área, terão o total dos descontos efetuados na forma dos artigos 107 e 121, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 58 400, de 10 de maio de 1966, depositado no Banco da Amazônia S.A. e posteriormente aplicado na forma deste artigo.

§ 1.º As aplicações dos depósitos de que trata este artigo serão:

a) efetuadas na faixa de recursos oriundos do imposto de renda de projetos localizados na Faixa de Fronteiras incluída na Amazônia;

b) representados por ações, cotas ou quinhões de capital intransferíveis, pelo prazo de 5 anos, ou sob a forma de crédito prevista no art. 7.º, § 10, da Lei n.º 5 174, de 27 de outubro

c) regulamentadas por decreto do Poder Executivo, sendo equiparadas para fins legais, às deduções tributárias de que trata o artigo citado na alínea anterior.

§ 2.º Quando esgotadas as necessidades de capitalização dos projetos de que trata a alínea a do parágrafo anterior, os depósitos previstos neste artigo poderão ser aplicados em projetos localizados em áreas da Amazônia adjacentes à Faixa de Fronteiras.

§ 3.º Supletivamente à iniciativa privada e, no cumprimento do que dispõe o art. 2.º da Lei n.º 5 122, de 28 de setembro de 1966, o Banco da Amazônia S.A. dará a mais alta prioridade aos estudos, organização de empresas e outras medidas de sua competência, objetivando a plena aplicação dos recursos de que trata este artigo e a mais intensa captação dos recursos de que trata o artigo anterior.

§ 4.º Terão precedência e a mais alta prioridade para todos os efeitos, inclusive, quanto a financiamento por instituições creditícias de cujo capital o Governo Federal participe, os seguintes projetos da Faixa de Fronteiras:

a) aqueles situados em Guajará-Mirim, Brasília, Tabatinga, Cucusi, Clevelândia do Norte, Oiapoque, bem como nas áreas de Faixa adjacentes a estas localidades.

b) aqueles situados em outras áreas da Faixa de Fronteiras, recomendadas pelo Conselho de Desenvolvimento da Amazônia, nos termos do art. 14, da Lei n.º 5 173, de 27 de ou-

tubro de 1966, tendo em vista os interesses sócio-econômicos do País.

Art. 3.º A elaboração do total, fase ou parte de projetos econômicos a serem submetidos para aprovação na Amazônia, relativamente a empreendimentos em cujos planos de viabilidade financeira esteja prevista a captação de recursos oriundos do imposto de renda, poderá ser totalmente financiada com recursos da mesma natureza, mediante prestação de garantias bancárias ou não, inclusive garantias reais, de valor equivalente a pelo menos 150% do financiamento pleiteado pelos interessados, na forma deste artigo e segundo os termos do regulamento próprio a ser aprovado por decreto do Poder Executivo.

§ 1.º Os interessados submeterão seus pedidos do financiamento de que trata este artigo através de relatório instruído com documentação que em cada caso for exigida, em cumprimento do citado regulamento.

§ 2.º O financiamento de que trata este artigo poderá incluir uma ou mais das despesas relacionadas no parágrafo seguinte e que sejam referentes às atividades e trabalhos necessários à elaboração do projeto econômico ou, de parte do mesmo que se torne indispensável em uma ou mais das seguintes fases de elaboração:

I — Fase de estudos e pesquisas preliminares;

II — Fase de pré-projeto;

III — Fase de projeto de viabilidade;

IV — Fase de projeto econômico.

§ 3.º As despesas referidas no parágrafo anterior, caso aprovadas no deferimento do relatório de que trata o § 1.º, poderão incluir pagamentos efetuados diretamente ou autorizados pela pessoa física ou jurídica interessada, por pessoas físicas ou jurídicas contratadas pela mesma ou por estas subcontratadas e referentes ao pagamento por atividades ou trabalhos realizados, salários, honorários, comissões, diárias, viagens e outras despesas incorridas na Região ou fora dela.

§ 4.º Os pagamentos, autorizações, e quaisquer atos ou fatos atinentes às despesas de que trata o parágrafo anterior deverão se enquadrar no plano de trabalhos aprovado, serão documentados conforme exigências estabelecidas no termo de deferimento e deverão satisfazer à fiscalização que se exercerá diretamente ou por meio de firmas de auditoria, nos termos do regulamento próprio.

§ 5.º A inobservância do que dispõe o parágrafo anterior importará na aplicação das multas previstas no § 13, do art. 7.º, da Lei número 5174, de 27 de outubro de 1966, que incidirão sobre o total das garantias de que trata este artigo.

§ 6.º As providências necessárias à cobrança das multas de que trata o parágrafo anterior serão imediatamente tomadas, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, por ser a matéria equiparada, para os fins deste Decreto-lei, à sonegação fiscal.

§ 7.º Os recursos oriundos do imposto de renda serão liberados na forma do parágrafo seguinte, somente após o deferimento do relatório de que trata o § 1.º e realização de outros atos exigidos, inclusive prestação das garantias previstas neste artigo, prestadas por instituições que operem no Brasil ou que incluam bens situados no País.

§ 8.º Cumprido o que dispõe o parágrafo anterior, a empresa beneficiária da competente autorização pleiteará das empresas que disponham de depósitos efetuados nos termos do artigo 2.º deste decreto-lei e do artigo 7.º da Lei n. 5174, de 27 de outubro de 1966, a concessão de crédito na forma do § 10 do art. 7.º da citada Lei n.º 5174.

§ 9.º Os créditos concedidos na forma do parágrafo anterior serão transferidos na conta bloqueada da empresa depositante para uma conta bloqueada da pessoa beneficiária, de onde serão liberados, segundo o cronograma de aplicações aprovado na forma do regulamento próprio.

§ 10. Caso seja aprovado e executado o projeto econômico resultante ou relacionado com financiamento obtido na forma deste artigo, os créditos de que trata o § 8.º poderão ser convertidos em ações, cotas, quinhões de capital ou outros títulos e, caso contrário, proceder-se-á a liquidação dos citados créditos conforme dispõe o art. 7.º, § 10 da Lei n.º 5174, de 27 de outubro de 1966, desde que expedido o laudo final de auditoria comprobatório de inviabilidade.

Art. 4. O art. 2.º da Lei n.º 5174, de 27 de outubro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º As pessoas jurídicas que se dedicarem a atividades industriais, agrícolas e pecuárias, ou de serviços básicos, estabelecidas na área de atuação da SUDAM gozarão de isenção de impostos e taxas federais com relação:

I — a atualização contábil do valor das áreas dos imóveis rurais utilizados nos empreendimentos, cujos projetos tenham sido aprovados para absorver recursos oriundos do imposto de renda, e ao correspondente aumento de capital;

II — ao, aumento de capital com recursos provenientes de reservas ou lucros em suspenso.

§ 1.º A atualização de valores e o aumento de capital de que trata este artigo deverão ser efetivados até seis meses após a aprovação do projeto e antes de ser iniciada a execução do mesmo.

§ 2.º A atualização de valores, referida neste artigo deverá ficar compreendida nos limites fixados pela SUDAM e somente será aplicada nos imóveis rurais incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica, até 31 de dezembro de 1966.

§ 3.º O recebimento de ações, cotas e quinhões de capital, em decorrência da capitalização prevista neste artigo, não sofrerá a incidência do imposto de renda.

Art. 5.º As empresas que mantenham no passivo compromissos oriundos de contrato de financiamento a longo prazo, obtidos para cobertura de investimentos fixos constantes de projetos aprovados na Amazônia, para absorver recursos oriundos do imposto de renda, conforme dispõem, o art. 2.º deste Decreto-lei e o art. 7.º da Lei n.º 5174, de 27 de outubro de 1966, poderão absorver recursos da mesma natureza, para amortização, nas proporções de que trata o § 2.º, de parte do valor de cada uma das prestações vencidas referentes ao principal e juros desde que:

a) a parte restante seja atendida com recursos da empresa;

b) se comprove, nos termos do regulamento próprio a efetiva aplicação do financiamento nas finalidades previstas no contrato.

§ 1.º Quando o financiamento incorporar parcela não destinada a investimento fixo, ou, nos casos em que parte deste não tenha sido efetivamente aplicado no citado fim, a participação da parte de recursos oriundos do imposto de renda, em cada parcela de amortização de financiamento, a ser liquidada, será reajustada de forma a expressar exclusivamente, o valor comprometido com o investimento fixo.

§ 2.º A parte de recursos, oriundos do imposto de renda de que trata o *caput* deste artigo, será:

a) de 50% quando referente a financiamento de projetos localizados na área da Amazônia não incluída na Amazônia Ocidental e na Faixa de Fronteiras;

b) de 75% quando referentes a financiamento de projetos localizados na Amazônia Ocidental;

c) de 75% a 90%, quando referentes a financiamentos de projetos localizados na Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia.

§ 3.º Os critérios para a determinação das percentagens permitidas entre os limites previstos na alínea c do parágrafo anterior serão estabelecidos segundo recomendação do Conselho de Desenvolvimento da Amazônia que adotará como termo de referência o interesse sócio-econômico do País.

§ 4.º Os casos de que trata a alínea c do § 2.º, quaisquer contratos de financiamento a médio e longo prazo poderão ser incluídos, na conformidade de critérios estabelecidos como previsto no parágrafo anterior.

§ 5.º A parte dos recursos oriundos do imposto de renda de que trata o § 2.º, poderá ser absorvida pela empresa beneficiária sob as formas previstas no § 9.º ou 10 do art. 7.º, da Lei n.º 5 174, de 27 de outubro de 1966, ou sob as formas previstas nos dois parágrafos citados, em qualquer proporção.

§ 6.º Será válida, na empresa beneficiária, a resultante proporcionalidade entre recursos próprios e recursos oriundos do imposto de renda, após a absorção de recursos de que trata o parágrafo anterior.

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELO BRANCO
Octavio Bulhões
Roberto Campos
João Gonçalves de Souza.

Extraído do D. O., edição de 28-2-1967.

DECRETO-LEI N.º 292, de 28 de fevereiro de 1967 — *Cria a Superintendência do Vale do São Francisco, extingue a Comissão do Vale do São Francisco e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 2.º do art. 9.º do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966 resolve:

Art. 1.º É criada a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) como entidade autárquica vinculada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, com os objetivos definidos no art. 2.º deste Decreto-lei.

§ 1.º A Superintendência do Vale do São Francisco tem personalidade jurídica, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira com sede e fóro no Distrito Federal.

§ 2.º A autarquia terá como área de atuação a Baía do Rio São Francisco.

§ 3.º A Superintendência do Vale do São Francisco será dirigida por um Superintendente, nomeado, pelo Presidente da República por indicação do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, sendo livremente demissível.

§ 4.º Ao Superintendente do Vale do São Francisco caberá a representação ativa e passiva da autarquia, em juízo ou fora dele.

Art. 2.º São objetivos da Superintendência do Vale do São Francisco, na sua área de atuação:

a) promover o aproveitamento econômico dos recursos naturais;

b) promover o aproveitamento das oportunidades de investimento principalmente, aquelas ligadas, de forma direta, às atividades industriais ou agropecuárias;

c) criar condições que possibilitem o aproveitamento e o aproveitamento de oportunidades econômicas no meio rural;

d) programar e executar os serviços e obras necessárias à regularização do Rio São Francisco e seus afluentes;

e) disciplinar o uso das águas do Rio São Francisco e seus afluentes.

Art. 3.º A SUVALE adotará as diretrizes estabelecidas pela SUDENE e observará as disposições da Lei número 4 869, de 1 de dezembro de 1963, relativamente aos planos, programas e projetos que deva executar no Nordeste.

Parágrafo único. Na área da Baía do São Francisco não compreendida no Nordeste, a SUVALE atuará de modo compatível com os planos, programas e projetos executados, em execução ou a serem executados na região nordestina.

Art. 4.º Observado o disposto no § 2.º do art. 1.º deste Decreto-lei, a SUVALE deverá atuar prioritariamente em áreas-programas nas quais concentrará os seus investimentos.

§ 1.º A SUVALE somente poderá realizar investimentos em energia elétrica, abastecimento d'água, esgotos sanitários, rodovias, portos e aeroportos, habitação, saúde e educação nas áreas-programas.

§ 2.º Durante a elaboração e execução de projetos para as áreas-programas situadas no Nordeste, a SUVALE deverá articular-se com a SUDENE a fim de resguardar a unidade de orientação de política econômica e garantir elevada eficiência para os investimentos governamentais.

Art. 5.º Para os fins deste Decreto-lei, entende-se por área-programa, aquela que for selecionada para efeito do aproveitamento integral dos seus fatores de produção.

Parágrafo único. As áreas-programas serão selecionadas em função do potencial de recursos naturais e definidas, em resolução do Conselho Diretor homologada pelo Ministro de Estado, ouvida a SUDENE.

Art. 6.º A Superintendência do Vale do São Francisco, será constituída de um Conselho Diretor e de Unidades Administrativas na forma que vier a ser estabelecida no Regulamento deste Decreto-lei.

Art. 7.º Compete ao Superintendente o exercício dos poderes e a prática de todos os atos necessários à realização dos objetivos estabelecidos para a SUVALE, respeitada a competência do Conselho Diretor.

§ 1.º O Superintendente da SUVALE será auxiliado por um Superintendente-Adjunto, nomeado pelo Presidente da República, por indicação daquele, livremente demissível.

§ 2.º O Superintendente-Adjunto é o substituto eventual do Superintendente, cabendo-lhe desempenhar em caráter permanente, as funções que por este lhe forem cometidas.

Art. 8.º O Conselho Diretor será constituído pelo Superintendente que o presidirá, pelo Superintendente-Adjunto e pelos diretores das unidades administrativas indicadas no Regulamento da autarquia.

Art. 9.º Compete ao Conselho Diretor:

a) disciplinar a elaboração dos planos, programas e projetos da SUVALE;

b) aprovar os planos, programas e projetos elaborados pelas Unidades Administrativas;

c) aprovar o orçamento-programa e as suas reformulações;

d) acompanhar a execução dos trabalhos a cargo da SUVALE;

- e) aprovar critérios para a contratação de serviços técnicos ou de natureza especializada;
- f) aprovar acordos, convênios e contratos celebrados pela SUVALE;
- g) aprovar as tabelas numéricas e de remuneração do pessoal a serviço da SUVALE;
- h) aprovar a alienação de bens integrantes do patrimônio da autarquia;
- i) aprovar os relatórios que devam ser encaminhados ao Ministro de Estado;
- j) aprovar os balancetes mensais e o balanço anual da autarquia;
- k) apreciar propostas de codificação do Regulamento do presente Decreto-lei;
- l) aprovar o seu Regimento Interno e o da SUVALE.

Art. 10. O Superintendente proverá o Conselho Diretor dos meios administrativos e financeiros necessários ao seu funcionamento.

Art. 11. Constituem recursos da SUVALE:

- a) as dotações orçamentárias e os créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;
- b) o produto de operações de créditos;
- c) o produto de juros, de multas, e de emolumentos, que lhe sejam devidos;
- d) os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;
- e) o produto da venda de bens do seu patrimônio;
- f) as rendas provenientes de serviços prestados;
- g) a sua renda patrimonial;
- h) o produto da contribuição de melhoria que a União vier a cobrar, correspondente à valorização de imóveis em consequência de serviços ou obras executadas pela SUVALE.

Art. 12. As dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados à SUVALE serão distribuídos independentemente de prévio registro do Tribunal de Contas da União.

§ 1.º A importância das dotações e créditos mencionados neste artigo serão depositados pelo Tesouro Nacional no Banco do Brasil S.A. à disposição da SUVALE.

§ 2.º Os recursos provenientes de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais atribuídos à SUVALE incorporar-se-ão ao seu patrimônio, podendo os saldos ter aplicação nos exercícios subsequentes.

Art. 13. Ficam transferidos para a SUVALE todos os recursos entregues à Comissão do Vale do São Francisco ou a ela destinados, inclusive os provenientes de convênios ou contratos firmados pela extinta Comissão.

§ 1.º A aplicação dos recursos de que trata este artigo deverá ser revista, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do Regulamento, em programas de aplicação propostos pelo Superintendente, aprovados pelo Conselho Diretor e homologados pelo Ministro de Estado, a fim de adequar a aplicação dos referidos recursos aos objetivos atribuídos à SUVALE no art. 2.º deste Decreto-lei.

§ 2.º Fica a SUVALE autorizada a reexaminar os acordos, contratos, ajustes e convênios firmados pela extinta Comissão do Vale do São Francisco, a fim de ajustá-los aos objetivos do art. 2.º deste Decreto-lei ratificando-os, modificando-os, rescindindo-os ou cancelando-os.

Art. 14. A SUVALE poderá contrair empréstimos para acelerar ou garantir a execução dos seus planos, programas ou projetos, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Considera-se aplicação legal dos recursos destinados à SUVALE a amortização e o pagamento de juros ou comissões relativas a empréstimos por ela contratados para aplicação em obras ou serviços atinentes às destinações dos mesmos recursos.

Art. 15. A SUVALE poderá cobrar emolumentos por serviços prestados a particular, em bases a serem fixadas pelo Superintendente, depois de aprovadas pelo Conselho Diretor.

Art. 16. A SUVALE deverá depositar os recursos financeiros que lhe forem destinados, no Banco do Brasil S.A., enquanto não fizer a aplicação desses recursos aos fins a que se destinam, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos deste artigo.

§ 1.º Na área de atuação da SUDENE, os recursos de que trata este artigo serão depositados no Banco do Nordeste do Brasil S.A.

§ 2.º Quando, no município onde devam ser movimentados, não existir agência ou escritório do Banco do Brasil S.A. ou do Banco do Nordeste do Brasil S.A., o depósito de que trata este artigo será feito em outro estabelecimento de crédito oficial federal.

Art. 17. A SUVALE fará anualmente, um orçamento-programa que deverá conter a previsão de toda a receita e de toda a despesa da autarquia.

§ 1.º Nenhuma despesa poderá ser realizada sem previsão no orçamento-programa.

§ 2.º O orçamento-programa só poderá ser reformulado uma vez, no segundo semestre do exercício, salvo a hipótese do parágrafo seguinte.

§ 3.º As receitas ocorrentes sem previsão serão incluídas, mediante reformulação, no orçamento-programa, e serão aplicadas nos programas em execução, salvo quando estes não necessitarem de recursos suplementares.

Art. 18. A SUVALE terá completo serviço de contabilidade patrimonial, financeira e orçamentária.

Parágrafo único. Até o dia 30 de junho de cada ano, a SUVALE remeterá os balanços do exercício anterior ao Ministério a que está vinculado e por intermédio deste ao Ministério da Fazenda.

Art. 19. A SUVALE poderá aceitar, em processo de licitação para garantia da execução de contratos, caução real ou fidejussória que reputar idônea.

Art. 20. Fica o Superintendente da SUVALE autorizado a dispensar licitação e contrato formal para aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras ou locação de imóveis até 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 21. É a SUVALE autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até 5 (cinco) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 22. O Superintendente da SUVALE, na conformidade das disposições do parágrafo único do artigo 130 da Lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949, apresentará no Tribunal de Contas da União, até o dia 30 de junho de cada ano, prestação de contas correspondentes à gestão administrativa do exercício anterior.

Art. 23. Ficam incorporados ao patrimônio da SUVALE todos os bens da União sob a guarda e administração da Comissão do Vale do São Francisco.

Art. 24. A SUVALE poderá alienar bens imóveis, móveis ou semoventes integrantes de seu patrimônio, mediante proposta do Superintendente e aprovada pelo Conselho Diretor e homologada pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. A alienação de bens, que por sua natureza, em virtude da Lei, plano ou programa, forem destinados à alienação, independentemente das finalidades previstas neste artigo.

Art. 25. A SUVALE assistirá ao agricultor e ao pecuarista através de:

- a) prestação de serviços técnicos;

b) revenda de aparelhos, máquinas e instrumentos agrícolas e seus implementos, adubos, inseticidas, produtos veterinários, sementes, mudas, animais selecionados e quaisquer outros bens intermediários agropecuários;

c) arrendamento ou empréstimo de máquinas, aparelhos e instrumentos agrícolas e seus implementos.

d) compra e venda de safras;

e) doação de sementes ou mudas aos agricultores extremamente necessitados;

f) realização de cursos de capacitação para a mão-de-obra.

§ 1.º A SUVALE poderá cobrar indenização das despesas que realizar com a prestação de serviços técnicos, respeitando a capacidade de pagamento do beneficiário.

§ 2.º Os serviços de irrigação deverão ser cobrados pela SUVALE aos respectivos proprietários ou beneficiários, por metro cúbico de água fornecida, calculado o preço em função do custo operacional, no qual serão incluídas as despesas de conservação.

§ 3.º Durante o período de maturação do projeto aprovado pela SUVALE o preço de que trata o parágrafo anterior será fixado em função da capacidade de pagamento do beneficiário.

§ 4.º A revenda poderá ser feita a vista ou a prazo com juros anuais de 6% (seis por cento).

§ 5.º Os títulos de crédito, oriundos da revenda a prazo e representativos das prestações, poderão ser negociados pela SUVALE em estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 6.º O produto da indenização de despesas pela prestação de serviços técnicos, da revenda, da venda de safras e dos juros constituirão patrimônio da SUVALE, e serão aplicados nas finalidades indicadas neste artigo.

§ 7.º O Conselho Diretor, mediante resolução homologada pelo Ministro de Estado, aprovará as condições para a prestação da assistência de que trata este artigo

§ 8.º Os créditos e os recursos oriundos da Carteira de Revenda e do Fundo de Mecanização da Lavoura, mencionados, respectivamente, nas letras "a" e "d" do artigo 17 da Lei número 2.599, de 13 de setembro de 1955, existentes na data de publicação da presente Lei, incorporar-se-ão ao patrimônio da SUVALE, devendo as respectivas importâncias serem aplicadas na assistência de que trata este artigo.

Art. 26. A SUVALE poderá realizar convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, para a execução dos serviços e obras a seu cargo.

Art. 27. A SUVALE exercerá, obrigatoriamente, fiscalização técnica dos serviços e obras executados com seus recursos, expedindo laudo técnico em favor do órgão ou entidade executora.

§ 1.º A fiscalização de que trata este artigo tem por finalidade comprovar a observância das disposições pactuadas com a SUVALE, bem como dos planos, programas, projetos e especificações aprovados, inclusive mediante o confronto das obras e serviços realizados, com os documentos comprobatórios das respectivas despesas.

§ 2.º O laudo técnico mencionado neste artigo constitui elemento essencial à prestação de contas do responsável pelo órgão ou entidade executora dos aludidos serviços e obras.

Art. 28. A SUVALE poderá instalar escritório em qualquer ponto do território nacional, quando necessário à execução dos serviços que lhe são afetos.

Art. 29. São extensivos à SUVALE os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, renda ou serviços, aos pra-

zos, cobrança de créditos, uso de ações especiais, juros e custas.

Art. 30. A SUVALE goza de todas as isenções e serviços da União.

Art. 31. A SUVALE apresentará relatórios mensais e anuais das suas atividades, ao Ministro de Estado.

Art. 32. O regime jurídico do pessoal da SUVALE será o da legislação trabalhista.

Parágrafo único. O Conselho Diretor aprovará as normas gerais de administração e remuneração do pessoal da SUVALE, inclusive no que respeita ao regime de trabalho e à organização do quadro de pessoal, as quais serão homologadas pelo Ministro de Estado.

Art. 33. O quadro de Pessoal da Comissão do Vale do São Francisco será considerado em extinção, na data de criação da SUVALE.

§ 1.º A extinção a que se refere este artigo deverá efetivar-se gradativamente, mediante supressão dos cargos que vagarem, resguardadas as oportunidades de promoção e acesso, mediante a observância das seguintes regras:

a) a supressão será sucessiva, de tal modo que serão suprimidos, em primeiro lugar, os cargos da classe inicial em seguida, os cargos da classe imediatamente superior, e assim por diante.

b) quando houver possibilidade de acesso, o cargo de classe superior não será suprimido até a total extinção dos cargos da classe inferior.

§ 2.º A pedido ou "ex officio" observadas as normas da legislação própria, será permitida a transferência de servidores pertencentes ao quadro em extinção do Ministério a que estiver vinculada a SUVALE, para cargos vagos da administração centralizada ou autárquica.

§ 3.º Desde que de interesse para a SUVALE e para qualquer órgão da administração centralizada ou autárquica, será igualmente permitida a transferência de funcionários pertencentes ao quadro em extinção, com os respectivos cargos, observada a legislação específica, passando a despesa correspondente a ser atendida pelo órgão a que se incorporar o cargo e o servidor.

§ 4.º As transferências de que tratam os artigos anteriores deverão ser feitas para órgãos que permitam lotação em local convenientes para o servidor.

§ 5.º A SUVALE manterá os registros funcionais referentes ao pessoal pertencente ao quadro em extinção para todos os efeitos da lei, observadas instruções a serem expedidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 24. Os servidores pertencentes ao quadro em extinção a que se refere o art. 33 passarão a prestar serviços à SUVALE, assegurados os direitos e vantagens inerentes à sua condição de servidores públicos federais.

Parágrafo único. Os servidores na atuação prevista neste artigo ficarão sujeitos às normas gerais de trabalho que a SUVALE vier a adotar, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 35. Os servidores pertencentes ao quadro em extinção a que se refere o art. 33 poderão firmar contrato de trabalho com a SUVALE, sob o regime da legislação trabalhista.

§ 1.º Enquanto vigorar o contrato de trabalho, ficará suspensa a vinculação do servidor para com o serviço público, para todos os efeitos, ressalvada a exceção prevista no § 4.º deste artigo.

§ 2.º Extinta a relação contratual de trabalho, por qualquer das formas previstas na legislação trabalhista, estabelecer-se-á automaticamente a vinculação ao serviço público; na situação em que se encontrava o servidor por ocasião da contratação.

§ 3.º O servidor que firmar contrato de trabalho com a SUVALE, na forma prevista neste artigo, poderá contribuir para o IPASE durante a vigência do referido contrato.

§ 4.º O tempo de serviço prestado à SUVALE nas condições do presente artigo, será contado como de serviço público para os fins de aposentadoria, disponibilidade e cálculo da gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 5.º No cálculo dos proventos da aposentadoria de servidores pertencentes ao quadro em extinção a que se refere o artigo 33, não será considerada nenhuma retribuição decorrente de contrato de trabalho, com a SUVALE, mesmo que a aposentadoria ocorra na vigência de contrato dessa natureza.

Art. 36. Os servidores públicos ou autárquicos da União poderão firmar contrato de trabalho com a SUVALE, nos termos estipulados no Art. 35 e seus parágrafos, desde que haja concordância das repartições ou órgãos a que pertencam.

Art. 37. Os encargos financeiros com o pagamento de vencimentos e vantagens do pessoal pertencente ao quadro em extinção por conta do Tesouro Nacional, cumprindo à União consignar dotações orçamentárias específicas em favor da SUVALE para o atendimento dessa despesa.

Art. 38. O Superintendente e o Superintendente-Adjunto, perceberão, respectivamente, 20% a 10% a mais do maior salário pago pela SUVALE aos seus servidores, de acordo com o estabelecido na presente lei, fixados pelo Conselho Diretor.

Art. 39. O Superintendente da SUVALE integrará o Conselho Deliberativo da SUDENE na qualidade de membro nato, em substituição ao Diretor Superintendente da extinta Comissão do Vale do São Francisco.

Art. 40. Fica extinta a Comissão do Vale do São Francisco, criada pela Lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948.

Art. 41. Fica cometida à SUVALE a responsabilidade de execução ou operação de obras e serviços a cargo da extinta Comissão do Vale do São Francisco.

Parágrafo único. Dentro do prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação deste Decreto-lei, a SUVALE transferirá a outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, a responsabilidade da execução ou operação das obras e serviços referidos neste artigo que não se enquadrem nos objetivos indicados no art. 2.º do presente Decreto-lei.

Art. 42. O Poder Executivo baixará, dentro do prazo de trinta dias o Regulamento executivo do presente Decreto-lei.

Art. 43. O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de 17 de março de 1967, revogadas as Leis número 541, de 15 de dezembro de 1948, 2 599, de 13 de setembro de 1955, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELO BRANCO

João Gonçalves de Souza.

Extraído do D. O., edição de 28-2-1967.

DECRETO-LEI N.º 301, de 28 de fevereiro de 1967 — *Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, aprova o I Plano Diretor, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SUDESUL — e dá outras providências.*

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o § 2.º, do art. 9.º do

Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

CAPÍTULO I

Do Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste

Art. 1.º O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste obedecerá às disposições do presente Decreto-lei.

Art. 2.º A Fronteira Sudoeste, para os efeitos deste Decreto-lei, compreende os municípios situados nos Estados de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujas sedes, nesta data, definidas pelas coordenadas geográficas do seu centro, se localizam ao sul da área de jurisdição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazonia — SUDAM — e a oeste da linha quebrada determinada geodésicamente por graus e minutos de latitude e longitude e especificada a seguir:

a) Estado de Mato Grosso, a começar no paralelo dos 16º, 00' S, na sua intersecção com o meridiano dos 54º 10' 0. Gr. segue para o sul, até a intersecção com o paralelo dos 21º00', daí, por este, até o meridiano dos 53º 29' e, por este, até a sua intersecção com o rio Paraná, limite com o Estado do mesmo nome;

b) Estado do Paraná, a começar na intersecção do meridiano dos 53º29', com o rio Paraná, limite com o Estado de Mato Grosso, segue pelo mesmo meridiano até o paralelo dos 23º13' e por este até o meridiano dos 52º30' daí até o paralelo dos 23º35', pelo qual segue até o meridiano dos 51º55' e, por este, até encontrar o paralelo dos 26º10', pelo qual continua até a intersecção com o meridiano dos 50º45' e daí até sua intersecção com o rio Iguazu, limite com o Estado de Santa Catarina;

c) Estado de Santa Catarina, a começar na intersecção do rio Iguazu com o meridiano dos 50º45', limite com o Estado do Paraná, seguindo pelo mesmo meridiano até o paralelo dos 27º38', pelo qual continua até a intersecção com o rio Pelotas, limite com o Estado do Rio Grande do Sul;

d) Estado do Rio Grande do Sul, a começar na intersecção do paralelo dos 27º38' com o rio Pelotas, limite com o Estado de Santa Catarina, segue pelo mesmo paralelo até o meridiano dos 52º10', pelo qual continua até o paralelo dos 28º25' e, por este, até o meridiano dos 53º30' que segue até o paralelo dos 30º00', prosseguindo pelo mesmo até o meridiano dos 53º10' e por este até o paralelo dos 30º30', pelo qual segue até o meridiano 51º40' e, por este, até atingir a linha do litoral do Oceano Sul-Atlântico.

Parágrafo único. Integrarão também a Fronteira Sudoeste os municípios que, por desmembramento, vierem a ser criados, desde que a totalidade do seu território esteja compreendida na área definida neste artigo.

Art. 3.º O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste terá como objetivo promover o desenvolvimento integrado e harmônico da região, visando o aproveitamento nacional de seus recursos naturais e o bem-estar social de sua população, assegurando-lhe uma economia auto-sustentada e integrada na economia nacional.

Art. 4.º O Plano será desenvolvido visando precipuamente:

a) conhecimento dos recursos naturais da região e avaliação de seu potencial econômico e social, através de estudos e pesquisas que sirvam de base à ação planejada do Governo e de orientação aos investimentos privados;

b) seleção e definição de espaços econômicos que, por suas características especiais e possibilidades de desenvolvimento, sejam merecedoras de prioridade de ação planejada, com a determinação de pólos de desenvolvimento capazes de dinamizar e liderar o crescimento de áreas vizinhas;

c) estabelecimento de modelo de desenvolvimento econômico, adequado à região, que lhe assegure o aumento da renda "per capita" e um desenvolvimento ótimo;

d) concentração de recursos em áreas selecionadas, em função de seu potencial econômico e necessidades da população;

e) orientação do povoamento e ocupação econômica da região;

f) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária, à silvicultura e à piscicultura, como base da economia regional;

g) promoção do desenvolvimento industrial da região, pelo estudo de oportunidades industriais e implantação da infra-estrutura necessária;

h) estudo, incentivo e orientação ao comércio internacional;

i) criação de novas oportunidades de emprego, especialmente nos setores secundário e terciário da atividade econômica, pela ampliação da oferta de formação e treinamento de mão-de-obra especializada necessária às exigências de desenvolvimento da região;

j) adoção de política de estímulos para assegurar a elevação da taxa de reinversão dos recursos gerados na área, incentivar sua aplicação na própria região e atrair outros investimentos;

l) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento e implantação e expansão de infra-estrutura econômica e social reservando para a iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;

m) aplicação conjunta dos recursos federais da administração centralizada e descentralizada e sua conjugação com as contribuições do setor privado e de fontes externas;

n) avaliação contínua da ação federal na área e sua revisão adaptando-a às necessidades da região.

Art. 5.º O Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste será executado em etapas plurianuais, consubstanciadas em Planos Diretores aprovados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6.º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, recursos financeiros suficientes aos encargos do Governo Federal com a execução do Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste.

§ 1.º Os recursos destinados aos órgãos da administração centralizada e descentralizada, para execução dos seus programas específicos, são parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste.

§ 2.º Os recursos destinados à realização do Plano de Desenvolvimento não excluem, nem substituem, a atribuição de dotações próprias dos órgãos de administração centralizada e descentralizada para a execução de seus programas específicos e, em especial programas de custeio.

Art. 7.º As obras e serviços constantes do Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste terão caráter prioritário para efeito de sua execução pelos órgãos e entidades responsáveis.

Art. 8.º São agentes de elaboração, execução e controle do Plano:

a) A Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste;

b) órgãos da administração centralizada e descentralizada do Governo Federal;

c) outros órgãos e entidades credenciados através de convênio e contratos.

CAPÍTULO II

Da Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste

Art. 9.º Fica criada a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SU-

DESUL — entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno e patrimônio próprio.

§ 1.º A SUDESUL tem como objetivo principal planejar e promover a execução do desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, coordenar e controlar a ação federal nesta região.

§ 2.º A autarquia tem sede e fóro na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

§ 3.º A SUDESUL poderá instalar, onde julgar conveniente e mediante aprovação dos órgãos próprios, escritórios regionais que a representarão.

§ 4.º A SUDESUL fica vinculada ao Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais responsável pela orientação superior da ação federal na Fronteira Sudoeste.

Art. 10. Compete à Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste:

a) elaborar o Plano de Desenvolvimento, coordenar e promover a sua execução diretamente, ou mediante convênios com pessoas, entidades ou órgãos públicos, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contratos com pessoas ou entidades privadas;

b) revisar, anualmente, o Plano de Desenvolvimento e avaliar os resultados de sua execução;

c) coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração de seus programas de trabalho;

d) prestar assistência técnico-financeira a entidades públicas na elaboração, execução de programas e projetos considerados, a critério da SUDESUL, prioritários para o desenvolvimento regional;

e) coordenar, no âmbito federal, programas de assistência técnica nacional estrangeira ou internacional;

f) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e a execução de programas e projetos promovidos, na região, pelos diferentes setores da Administração Federal;

g) julgar a prioridade de projetos e empreendimentos privados de interesse para o desenvolvimento da região, visando a concessão de favores, inclusive de colaboração financeira;

h) sugerir ao Ministro de Estado providências, necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos em vista a adequação de cada um às finalidades da SUDESUL.

i) promover e divulgar, pesquisas, estudos e análises, visando o reconhecimento das potencialidades da região;

j) praticar os demais atos necessários à realização de suas funções de órgão de planejamento, coordenação, supervisão e controle do desenvolvimento da Fronteira Sudoeste;

Parágrafo único. A SUDESUL dará preferência a projetos de industrialização de matéria-prima regional.

Art. 11. São órgãos da Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste:

a) o Conselho Deliberativo;

b) o Superintendente;

c) a Secretaria Executiva.

Art. 12. Compete ao Conselho Deliberativo:

a) formular, com base nos trabalhos dos demais órgãos da SUDESUL, as diretrizes da política de desenvolvimento da Fronteira Sudoeste;

b) opinar sobre o Plano de Desenvolvimento, suas revisões anuais e encaminhá-las à aprovação da autoridade competente;

c) acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento e apreciar os seus resultados, através de relatórios periódicos, apresentados pelo Superintendente;

d) sugerir a adequação dos planos estaduais e municipais de desenvolvimento à orientação do Plano Diretor da SUDESUL e emitir

parecer sobre os mesmos, quando solicitado pelos respectivos governos;

e) submeter à aprovação do Ministro de Estado planos de execução, em caso de calamidade pública;

f) pronunciar-se sobre proposições do Superintendente para interessar grupos privados a participar dos projetos compreendidos no Plano de Desenvolvimento;

g) examinar as contas do Superintendente, aprovar os balancetes e o balanço anual da Autarquia;

h) aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos ou especializados;

i) opinar sobre as necessidades de pessoal e os níveis salariais das diversas categorias ocupacionais da SUDESUL;

j) recomendar a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução de programas, projetos e obras relacionadas com o Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste;

l) aprovar projetos de interesse para o desenvolvimento da região, tendo em vista a concessão de favores ou a colaboração financeira;

m) aprovar as propostas do Superintendente relativas à alienação de bens móveis e imóveis, inclusive ações integrantes do patrimônio da SUDESUL;

n) aprovar o orçamento da SUDESUL, os programas de aplicação das dotações globais e dos recursos sem destinação prevista em lei, apreciar o orçamento-programa;

o) aprovar convênios ou contratos, quando pertinentes à execução de obras ou serviços não constantes do Plano Diretor.

p) aprovar a indicação do Superintendente-Adjunto da Autarquia;

q) aprovar o seu Regimento e Regimento Interno da SUDESUL e suas alterações;

r) manifestar-se sobre qualquer assunto de interesse da Fronteira Sudoeste, quando solicitado pelo Superintendente.

§ 1.º O Conselho deliberará, por maioria simples de votos dos presentes, vedado ao Superintendente votar na hipótese prevista na alínea c.

§ 2.º O Conselho reunir-se-á na sede da Superintendência, podendo no entanto, fazê-lo em outro local, quando assim o decidir.

§ 3.º O Conselho Deliberativo poderá ser convocado extraordinariamente pelo Superintendente, ou por dois terços (2/3) de seus integrantes.

§ 4.º Os membros do Conselho perceberão, pelo comparecimento às reuniões, quantia fixada pelo Ministro de Estado, por proposta do Superintendente, além de auxílio destinado ao custeio das despesas decorrentes de locomoção e estada, quando a respectiva reunião se realizar fora do domicílio do Conselheiro.

§ 5.º O Superintendente proverá o Conselho dos meios administrativos financeiros necessários ao seu funcionamento.

Art. 13. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDESUL e por representante: um do Estado-Maior das Forças Armadas; um de cada Estado, da área da Fronteira Sudoeste; um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; um do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário; um do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; e um de cada Ministério a seguir enumerado: Agricultura, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores e Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O Conselho reunir-se-á mensalmente sob a presidência de um de seus membros, escolhidos na forma do que dispuser o Regimento Interno.

Art. 14. A SUDESUL será dirigida por um Superintendente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro Extraor-

dinário, para a Coordenação dos Organismos Regionais, e demissível "ad nutum".

Art. 15. Compete ao Superintendente o exercício de todos os poderes que a legislação lhe confere e especificamente:

a) praticar os atos necessários ao fiel desempenho das atribuições da SUDESUL;

b) elaborar o Regulamento da Autarquia para ser aprovado por decreto do Poder Executivo;

c) apreciar o Regimento Interno e encaminhá-lo à aprovação do Conselho Deliberativo;

d) submeter à apreciação do Conselho Deliberativo o Plano Diretor, e suas revisões;

e) cumprir e fazer cumprir as resoluções do Conselho Deliberativo;

f) representar a Autarquia, ativa e passiva, judicial e extrajudicial;

g) prover, na forma da legislação, cargos, funções, empregos e exercer todos os atos referentes à administração de pessoal da SUDESUL;

Parágrafo único. O Superintendente será auxiliado e, nos seus impedimentos ou faltas, substituído por um Superintendente-Adjunto, de sua nomeação e demissão.

Art. 16. O Superintendente articular-se-á com o Ministro de Estado, em todas as etapas relativas à elaboração e revisão do Plano Diretor, para fim de compatibilizá-lo com a política geral do Governo.

Parágrafo único. O Superintendente apresentará ao Ministro de Estado relatórios mensais e anuais das atividades da SUDESUL.

Art. 17. Ressalvadas as atribuições dos demais órgãos, à Secretaria Executiva compete realizar as atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos da SUDESUL e especialmente:

a) elaborar o Plano Diretor plurienal e realizar as suas revisões anuais;

b) coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos consubstanciados no Plano Diretor;

d) elaborar relatórios mensais e anuais sobre a execução do Plano Diretor e efetuar a avaliação dos seus resultados, para apreciação do Superintendente;

d) prestar assistência técnica a órgãos federais, estaduais, municipais e autárquicos;

e) elaborar e executar os projetos da Autarquia e os que a ela forem distribuídos, ou sugerir a sua contratação;

f) interessar grupos privados a participar dos programas previstos no Plano Diretor;

g) assistir os demais órgãos da SUDESUL, suprindo-os das informações dos estudos e dos projetos que se fizerem necessários ao exercício das respectivas atribuições;

h) emitir parecer conclusivo sobre proposições relacionadas com problemas de desenvolvimento da região, ou que estabeleçam recursos e favores específicos para aplicação na mesma área.

Art. 18. Constituem recursos da SUDESUL:

a) as dotações orçamentárias, créditos adicionais e outros recursos que lhe sejam atribuídos;

b) o produto das operações de crédito;

c) o produto de juros de depósitos, bancários, de multas e de emolumentos devidos à Autarquia;

d) o resultado líquido dos investimentos nas empresas de que participe;

e) os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

f) as rendas provenientes de serviços prestados;

g) a sua renda patrimonial;

h) o produto da alienação de bens ao seu patrimônio.

Parágrafo único. Os recursos não utilizados no exercício serão aplicados nos subseqüentes.

Art. 19. O Superintendente da SUDESUL apresentará ao Tribunal de Contas da União, até 30 de junho de cada ano, prestação de contas correspondentes à gestão administrativa do exercício anterior.

Art. 20. As dotações orçamentárias dos créditos adicionais destinados à SUDESUL, serão distribuídos independentemente de prévio registro no Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Também independem de registro no Tribunal de Contas da União os contratos e convênios, firmados pela Autarquia.

Art. 21. As importâncias das dotações e dos créditos destinados à Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste serão depositadas pelo Tesouro Nacional, no Banco do Brasil S.A., à disposição da mesma.

§ 1.º Os saldos não entregues à SUDESUL, até o fim do exercício, serão escriturados como "restos a pagar".

§ 2.º Os recursos provenientes de dotações orçamentárias, de créditos adicionais ou de outras fontes, incorporam-se ao patrimônio da SUDESUL, podendo os saldos ser aplicados nos exercícios subseqüentes.

Art. 22. Os recursos orçamentários destinados a subsídios, subvenções e auxílios, qualquer que seja a sua natureza ou entidade beneficiada, somente serão entregues mediante Convênio em que seja estabelecido o plano de sua aplicação.

Art. 23. A SUDESUL depositará, obrigatoriamente, os recursos financeiros que lhe forem destinados, enquanto não fizer sua aplicação, em estabelecimento oficial de crédito, em que a União detenha o controle acionário, salvo se no município onde devam ser empregados não tiverem esses estabelecimentos, agências ou escritório.

Parágrafo único. Os recursos entregues à SUDESUL, através de convênios, poderão, também, ser depositados em conta especial em estabelecimento oficial de crédito da respectiva localidade.

Art. 24. Os recursos destinados a investimentos de infra-estrutura que devam ser aplicados sob a forma de operação de crédito serão repassados por instituições financeiras oficiais, que operem na região.

Art. 25. Os recursos da SUDESUL sem destinação específica em lei e as dotações globais, que lhe sejam consignadas, serão empregados de acordo com programas de aplicação propostos pelo Superintendente e aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 26. Os contratos e convênios que visem à execução de serviços e obras constantes de orçamento-programa independem de aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 27. A prorrogação do prazo de vigência de convênios e contratos de serviços e obras, quando solicitada por escrito pela entidade delegada ou contratante, independência, a juízo do Superintendente, de termo aditivo.

Art. 28. A SUDESUL é autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até cinco (5) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 29. A SUDESUL exercerá, obrigatoriamente, fiscalização técnica dos serviços e obras executados com recursos destinados ao Plano de Desenvolvimento, expedindo laudo técnico em favor do órgão ou entidade executora.

§ 1.º A fiscalização de que trata este artigo tem por finalidade comprovar a observância das disposições pactuadas com a SUDESUL, bem como dos planos, programas, projetos e especificações.

§ 2.º O laudo técnico constitui elemento essencial da prestação de contas do responsável

pelo órgão ou entidade executora de obras e serviços.

Art. 30. O representante da União e da SUDESUL nas assembléias gerais das sociedades de economia mista, que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Desenvolvimento, sob pena de responsabilidade, somente aprovará as contas da Diretoria se delas constar o laudo técnico de que trata o artigo anterior.

Art. 31. A gestão financeira das entidades que houverem recebido recursos destinados ao Plano de Desenvolvimento fica sujeita à fiscalização da SUDESUL, que a exercerá diretamente, ou mediante contrato com firma de notória idoneidade, especializada em auditoria.

Art. 32. A SUDESUL, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Deliberativo, poderá contrair empréstimo, no País ou no Exterior, para acelerar ou assegurar a execução de programas e projetos integrantes do Plano Diretor.

§ 1.º As operações de que trata este artigo poderão ser garantidas com recursos da SUDESUL.

§ 2.º As operações, em moeda estrangeira, dependem de autorização do Presidente da República.

§ 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito, externo, ou interno, destinadas à realização de obras e serviços básicos previstos no Plano Diretor.

§ 4.º As garantias de que tratam os parágrafos anteriores serão concedidas às operações de crédito contratadas diretamente pela SUDESUL, ou com a sua intervenção, sempre mediante parecer fundamentado do Superintendente aprovado pelo Conselho Deliberativo.

§ 5.º As operações de crédito mencionadas neste artigo são isentas de impostos e taxas federais.

§ 6.º A amortização e o pagamento de juros relativos às operações de crédito contratadas pela SUDESUL constituem aplicação legal de recursos da Autarquia.

Art. 33. A SUDESUL poderá cobrar emolumentos por serviços prestados a terceiros.

Parágrafo único. Os emolumentos de que trata este artigo serão fixados pelo Superintendente, ouvido o Conselho Deliberativo.

Art. 34. A SUDESUL manterá completo serviço de contabilidade: orçamentária, financeira e patrimonial.

Parágrafo único. O controle dos atos de gestão será exercido por meio de auditoria interna e externa.

Art. 35. Os balanços do exercício anterior serão remetidos ao Ministro de Estado e, através dele, ao Ministério da Fazenda, até 30 de junho de cada ano.

Art. 36. A SUDESUL poderá alienar bens do seu patrimônio, por proposta do Superintendente, aprovada pelo Conselho Deliberativo e homologada pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. Os bens que, por sua natureza, em virtude de lei, plano, ou programa, sejam destinados à revenda de terceiros, independem, para sua alienação, das formalidades previstas neste artigo.

Art. 37. A SUDESUL poderá aceitar, em garantia da execução de contratos, caução, real ou fidejussória que reputar idônea.

Art. 38. O Superintendente poderá dispensar licitação e contrato formal para aquisição de materiais, prestação de serviços, execução de obras e locação de imóveis até quinientas vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 39. Estendem-se à SUDESUL os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, rendas, serviços, prazos, cobranças de créditos, uso de ações especiais, juros e custas.

Art. 40. A SUDESUL desempenhará suas funções especializadas preferentemente através da contratação de prestação de serviços técnicos com pessoas, físicas ou jurídicas, habilitadas segundo critérios aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 41. A SUDESUL remeterá ao Ministro de Estado, cópia das resoluções adotadas pelo Conselho Deliberativo, sem prejuízo de sua execução.

Art. 42. Os serviços da SUDESUL serão atendidos por pessoal admitido sob o regime da legislação trabalhista, cujos níveis salariais serão fixados pelo Superintendente, com observância do mercado de trabalho, ouvido o Conselho Deliberativo.

Art. 43. Obedecida a conveniência da SUDESUL os serviços poderão também ser atendidos por:

a) servidores públicos federais, civis e militares, inclusive autárquicos, requisitados na forma da legislação em vigor;

b) servidores públicos estaduais, municipais ou autárquicos, postos à disposição pelas respectivas pessoas de direito público.

§ 1.º Os servidores de que trata este artigo perceberão vencimentos e vantagens correspondentes aos de seu cargo de origem, que poderão ser acrescidos de gratificação fixada pelo Superintendente, tendo em vista a função desempenhada na SUDESUL, obedecida a tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo, e ressalvado o direito de opção previsto no parágrafo seguinte.

§ 2.º Fica assegurado ao servidor o direito de optar pela percepção dos salários correspondentes a função por ele desempenhada na SUDESUL.

Art. 44. O Superintendente e o Superintendente-Adjunto perceberão vencimentos de seus cargos em comissão e as vantagens fixadas anualmente pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO III

Das Disposições gerais e transitórias

Art. 45. As Universidades e escolas de ensino superior, localizadas nos Estados, abrangidos pela região Fronteira Sudoeste, integrar-se-ão no Plano de Desenvolvimento através de:

a) preparação, na área da Fronteira Sudoeste, de pessoal técnico e científico necessário ao desenvolvimento da mesma região;

b) realização de pesquisas e estudos indispensáveis aos objetivos do Plano.

§ 1.º Nenhum recurso do Plano poderá ser consignado a instituições de ensino para fins diferentes dos definidos neste artigo.

§ 2.º O disposto neste artigo se aplicará, no que couber, aos estabelecimentos de ensino que se dediquem à formação e treinamento de pessoal técnico de qualquer nível.

Art. 46. Fica extinta a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, criada pela Lei número 2 976, de 28 de novembro de 1956.

Art. 47. Ficam incorporados ao patrimônio da SUDESUL todos os bens imóveis e móveis da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País.

Art. 48. Ficam transferidos para a SUDESUL todos os recursos entregues ou destinados à extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do

País, inclusive os provenientes de convênios e de contratos.

§ 1.º A aplicação dos recursos de que trata este artigo poderá ser prevista em programa composto pelo Superintendente, aprovado pelo Conselho Deliberativo e homologado pelo Ministro de Estado.

§ 2.º As dotações consignadas no Orçamento da União para o exercício de 1967 e créditos adicionais votados em favor da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, a que se refere a Lei n.º 2 976, de 28 de novembro de 1956, passam a constituir receita da SUDESUL.

Art. 49. A SUDESUL poderá desapropriar bens por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, quando necessário à realização de suas finalidades, na área de ação delimitada pelo disposto no artigo segundo.

Art. 50. O pessoal da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, inclusive os beneficiados pelo parágrafo único do artigo 23, da Lei n.º 4 069, de 11 de julho de 1962, e os servidores de que trata o art. 7.º da Lei n.º 2 976, de 28 de novembro de 1956, poderá ser aproveitado no quadro especial da SUDESUL, que fica criado por este Decreto-lei e será organizado pelo Conselho Deliberativo, por proposta do Superintendente.

Parágrafo único. O aproveitamento do pessoal, de que trata este artigo, será processado em cargos correspondentes às atividades e responsabilidades efetivamente exercidas no órgão extinto.

Art. 51. Os cargos do quadro especial serão extintos quando vagarem.

Parágrafo único. Em sendo o cargo de carreira, a extinção ocorrerá, a partir da classe inicial, após a promoção dos respectivos ocupantes.

Art. 52. O pessoal do órgão extinto, que não for aproveitado pela SUDESUL, será relatado em outros da Administração Pública Federal, de acordo com as conveniências desta.

Parágrafo único. O pessoal não aproveitado continuará a ser pago pela SUDESUL, enquanto aguardar a reatuação.

Art. 53. O tempo de serviço público dos servidores do quadro especial, inclusive o prestado, a qualquer título, à extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, será computado, para todos os efeitos, na SUDESUL.

Art. 54. Os servidores pertencentes ao quadro especial poderão firmar contrato de trabalho com a SUDESUL, sob o regime da legislação trabalhista.

§ 1.º Enquanto vigorar o contrato de trabalho fica suspensa a vinculação do servidor com o serviço público, para todos os efeitos, ressalvada a exceção prevista no § 4.º deste artigo.

§ 2.º Extinta a relação contratual de trabalho, qualquer que seja a sua forma, restabelecer-se-á, automaticamente, a vinculação ao serviço público, na situação em que se encontrava o servidor, por ocasião da sua contratação.

§ 3.º O servidor que firmar contrato de trabalho com a SUDESUL, na forma prevista neste artigo, poderá contribuir para o IPASE, durante a vigência do contrato.

§ 4.º O tempo de serviço prestado à SUDESUL, nas condições deste artigo será contado como de serviço público para os fins de aposentadoria, disponibilidade, licença-prêmio e gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 5.º No cálculo dos proventos da aposentadoria de servidor do quadro especial não se-

rá considerada nenhuma retribuição decorrente de contrato de trabalho com a SUDESUL, mesmo que a aposentadoria ocorra na vigência do contrato.

Art. 55. A faculdade concedida aos servidores do quadro especial da Autarquia, nos termos do art. 54, é extensiva aos funcionários e aos servidores autárquicos, desde que haja concordância expressa dos órgãos a que os mesmos pertencem.

Parágrafo único. Os servidores públicos que firmarem contrato de trabalho com a SUDESUL deixarão de perceber os vencimentos e vantagens de seus cargos ou funções enquanto permanecerem neste regime.

Art. 56. O horário de trabalho da SUDESUL será fixado pelo Superintendente, ouvido previamente o Conselho Deliberativo.

Art. 57. O regime instituído nos artigos 42, 43 e 50 a 58, inclusive, desta Lei, é extensivo à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

Art. 58. Fica aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, para os exercícios de 1967, 1968 e 1969, na conformidade dos anexos a este Decreto-lei, salvo parte relativa aos recursos orçamentários para a sua execução nos exercícios de 1968 e 1969, que serão consignados no Orçamento Geral da União para esses exercícios.

Parágrafo único. A área de aplicação do I Plano Diretor é, no exercício de 1967, a de jurisdição da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, e, a partir de 1968, será ampliada para a região definida no art. 2.º deste Decreto-lei.

Art. 59. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n.º 2.976, de 28 de novembro de 1956.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967, 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELO BRANCO

João Gonçalves de Souza

Roberto de Oliveira Campos.

Extraído do D.O., edição de 28-2-1967.

DECRETO N.º 60 721, de 12 de maio de 1967 —
Autoriza o Presidente do IBDF a praticar os atos necessários à imediata instalação, funcionamento e consecução dos objetivos da autarquia.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição do Brasil,

considerando que até a presente data não foram concluídos os trabalhos referentes à regulamentação e implantação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, criado pelo Decreto-lei n.º 289, de 28 de fevereiro de 1967,

considerando não só a necessidade de se implantar adequadamente a estrutura do Instituto, para a realização das tarefas que lhe competem, como também a conveniência de assegurar a continuidade dos serviços programados pelos Departamentos de Recursos Naturais Renováveis, Conselho Florestal Federal e Instituto Nacional do Pinho, extintos pelo citado Decreto-lei, decreta:

Art. 1.º Ao Presidente do IBDF, enquanto não for aprovada a regulamentação geral a que se refere o art. 10, do Decreto-lei n.º 289, de 28 de fevereiro de 1967, além de outras atribuições que serão fixadas no regulamento daquele Decreto-lei, caberá:

a) dirigir os serviços de administração, tomando para isso as medidas que se fizerem necessárias.

b) admitir, designar, movimentar, promover, dispensar, punir, demitir, observada a legislação em vigor, os servidores do IBDF e praticar os demais atos complementares referentes aos mesmos;

c) contratar serviços técnicos quando comprovadamente necessários ao bom andamento da administração e dentro das normas previstas na legislação específica;

d) autorizar despesas, inclusive as essenciais à integração dos órgãos extintos pelo artigo 21, do Decreto-lei acima citado, ordenando os respectivos pagamentos, desde que previstas em orçamento;

e) diligenciar quanto à guarda e aplicação dos fundos do IBDF, inclusive aqueles pertencentes aos extintos Instituto Nacional do Pinho e Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Ministério da Agricultura, incorporados na forma do citado artigo;

f) assinar contratos ou quaisquer outros documentos que envolvam a responsabilidade do Instituto;

g) representar o Instituto em juízo ou fora dele, em suas relações com os poderes públicos e com os particulares;

h) determinar a aplicação de sanções aos infratores das leis, regulamentos, atos, portarias e resoluções do IBDF;

i) convocar a Comissão de Política Florestal, constituída na forma do disposto no artigo 3.º, daquele Decreto-lei, e presidir as suas reuniões;

j) baixar atos para por em execução as medidas necessárias ao cumprimento do Decreto-lei n.º 289, e, das Leis a que se refere o inciso IX do seu artigo 4.º;

l) providenciar a incorporação nos acervos pertencentes aos extintos INF e DRNR, bem como a transferência dos saldos das dotações orçamentárias de créditos especiais do DRNE e dos saldos das contas bancárias existentes em nome desses extintos órgãos;

m) adotar as providências que se fizerem indispensáveis, visando a colocação à disposição do IBDF da importância correspondente ao crédito especial de NCr\$ 6 000 000,00 (seis milhões de cruzeiros novos), a que se refere o art. 23, daquele Decreto-lei;

n) elaborar os planos de ação e o orçamento do IBDF.

Art. 2.º Fica autorizado o Fundo Federal Agropecuario do Ministério da Agricultura, de acordo com o artigo 21, do Decreto-lei n.º 289, de 28 de fevereiro de 1967, a depositar no Banco do Brasil S.A., no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em nome do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, os saldos das contas adjudicadas ao extinto Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1967, 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

Ivo Arzua Pereira

Hélio Marcos Penna Beltrão.

Extraído do D. O., edição de 17-5-1967.

DECRETO N.º 60 722, de 12 de maio de 1967 —
Aprova o Regulamento da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRÁS) e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição Federal, e tendo em vista o De-

creto-lei n.º 302, de 28 de fevereiro de 1967, de-creta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), que com este baixa.

Art. 2.º Fica fixada a remuneração dos membros da Junta Diretora da CODEBRAS em 90% (noventa por cento) dos vencimentos de Ministro de Estado.

Art. 3.º Sem prejuízo das disposições do artigo 15 do Decreto-lei número 302, de 28 de fevereiro de 1967, poderá a CODEBRAS, de acordo com a legislação em vigor, requisitar funcionários dos órgãos da Administração direta ou indireta da União, sem prejuízo de vencimentos e vantagens.

Art. 4.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1967, 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

Hélio Marcos Penna Beltrão.

REGULAMENTO DA COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE BRASÍLIA

(CODEBRAS)

CAPÍTULO I

Da Finalidade e Competência

Art. 1.º A Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS) vincula-se ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Decreto-lei n.º 302, de 28 de fevereiro de 1967, art. 1.º, parágrafo único), e tem por finalidade a orientação, planejamento, coordenação, execução e controle das atividades inerentes à transferência, para Brasília, de órgãos da administração direta e indireta da União.

Art. 2.º Compete à Coordenação do Desenvolvimento de Brasília:

I — Elaborar e submeter à apreciação do Presidente da República, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o Plano Diretor de Transferência, com indicação de prioridades, custos e recursos (item I, art. 2.º e art. 4.º do Decreto-lei n.º 302);

II — Orientar e fiscalizar a execução do Plano Diretor de Transferência, baixando para esse fim resoluções normativas e coordenadoras da ação do Governo Federal (item II e III, art. 2.º, Decreto-lei n.º 302);

III — Orientar e coordenar a mudança e instalação dos servidores da administração federal, que devem fixar-se em Brasília (item V, artigo 2.º, Decreto-lei n.º 302);

IV — Promover a execução da política habitacional, do Governo, em Brasília, no que se refere à habitação para os servidores públicos federais, mediante a utilização de meios e recursos do setor público e de financiamentos internos e externos, (item VI, art. 2.º, Decreto-lei n.º 302);

V — Organizar, anualmente, a programação financeira de suas atividades e submetê-las à aprovação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (item IV, art. 2.º, Decreto-lei 302);

VI — Promover entendimentos com a Prefeitura do Distrito Federal, para que os empreendimentos referentes aos serviços públicos de infra-estrutura venham a acompanhar o desenvolvimento do Plano Diretor de Transferência (item VIII, art. 2.º, Decreto-lei 302);

VII — Cadastrar as unidades, residências construídas, adquiridas ou colocadas sob a responsabilidade do extinto Grupo de Trabalho de

Brasília, fixados os critérios de sua distribuição, tendo em vista a programação estabelecida no Plano Diretor de Transferência, e obedecidos os seguintes objetivos:

a) a redução do "deficit" habitacional para os servidores já transferidos para Brasília;

b) as necessidades imediatas do pessoal em funções transitórias.

VIII — Administrar as unidades residenciais adquiridas ou construídas pela União, bem como as que estejam sob sua responsabilidade, procedendo à cobrança de aluguéis ou taxas, de acordo com a legislação em vigor e os convênios ou contratos já assinados.

IX — Proceder, em nome da União, através da Procuradoria-Geral da República, as ações contra terceiros, necessárias ao resguardo dos seus direitos;

X — Exercer todas as atribuições legais cometidas ao extinto Grupo de Trabalho de Brasília (item VII, art. 2.º, Decreto n.º 302), assumir seu acervo e gerir os recursos que por ele eram administrados (art. 10, Decreto-lei número 302).

CAPÍTULO II

Do Fundo Rotativo

Art. 3.º O Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, criado pelo parágrafo 4.º, do artigo 65, da Lei n.º 4380, de 21 de agosto de 1964, é parte integrante dos recursos financeiros da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (art. 10 e seu parágrafo único, ao Decreto-lei n.º 302), e destina-se a custear o prosseguimento de obras residenciais em Brasília, paralizadas ou em andamento, pertencentes ao INPS, IPASE, às Sociedades de Economia Mista e às Caixas Econômicas Federais. (Decreto número 56 793, de 27 de agosto de 1965).

§ 1.º Os recursos incorporados ao Fundo Rotativo serão aplicados na conclusão das obras dos órgãos mencionados e em novas construções residenciais.

§ 2.º O Banco Nacional de Habitação (BNH), de acordo com os itens I e VI, do art. 17, da Lei n.º 4380, de 21 de agosto de 1964, entrar-se-á com a Coordenação de Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), para orientação, disciplina e controle das aplicações de recursos do Fundo Rotativo e dos financiamentos que venha a deferir à mesma.

SEÇÃO I

Da Constituição do Fundo

Art. 4.º O Fundo Rotativo Habitacional de Brasília é constituído:

I — Do líquido resultante das alienações dos imóveis residenciais, situados em Brasília, do INPS, IPASE, das Sociedades de Economia Mista e de Caixas Econômicas Federais, a que se refere o art. 12, do Decreto n.º 56 793, de 27 de agosto de 1965;

II — Dos conjuntos, edifícios ou unidades residenciais situados em Brasília, ainda não concluídas, bem como os respectivos terrenos;

III — Dos materiais de construção adquiridos para as mencionadas obras e que não foram aplicados nas construções;

IV — Das projeções de quadras residenciais, de propriedade dos órgãos indicados no § 1.º, do artigo anterior;

V — Das unidades residenciais em Brasília, adquiridas ou construídas pelo Governo, e que, por força da Lei venham a ser incorporadas ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília.

VI — Dos créditos orçamentários ou especiais a êle especificamente destinados;

VII — Dos valores de entidades públicas que, mediante convênio com o Fundo, efetuado através da CODEBRAS, a êle venham a ser incorporadas;

VIII — De outros valores que, por força de lei, sejam integrados ao Fundo.

Seção II

Dos Participantes do Fundo

Art. 5.º São participantes do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília como correntistas:

I — A União, pelos recursos orçamentários e créditos especiais e suplementares e pelos imóveis de sua propriedade que, por força de lei, sejam incorporados ao Fundo;

II — O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), pelos bens imóveis, pelos materiais e pela parte da receita proveniente da venda das atuais residências, aos seus legítimos ocupantes, na forma da Lei n.º 4 380, de 21 de agosto de 1964, e do Decreto n.º 56 793, de 27 de agosto de 1965, e modificações legais posteriores;

III — O IPASE, as Autarquias e as Sociedades de Economia Mista, pela receita proveniente de venda dos imóveis da sua propriedade, na forma da legislação anteriormente citada;

IV — Outras entidades federais, estaduais e municipais, que a êle se integrem, com recursos ou bens, mediante convênio;

Art. 6.º Os correntistas do Fundo figurarão nos resultados com a parcela proporcional aos valores de suas entradas, acrescidas, ano a ano, da distribuição proporcional dos lucros, recebendo da CODEBRAS cópias do Plano de Aplicação aprovado, os balanços anuais acompanhados das contas de lucros e perdas e a discriminação do crédito anterior e seus acréscimos.

Art. 7.º Os participantes do Fundo poderão solicitar, a qualquer tempo, à CODEBRAS as informações ou vista de quaisquer documentos e as explicações que julgarem necessários.

Art. 8.º Cada entidade correntista poderá designar um seu representante, para os entendimentos junto à CODEBRAS.

CAPÍTULO III

Da Junta Diretora

Art. 9.º A CODEBRAS será administrada por uma Junta Diretora composta de três membros, um dos quais seu Presidente (art. 6.º do Decreto-lei n.º 302), todos com mandados de três anos a contar da data da posse.

Parágrafo único. Até que seja instalada a Secretaria-Executiva a que se refere o art. 9.º do Decreto-lei n.º 302, serão atribuídas a dois dos membros da Junta Diretora, a supervisão e coordenação, respectivamente das atividades executivas de natureza técnica e administrativa da CODEBRAS.

Art. 10. Cada membro da Junta Diretora terá um Suplente, simultaneamente designado, que o substituirá em suas faltas ou licenças superiores a 30 dias, ou impedimentos no mesmo prazo; se definitivo ou impedimento, a convocação será imediata (art. 6.º, § 2.º, do Decreto-lei n.º 302).

§ 1.º No impedimento do titular, exercerá a Presidência da Junta Diretora o membro mais idoso (art. 6.º, § 3.º, do Decreto-lei número 302);

§ 2.º Os membros eletivos da Junta Diretora estão obrigados à dedicação exclusiva e

tempo integral (art. 6.º, § 4.º do Decreto-lei número 302).

Art. 11. A Junta Diretora, em reunião plena, deliberará, por maioria de votos em forma de resolução (art. 5.º do Decreto-lei n.º 302), sobre as matérias de competência da CODEBRAS, nos termos dêste Regulamento, e dará orientação normativa às atividades do órgão, cabendo-lhe privativamente:

I — Submeter à aprovação do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral os orçamentos anual e plurianual, bem como as alterações a serem introduzidas, observado o disposto no item IV do art. 2.º do Decreto-lei número 302, de 28 de fevereiro de 1967;

II — Elaborar o Plano Diretor de Transferência, de acordo com o art. 4.º, do Decreto-lei n.º 302, de 28 de fevereiro de 1967, bem como orientar e fiscalizar sua execução (item I e II, art. 2.º, Decreto-lei n.º 302);

III — Aprovar as alterações de bens imóveis integrantes do seu patrimônio, sob prévia avaliação na conformidade com o art. 12 do Decreto-lei n.º 302, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com o art. 14, do Decreto-lei n.º 76, de 24 de novembro de 1966;

IV — Aprovar as normas sobre orientação e coordenação da mudança e instalação de órgãos e servidores da Administração Federal, ou sugerir, quando couber, a quem de direito, adoção de medidas necessárias a êsse fim;

V — Fixar os critérios e o plano de ação anual de execução da política habitacional do Governo, em Brasília, mediante a utilização do setor público e financeiro, externos e internos, obtidos para o efetivo cumprimento do Plano Diretor de Transferência;

VI — Fixar os critérios para cumprimento das atribuições anteriormente cometidas ao GTB;

VII — Aprovar as resoluções para gestão do Fundo Rotativo a que alude o § 4.º do art. 65, da Lei n.º 4 380, de 21 de agosto de 1964;

VIII — Manter os entendimentos sobre aplicação de recursos orçamentários da União, com os órgãos próprios do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

IX — Os convênios e contratos com entidades públicas ou privadas, para execução de seus trabalhos, a fim de evitar aumento de custos operacionais e administrativos decorrentes da execução direta de serviços;

X — Submeter à aprovação do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral os critérios salariais a serem adotados na CODEBRAS, elaborados de acordo com a política salarial do Governo e as condições do mercado de trabalho, bem como o seu quadro de servidores, tabelas de vencimentos, de honorários, de diárias e de ajuda de custo e de representação de Gabinete dos membros da Junta Diretora;

XI — Os critérios e normas de auditoria interna, para controle das atividades da CODEBRAS, podendo, ainda, atribuir a fiscalização da execução de seus contratos e convênios a firmas especializadas, de reconhecida idoneidade moral e técnica (art. 16 do Decreto-lei n.º 302);

XII — Os critérios para financiamento de construção de casas ou conjuntos residenciais, no Distrito Federal, em obediência e à conta de recursos advindos do Banco Nacional da Habitação, como política de apoio à iniciativa particular;

XIII — As concorrências realizadas pela CODEBRAS;

XIV — Os critérios de distribuição de unidades residenciais a que se refere o item VIII do art. 2.º dêste Regulamento.

Do Contrôl e do Conselho Fiscal

Art. 12. No contrôl e acompanhamento da gestão financeira da CODEBRAS, serão observadas as disposições dos arts. 16 e 17 do Decreto-lei número 302, de 28 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Na aplicação de fundos públicos ou quaisquer outros recursos financeiros geridos pela CODEBRAS, continuam vigorando as disposições legais estabelecidas para a movimentação e emprego de recursos pelo extinto Grupo de Trabalho de Brasília (art. 11, do Decreto-lei n.º 302).

Art. 13. O Conselho Fiscal é o órgão destinado a fiscalizar e apreciar a gestão dos administradores da CODEBRAS e será constituído por três membros efetivos e três suplentes, nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 3 anos.

Art. 14. Compete ao Conselho Fiscal (artigo 8.º, itens I, II, III, IV e V, do Decreto-lei n.º 302):

I — Examinar a escrita, o estado da Caixa e os valores em depósitos, velando pela sua regularidade;

II — Opinar, sempre que solicitado pela Junta Diretora, sobre matéria de interesse econômico;

III — Apresentar parecer sobre as atividades econômico-financeiras da CODEBRAS;

IV — Dar parecer sobre o orçamento-programa anual da Junta Diretora e acompanhar a sua execução;

V — Examinar e dar parecer sobre a prestação de contas e balanço anual.

Art. 15. A Junta Diretora da CODEBRAS remeterá ao Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, até 30 de abril de cada ano a prestação de contas e o balanço do exercício anterior (art. 17, parágrafo único do Decreto-lei n.º 302), acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V

Das Atribuições do Presidente

Art. 16. Ao Presidente da Junta Diretora compete:

I — Supervisionar, orientar e coordenar as atividades da CODEBRAS;

II — Representar a CODEBRAS em geral, perante órgãos públicos ou privados, ou fazê-la representar-se;

III — Convocar e presidir as reuniões da Junta Diretora;

IV — Expedir as resoluções da Junta Diretora e formalizar os atos por ela aprovados;

V — Autorizar recebimentos e pagamentos, e movimentar contas bancárias e recursos em geral, em conjunto com um dos outros membros da Junta Diretora;

VI — Formalizar em portarias os atos da gestão interna na CODEBRAS, inclusive os referentes a seu pessoal;

VII — Decidir, em caráter final, assuntos referentes à gestão interna da CODEBRAS quando a isso solicitado;

VIII — Apresentar o relatório anual de atividades da CODEBRAS;

IX — Encaminhar a prestação de contas e o balanço anual ao Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, na forma do parágrafo único do art. 17 do Decreto-lei n.º 302, de 28 de fevereiro de 1967.

Disposições Gerais

Art. 17. O Ministro do Planejamento e Coordenação Geral aprovará por proposta da Junta Diretora, os vencimentos dos membros efetivos do Conselho Fiscal da CODEBRAS.

Art. 18. A Junta Diretora fixará a estrutura e atribuições de seus órgãos subordinados.

Art. 19. A Junta Diretora, na formulação da política da CODEBRAS levará em consideração os critérios e normas aprovados pelos órgãos colegiados do Banco Nacional da Habitação.

Art. 20. Os atos oficiais da Junta Diretora e do Conselho Fiscal da CODEBRAS serão publicados em Boletim de Serviço, exceto os que fôrem de divulgação obrigatória no *Diário Oficial* da União. — Hélio Marcos Fenna Beltrão.

Extraído do D. O., edição de 17-5-1967.

DECRETO N.º 60 730, de 19 de maio de 1967 — Provê a criação da Comissão Especial para promover estudos e consecução de recursos destinados a atividades educacionais e culturais.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 83, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º É criada, no Ministério da Educação e Cultura, uma Comissão Especial, constituída de 7 (sete) membros, a serem designados pelo Ministro para promover estudos e consecução de novos recursos destinados a atividades educacionais e culturais do País.

§ 1.º Dentro de 15 (quinze) dias, após estar constituída, a Comissão elaborará seu regimento interno, para submeter ao Ministro de Estado.

§ 2.º Incluir-se-ão, entre suas finalidades, a de coordenar, junto a órgãos nacionais e organismos internacionais, as gestões relacionadas com ajuda ou financiamento à educação e cultura.

§ 3.º Excetuam-se dos trabalhos afetos à Comissão de que trata êste decreto os previstos nos Decretos ns. 60 461 e 60 462, de 13 de março de 1967.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de maio de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA
Tarso Dutra

Extraído do D. O., edição de 22-5-1967.

DECRETO N.º 60 731, de 19 de maio de 1967 — *Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 83 da Constituição, e tendo em vista o que dispõem a Lei n.º 4 024, de 20 de dezembro de 1961, e o Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, decreta:

Art. 1.º Os órgãos de ensino vinculados ou subordinados ao Ministério da Agricultura ficam transferidos para o Ministério da Educação e Cultura, nos termos do art. 6.º da Lei n.º 4 024, de 20 de dezembro de 1961, combinado com o art. 164 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Incluem-se, entre os órgãos transferidos, o Código de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves e os postos agropecuários de Piratini e Jaguari, no Rio Grande do Sul, passando estes últimos a integrar, respectivamente, a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Santa Maria.

Art. 2.º As Universidades Rurais do Sul, do Brasil e de Pernambuco passam a denominar-se, respectivamente, Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPe).

Parágrafo único. As Universidades citadas neste artigo, gozarão de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, nos termos do art. 80 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 3.º Os estabelecimentos isolados de ensino superior de agronomia e veterinária, por este decreto integrados no Ministério da Educação e Cultura, ficam subordinados à Diretoria do Ensino Superior.

Art. 4.º Fica transferida para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. O cargo em comissão, símbolo 3-C, de Superintendente da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, fica transformado em cargo de igual símbolo, de Diretor do Ensino Agrícola do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5.º Mediante convênios, será disciplinado o uso das instalações dos Institutos de Pesquisa e Experimentação do Ministério da Agricultura, por parte dos Corpos Docentes e Discente das Universidades Rurais ora transferidas para o Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6.º Ficam transferidos para o Ministério da Educação e Cultura os servidores dos órgãos do Ministério da Agricultura que por este decreto passam à vinculação ou à subordinação daquele Ministério.

§ 1.º Aos servidores do Ministério da Agricultura, exceto os ocupantes dos cargos de séries de classes de magistério a que se referem as Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, dos órgãos transferidos para o Ministério da Educação e Cultura ou integrados nas Universidades, fica assegurado o direito de opção, a ser exercido no prazo de cento e vinte (120) dias, a partir da publicação deste decreto e em requerimento dirigido à Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, através da Diretoria do Ensino Agrícola ou das Reitorias das Universidades.

§ 2.º Os servidores que optarem pela permanência no Ministério da Agricultura continuarão em exercício nos órgãos transferidos para o Ministério da Educação e Cultura, na qualidade de pessoal cedido, sem prejuízo dos seus direitos e vantagens.

Art. 7.º Ficam mantidos os cargos em comissão e as funções gratificadas dos órgãos trans-

feridos para o Ministério da Educação e Cultura até que sejam ajustados às reformas administrativa e universitária, respectivamente, consoante o estabelecido nos Decretos-leis ns. 53, de 18-11-1966, 200, de 25-2-1967, e 252, de 23-2-67.

Art. 8.º As dotações orçamentárias referentes ao exercício de 1967, consignadas aos órgãos do Ministério da Agricultura que passam para o Ministério da Educação e Cultura, ficam transferidas para este último, nos termos do art. 213 do Decreto-lei n.º 200, de 25-2-1967.

§ 1.º As dotações orçamentárias consignadas ao Fundo Federal Agropecuário e vinculadas aos órgãos transferidos do Ministério da Agricultura, serão aplicadas no exercício de 1967, em proveito desses órgãos, segundo as normas do Fundo, assegurando-se a manutenção dos recursos já destinados pelo Fundo Federal Agropecuário nos exercícios subsequentes.

Art. 9.º Os órgãos do Ministério da Agricultura transferidos para o Ministério da Educação e Cultura procederão, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da publicação deste decreto, o levantamento dos imóveis, encaminhando ao Serviço do Patrimônio da União relação dos mesmos.

§ 1.º Igualmente, será realizado, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação deste Decreto, levantamento dos materiais, permanente e de consumo, bem como dos semoventes dos órgãos transferidos, encaminhando-se às Divisões do Material dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura e às Universidades os respectivos levantamentos para as medidas complementares.

§ 2.º Os bens móveis e imóveis verificados nos levantamentos previstos neste artigo, existentes nas Universidades Federais Rurais, serão sem indenização, incorporados ao patrimônio dessas universidades.

Art. 10. As Universidades Federais Rurais do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, integrar-se-ão no plano nacional de pesquisas agropecuárias do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Essas Universidades participarão dos trabalhos de planejamento e programação das pesquisas agropecuárias do Ministério da Agricultura e obrigam-se-ão a executar as pesquisas determinadas pelos referidos planos e programas.

Art. 11. Ficam mantidos nas condições em que foram firmados, os contratos, convênios, ajustes e acordos, vigendo entre os órgãos transferidos para o Ministério da Educação e Cultura e outras entidades públicas ou privadas.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de maio de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

Ivo Arzuva Pereira

Tarso Dutra

Hélio Marcos Penna Beltrão.

Extraído do D. O., edição de 22-5-1967.